



Revista do Instituto do Ceará
(HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO)

COMISSÃO DA REVISTA

Presidente

José Augusto Bezerra

Eleitos

Pedro Alberto de Oliveira Silva

Francisco Fernando Saraiva Câmara

Francisco Ésio de Sousa

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Aroldo Cavalcanti Mota

(Publicada anualmente desde 1887 – Ano da
Fundação do Instituto do Ceará – sem interrupção)

Tomo CXXII – Ano CXXII

2008

*Dedimus profecto grande
patientiae documentum*

Fortaleza – Ceará – Brasil

Revista do Instituto do Ceará

Além dos 122 Tomos correspondentes aos cento e vinte e um anos de existência do Instituto do Ceará, foram editados os Tomos Especiais seguintes:

- 1924 – TE – 1 (Centenário da Confederação do Equador)
- 1929 – TE – 2 (Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil)
- 1938 – TE – 3 (Falecimento do Barão de Studart)
- 1956 – TE – 4 (Centenário do Barão de Studart)
- 1972 – TE – 5 (Sesquicentenário da Independência do Brasil)
- 1977 – TE – 6 (90º. aniversário do Instituto do Ceará)
- 1984 – TE – 7 (Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará)
- 1987 – TE – 8 (Centenário do Instituto do Ceará)

Endereço:

Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro

60025-061 – Fortaleza – Ceará – Brasil

Telefone: (85) 3231.6152 - Fax: (85) 3254.4116

[http: www.institutodoceara.org.br](http://www.institutodoceara.org.br)

e-mail: contato@institutodoceara.org.br

PEDE-SE PERMUTA
PÍDESE CANJE
ON DÉMANDE LE CHANGE
WE ASK FOR EXCHANGE
MAN BITTET UM AUSTAUSCH
SI RICHIEDE LO SCAMBO
NĪ PETAS CANGON

A matéria assinada é de responsabilidade do respectivo autor

Revista do Instituto do Ceará

Fortaleza:

V. anual

Trimestral até 1928

1. Geografia, História, Antropologia – periódico

Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

CDU: 91 + 93.572 (05)

ISSN 0100-3585

Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Diretoria

(4 mar. 2007 - 4 mar. 2009)

Presidente	JOSÉ AUGUSTO BEZERRA
Vice-Presidente	PEDRO SISNANDO LEITE
Secretário-Geral	VALDELICE CARNEIRO GIRÃO
1º. Secretário	PAULO AYRTON ARAÚJO
2º. Secretário	REJANE MARIA V. ACCIOLY DE CARVALHO
P. Tesoureiro	FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA
2º. Tesoureiro	EDNILO GOMES DE SOARES
Diretor da Biblioteca e Arquivo	PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA
Diretor de Com. e Rel. Públicas	MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)

Conselho Superior

Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira (ex-presidente)

Zélia Sá Viana Camurça

Paulo Ayrton Araújo (ex-presidente)

José Liberal de Castro

Carlos Mauro Cabral Benevides

Comissões

História

Pedro Alberto de Oliveira Silva
José Caminha Alencar Araripe
Gisafran Nazareno Mota Jucá
Valdelice Carneiro Girão
João Alfredo de Sousa Montenegro

Geografia

Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Rubens de Azevedo
Caio Lóssio Botelho
José Cláudio de Oliveira
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos

Antropologia

Zélia Sá Viana Camurça
Dário Moreira de Castro Alves
Eduardo Diatagy Bezerra de Menezes
José Murilo de Carvalho Martins
Rejane Maria V. Accioly de Carvalho

Revista

Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Êsio de Souza
Eduardo Diatagy Bezerra de Menezes
Aroldo Cavalcanti Mota

Verificação de Merecimento

Vinicius Antonius H. de Barros Leal
Eduardo de Castro Bezerra Neto
José Filomeno de Moraes Filho
Francisco de Assis Arruda Furtado

Defesa do Patrimônio

José Liberal de Castro
Miguel Ângelo de Azevedo
Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Pedro Sisnando Leite
Vladir Pontes Menezes



Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

Fundado a 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, onde tem sede e domicílio.

Sociedade civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado. Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 94.364, de 22 de maio de 1987, Lei Estadual n. 100, de 15 de maio de 1936, e Lei Municipal n. 5.784, de 13 de dezembro de 1983.

Tem por finalidade específica o estudo da História, da Geografia, Antropologia e das Ciências correlatas, especialmente do Ceará.

Para alcançar seus objetivos precípuos, realiza sessões ordinárias, especiais e solenes, e mantém:

- intercâmbio cultural com instituições científicas e literárias nacionais e estrangeiras;
- a Revista do Instituto do Ceará, em que se publicam colaborações de Sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente;
- um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional;
- Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo;
- Auditório Pompeu Sobrinho, para solenidades.

Ao Leitor

Cumpra-nos a satisfação de entregar aos leitores, pesquisadores e estudiosos, o número cento e vinte dois da *Revista do Instituto do Ceará*.

Ao vê-la concluída, vem-me à mente a dedicação e a persistência dos que vieram laborando, ano após ano, para que não deixasse de ser publicada, mesmo sob as condições mais severas. O esforço, entretanto, é recompensado quando a sua coleção é hoje reconhecida como a grande referência dos nossos estudos regionais.

Apenas uma instituição cultural da época do seu primeiro número resistiu aos óbices do tempo, em nosso estado – o Instituto do Ceará. Exemplo de trabalho e dignidade, tal entidade tem-se adaptado às necessidades de cada geração, influenciando seus contemporâneos e registrando informações inerentes a História, a Geografia e a Antropologia da nossa terra.

Principal instrumento desses estudos continuados, a Revista veio desde as fases antigas da Lei Áurea e da Proclamação da República. Continuou pelos tempos incertos das duas Guerras Mundiais. Superou períodos de revoluções, revoltas e ditaduras, entre outros. Mesmo em anos trágicos de epidemias, de secas e de forte instabilidade social, conseguiu forças e recursos para continuar a sua missão.

Por tudo isso, tal periódico anual é um pouco da saga da nossa gente e da nossa intelectualidade, que tão bem descreve. Um dia, no futuro, estamos certos de que será editado um tomo especial sobre a *Revista do Instituto do Ceará*, a exemplo do que já foi feito com outros temas.

Queremos agradecer aos colaboradores, que deram um pouco das suas almas, através de pesquisas, para enriquecimento do presente trabalho. Nossa gratidão ao Banco do Nordeste, oásis cultural dessa região carente, por patrocinar, mais uma vez, tal publicação. O reconhecimento ao coordenador da revista, cuja dedicação e competência tem sido um guia seguro para o alto nível da obra que estamos passando às mãos dos consulentes.

ARTIGOS



A “Phenix Caixeiral”* (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza

PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA**

A Revista do Instituto do Ceará, durante seus 121 anos de existência, é repositório de importantes fontes documentais e de pesquisas relacionadas com a história do Ceará. Entretanto, não contém nenhum registro sobre, talvez, a mais importante instituição sociocultural, educacional, beneficente e filantrópica criada em Fortaleza, em 1891, e extinta em 1979 – a Fênix Caixeiral. Contemporânea dela, apenas o Instituto do Ceará sobreviveu, ininterruptamente, nesse período histórico. Fundada como uma associação de classe, ampliou seus objetivos tornando-se “uma legítima gloria cearense”. Outras associações da mesma época ficaram na história, a Fênix Caixeiral fez e ficou na história.

* Emblema da Phenix Caixeiral.

** Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Rodolfo Teófilo (1853-1932), farmacêutico, filantropo, político, historiador, contista e considerado um dos pioneiros do sanitarismo no Brasil, escreveu um livreto, publicado em 1927, intitulado *O Caixeiro* (REMINISCÊNCIAS), dedicado “aos meus prezados confrades da Phenix Caixeiral”. Nele faz um resgate histórico de um fato de sua adolescência, rememorando seu trabalho como *caixeiro*. Vale a pena transcrever um trecho como um testemunho de uma realidade social daquela profissão: “[...] A minha vida de estudante, que ia começar, e na qual as lutas não foram poucas, se tiver tempo a escreverei. Deixava uma classe de escravos que o tempo redimiu no espaço de meio século! O que é hoje a Phenix Caixeiral, surgida das cinzas da Beneficente Caixeiral, nascida e morta no mesmo dia em 1868?! Uma associação que impõe leis querendo. O caixeiro, hoje, o antigo creado de servir, com as mesmas regalias e direitos das *praças de pret* do nosso glorioso exercito, faz parte do governo da cidade, tem o seu dia feriado nacional. Tem férias marcadas por lei. O dia em que nasceu a Phenix também é feriado. Tem um banco commercial e funciona a sociedade em um palácio. Além disto, recebe uma subvenção do Governo Federal, que é muito bem aplicada, mantendo para seus associados aulas de preparatórios e uma escola de commercio, que dá annualmente alguns guarda-livros. A Phenix é hoje uma potencia! Os seus sócios, mais de mil, sabem manejar as armas e quem seria capaz de fazel-os(*sic*) pelas humilhações que nós passamos! São os tempos que se vingam uns dos outros.” [...] Nasci velho. Adaptando-me àquelle meio eu estava completamente aniquilado. Os patrões tinham muitos filhos varões e assim não havia possibilidade de ser um dia sócio da casa...”.

A dinâmica da história fundamenta-se na ação dos homens em sua luta pela sobrevivência no meio geográfico, econômico e social onde vivem.

O desenvolvimento da agropecuária cearense no decorrer da segunda metade do século XIX, como não poderia deixar de ser, trouxe benefícios para a vida sociocultural da Província. A Capital tornou-se, então, um núcleo de onde partiam as principais mudanças que vieram a se refletir por todo o Ceará. Enquanto o comércio varejista e de exportação tomava vulto, iniciaram reformas na educação pública e particular, surgiu uma atividade jornalística mais atuante e representativa dos partidos políticos existentes e a opinião pública ganhou mais constân-

cia. Fundaram-se vários estabelecimentos educacionais, tais como: o *Liceu do Ceará*, instituição modelo de ensino secundário, o *Seminário Diocesano*, para formação de sacerdotes, o *Atheneo Cearense*, colégio para rapazes, o *Colégio da Imaculada Conceição*, para moças, ambos particulares. Foram também criados uma *Biblioteca Pública e Arquivo*, inaugurados em 1867, com um acervo de 1.730 volumes, dos quais 614 comprados na Europa e 1116 doados por particulares. A hemeroteca mantinha assinatura de revistas nacionais e estrangeiras. Pelos relatórios de seus diretores sabe-se que a frequência de leitores era numerosa. Com pouca intensidade, aquelas mudanças refletiam-se em outras cidades importantes.

A situação socioeconômica, então vigente, concorreu para o surgimento de uma classe média cidadina, composta de pequenos comerciantes, comerciários especializados, funcionários públicos, profissionais liberais, artífices especializados e estudantes. Esses últimos, em sua maioria, filhos de grandes, médios e pequenos proprietários rurais que procuravam as cidades para sobreviverem condignamente. Muitos deles seguiam para o Recife onde iam estudar Direito, o curso preferido pelos mais abastados, ou para a Bahia, Medicina.

O deslocamento dos jovens desse segmento da sociedade para as cidades prendia-se, também, a impossibilidade das atividades agropastoris interioranas oferecerem condições de eles manterem seu status social nos locais de origem. A permanência ou ascensão social era mais propícia quando nas cidades. Nessa conjuntura, destaca-se o fator *educação*, o grande nivelador das diferenças sociais.

As secas periódicas concorreram para o aumento populacional de Fortaleza. Apesar do desenvolvimento econômico ocorrido, a cidade somente pôde absorver parte daquele fluxo migratório no serviço público, atividades comerciais e afins. O comércio varejista empregou grande parte daquela mão-de-obra sem qualificação profissional. As limitações do sistema educacional foi um fator negativo nesse processo de absorção social.

Os operários com um ofício não tinham destaque social, mas por serem imprescindíveis à vida da cidade, tinham um status reconhecido na comunidade. Os escravos e seus descendentes, mesmo depois da abolição, continuaram como *servos* exercendo atividades domésticas ou serviços avulsos.

A presença do *Caixeiro de balcão*.

Recorremos, ainda, ao citado livro de Rodolpho Theophilo, testemunha da época, no terceiro quartel do século XIX, quando diz: “o caixeiro não podia exercer o direito do voto porque era considerado *praça de pret.* O caixeiro era um creado de servir” (p. 10). “[...] Continuei na minha labuta do commercio, cada vez mais convencido de que só livro me libertaria” (p. 57). “[...] A esse tempo, como disse, os exames preparatórios eram feitos nas capitaes em que havia Academia... Logo que soube estar inscripto, tratei do mais difficil, obter dos patrões (que tudo indica eram seus parentes) licença para deixar a casa.. *Eu era um escravo branco.*(grifo nosso). Os patrões troçaram de minha pretensão” (p. 65-66).

O crescimento das atividades comerciais aumentou o número de empregados nesse setor, criando, conseqüentemente, uma classe numerosa e variada devido as múltiplas funções que exerciam. O *caixeiro de balcão* (*caixeiro de vassoura*) era apenas um segmento dela. Devemos esclarecer que muitas pessoas de destaque da história fortalezense iniciaram sua vida profissional como *caixeiro de balcão*. Portanto, o testemunho de Rodolpho Theophilo é importante quando descreve essa atividade exercida por ele em 1868, e quando, em 1926, o ex-empregado do comércio já havia conquistado, então sócio da Phenix Caixeiral, um lugar destacado na vida sociocultural de Fortaleza.

A ascensão dessa classe é comprovada pelos fatos ocorridos nas três últimas décadas do século XIX. Nessa época, a presença de estrangeiros era predominante nas atividades comerciais, destacando-se franceses, ingleses e portugueses, agregados a alta sociedade da Capital. É bem sintomática a prevenção social existente quando é fundado o Clube Cearense (1867), congregando a elite fortalezense. Fechado ao ingresso de pessoas consideradas não condizentes ao quadro social de seus associados. Em sua luxuosa sede foi expulso Antonio Costa Sousa – guarda-livros – quando convidado por um sócio, não tão preconceituoso, jogava uma partida de bilhar.(GIRÃO: 232). Junte-se a esse fato, outro ocorrido posteriormente ao “ter sido recusada a proposta, para sócio do Clube, do funcionário da Alfândega – Francisco Carneiro Monteiro”.(GIRÃO: 233).

A Classe Caixeiral, já consciente de sua importância, cria em dezembro de 1870 uma *sociedade beneficente* cujos estatutos foram aprovados em junho de 1871. O Barão de Studart afirma que “alguns caixei-

ros foram seus fundadores” (STUDART: 206, t.II), tomando ela o nome de “Oito de Dezembro”. Tudo indica que essa entidade foi o núcleo inicial do *Reform Club*, em 1876. O historiador Raimundo Girão, anotando Antônio Bezerra em seu livro *Descrição da Cidade de Fortaleza*, registra que o *Reform Club* foi criado e inaugurado em 28 de janeiro de 1882 (referia-se ao novo prédio de sua sede) por uma sociedade constituída de empregados do comércio. (MENEZES:218). O Barão de Studart pode dirimir dúvidas com a seguinte anotação: “29 de Junho (1880) – Inauguração da bibliotheca do *Reform Club*, no prédio n.105 da Rua Formosa. Instituída em Fortaleza a 29 de Junho de 1876 uma sociedade de rapazes empregados no commercio, no caráter de sociedade de socorros mútuos, na presente data commemorou o seo 4º. anniversario iniciando a fundação de uma bibliotheca com o numero de 960 volumes offerecidos pelos sócios. Funcionou este estabelecimento litterario desde o dia 28 de Janeiro de 1882 em um edificio mandado construir na mesma rua pela sociedade. A pedra d’esse bello edificio fora assemtada a 28 de Junho de 1879 e começadas as respectivas obras a 9 de Novembro de 1880. Teve essa sociedade o titulo de Imperial, em virtude de portaria do Ministério do Império de 30 de Outubro de 1883. Essa bibliotheca foi devorada por um incêndio.” (STUDART: 281, t.II).

O progresso do *Reform Club* é um testemunho do fortalecimento da classe caixeiral. Contudo, continuava o preconceito de alguns contra aquela numerosa e laboriosa classe. Foi divulgado por ocasião daquele evento, pela *Sociedade Caixeiral do Ceará*, um manifesto escrito, datado de 22 de janeiro de 1882, assinado por uma *comissão executiva do Club Caixeiral* composta pelos sócios Joaquim Januário Jefferson de Araújo, Olympio Barreto, José Theodorico de Castro, Manoel Rodrigues Santiago e Antonio Dias Martins Junior intitulado *Manifesto ao Publico pela Sociedade Caixeiral do Ceará. Exclusão indevida de cidadãos da lista de eleitores por serem caixeiros, intelligencia do Art.92 §3º da Constituição Política do Império e da Lei Eleitoral.Fortaleza – 1882.*

Theodorico de Castro era empregado do comércio e depois funcionário da firma exportadora Casa Boris Frères; Martins Junior era caixeiro de escrita e depois funcionário da Alfândega. Ambos participaram na fundação da sociedade PERSEVERANÇA E PORVIR, núcleo inicial da SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA, líder na abolição da escravidão no Ceará.

Protestava o manifesto contra uma decisão do judiciário, excluindo o direito ao voto aos caixeiros em geral. Deveu-se isso a uma interpretação equivocada da Lei n.3029 de 9 de janeiro de 1881 e seu Decreto n.7981 de 29 de janeiro, que equiparava, segundo a Constituição do Império, *Os criados de servir com os caixeiros*. Não cabe no presente trabalho comentar esse fato, mas ele demonstra, então, a existência de uma organização ativa da classe caixeiral. Alias, ela se fez presente no movimento abolicionista em curso na Capital, chegando a fundar o Clube Abolicionista Caixeiral.

Competindo com o *Club Cearense*, da elite, foi fundado o *Club Iracema*. “Uniram-se José Marçal, Antônio Costa Sousa e seu irmão Joaquim, os despachantes Francisco Carneiro Monteiro, Francisco Teófilo G. de Oliveira, Antônio Martins e mais Papi Junior, para formarem outra sociedade diversional. O último destes sugeriu o nome, que de pronto foi aceito – *Clube Iracema*. Papi era, ao mesmo tempo, guarda-livros e despachante da casa em que trabalhava, assim como despachantes eram Carneiro Monteiro e Dias Martins, sendo por isso fácil conquistar a solidariedade do conferente Francisco Perdigão de Oliveira, cidadão estimadíssimo da população e do comércio, foi escolhido seu primeiro presidente. Sem demora eleita a diretoria em 28 de junho de 1884, acertou-se o dia 19 de julho para a festa de inauguração.”(GIRÃO: 233).

Vivenciamos assim uma realidade existente em Fortaleza, naquela época, na qual se contrapõe uma elite orgulhosa e uma classe média consciente de sua posição social. Essas diferenciações já se haviam demonstrado no movimento abolicionista entre “libertadeiros” e “emancipacionistas.” O *Clube Iracema* era constituído, em sua maioria, por empregados no comércio e naturalmente absorveu o *Reform Club*.

Os homens fazem a sua época, dão-lhe características próprias. As últimas décadas do século XIX foram de progressos socioculturais e econômicos. Nem a seca de 1877-1879 deteve esse processo histórico. Foram construídos estradas de ferro, indústrias e melhoramentos outros no Ceará. Em Fortaleza surgiu vitorioso o movimento abolicionista (1880-1884); foram fundados o *Instituto do Ceará*, a *Academia Cearense (de Letras)*, o *Gabinete Cearense de Leitura*, a *Fênix Caixeiral* e outras sociedades de intelectuais os quais vieram, posteriormente, a projetar o Ceará no mundo culto brasileiro

A população cresceu muito nesse período. Os dados estatísticos ainda eram limitados e muitas vezes contraditórios. Tomando-se como referência o historiador Barão de Studart, a cidade teria, em 1887, 26.943 habitantes. Parece-nos fidedignos os dados apresentados detalhadamente, conforme “arrolamento da cidade de Fortaleza” realizado naquele ano, a Capital possuía, como foi dito, 26.943 habitantes; sendo 26.624 brasileiros e 319 estrangeiros; 11.594 homens e 15.349 mulheres; 18.555 solteiros, 6.480 casados e 1.908 viúvos; 9.845 com profissão e 17.098 sem profissão; 9.656 sabendo ler e 17.287 analfabetos Casas com sobrados 72, térreas, 4.447 e choupanas 1.278. Edifícios públicos 36, compreendendo 10 igrejas.(STUDART: 355, t.II). Em 1872, o recenseamento registrou 21.372 almas, o de 1900, 48.369 moradores. (GIRÃO: 160, 319). Em termos comparativos a população cabia toda no Estádio Governador Plácido Aderaldo Castelo (Castelão) de Fortaleza, que comporta 58.000 espectadores.

O Almanach administrativo, estatístico, mercantil e industrial do Estado do Ceará para 1896 – confeccionado por João Câmara é importante fonte informativa, dando-nos um perfil detalhado de Fortaleza, quando relaciona os principais serviços públicos e atividades profissionais existentes e outras informações.

Encontramos nele os nomes e endereços de: casas de comércio, bancos (2); armazéns e depósitos (42); escritórios comerciais (2); hotéis (2); restaurantes (2); hospedarias (10); cafés (3); quiosques (14); bilhares (2); Sociedades Científicas e Literárias (7): *Instituto do Ceará, Academia Cearense, Padaria Espiritual, Centro Literário, Congresso de Ciências Práticas, Phenix Caixeiral, Propagadora da Arboricultura*. Imprensa (jornais e revistas): *A República, O Ceará, O Republicano, A Verdade; Diário do Ceará; O Pão; Penna, A Jandaia; Phenix Caixeiral; O Figarino*; e outros nas cidades de Baturité, Aracati e Sobral. Indústrias e Profissões: médicos (24); farmácias (10); drogeries (2); dentistas (5); advogados (18); fábricas (35); padarias (16); ourivesarias (9); alfaiatarias (15); marmorarias (2); fundição (2); guarda-livros (14); livrarias (4); litografia (1); oficinas tipográficas (8); fotografia (1); professores de música e piano (9); agências de leilões (4). Diversões: *Clube Cearense, Clube Iracema, Prado Cearense, Teatro São Luis*. Barbeiros e cabeleiros (20); pintores (5); desenhistas (5); relojoeiros (2); oficinas de bauleiros (baús) (2); tinturarias (2); fabricante de carimbos (1); oficinas

de encadernação (9); oficinas de marceneiros (9); oficinas de carpinteiros (10); fogueteiros (2); oficinas de torneiros e tanoeiros (5); oficinas de ferreiros (5); colchoeiro (1); oficinas de seleiros (1); oficina de cha-peleiro (1); oficinas de sapateiros (9); oficinas de funileiros (8); pedreiros (consta apenas os nomes, sem endereço) (15); empreiteiros e contratadores de obras (9); açougues (10). A citação de profissões, nomes e endereços é excelente referencial para o estudo do perfil social de Fortaleza naquela época (1896).

No registro sobre o Banco do Ceará, por exemplo, encontramos entre seus empregados, como guarda-livros, Joaquim Magalhães, um dos principais construtores da Sociedade Phenix Caixeiral, em seu período de ascensão e consolidação, presidente que foi desta instituição nos períodos de 1901-1902; 1905-1907 e de 1910-1919, exatamente quando foram construídas suas duas monumentais sedes. Outro funcionário daquela instituição, João Salgado, gerente, foi presidente da Phenix em 1895-1896.

Nesse ponto de nossa narração histórica, é preciso esclarecer certos fatos. Nas atividades comerciais havia o *caixeiro de balcão* (*caixeiro vassoura*) e outros empregados nas atividades comerciais ou a elas ligados; pessoas que possuíam certo grau de instrução e exerciam funções específicas naquela atividade.

Quem realizou a abolição da escravidão no Ceará não foram os chamados *Jangadeiros* mas a *Sociedade Cearense Libertadora (SCL)* constituída por lideranças esclarecidas. Assim como quem fundou e deu continuidade a *associação dos empregados do comércio* não foram os *caixeiros de balcão* (*caixeiros vassoura*). Com uma diferença: os “jangadeiros” verdadeiros continuaram analfabetos e obscuros na sociedade. Os caixeiros de balcão, através da Educação (instrução), ascenderam no exercício das atividades comerciais e conquistaram *status social* mais elevado. “Subiram na vida” como comumente é dito.

A FÊNIX foi um símbolo, CAIXEIRAL uma tradição evocativa. Aquela associação de classe possuía lideranças autênticas, instruídas e verdadeiramente idealistas. A ESCOLA DE COMÉRCIO foi o instrumento de ação desse fato. Deu oportunidades a muitos jovens pobres, de vontade, para poderem viver com dignidade e crescerem socialmente com esforço próprio. Muitos deles vieram a ter notoriedade em profissões liberais.

A cidade poderia ser considerada pobre, a maioria de sua população não podia gastar com lazer, o qual era muito limitado. Tinha que se contentar com as festas religiosas e folclóricas tradicionais, as conversas na calçada ou nos quiosques. Daí quando ocorria um ato público político ou comemorativo haver uma grande afluência de público.

Geralmente a historiografia sobre a vida sociocultural daquela época dá um toque colorido aos eventos ocorridos. Os jovens de valor, muitos dos quais despontaram na intelectualidade brasileira, posteriormente, faziam o deleite da pequena classe média instruída, com suas criações em prosa e verso. A oratória era muito apreciada. Os pequenos jornais e sociedades literárias de curta duração foram numerosos. Veja-se a *História da Literatura Cearense, 3º Tomo*, do historiador Dolor Barreira, que retrata com mestria esse fato, dedicando um estudo bem objetivo sobre a participação da Fênix.

Todo esse arrazoado pretende explicar o surgimento da Fênix Caixeiral em sua época. Ela não foi criada superficialmente pela boa vontade de poucos e permaneceu ativa, por décadas, sem causas históricas determinantes. O inter-relacionamento de certos fatos, devidamente aproveitados pelas lideranças caixeirais, mantiveram em evolução a existência de tão heróica associação de classe. Não foi também uma associação estática, no contexto das transformações socioeconômicas ao longo de sua existência. A atualização de seus estatutos foi um instrumento importante de sucesso, quando reformados em 1901, 1906, 1910, 1912, 1921, 1925, 1930 e 1938.

A promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 24 de fevereiro de 1891, em seu Artigo 72 § 2, declarava que “Todos são iguais perante a lei.” Entretanto se fazia necessário para a fruição deste princípio constitucional, que os cidadãos componentes de determinada classe, soubessem reclamar direitos sonogados por outros indivíduos que se julgassem membros de uma classe privilegiada. A educação do cidadão é o único meio que lhe abre o caminho de procurar seus direitos e conquistas sociais.

Em começo do mês de maio de 1891, dois jovens, Heráclito Domingues da Silva e Januário Augusto Fernandes, queixando-se a Antônio Alves Brasil, cidadão culto e experiente da sociedade fortalezense (STUDART: Dic.57), da desconsideração que existia com a classe caixeiral do Ceará, ouviu dele a seguinte opinião: *Fundem uma Socie-*

dade, escolham para dirigir rapazes de bom senso e força de vontade, e verão se o valor moral da classe não se elevará, e se ela não se tornará credora da consideração e respeito das outras classes. (MEMÓRIA: 18).

Foi formada, então, uma Comissão Iniciadora, composta por Raimundo Cabral, César A. da Silva, Miguel Teixeira de Castro Sobrinho, Januário Augusto Fernandes, Heráclito Domingues da Silva e Bemvindo Alves Pereira, os quais, unidos com vários caixeiros, reuniram-se na casa n. 193 da rua Formosa (atualmente Barão do Rio Branco), no dia 24 de maio de 1891, e fundaram a Sociedade Fênix Caixeiral. Na Ata dessa reunião consta a nomeação de uma comissão composta pelos senhores César A. da Silva, José da Silva Bomfim e Raymundo Chaves de Castro Ramos.

Em Assembléia ocorrida em 14 de junho de 1891, foram apresentados e aprovados seus primeiros estatutos. Uma Comissão formada pelos senhores Silvio Uchoa, Raymundo Cabral, Raymundo Cam, Afonso Lima, Antônio Porto e Bemvindo Alves Pereira, elegeram como Presidente Provisório, Antônio Alves Brasil confirmado na Instalação solene da sociedade, realizada no dia 24 de junho de 1891, em um dos salões do Clube Iracema.

Conta Antonio A. Brasil que não desejando assumir o cargo de Presidente, convidou outro colega obtendo a seguinte resposta: *Não vou perder tempo, aborrecer-me com uma meninada mal educada de que infelizmente é composta a classe caixeiral do Ceará.* (MEMÓRIA: 41). Aceitou, porém, naquela circunstância, aquele cargo, eleito que foi na instalação da Fênix, tornando-se seu primeiro Presidente. Jovino Guedes posteriormente veio a se tornar amigo da Fênix. (MEMÓRIA: 41).

A solenidade de Instalação “recebeu as homenagens de toda a população de Fortaleza representada por tudo quanto possuía de mais nobre.”

Surgia a FÊNIX CAIXEIRAL. Um ano depois era convidada pelo Congresso Constituinte para comparecer à sessão solene de 12 de julho de 1892, para promulgação da Constituição Política do Estado, convite assinado pelo 1º secretário, Agapito Jorge dos Santos.

Seus objetivos principais, ao longo dos anos, foram atingidos: congregar, educar, instruir e proteger seus associados.

Logo no dia 1º de agosto de 1891, sob festas e aplausos de enorme multidão, foi instalada uma ESCOLA DE COMÉRCIO. na casa n.

92 (sobrado) da rua Formosa (atualmente Barão do Rio Branco), no terceiro andar. Estavam presentes a essa solenidade representantes do Corpo Comercial, da Imprensa, das Letras, da Justiça, do Foro, das Artes, da Indústria. Na ocasião foram empossados os professores Thiago Ribas, de Português, Samuel Mundim, de Francês e Eugenio Brandão, de Aritmética. No final foi dada a palavra, fazendo uso dela os senhores: Dr. Raymundo Farias Brito, Temístocles Machado, pela União Estudantal; Eugênio Brandão, professor de Aritmética; Tenente Alfredo Peixoto; Comandante Joaquim Potiguara, pela Escola Militar; Abd El Raman Catunda, pela 19 de Outubro; A.da Cunha Mendes, aluno da Escola Militar e outros cinqüenta e cinco que assinaram a ata. (Ata de instalação) (CASTELO: 300).

As aulas eram ministradas à noite. Havia resistência ferrenha dos patrões em liberar seus empregados às 18 horas. Alguns comerciantes afirmavam: *Caixeiro é simplesmente caixeiro; não deve, não pode ser estudante*. Muitos estabelecimentos comerciais cerravam suas portas às 20 horas... Houve patrões generosos que ajudavam seus empregados. Somente em 1911, o Conselho Administrativo da Fênix com a concordância da Associação Comercial, tentaram o fechamento dos estabelecimentos às 18 horas, o que não foi conseguido. O interesse maior dos comerciantes era o lucro... Essa conquista somente veio a se concretizar com a Lei Municipal nº. 33, de 28 de dezembro de 1920, quando era Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Adolpho Gonçalves Siqueira, que era Presidente da Fênix. Posteriormente foi Prefeito Interino de Fortaleza em 1923-1924.

A Fênix, juntamente com sua Escola de Comércio, funcionaram nos seguintes locais: 1. Rua Formosa nº. 103 (atualmente Rua Barão do Rio Branco) esquina com a Rua Guilherme Rocha. 2. Depois se mudou para a Rua Floriano Peixoto esquina com a Rua da Assembléia (hoje Rua São Paulo), ocupando o pavimento superior. Em seus salões fundaram-se a Academia Cearense (de Letras) em 15 de agosto de 1894 e o Centro Literário em 27 de setembro deste ano; 3. Transferiu-se daí para o sobrado da Rua Major Facundo nº. 2, esquina com a Rua da Misericórdia (atualmente João Moreira); 4. Por último ocupou o imóvel, de três andares, localizado à Rua Major Facundo nº. 28 (atualmente 154-156). Deste local transferiu-se para o palacete mandado construir pela Fênix, em 1905, na Rua Guilherme Rocha esquina com a Rua General

Sampaio, frente a Praça Marquês do Herval (hoje Praça José de Alencar). Finalmente, devido ao crescimento da associação, em 1915, foi inaugurado um edifício bem maior na esquina da Rua 24 de Maio com Guilherme Rocha, também em frente a Praça Marquês do Herval. Em sua época esses dois últimos prédios talvez fossem os mais bonitos da cidade.

O historiador Antônio Bezerra de Menezes no livro *Descrição da Cidade de Fortaleza*, publicado em 1895, afirma que as disciplinas que eram ministradas na Escola eram: português, francês, inglês, aritmética, escrituração mercantil e que a associação “começou com 123 e conta atualmente 300, e destes freqüentam as aulas 180”; “na sua modesta biblioteca encontram-se mais de 800 volumes de bons autores, sobre diversos autores.”

O Barão de Studart em *Datas e fatos para a história do Ceará* registra que em 6 de fevereiro de 1898 “A Sociedade Phenix Caixeiral a 1 hora da tarde, faz inauguração de sua Bibliotheca no edifício à rua Major Facundo n. 34.”

Neste mesmo ano, no dia 25 de junho, faleceu Pedro Muniz, segundo presidente da Phenix . Era destacado cidadão e intelectual merecendo verbete no *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense, volume I*, de autoria do Barão de Studart. A associação caixeiral publicou um jornal sob o título Pedro Muniz, homenageando o 30º. dia do passamento do seu Presidente.

Naquela época a associação dos caixeiros realizou o que o governo do Estado não conseguiu: fundar e dar continuidade a uma Escola de Comércio.

A Lei nº. 544, de 14 de agosto de 1899, assinada pelo Presidente do Estado, Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, criou uma Escola de Comércio, anexa ao Liceu do Ceará. O curso seria de dois anos abrangendo as disciplinas: português, francês, inglês, geografia, matemática elementar, contabilidade, escrituração mercantil, direito comercial e economia política.

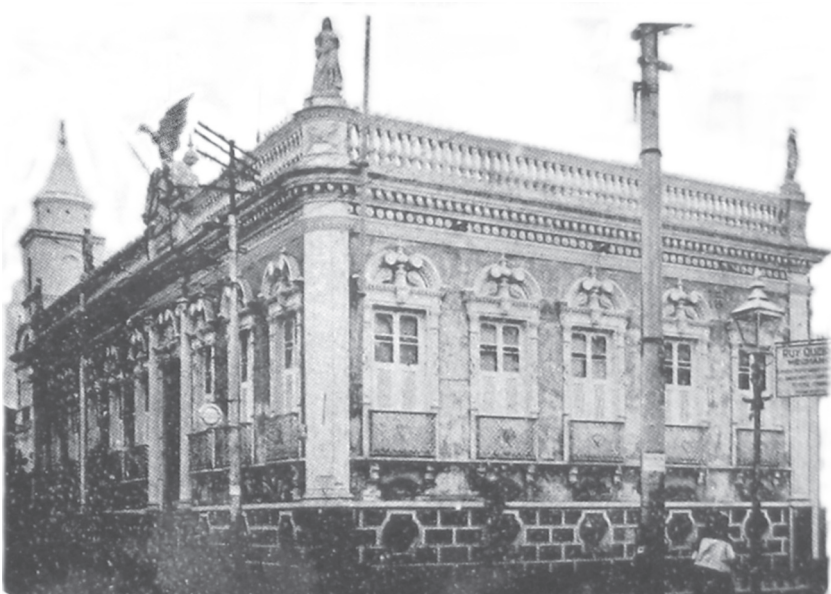
Seu regulamento foi publicado em fevereiro de 1900. Em 3 de agosto do mesmo ano a Lei nº. 597, assinada pelo Presidente Pedro Augusto Borges, autorizou a extinção da Escola. Seus professores ficaram adidos ao Liceu. Inexplicavelmente, outra Lei, a de nº. 752, de 20 de junho de 1904, sancionada pelo Presidente Antônio Pinto Nogueira

Accioly, extinguiu novamente a Escola de Comércio, “anexa ao Liceu do Ceará”. Desta vez outra Lei, sancionada pelo Presidente Coronel Marcos Franco Rabelo, a de nº. 1078, de 14 de abril de 1913, restabelece aquele estabelecimento de ensino (CASTELO: 297-300). Por coincidência, em 1904 estava em construção o palacete da Fênix da Rua General Sampaio, e em 1914 aquele da Rua 24 de Maio.

A inauguração da primeira sede própria da Fênix Caixeiral, em 1905, foi uma prova da força da “classe caixeiral” representada por suas lideranças, tendo a frente Joaquim Magalhães, seu Presidente. O *Almanach do Ceará 1906*, registra o que representou aquele fato em Fortaleza, tornando, ao ser publicado, um dos testemunhos históricos imorredouros de uma época.

A descrição é esmerada em sua síntese:

É de hontem, porém, altamente edificante, a história desta gravura. Representa ella o soberbo edificio que a brilhante sociedade de moços do commercio inaugurou em Junho do anno passado, especialmente construído para a sede social da Phenix, à praça Márquez de Herval.



Fachada do Palacete Phenix Caixeiral vista da esquina da Rua Guilherme Rocha com General Sampaio, vendo-se ao fundo a Igreja do Patrocínio - 1905

O magnífico palacete ocupa o ângulo oriental da referida praça com a rua General Sampaio. Para o lado desta rua há cinco vãos de portas e dez outros, inclusive a porta principal, fitam a Avenida Nogueira Accioly (sic).

Esta parte constitui a frente de 160 palmos (35,20m) de comprimento, 65 (14,30m) de largura e 40 (8,80m) de altura, compreendendo a rica platibanda que encima ambos os lances de edifício.

No alto da cornija correspondente à porta principal, ostenta-se o emblema da sociedade, uma Phenix, o formoso passaro de Osíris, que symbolisa as nobres aspirações da intrépida e valorosa mocidade.



Fachada do Palacete Phenix Caixerial, lado ocidental na Rua Guilherme Rocha - 1905

Para o interior do edifício penetra-se por uma bonita escada de madeira do Ceará.

Nas paredes do vestibulo estão pintadas figuras representativas da Industria e do Commercio. O fundo é de mármore cinzento com veias brancas e está tingido de óleo.

O primeiro salão em frente, é o da Bibliotheca, medindo no todo 30 palmos (6,60m) de largura por 90 (19,80m) de comprimento. O vasto salão, forrado a papel, está mobiliado por oito grandes estantes envidraçadas



Phenix Caixeiral - escadaria na entrada

que circulam, e mezas adequadas ao fim a que é destinado. Contíguo fica o pequeno gabinete da administração, também confortável e elegante.

No vestíbulo, ao lado direito, encontra-se o salão de honra, medindo 40 palmos (8,80m) de comprimento por 35 (7,70m) de largura.

As paredes são forradas de papel de fundo azul claro, e o forro do tecto, como todos os outros forros do edifício, é de aço com esplendidas ramagens em relevo, doiradas e prateadas.

O soalho é de pau setim com barras e enfeites de acapú.

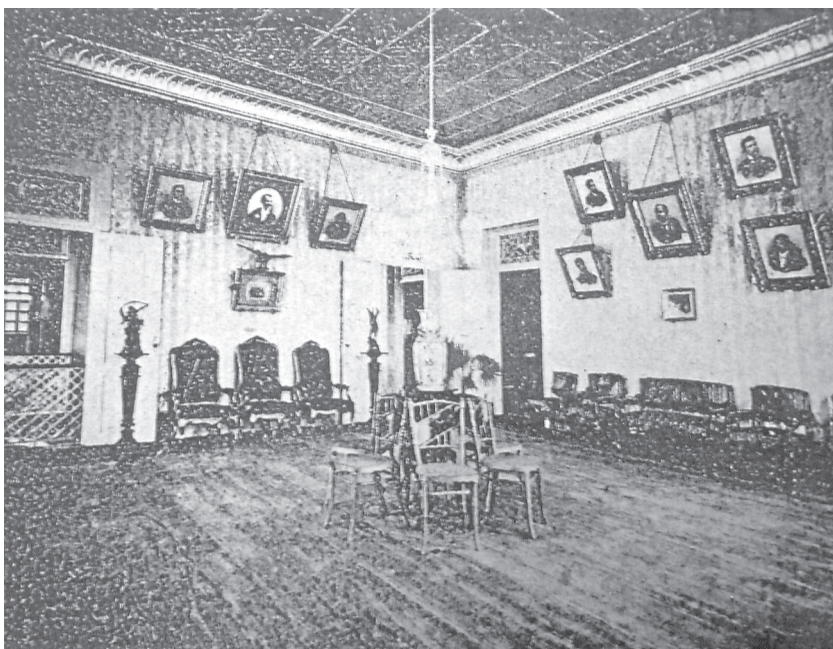
Este salão é mobiliado ricamente.

Ao lado esquerdo do vestíbulo ficam dispostos dois bellos compartimentos ou salões para as aulas, ambos pintados a óleo, um cor de salmon, outro azul saphyra, guirlandados de trepadeiras e jasmims, tendo ao canto festões de rosas.

Corre em todo o fundo do edifício uma primorosa varanda paralela à rua General Sampaio. É pintada de verde claro com lindos arabescos e desenhos.



Phenix Caixeiral - Salão da Biblioteca



Phenix Caixeiral - Salão de Honra

Dessa varanda desce-se ao pateo onde estão os aparelhos para exercícios físicos, etc.

O porão do edifício ao todo ocupa uma área de 300 metros quadrados, está repartido em outras tantas dependências para aulas.

A construção que, iniciada em Março do anno passado, terminou a 10 de Junho do mesmo anno, orça por cerca de sessenta contos de reis.

Reproduzindo a estampa acima o Almanach do Ceará, o faz com o sincero intuito de uma expressiva homenagem à Constancia, ao civismo e ao valor dos moços abnegados que se congregam sob o labaro da instrução e do trabalho, ardentes e cheios de fé, congraçados por um symbolo immortal.

Assim, se expressou sobre ela, o Barão de Camocim, Vice-Presidente da Associação Commercial do Ceará, no Relatório do ano de 1906: *...Para prova do que tenho a dizer, sirva para nosso estímulo o preito que devemos render à mocidade do commercio de nossa praça; a esses moços que serão os commerciantes do futuro, pelo exemplo que nos deram com a criação da associação “Phenix Caixeiral.”*

Em 15 de junho de 1906, no recém-inaugurado Palacete da Rua Guilherme Rocha, a Fênix Caixeiral recebeu a visita do Presidente do Brasil, Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, acompanhado de ilustre comitiva na qual encontrava-se o Presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly. Deve ter causado boa impressão ao Presidente aquele evento, tanto assim que na mensagem presidencial apresentada ao Congresso no ano seguinte “aconselhou a Nação que auxiliasse as escolas praticas de Commercio no Estados.”

Apesar das dificuldades a Fênix atingiu os objetivos programados para os primeiros dez anos de existência. Em 1901 a *Revista Fênix Caixeiral*, órgão oficial da associação, afirmava: “Sobre todos os tentamens, visamos de preferência a Instrução; e nenhuma corporação congênere, em nosso país, dadas as relatividades do meio, pode registrar a respeito o resultado obtido pela Phenix Caixeiral”. (MEMÓRIA: 20).

Entretanto, somente a partir de 1912 passou a conceder diploma de *guarda-livros* aos concludentes do Curso Commercial. Esse título conferia ao profissional prerrogativas específicas para executar a contabilidade mercantil. A formação técnica deles veio mudando, conco-

mitante com as necessidades complexas das atividades mercantis, sempre em progresso. O grande mérito e sucesso da Fênix Caixeiral foi acompanhar essas mudanças atualizando seu ensino, cumprindo determinações legais.

A Fênix sempre esteve presente nos eventos sociais e comemorativos ocorridos na cidade. Por ocasião das comemorações do 4º. Centenário da Descoberta do Brasil (1900), realizou sessão solene em sua sede localizada à Rua Major Facundo nº. 34. Foram expedidas correspondências para associações congêneres do Brasil, dentre elas para a dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, Perseverança e Auxílio de Maceió, Centro Caixeiral do Maranhão, Clube Caixeiral de Porto Alegre, Empregados do Comércio de Pernambuco, União Caixeiral de Sergipe. Fato esse que demonstra a existência de um movimento caixeiral em grande parte do Brasil.

Não menos expressivos foram os festejos organizados no 1º. Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Foi publicado neste evento uma *Memória Histórica da Phenix Caixeiral do Ceará (1891-1922)*, como contribuição dessa Sociedade na Exposição Nacional.

Dentre centenas de profissionais formados por ela, destacamos nominalmente, como homenagem, aqueles diplomados de 1912 até 1920. Integrados que foram às atividades do comércio de Fortaleza. Em 1912: Raymundo de Paula Vianna, Valmar Borges da Silva, 1913: Hippolito da Silva Mattos, Manoel Alves de Oliveira, Jader Augusto de Moraes, Alberico Gomes Parente. 1914: Eurico de Alencar Araripe, Alberto Façanha de Sá, Joaquim de Oliveira Lima. 1915: Sergio Rodrigues de Carvalho, José Joaquim de Oliveira Paiva, Anastácio Pessoa, José Bezerra da Rocha, Prisco Vieira de Brito, Raul Amora Gadelha. 1916: Edgar Dutra Nunes, Francisco Patrício de Barros, Renato Freire, Alípio Mattos. 1917: Francinet Correia Leitão, Manoel Marinho da Silva, Mario Ramos Torres de Melo. 1918: José Pinto Cavalcante. 1919: Anthero Gomes de Oliveira, Célio Augusto de Moraes, Fileto do Carmo, Josaphat Lima Linhares, Manoel Sadoc Cisne, Raymundo de Freitas Ramos, Waldemar Barros. 1920: Edgar Ramos de Alencar, José Waldizar Jucá, César Garcia Juaçaba, Walter Fernandes, Francisco Rangel Borges, Elias Mallmann.

Desde sua fundação em 1891 até 1922, no centenário da Independência do Brasil, foram matriculados na Escola de Comércio:

1891 -147 alunos; 1892 - 87; 1893 - 112; 1894 - 104; 1895 – 118; 1896 –111; 1897 – 122; 1898 - 131; 1899 - 108; 1900 - 117; 1901 – 120; 1902 – 106; 1903 – 121; 1904 – 123; 1905 - 176; 1906 – 254; 1907 – 147; 1908 – 168; 1909 – 132; 1910 – 122; 1911 – 186; 1912 – 149; 1913 – 136; 1914 – 162; 1915 – 243; 1916 – 197; 1917 – 187 – 1918 – 163; 1919 – 218; 1920 – 172; 1921 – 205; 1922 – 202. Total : 4.846 alunos. Média anual de alunos: 150.

Nesse mesmo período foram Presidentes da Fênix Caixeiral: 1891- 1892 – Antônio Alves Brasil (ver STUDART, Dicionário v. 1). 1893 – Pedro Muniz (ver STUDART, *Dicionário* – v. 3). 1894 – Francisco Barros Teles. 1895-1896 – João R. Salgado (Gerente do Banco do Ceará). 1897 – José Rodrigues de Carvalho (Contador do Banco do Ceará). 1898 - 1899 – Francisco Barros Teles. 1900 – Antônio Ivo de Matos. 1901-1902 – **Joaquim Magalhães** (Guarda-Livros no Banco do Ceará). 1903-1904 – João de Castro Ramos. 1905-1907 – **Joaquim Magalhães** - 1908 – Joaquim Sá. 1909 – Gabriel Fiúza Pequeno. 1910-1919- **Joaquim Magalhães**. 1920-1922 – Adolpho Gonçalves Siqueira. (Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza e posteriormente Prefeito Interino).

Ocuparam, também, durante tempo mais ou menos longo, a presidência da Sociedade, os seguintes sócios: Antônio Ivo de Matos (1897); José Perdigão Bastos e Raimundo Themistocles Barroso de Carvalho (1899); Francisco Pinto de Mesquita (1904); Antônio Nunes Valente (1909); Antônio Uchoa Mourão (1910): todos como substitutos legais e em virtude de retirada, definitiva ou temporária, dos presidentes efetivos, para fora do Estado. Dentre outros, Heráclito Domingues da Silva (fundador) e Prisco Cruz, serviram como presidentes, alternadamente com os efetivos durante anos. (MEMÓRIA. p.11).

Conforme os Estatutos de 1925 eram três os poderes sociais da Fênix: a Assembléia Geral, o Conselho de Honra e o Conselho Administrativo. Este último funcionava como um Poder Executivo. Era composto por 45 membros, todos sócios, assim distribuídos: um Presidente; 1º. e 2º. Vice-Presidentes; 1º, 2º, 3º e 4º. Secretários, 1 Secretário da Escola de Comércio; 1º e 2º Tesoureiros; 1º. e 2º. Bibliotecários; 12 Diretores, juntamente com 12 Adjuntos de Diretores, um em cada mês; Comissão de Sindicância – 3 membros; Comissão de Finanças – 3 membros; Comissão de Representação ; 3 membros. Além desses, havia um Médico; um “Administrador do Palácio Social”, um

Procurador. Era uma organização complexa, mas eficiente, com funções definidas nos Estatutos. Os relatórios anuais eram circunstanciados, descrevendo todas as atividades realizadas durante cada administração.

Neste Estatuto destaca-se o **Art. 148. § Único – Qualquer Reforma, porém, que se proceda nesta Lei, não poderá, antes de 50 anos, alterar os artigos 137 e 138, cujas disposições textuais são irrevogáveis nesse período.** Os citados artigos afirmavam que *Os bens imóveis da Sociedade são inalienáveis de modo próprio, salvo si nove décimas partes dos sócios efetivos no gozo pleno de seus direitos e residentes nesta Capital, autorizarem por escripto ao Conselho Administrativo sua venda ou qualquer espécie de alienação.* Cinquenta e quatro anos depois (1979) o *Palácio Social da Fênix Caixeiral* foi vendido e cinco anos depois (1984) demolido.



Local (hoje) onde ficava o Palacete da Fênix Caixeiral na esquina da Rua General Sampaio com Rua Guilherme Rocha

A inauguração do 2º Prédio Social da Phenix Caixeiral deu mais prestígio a classe caixeiral. Vejamos a descrição dele:

È o Palacete da Phenix Caixeiral, situado nas ruas 24 de Maio, frentes, e 24 de Janeiro (hoje Cel. Guilherme Rocha), literalmente, o mais bello e o mais importante edificio desta Capital, quer sob o ponto de vista architectonico, quer sob o ponto de vista de suas ornamentações, quer sob o ponto de vista de suas dimensões. A sua architectura uma combinação do “Corinthio”, no segundo pavimento, com o “Jonico”, no primeiro, offerece um agradável conjuncto com apropriação aos fins da mesma Sociedade. Com effeito, o primeiro pavimento é destinado ao funcionamento da sua “Escola de Commercio” e da sua Bibliotheca, o que justifica o seu estylo – Jônico -, e o segundo foi preparado para a realização das festas commemorativas das suas datas grandiosas e das sessões do “Conselho Administrativo”, o que, igualmente, fundamenta o seu estylo – Corinthio.

Este elegante Palacete de custo aproximado de 350 contos, inclusive o preço do terreno e o prejuiso de um desastre, nelle verificado, foi projetado pelo hábil artista cearense J. de Paula Barros, sendo seu



Fachada do segundo prédio da Phenix Caixeiral esquina da Rua 24 de Maio com a Rua Guilherme Rocha - 1915

construtor o competente architecto Augusto Lopes, também cearense, sob a direção technica do illustre Dr. Anthero Freitas do Amaral. A sua pedra fundamental foi festivamente lançada em 24 de Junho de 1913, e as obras de sua construção iniciaram-se em 18 de Agosto do mesmo anno, ficando da mesma encarregada uma commissão composta dos distinctos phenistas – Antonio Nunes Valente, presidente, Joaquim Jorge Vieira, thesoureiro; Arthur de Moura Ramos, secretario; Joaquim Sá, administrador, e João de Alencar Araripe, director financeiro, o qual, tendo falecido, foi substituído por Álvaro Nunes Weyne.

O importante edificio, que ocupa uma área de 1.163m², tem as fundações de concreto pedra britada com argamassa de cimento de 1:3 de areia – com dimensões de 1m,40 de altura e 1m de espessura: as paredes, de alvenaria de tijolo com argamassa de cal e cimento, medem de espessura, as principaes, do primeiro pavimento, 0,60m as do segundo, e 0m,50, e as internas, divisórias.

A altura do rico Palacete é, actualmente, de 14m., comprehendendo o primeiro pavimento de 6m,50, o segundo 6m, e a platibanda 1m,50. Com a cúpula, a sua altura se elevará a 26m, inclusive o mastro de 4m., pois o zimbório mede 6m. e o lauternim (sic) 2m. A cúpula é complemento da obra.

O primeiro pavimento (com 7 portas para a Rua 24 de Maio, 1 grande portão para a Praça Márquez do Herval, e 13 portas para a Rua 24 de Janeiro (hoje Cel. Guilherme Rocha), e mais 9 portas para o jardim desta ultima Rua, tendo 6m.25 de largura e 9m.52 (59.50m²) - de comprimento com um bellissimo portão de ferro e gradil – estylo moderno – e 18 para os pateos internos do arejamento, descobertos) está dividido em 9 compartimentos, sendo dois grandes salões de 18m. x 9m.75 (175,50m²) cada um e outro de 9m.15x6m.6m.50 (59,48m²) destinados às aulas da “Escola de Commercio”; um quarto salão de 13m.40x8m.28 (111m²), do lado da Rua 24 de Maio, para a Bibliotheca; um quinto de 14.20x 8.0 (113.60 m²) também para aulas; um salão de 8.0m x 5.0 (40.00m²) para consultas medicas; um espaçoso corredor 3.10x12.90m que conduz à escadaria interna; uma dependência de 6.30m x 3.40m (21.42m²) para archivo; outra, sob a escadaria interna com mictorios, e water-closets, e, finalmente, o vestibulo de 8.28m x 8.20 (67,90m²), onde se acha montada uma riquíssima escadaria, com elegante balaustrada de pão setim e degraus de acapu, em dois

ramos com dois patamares. Este pavimento é todo ladrilhado a mosaico allemão de lindos padrões, e os forros todos de cedro com finíssimas pinturas.

O segundo pavimento (com sete janelas para a Rua 24 de Maio, um janellão para a praça Márquez do Herval e 13 janellas para a Rua 24 de Janeiro (hoje Cel. Guilherme Rocha), e, mais 4 janellas e uma varanda, de 9.63m, de venezianas e vidraças para o jardim, 18 janellas para os pateos internos, e 2 portas para um pequeno terraço) está dividido em 6 compartimentos, sendo um grande salão (o maior desta capital) de 20m x 18.40m (368 m²); um segundo salão de 19.85m x 8.00m (158 m²), destinado a um museu; um terceiro de 12.45m x 9.93m (123,62 m²) para as sessões do “Conselho Administrativo” da “Phenix”; uma sala de 6.30 x 3.40m (21.40m²) para toilette das senhoras com lavatório, sanitário, boudoir e terraço; à dependência da escadaria e o salão nobre, para o lado da Rua 24 de Maio, estylo a Luis XVI. Os soalhos deste pavimento, todos de acapu, setim e violeta, em mosaico, montam sobre longarinas de ferro e apoiadas sobre as paredes e columnas do primeiro pavimento. O tecto do salão nobre é de estuque, e os forros dos demais salões são todos de cedro. Pinturas, lindíssimas bordam os tectos dos salões, notadamente, no salão grande, dividido em quatro painéis, representando o Commercio, a Agricultura a Industria e a Musica.

As paredes deste pavimento, como o do primeiro, são todas pintadas a óleo, e as do “Salão Nobre” contem lindos paneaux, conforme o estylo de sua decoração.

O travejamento da coberta, de telhas de amianto e cimento, é todo de madeira de lei do pais.

O edificio é todo illuminado à luz electrica, sendo os lustres de bronze dourado. Finalmente, as portas e as janellas são todas de acapú.

Em ligeiros traços, aqui fica a descripção do Palacete que, hoje, se inaugura, supprindo o leitor intelligente a deficiência deste trabalho, que muito aquem está da imponência e magnificência deste edificio, que attestam o quanto podem a dedicação e o esforço pelas causas nobres e elevadas.

(Da edição especial do “Phenix Caixeiral”, commemorativa do 24.º anniversário de sua instalação e da inauguração de seu novo Prédio).



Salão Nobre do Palácio Social - Reunião do Conselho Administrativo

Os Relatórios anuais são repositórios de sua história. Aqueles apresentados em 1908 e 1909 registram os seguintes dados:

A **Biblioteca** possuía 4.208 volumes e funcionava das 19h30 às 21h. Foram emprestados 5.192 volumes e consultados 5.781. O Mausoléu para seus associados, no Cemitério São João Batista, 1º. Plano, com 11 lugares, era de fino acabamento, e avaliado em 4:087\$ 000 rs (oito contos e oitenta e sete mil réis). O Pecúlio para os associados era de 300\$000 réis, com uma contribuição anual de apenas 6\$000 réis. O Prédio da rua Guilherme Rocha, estava segurado em 60:000\$000 réis (sessenta contos de réis) mas valia 66:000\$000 réis (sessenta contos de réis). Assistência Médica foi criada em 1908. O médico, Dr. Eduardo Borges Mamede, recebia de honorários 100\$000 réis mensais. Havia visitas domiciliares. Professores : os vencimentos mensais variavam de 40 a 110\$000 réis Recebia subvenção do Governo Federal no valor de 5:000\$000 réis anuais; para o orçamento de 1909.

Foi instituída uma **Secção Militar da Fênix**. O instrutor, Capitão Heráclito Helio Fernandes Lima, recebia honorários de 100\$000 réis mensais. Foram importadas da Europa armas e munições. Inscreveram-se 45 associados; o Relatório relaciona o nome deles. Cada cartucho custava para o usuário 20 réis. As aulas de “Linha de Tiro” eram reali-

zadas no 2º. Plano do Passeio Público. Posteriormente foi denominado Tiro de Guerra. Daí Rodolpho Teophilo em suas “reminiscências”, afirmar: *Os seus sócios, mais de mil, sabem manejar as armas [...]*; isso em 1926.



Salão da Biblioteca

No Relatório de 1919, constava que o patrimônio da Fênix, em 1901 era de 100:154\$380 réis, em 1919, 260:892\$960 réis. Neste ano arrecadou em mensalidades 20:146\$382 réis. Recebeu em subvenções 10:000\$000 réis do Governo Federal e a mesma quantia do Governo Estadual.

Foram muitas as realizações das lideranças fenixitas em benefício da associação, e da classe caixeiral.

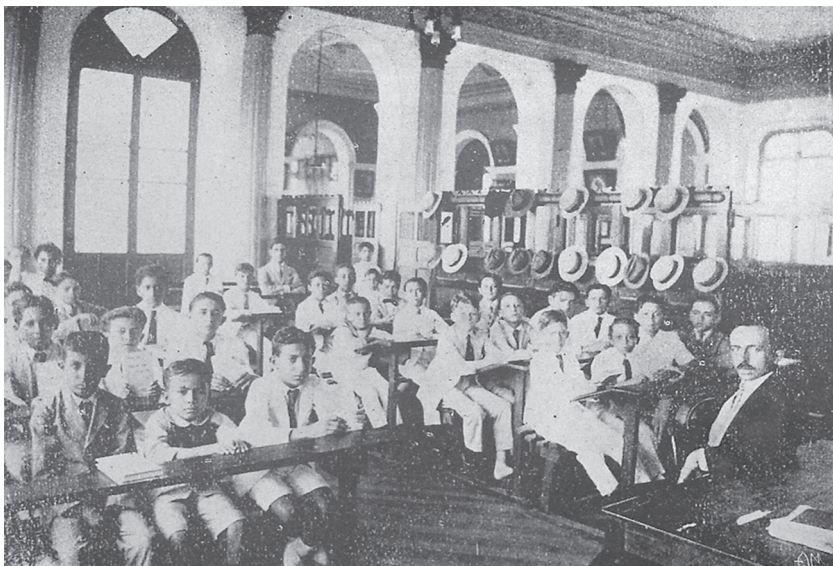
Lei Estadual n.º 1306, de 5 de setembro de 1915. Autoriza o Presidente do Estado a subvencionar, anualmente, até a quantia de 10:000\$000 réis (dez contos de réis) a Escola de Comércio mantida pela Phenix Caixeiral.

Lei Municipal n.º 56, de 25 de junho de 1918. Considera feriado Municipal o dia 24 de junho, data da instalação da Sociedade Phenix Caixeiral.

Decreto Federal n.º 3523, de 28 de agosto de 1918. Considera de utilidade pública a Associação Comercial do Ceará e a Phenix Caixeiral, de Fortaleza.

Lei n.º 33, de 28 de dezembro de 1920. Regulamentação do Fechamento de Portas no Município de Fortaleza. Art. 1.º - As casas bancárias, as lojas de fazendas e miudezas, as agências e escritórios comerciais, os armazéns e os estabelecimentos comerciais em geral, não poderão permanecer abertos além das 18 horas. § único - Os bancos e as casas bancárias poderão funcionar, realizando serões, até durante 10 dias em cada mês, sem contudo prolongá-los além das 23 horas. Art. 2.º - As oficinas de barbeiros e cabeleireiros fecharão, nos sábados, às 22 horas e, nos dias úteis restantes às 19 horas. Art. 3.º - Nenhuma loja de fazendas, oficina, fábrica, armazém, ou outro qualquer estabelecimento comercial, poderá abrir suas portas aos domingos ou feriados nacionais e dias santificados...”.

A Câmara Municipal de Fortaleza tinha como Presidente Adolpho Gonçalves Siqueira (então Presidente da Phenix), Antônio de Alencar Araripe, Secretário, Cunegundes Rodrigues da Silva, João José Vieira da Costa, Demosthenes Brígido, Thuribio Motta, Luís Perdigão Bastos e José Arruda.



Escola de Comércio - Curso Anexo



Escola de Comércio - 1º. Ano do Curso Profissional



Escola de Comércio - 2º. Ano do Curso Profissional - Está assinalado no primeiro plano, o professor Francisco de Menezes Pimentel, posteriormente governador e senador do Ceará



Escola de Comércio - 3º. Ano do Curso Profissional



Escola de Comércio - 3º. Ano do Curso Profissional



Escola de Comércio - 5º. e 6º. Anos do Curso Profissional

Decreto Lei Federal nº. 472 A, de 23 de agosto de 1923. Reconhece a **Escola Prática de Comércio** mantida pela Phenix Caixeiral de Fortaleza, os diplomas concedidos por ela, equiparando-os com os da **Academia de Comércio do Rio de Janeiro**.

Em 24 de fevereiro de 1926, são aprovados pelos acionistas os Estatutos do Banco de Crédito Caixeiral (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada), cuja sede localizava-se à rua Floriano Peixoto, nº. 246. Seu capital social era constituído por ações de 20\$000 réis.

Em 1932 foi a Escola Técnica reconhecida pelo Governo da União submetendo-se ao regime de inspeção federal.

Em 1936, pela Lei nº. 112 de 20 de maio, foram concedidas, anualmente, auxílios no total de 11:000\$000 réis (cento e dez contos de réis), às Escolas Técnicas de Comércio da Fênix, em Fortaleza, e as de Crato e Sobral. Sendo 50:000\$000 réis (cinquenta contos de réis, para a Fênix, 30:000\$000 réis para cada uma das duas citadas. Estes valores deveriam ser usados na construção e reforma de prédios para melhor funcionamento das aulas.



Título de Sócio Efetivo concedido naquela época, pela Phenix Caixaerial, a seus associados

Em 1931, em artigo publicado no **Album de Fortaleza**, organizado por Paulo Bezerra, é afirmado que o Banco de Crédito Caixaerial tem filiais em Iguatu e outra em Aracati.

Pelos novos estatutos, 1931, foi instalada a **Caixa dos Desempregados** cujos fundos eram formados com 10% da renda social ordinária.

A **Guarda Cívica Fenixta** desempenhou, em outubro de 1930, importante participação na segurança da capital. Era Presidente da associação caixaerial o Sr. Edgard Falcão.

Em 1937 o pecúlio pago para os associados já importava em 1:500\$000 réis.

Nesse mesmo ano a administração fenixta era assim constituída:
Conselho de Honra: Adolfo Gonçalves de Siqueira, Maximiano Leite Barbosa, Fausto Cabral, Carlos Ribeiro Calmon, Oscar Pettezzoni.
Conselho Administrativo: Edgar Sá – Presidente; Elpidio Gladstone – Vice-Presidente; Francisco Vasconcelos de Arruda – 1º Secretário; Eliseu de Sousa Pereira – 2º Secretário; Carlos Brito – Tesoureiro; João Aderson

Nogueira de Sousa – Adjunto Tesoureiro. Comissão de Finanças: José Paulo Jucá, Eduardo Sabóia de Castro, Expedito de Castro. Comissão de Instrução: Moacir Mota, Raimundo Lopes, Reginaldo Rocha. Comissão de Assistência Social: Edgard Falcão, Aponiano Avelino de Sousa, José Jucá Albuquerque. Comissão de Higiene: Olavo Euclides de Araújo, Irajá Vasconcelos, Mario Fernandes Machado. Comissão de Representação: Artur Bezerra de Meneses, Agostinho Mendonça, Jefferson Braun. Comissão de Sindicâncias: José Bastos Filho, Antônio Oliveira Bino, Maranaldo Dias de Carvalho, Raimundo de Almeida Moraes, Enoque Brasil de Matos, Eliseu Barros de Freitas, Salomão da Silva Carneiro, Joel Viana Camurça, João de Deus Oliveira.

A Fênix Caixeiral possuía, em 1931: um Cine-Teatro, Pátio de Diversões, Centro de Cultura Física (posteriormente Praça de Esportes) um **Tiro de Guerra** para formação de reservistas do Exército. A Secção Militar, criada em 1908, com a denominação de **Linha de Tiro**, foi uma pioneira dos **Tiros de Guerra**, mesmo antes da obrigatoriedade do serviço militar.

O seguinte documento constitui um registro na história da Fênix Caixeiral, trata-se do

*Hino do Empregado no Comércio
(Letra de Bastos Tigre)*

Força e glória ao comércio fecundo
Que progresso e concórdia produza;
A ligar os mil povos do mundo,
Elos de ouro são elos de luz!
Permutando as riquezas do solo,
Vai por terra, por mares, pelo ar,
Do Equador às geleiras do Pólo,
O conforto da vida levar.
Irmanados na ação progressista,
Vencerá nosso esforço tenaz;
É o comércio legião à conquista
Das incruentas vitórias da Paz.
Se é seu fito buscar a riqueza,
A ambição não se curva servil;
Visa a nossa labuta a grandeza,
A opulência, o esplendor do Brasil!

Se por mal de costumes iníquos
Foi o nosso mister – servidão,
Dão-nos hoje trabalhos profícuos,
Liberdade, conforto, Instrução.
Não nos fica na face impresso
O sinal de fadiga e de dor;
O trabalho conduz ao progresso,
Redobremos de extremo labor!

REFRÃO

Pela união fraterna e forte
Dez de nós valerão mil!
Aponte a paz o nosso norte,
Para a grandeza do Brasil!

(Este hino foi cantado, em solenidade do dia 30 de outubro de 1937 pelo “Orfeon Fenixta”).

Muitos personagens ilustres ligados à história de Fortaleza foram filiados a Fênix: como alunos, professores, sócios efetivos, beneméritos, honorários, ou pertencentes ao seu Conselho de Honra. Dentre muitos citamos: Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca – primeiro Presidente do Instituto do Ceará; José Gentil Alves de Carvalho – comerciante, empresário e banqueiro; Henrique Theberge – Engenheiro Militar, sócio honorário; Antônio Nunes Valente, Eduardo de Castro Bezerra, Adolpho Gonçalves de Siqueira – ex-Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, ex- Prefeito Municipal (1923-1924), Presidente da Fênix Caixeiral; Francisco de Meneses Pimentel – ex-Governador do Estado do Ceará (1936-1945), Senador pelo Ceará, Diretor do Instituto São Luís, Professor da Faculdade de Direito do Ceará, Professor da Fênix; Plácido Aderaldo Castelo – ex-Governador do Estado do Ceará, Deputado Estadual, Professor e ex- Presidente da Fênix, como também Sócio Benemérito; Sócio Efetivo do Instituto do Ceará; Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda – Catedrático do Liceu do Ceará; Henrique de Alencastro Autran – Professor do Liceu do Ceará e Colégio Militar do Ceará; Pedro Albano, Catedrático do Colégio Militar do

Ceará; Carlito Pamplona, D. Nila Gomes Soarez, viúva do conhecido educador cearense Edilson Brasil Soarez, Chistiano Câmara e mais recentemente, José Caminha de Alencar Araripe, Professor aposentado da Universidade Federal do Ceará, Jornalista renomado e escritor; Pedro Sisnando Leite – ex-Secretário de Estado do Ceará, Professor aposentado da Universidade Federal do Ceará, Economista destacado no Banco do Nordeste. Estes dois últimos são atualmente Sócios Efetivos do Instituto do Ceará.

Até a década de 1930 a Fênix Caixeiral esteve em ascensão, naquelas posteriores de 1940 e 1950, estabilizou-se. As mudanças da modernidade, em seguida, marcaram seu declínio. Seu desaparecimento não apagou ou desfez o que foi realizado no passado: inesquecível para a história, e para aqueles que foram seus beneficiários, que ainda, em número cada vez menor, guardam sua lembrança.

A Fênix perdeu o caráter classista e assistencialista para seus associados. Sobreviveu a Escola Técnica de Comércio. Posteriormente surgiram outras instituições congêneres, tanto no interior como na capital, tais como: Curso Francisco D’Auria; Escola Técnica de Comércio do Ceará; Escola Técnica de Comercio Padre Champagnat; Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho. No interior: Escola Técnica de Comércio de Juazeiro do Norte; Ginásio Anchieta, de Maranguape; Escola Técnica de Comércio Dom José, de Sobral; Escola Técnica de Comércio, do Crato.

Passou alguns anos em decadência, e problemas internos contribuíram para seu fim. Hoje existe com o nome Colégio Fênix Caixeiral, funcionando, triste coincidência, na antiga residência do ex-Governador e Senador Francisco de Meneses Pimentel, um ex-professor destacado. Está ele presente em duas fotografias do novo prédio da Fênix, anexas a este trabalho. Por sinal, quase perdidas, pois foram tiradas de publicações impressas. Os originais não existem mais.

Quando a Fênix mudou-se para novo prédio, em 1915, sua primeira sede própria na Rua General Sampaio, foi alugada, trazendo rendimentos para a associação caixeiral. Posteriormente ela foi vendida e demolida no meado do século XX. Foi construído ali um novo edifício, no qual funcionam atualmente serviços da área de saúde. Perdia, assim, a Praça José de Alencar, uma de suas referências históricas.

O historiador Nirez escreveu em artigo publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, de 2003, na efeméride do dia 10 de janeiro de 1979:

“A Fênix Caixeiral vende sua sede, na esquina da Rua 24 de Maio, nº. 446 com a Rua Guilherme Rocha nº. 648, ao Grupo Ximenes Tecidos S/A.” Em artigo do mesmo nome publicado na mesma revista de 2006, efeméride do dia 8 de junho de 1984, “Inicia-se a demolição do prédio da Fênix Caixeiral na esquina da Rua Guilherme Rocha nº. 648, com Rua 24 de Maio, na Praça José de Alencar. Fora vendido ao Grupo Ximenes Tecidos S/A.”



Local atualmente da antiga sede do Palacete da Fenix Caixeiral, na esquina da Rua 24 de Maio com Rua Guilherme Rocha

O tradicional jornal *O Povo* assim registrou o fim de um testemunho histórico da cidade de Fortaleza em sua edição de sábado, 6 de janeiro de 1979: *Vendido afinal o prédio da Fênix. Na ocasião O Povo ouviu Aloísio Ximenes, do Grupo Ximenes Tecidos S/A, que comprou o edifício. Ele explicou que “a decisão de concorrer à aquisição do prédio revestiu-se de caráter puramente comercial, levando-se em conta que a valorização determinada pela proximidade do centro de comércio justificava a oferta feita pela organização.” Até aquela data, o prédio ainda estava sem destino. “Pode virar um shopping center, uma incorporada, loja de departamentos, estacionamento ou mesmo a sede de nossa organização”, previa o novo proprietário.*

Posteriormente, completa o histórico daquele fato em artigo intitulado: *O edifício pomposo tombou, mas a Fênix Caixeiral vive em prédio de colégio. ... Com ele, vieram abaixo a imponente escadaria de madeira, os grandes salões nobres e sociais, e até um pequeno museu. Mosaicos alemães, forro de cedro, assoalhos de pau-cetim. Parte do acervo interno e da mobília do prédio foram transferidos para a sede da avenida Imperador. A venda do antigo prédio foi realizada em janeiro de 1979 e sua demolição foi concluída nos primeiros anos da década de 80. As dívidas avolumadas foram a principal causa da “queda, vendida em 1979 para o Grupo Ximenes Tecidos S/A, em seguida, para a Caixa de Previdência do antigo BEC, que demoliu o passado, transformando-o em um “lojão bancário”, com postos de prestação de serviços e captação de poupança.*



Prédio do Colégio Fênix Caixeiral na Av. do Imperador - (hoje)

Bibliografia

- ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas da Cidade Amada*. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.
- AZEVEDO, Miguel Ângelo de (NIREZ). *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.

BARREIRA, Dolor. *História do Ceará. História da Literatura Cearense. Tomo 11* Edição fac-similar. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

BARREIRA, Dolor. *História do Ceará. História da Literatura cearense. Tomo 3*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.

BEZERRA, Paulo. *Álbum de Fortaleza*. Fortaleza: Meton Gadelha & Cia, 1931.

CÂMARA, João. *Almanach Administrativo, estatístico, mercantil e Industrial do Estado do Ceará para 1896. Confeccionado por João Câmara*. Fortaleza: Typ. da República, 1896.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1970.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

MENEZES, Antônio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão.

MEMÓRIA Histórica da *Fênix Caixeiral do Ceará*. (1891-1922). Fortaleza: Typografia Commercial, 1922.

JORNAL O POVO.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Pequena História da Telefonia no Ceará*. Fortaleza: Telemar, 1982.

_____. *História da Escravidão no Ceará. Das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

STUDART, Barão de. *Datas e Fatos para a História do Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3 volumes.

THEOPHILO, Rodolpho. *O Caixeiro (Reminiscências)*. Edição fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura, 2002.

RELATÓRIOS DA SOCIEDADE PHENIX CAIXEIRAL. Referentes às administrações de 1909, 1919, 1925.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE PHENIX CAIXEIRAL – 1925.

MANIFESTAÇÃO AO PÚBLICO PELA SOCIEDADE CAIXEIRAL DO CEARÁ (**exclusão indevida de cidadãos da lista de eleitores por serem caixeiros**). Fortaleza, 1882.

Senado do Império: o senador Pompeo e o Ceará

MELQUIADES PINTO PAIVA*



O senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877) foi “a mais perfeita e íntima união do prestígio político e intelectual que registra a história do Ceará.” (CÂMARA, 1960: V). Louvado como naturalista, educador, geógrafo, historiador, jornalista, escritor, empresário e político, é natural que sobre ele existam vários textos biográficos, destacando sua atuação na vida pública provincial e nacional, embora poucos deles tenham maior profundidade e/ou abrangência, compatível com as atividades desenvolvidas e conhecimentos acumulados.

Tratando-se de personalidade de projeção nacional durante o Império, de cultura das mais proeminentes na sua época de curta vida, sacerdote e bacharel em Direito, abordou nos seus escritos temas os mais diversos, relativos à terra e ao povo do Ceará.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Agora vamos elaborar um esboço biobibliográfico de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, com o apoio maior em trabalhos assinalados com asterisco, na bibliografia consultada, destacando-se entre eles os da autoria de Raimundo Girão (1900 – 1988) – [in: CÂMARA, 1960 : XI - XVI (prefácio) e GIRÃO, 1977].

Filho do capitão de milícias Thomaz de Aquino Sousa, natural do Rio Grande do Norte, e de sua mulher Jeracina Isabel de Sousa, cearense de Santa Quitéria, filha única do capitão de ordenanças José Luís Pestana e Isabel Pinto de Mesquita, ele nasceu no dia 6 de junho de 1818 na povoação de Santa Quitéria, vinte léguas distante de Sobral (Ceará). Tinha ancestrais portugueses da atual Penafiel, bispado do Porto, sendo parente dos padres Miguel Joaquim d'Almeida Castro (Padre Miguelinho) (1768 – 1817) e Gonçalo Ignácio de Loyola Albuquerque Mello Mororó (1778 – 1825), heróis republicanos nordestinos, participantes e mártires das revoluções de 1817 e 1824, respectivamente.

Após seus estudos em Campo Grande (atual Guaraciaba do Norte), Thomaz Pompeo foi mandado para Sobral, em 24 de fevereiro de 1834, para cursar aulas de latim e humanidades do tio materno e advogado Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, depois deputado na primeira legislatura da Assembleia Provincial do Ceará (1835 – 1837). Em 10 de agosto de 1835 embarcou com destino a Pernambuco, para iniciar estudos no Seminário de Olinda, recebendo ordens sacras em 18 de setembro de 1841; pouco depois, em 24 de outubro de 1843, obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda. Antes mesmo de sua ordenação, exerceu a função de substituto da cadeira de Teologia, no Seminário de Olinda.

Em 10 de novembro de 1843 embarcou de volta ao Ceará, convocado pelo presidente Ignácio Corrêa de Vasconcelos, para instalar o Liceu do Ceará, criado pela Lei n.º. 304, de 15 de julho de 1845, sendo nomeado seu primeiro diretor e, como tal, Inspetor da Instrução Pública da Província do Ceará. No Liceu do Ceará foi professor da disciplina Geografia e História, ficando como diretor desde 19 de outubro de 1845 até 25 de abril de 1849, quando foi exonerado por motivos políticos; voltou à direção do educandário em 23 de outubro de 1853 e se aposentou em 17 de janeiro de 1865.

Pouco conhecemos a respeito do seu desempenho como padre católico. Durante oito anos esteve como vigário forâneo (geral) do Ceará, exonerando-se em 1860.

Na condição de advogado, salvo raras exceções, atuou apenas no cível, pois não gostava do foro criminal. Também neste campo, suas atividades não foram destacadas pelos que cuidaram de sua biografia.

No decorrer de toda a vida, mostrou-se zeloso na condução dos negócios, sempre econômico nos gastos e pontual nos compromissos financeiros. Foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A, constituída em 25 de julho de 1870, em decorrência de pacto associativo para fins de construção de uma estrada-de-ferro entre Fortaleza e Pacatuba, com ramal até Maranguape, assinado pelo senador e mais quatro outros fundadores da empresa pioneira (FERREIRA, 1989).

Celebrou contrato de trabalho com a presidência da província do Ceará em setembro de 1855, com vigência de dois anos, para apresentar uma resenha estatística sobre o Ceará. No desempenho do contrato, viajou durante todo o ano de 1856, visitando municípios das diversas regiões cearenses, mas teve muitas dificuldades para conseguir as informações necessárias, pela falta de colaboração das autoridades provinciais. Neste contrato se encontra a fonte primeira dos seus trabalhos posteriores sobre os diversos enfoques estatísticos e aspectos naturais do Ceará, que lhe deram merecido renome.

Em outubro de 1844 se candidatou a deputado da Câmara Geral, mas não foi eleito, ficando como primeiro suplente; em 1845 foi eleito deputado da Assembleia Provincial do Ceará (1846 – 1847). Com a morte do deputado-padre José da Costa Barros, chegou à Câmara Geral em 1846, ali permanecendo até 1848, cobrindo duas legislaturas. Nas eleições de 8 de fevereiro de 1863, foi incluído na lista tríplice para a escolha de novo senador pela província do Ceará, na vaga decorrente da morte do senador Miguel Fernandes Vieira, recebendo 602 votos; a escolha foi feita pelo Imperador, em 9 de janeiro de 1864, favorecendo o segundo colocado – Thomaz Pompeo de Sousa Brasil; sua posse ocorreu em 11 de fevereiro do mesmo ano, permanecendo como senador até 2 de setembro de 1877, data da sua morte em Fortaleza, onde foi sepultado no mesmo dia, em cemitério público e com hábitos talaes, conforme sua expressa vontade.

Iniciou-se nas lides políticas como um dos fundadores do jornal *Cearense*, em 16 de outubro de 1846, órgão do Partido Liberal, assumindo a direção em 1850, onde ficou até a morte.

Sempre pertenceu aos quadros do Partido Liberal, tornando-se o seu chefe na província do Ceará, após a morte do senador José Martinião de Alencar, ocorrida em 1860. Teve projeção política em escala nacional, havendo recusado o cargo de ministro do Império, quando os liberais ascenderam ao poder em 1864.

Não tinha condecorações, porque não as aceitava, mas foi enobrecido pelos diplomas honoríficos dados por instituições de ensino, profissionais e culturais, no país e no exterior. Foi sócio da Sociedade Literária Onze de Agosto (Recife), do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, da Sociedade Geográfica de Paris, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico da Bahia, do Instituto dos Advogados do Recife, do Instituto Histórico do Maranhão, da Sociedade Filomática do Rio de Janeiro, da Harmonia Maranhense e do Ateneu Maranhense (STUDART, 1915). Esta lista pode ser acrescida pelas seguintes instituições: Instituto Literário do Maranhão, Sociedade Amante da Instrução da Corte, Ateneu Paulistano e Ateneu Pernambucano.

Viveu com Filesmina Carolina Filgueira (1827 – 1905), com a qual teve os seguintes filhos: o primogênito nasceu e morreu em 1846; em 1849 nasceram gêmeos, o menino faleceu em 1850 e a menina Maria Tereza sobreviveu, tendo se casado com o comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, seu sucessor nas atividades políticas, a qual faleceu em 1930; Antônio Pompeo de Sousa Brasil (1851 – 1886), médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1852 – 1929), uma réplica do pai e homônimo, formado pela Faculdade de Direito do Recife; Hildebrando Pompeo de Sousa Brasil (1853 – 1907), engenheiro mecânico formado pela Escola Central do Rio de Janeiro.

A correspondência do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (CÂMARA, 1960) está voltada para três vertentes principais: política provincial vista pelo ângulo do Partido Liberal; preocupação com a ocorrência de secas no Ceará; controle dos seus negócios particulares.

Além dos discursos e pareceres encontrados nos anais da Assembleia Provincial do Ceará, da Câmara Geral e do Senado do Império, bem como de artigos divulgados em jornais, ele deixou importante bibliografia contida em folhetos e livros, cujos principais títulos relacionamos a seguir.

BRASIL, Th. P. S. – 1851 – *Elementos de Geographia*. Edição do autor, 284 pp., Ceará (Fortaleza). Esta obra foi posteriormente ampliada e teve quatro outras edições, a primeira delas de 1856 e ainda publicada no Ceará (Fortaleza); as outras são de 1859, 1864 e 1869, editadas no Rio de Janeiro – ver BRASIL, Th. P. S. – 1869 – *Compendio Elementar da Geographia Geral e Especial do Brasil*. Eduardo & Henrique Laemmert, 5ª. ed., VIII + 680 pp., Rio de Janeiro. Foi adotada no Colégio Pedro II e nos liceus e seminários do Império.

BRAZIL, Th. P. S. – 1957 – *Memorias sobre a estatistica da população, e industria da provincia do Ceará em 1856*. Typographia de Paiva & Companhia, 50 pp., Fortaleza. Este é o primeiro zoneamento econômico do Ceará, a partir dos seus produtos naturais e atividades desenvolvidas pelo povo, com delimitação das regiões fisiográficas. Contém sério alerta contra a depredação dos recursos naturais sujeitos à exploração, tanto vegetais como animais.

BRASIL, Th. P. S. – 1858 – *Memoria estatistica da provincia do Ceará: sob sua relação phisica, politica e industrial*. Typographia Brasileira de Paiva & Companhia, 68 pp., 13 tabelas em páginas não numeradas, Fortaleza. Versão ampliada do trabalho anterior, com dados mais recentes. Seu valor maior compreende os dados pluviométricos, coletados durante tantos anos, com rigor científico.

BRASIL, Th. P. S. – 1859 – *Memoria sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. Typographia Brasileira de Paiva & Companhia, 36 p., Fortaleza. Concluiu que a destruição das matas e as queimadas têm contribuído para uma maior frequência de seca, encurtando os períodos normais entre tais ocorrências. Foi incluído em seu livro *Memoria sobre o clima e seccas* (1877); em 1986 foi novamente publicado, inserido no 8º Livro das Secas (pp. 95 - 125) da Coleção Mossoroense (volume CCXLII), editado na cidade de Mossoró; apareceu em edição *fac-simile*, publicada pela Fundação Waldemar Alcântara (Fortaleza, 1997).

BRASIL, Th. P. S. – 1861 – *Diccionario Topographico e Estatistico da Provincia do Ceará*. Eduardo & Henrique Laemmert, 90 pp., 2 mapas em páginas não numeradas, Rio de Janeiro. Este é o primeiro dicionário geográfico e estatístico do Ceará, preparado como postulação ao seu ingresso como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BRASIL, Th. P. S. – 1863/1864 – *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Typ. de B. de Mattos, tomo I – XVI + 839 pp., tomo II – 330 p., [São Luís]. Esta é a obra maior do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, tanto em volume como em conteúdo, sendo mesmo uma verdadeira enciclopédia sobre o Ceará dos meados do século XIX. Existe uma edição *fac-simile* desta obra, publicada pela Fundação Waldemar Alcântara (Fortaleza, 1997).

BRASIL, Th. P. S. – 1877 – *Memoria sobre o clima e as seccas do Ceará*. Typographia Nacional, 100 pp., Rio de Janeiro. História das secas do Ceará, suas causas e meios de mitigar os seus efeitos. Contém lista das secas, desde 1711 a 1837, e outra sobre grandes inundações entre 1776 e 1876. A série com dados meteorológicos, antes divulgados, foi acrescida com os registros até 1876. Foi inserida no final a *Memoria sobre a conservação das mattas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. Publicado no 9º Livro das Secas (p. 7 - 78), da Coleção Mossoroense (volume CCLXXXV), editado na cidade de Mossoró (1983).

Os serviços que prestou ao Ceará foram os mais proeminentes, nos diversos campos de suas atividades. “Era um philantropo, um sabio, que viveu bem pouco para tantas esperanças e beneficios que a patria aguardava ainda.” (ANÔNIMO, 1877). “Thomaz Pompeo foi um brasileiro que se devotou á felicidade da sua terra, que amava de coração; um philantropo modesto e recolhido, que escondia a mão fazendo o beneficio; a probidade, a honra em sua mais alta expressão.” (BRÍGIDO, 1877). Ninguém, no seu tempo, foi intelectualmente mais ilustre do que ele no Ceará.

Como final desse esboço biobibliográfico, vamos indicar alguns dos pioneirismos do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil:

- pioneiro dos estudos de estatística e demografia no Brasil, abordando aspectos da geopolítica regional e nacional;
- pioneiro do ensino secundário e público no Ceará, como diretor-fundador do Liceu do Ceará;
- pioneiro na publicação de livros didáticos e científicos no Ceará;
- pioneiro dos cientistas que pesquisaram as causas das secas nordestinas, com a coleta criteriosa e prolongada de dados meteorológicos;
- pioneiro dos estudos sobre a devastação das matas e conserva-

ção da natureza cearense, tendo em vista a melhoria do clima e maior defesa contra os efeitos das secas.

Apesar de tão estudado e muito louvado, pouco sabemos a respeito do seu desempenho como parlamentar, representante do povo cearense. Neste trabalho, vamos tentar melhor conhecer a atuação do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, no Senado do Império, em favor da província do Ceará (1864 – 1877).

Senado do Império

Foram intensas as atividades de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil no Senado do Império. Conhecido como responsável e laborioso, aliou a estas qualidades sua vasta cultura. Teve brilhante atuação senatorial, em plenário e nas comissões, analisando e discutindo matérias as mais diversas. Em especial, foi atento às propostas de orçamento dos ministérios, procurando bem as conhecer e melhorar, discutindo a justeza das destinações dos recursos financeiros disponíveis.

A respeito da província do Ceará, sua ação parlamentar abrigou aspectos econômicos, sociais e políticos, com proeminência para as construções da estrada de ferro de Baturité e porto de Fortaleza; recrutamento militar e práticas eleitorais. Abaixo, alguns destaques, selecionados a partir de leitura dos *Annaes do Senado do Imperio do Brasil*.

Sessão de 27 de julho de 1864 – Tratando da saúde pública, protestou contra o descaso do Governo com respeito à epidemia do *choleramorbis* que assolou a província do Ceará em 1862, fazendo 13.000 vítimas, e que continuou em 1863 (até junho), reaparecendo em março de 1864. Houve completa omissão governamental, sem dotação orçamentária para combater o flagelo.

Sessão de 22 de agosto de 1864 – Na presença do Ministro da Marinha, cobrou a promessa de dotar o Ceará de um porto ou de melhorar o existente em sua capital. Lembrou que há mais de 40 anos têm sido feitos estudos e/ou exames no porto de Fortaleza, a saber:

- em 1813, o governador Manoel Ignácio de Sampaio mandou fazer um exame por engenheiro português, oficial de Marinha;
- em 1833, na presidência de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, fez-se novo exame;

– em 1840, na presidência de Manuel Felizardo de Souza Martins, novo estudo foi realizado;

– em 1857, o governo imperial mandou um oficial de engenheiros fazer exames no porto, demorando-se por alguns meses no cumprimento de sua missão;

– de 1859 a 1862, a província pagou um engenheiro francês para estudar o porto;

– o ministro presente pagou um engenheiro, que recebeu instruções para examinar o porto.

Defendeu o aproveitamento da enseada do Mucuripe como porto de Fortaleza, a qual “oferece capacidade e segurança para ancoradouro de mais de 300 navios de diferentes calados; o fundo é de arêa, com quatro a cinco braças de agua; a arrebentação é ahi pequena e fraca. Os navios ali estão abrigados, porque o vento mais constante é de sueste, leste e nordeste, dos quaes os defende a ponta do Mucuripe. Portanto, como disse, o porto está feito e achado nesta enseada, onde existe já uma crescida povoação de pescadores com mais de 200 casas.”

Indicou três providências a serem tomadas: construção de armazéns; ligação ferroviária com Fortaleza; construção de trapiche ou ponte de desembarque.

Afirmou que o dispêndio de 173:000 \$ pode dotar a capital do Ceará com um excelente porto, “abandonando-se o actual, que não pode mais ter remedio, senão mediante uma enorme despeza, incompativel talvez com as forças do estado, ou ao menos para o Ceará, com quem até hoje não se tem despendido quase nada em obras publicas.”

Disse que no ano financeiro de 1862 – 1863 entraram e saíram do porto de Fortaleza para a Europa 65 navios de longo curso, e 450 navios de grande cabotagem para diversos portos do Império.

Após afirmar que o Ceará era a única província em que a produção se fazia com braços livres, faltavam-lhe vias de comunicação e um porto.

Sessão de 24 de agosto de 1864 – Reclamou contra a desigualdade do recrutamento (imposto de sangue) que prejudica e impõe sacrificios à população cearense, na proporção de 1:10.000 habitantes. Pediu igualdade de sacrificio, já que não há igualdade de beneficios, que também devia haver.

Sessão de 29 de agosto de 1864 – Tratou da irracionalidade de práticas agrícolas, que levam à esterilidade, ao deserto e à solidão, por causa da derrubada das matas, deixando atrás capoeiras abandonadas. Lembrou haver publicado em 1860 memória sobre a conservação das matas do Ceará, animando a silvicultura e a construção de açudes. Das derrubadas resultam a falta de lenha, a esterilidade do solo e a sequeidão das fontes.

“Está mesmo conhecido que por causa da imprudencia dos nossos agricultores no Ceará, e do incendio continuado dos campos durante a estação secca, tem-se feito sentir os effeitos apontados, e talvez tenha-se aggravado a irregularidade das estações; e embora não seja esse o motivo principal, em todo caso é auxiliar, como demonstram exemplos repetidos, antigos e modernos em todo o mundo.”

“Em minha provincia acredito que a destruição das matas na extensa serra da Ibiapaba, e em outras, igualmente fertes, tem corrido poderosamente para augmentar a sequeidão do sólo, e a irregularidade das estações. Ainda no principio deste seculo a serra da Ibiapaba, que separa o Ceará do Piauí, desde a praia da Timonha até o Cariri por 130 leguas, onde toma o nome de Araripe, era mais fresca, abundante de água, que descia em correiros até o sertão adjacente; outras serras erão tambem abundantes de fontes: de certos annos para cá, depois da derrubada das matas que guarnecião as encostas, para a cultura do algodão e legumes, as correntes seccarão e as seccas augmentarão.”

Recomendou o estabelecimento de colônias agrícolas no Ceará, dirigidas por missionários capuchinhos, com a dupla vantagem do trabalho regular, constante e moral, pelo ensino e prática da religião, com o aproveitamento dos descendentes dos índios do Aquiraz, da Ibiapaba e dos mestiços abundantemente encontrados no Cariri, nas terras de antigas aldeias indígenas. Destacou a importância da educação agrícola em nível intermediário.

Informou que o Ceará pede um pouco de equidade na distribuição dos sacrificios impostos ao povo brasileiro, “principalmente do recrutamento, e um auxilio dos cofres publicos para ajuda-lo a desenvolver sua riqueza natural, para augmentar sua industria, que apesar de sua actividade luta com embaraços superiores a seus esforços, embaraços que só a mão poderosa do estado lhe pode ajudar a remover.”

Destacou a urgência da construção de estrada de ferro ligando Fortaleza a Baturité, para o transporte da produção agrícola – café, algodão etc.

Reclamou contra as irregularidades dos serviços postais, com frequência quinzenal e estafetas carregando malas com cinco ou seis arrobas, ganhando um tostão por légua, com trabalho obrigado e péssimo procedimento.

No final do seu discurso, pediu desculpas por advogar os interesses da província do Ceará, com algum calor: “Eu sinto um amor estremecido por ella, e sinto tambem que por mais que faça, não pagarei jámais essa divida de honra que contrahi pela confiança que em mim depositou elegendo-me para, como seu representante, occupar um lugar nesta casa.”

Sessão de 30 de maio de 1865 – Deplorou o continuado des-caso do Governo com respeito à construção do porto do Mucuripe e da estrada de ferro para Baturité, apresentando emendas favorecendo estas construções, e uma outra destinada à construção do seminário do Ceará.

Sessão de 2 de junho de 1866– Falou contra o tratamento dado pelo Império aos familiares dos combatentes do Ceará na guerra do Paraguai, quanto à concessão de pensões, desatenção ou parcialidade com que se tem procedido para com eles.

Sessão de 6 de junho de 1866 – Tratou do não cumprimento da promessa de liberar cem contos de réis, para a melhoria da estrada de Baturité, bem como da pouca atenção do Governo em relação ao porto de Fortaleza.

Sessão de 21 de junho de 1866 – Voltou a reclamar contra a falta de recursos para a melhoria da estrada de Fortaleza a Baturité e da ausência de estradas para o Cariri.

Sessão de 14 de julho de 1866 – Defendeu a dispensa de direitos alfandegários para objetos importados por companhia estrangeira, destinados ao encanamento d’água para abastecer a cidade de Fortaleza. O mesmo favor deverá ser concedido à empresa que cuida da iluminação da capital cearense.

Sessão de 12 de setembro de 1866 – Prestou esclarecimentos sobre o contrato para o encanamento d’água para Fortaleza e leu a resolução nº. 1032, de 27 de novembro de 1862, que concede a José Paulino Hoonholtz o direito de construir a obra, a partir do sítio Benfica.

Sessão de 31 de maio de 1867 – Mais uma vez defendeu a isenção de direitos alfandegários, para a importação de objetos necessários à iluminação a gás de Fortaleza.

Sessão de 12 de setembro de 1867 – Pediu que os delegados do governo no Ceará mandem recolher às prisões homens ferozes que perturbam a ordem pública, uma vez que já havia passado a quadra eleitoral. Também protestou contra a violência do recrutamento na província do Ceará, viciado por critérios eleitorais.

Sessão de 11 de julho de 1868 – Novamente protestou contra o recrutamento, usado como arma eleitoral, praticado no Ceará.

Sessão de 9 de setembro de 1869 – Criticou o conselheiro José de Alencar, então Ministro da Justiça, pela insegurança individual e de propriedade imperantes no Ceará, com elevado número de assassinatos.

Sessão de 5 de outubro de 1869 – Protestou contra o descaso da administração dos Correios no Ceará, pedindo mais celeridade à expedição de malas terrestres, mais empregados e melhores meios para desempenhar a missão que lhes cabe realizar. Também falou contra a exclusão do porto de Fortaleza na linha de navegação do Rio de Janeiro ao Pará. Defendeu a concessão de auxílio para a companhia de navegação costeira que se organizou no Ceará, bem como a construção de estradas. Protestou contra o recrutamento de sertanejos livres, atuantes na agricultura, o mesmo fazendo a respeito do descaso pela construção do porto de Fortaleza, discutindo dados apresentados por ilustres engenheiros e os correspondentes à movimentação de cargas.

Sessão de 30 de maio de 1870 – Protestou contra a fraude generalizada, em recente eleição senatorial no Ceará.

Sessão de 4 de julho de 1870 – Voltou a falar da insegurança imperante no Ceará, com elevado número de assassinatos. Destacou as pressões e agressões sofridas pelos juízes de Direito, praticadas por potentados locais, que inclusive põem em liberdade presos condenados pela Justiça.

Sessão de 28 de julho de 1870 – Novamente protestou contra a insegurança imperante no Ceará. Comentou recentes eleições feitas no Ceará, com cinismo e postergação da Lei. Falou a respeito de absolvições irregulares de pessoas processadas em terras cearenses, por causa de influências políticas locais.

Sessão de 29 de agosto de 1870 – Defendeu a formação de ceireiro de alimentos em Icó, tendo em vista a emergência de seca.

Sessão de 21 de junho de 1871 – Lamentou a não inclusão do Ceará no orçamento em discussão, sem dotação para a construção de estrada de ferro e do porto de Fortaleza. Em suma, falou da exclusão do Ceará no inventário de partilha dos benefícios concedidos às províncias do Império.

Sessão de 27 de junho de 1871 – Voltou a protestar contra a exclusão do Ceará, na partilha de recursos orçamentários para obras viárias, lembrando as condições físicas do território cearense como favoráveis à implantação de estradas, pela ausência de grandes rios e de altas montanhas, com terreno mais ou menos plano; por outro lado, a produção de algodão exige, pelo seu volume, a existência de boas estradas para transporte da safra até o porto de Fortaleza.

Sessão de 15 de julho de 1871 – Reclamou contra o não retorno ao Ceará do 14º batalhão da tropa de linha, dali saído por ocasião da guerra com o Paraguai. A reclamação foi dirigida ao Ministro da Guerra, o senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe; também, perguntou ao ministro a razão da não concessão de terras devolutas a voluntários cearenses, combatentes na guerra do Paraguai.

Sessão 8 de janeiro de 1873 – Relatou arbitrariedades policiais em diversas localidades do Ceará, nas eleições de agosto e setembro de 1872, e registrou a existência de 23 duplicatas de atas de seções eleitorais, onde as violências não tinham podido conseguir a paralisação dos trabalhos.

Sessão de 28 de janeiro de 1873 – Pediu a dispensa de direitos de importação para materiais destinados à estrada de ferro de Baturité, já em construção.

Sessão de 8 de maio de 1873 – Defendeu a magistratura do Ceará contra violências policiais, resultantes da concessão de *habeas corpus* a pessoas atingidas pelo recrutamento militar.

Sessão de 10 de maio de 1873 – Voltou a defender a magistratura do Ceará contra violências policiais, inclusive as próprias vidas dos juízes e de suas famílias. Protestou por terem sido empossados no Crato e em Quixadá vereadores eleitos em eleições fictícias. Também falou dos desmandos de policiais e até mesmo de oficiais e praças do 14º Batalhão, nas recentes eleições no Ceará.

Sessão de 23 de maio de 1873 – Defendeu ajuda à Casa de Caridade de Sobral, obra do padre José Antônio de Maria Pereira Ibiapina. Também falou sobre a liberdade de imprensa, ameaçada no Ceará.

Sessão de 26 de maio de 1873 – Relatou violências praticadas pelo recrutamento de cearenses, do desrespeito a *habeas corpus* concedido pelo juiz do Crato e da arbitrária remoção de juizes de Direito no Ceará.

Sessão de 27 de maio de 1873 – Voltou a protestar contra o recrutamento feito no Ceará, sem respeito ao direito que têm os recrutados de reclamarem, tendo sido riscado o Código o *habeas corpus*, violências estas praticadas por ordem de um Presidente (Francisco de Assis de Oliveira Maciel), que aliás é magistrado. Reclamou dos atentados contra a vida e propriedade, observados no Ceará, apesar das forças militares para os serviços de guarnição e de polícia. “Trazendo, Sr. Presidente, a noticia dos acontecimentos que deploro em minha provincia, não tenho por fim, repito, senão chamar a attenção do governo para uma policia mais regular, mais previdente, porque entendo que essa policia é possível, e não esperar pelo tempo, pelas estradas de ferro, crescimento de luzes e melhoria dos costumes para onde nos atira o discurso da Coroa.” (...) “O recrutamento continúa a fazer-se de um modo barbaro e horroroso. Não há isenção que aproveite aos infelizes e os delegados escudados nas ordens do presidente e do celebre aviso reservado do ex-ministro Jaguaribe (*refere-se ao senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe, presente à sessão*), apenas recrutam o individuo deferem-lhe immediatamente o juramento, como do exercito, sem concederem-lhe uma hora se quer para allegarem suas isenções.” Mencionou dezenas de casos das violências policiais, indicando lugares e nomes das vítimas, assim comprovando o aumento da criminalidade no Ceará.

Sessão de 29 de maio de 1873 – Perguntou ao Ministro da Marinha sobre emenda feita ao orçamento, na Câmara dos Deputados, destinando recursos para o porto de Fortaleza. “Não há talvez porto algum do Brasil em que o trafego do embarque e desembarque seja mais dispendioso que o do Ceará. Entretanto podia-se remediar este defeito com as obras que se tem proposto em diversos pareceres de engenheiros, que teem ido alli estudar, não só por parte do governo, como alguns particularmente, a respeito do que há propostas particulares e estudos feitos por ordem do governo. Eu e todos os cearenses

que tem assento no parlamento, temos constantemente solicitado do governo geral que tome em consideração aquelle estado de cousas o melhore, ou autorizando a construcção da obra por conta da publica administração ou dando as garantias necessarias para a realização de alguma proposta particular. Eu por minha parte e creio pela de meus honrados collegas, pois nenhum de nós faz questão quanto ao modo pratico, o que queremos é que se faça uma obra util, reclamada pela necessidade e pelo augmento da população e riqueza da capital do Ceará.” Desabafo: “Tenho notado, Sr. Presidente, que cada vez que fallo aqui referindo-me aos negocios da minha infeliz provincia, victima da maior intolerancia partidaria, dou occasião a que os nobres ministros se exacerbem contra as victimas da intolerancia e teçam elogios ao administrador, de quem aliás tem a opposição fundadas queixas pelo seu procedimento parcial no Ceará. Por conseguinte, estou convencido de que as nossas reclamações não servem senão de irritar o governo e enfurecel-o mais contra nós. E como não ha para quem apelar, o silencio seria pelo menos mais prudente.” Ainda defendeu, mais uma vez, a construcção de uma estrada de ferro que ligue o Cariri a Fortaleza.

Sessão de 31 de maio de 1873 – Voltou a falar na criminalidade no Ceará.

Sessão de 5 de junho de 1873 – Insistiu na defesa da construcção das vias de comunicação com o interior cearense, principalmente com o Cariri.

Sessão de 9 de junho de 1873 – “Ha quantos annos, Sr. Presidente, desde o governo colonial que o Ceará precisa de um porto. No tempo de El-Rei D. João VI foi mandado la um official examinar o porto; ainda em 1816 o governador teve ordem para mandar proceder a um exame a este respeito, subseqüentemente tem-se feito uma serie de exames naquelle porto; entretanto até hoje, depois de meio seculo de vida e independencia do Brasil, não houve ainda um governo que mandasse realisar uma obra de tanta necessidade para o Ceará! Se, pois, o governo tem se esquecido de promover os interesses materiais da mesma provincia e sobre objecto que devia mais interessal-o, como é o porto, não admira que se esquecesse das vias de comunicação; eu, pois, cumpro, quanto em mim cabe, o dever de reclamar, de pugnar por seus interesses, embora sem melhor resultado.”

Sessão de 13 de junho de 1873 – Defendeu a prestação de garantia do governo central (caução), a investimentos de capitais na construção da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 12 de julho de 1873 – Novamente protestou contra práticas arbitrárias do recrutamento, vigentes no Ceará.

Sessão de 16 de julho de 1873 – Falou de irregularidades cometidas pelas autoridades no Ceará, por ocasião das eleições de 1872, anulando votações regularmente feitas e aprovando atas falsas. Disse que isto mostra “até onde a intervenção do governo tem falseado, desmoralizado e nullificado o systema eleitoral.” Afirmou que o governo faz eleições sem gente; seus amigos escrevem atas que serão aprovadas. Isto na hipótese da força pública não atacar o povo na véspera da eleição, como aconteceu em Missão Velha. Condenou o recrutamento ilegal e arbitrário, como arma eleitoral, para afastar os votantes das urnas.

Sessão de 5 de agosto de 1873 – Relatou procedimento do governo, a pretexto de suposta sedição, de reunir força pública em Sobral e Missão Velha, para evitar o comparecimento dos eleitores; assim, escreveram atas falsas e ganharam fictícia eleição em 1872.

Sessão de 26 de agosto de 1873 – “O valle do Cariry, na minha provincia, é considerado como o centro de producção mais rico das provincias do norte (*refere-se ao Nordeste*). Não me refiro ás do Sul, porque não as conheço do mesmo modo. É um espaço immenso circundado de serras, de onde correm arroyos perennes que fertilisam aquelle sólo, rico em todo o genero de producção, principalmente de canna e algodão. Mas, como fica distante do littoral 80 leguas, é como um oásis encravado no deserto; não é possível virem dalli os generos para o littoral, senão quando estes sobem a um preço muito elevado, como no tempo em que o algodão subiu 20 \$ por arroba. Desde que o algodão e o assucar descem a seus preços normaes, a exportação desses productos do valle do Cariry torna-se impossivel. Entretanto, aquelle valle contém uma população activa de mais de 200 mil habitantes, que poderia muito exportar; mas toda a producção actual é consumida alli e pelos arredores e sertões visinhos; porque concebe o senado que ella deve limitar-se ao consumo interno e circumvisinho, desde que não ha exportação em consequencia de longitude. Á vista disso, não tenho razão de perguntar: porque o governo não se lembra tambem de abrir communicação entre

o littoral do Ceará e o valle do Cariry? Pois os habitantes do Ceará, notadamente os daquelle importante valle encravado no centro, mas tão rico pella natureza, tão populoso, não são dignos das boas graças do governo?” Defendeu que se conceda a garantia de 7% à estrada, de Baturité até o Cariri; a que vai de Fortaleza a Baturité é uma estrada de 18 léguas, apenas a primeira secção da grande linha central do Ceará. Lembrou, ainda, a construção do porto de Fortaleza, a tanto reclamada.

Sessão de 3 de setembro de 1873 – Voltou a falar da garantia de 7%, ou antes, da fiança dessa garantia, já concedida pela Assembleia Provincial aos capitais empenhados na empresa da via férrea de Baturité, em construção, cujo prolongamento vai chegar ao Cariri.

Sessão de 8 de junho de 1875 – Informou que a Câmara de Vereadores do Crato é formada por indivíduos que não foram eleitos, compreendidos em uma duplicata clandestina, dizendo que esperava profligar esse crime, mas a Câmara intrusa continuava a funcionar.

Sessão de 9 de julho de 1875 – Retornou a falar sobre o porto de Fortaleza, em estudo desde 1816.

Sessão de 3 de agosto de 1875 – Registrou caso de violência policial em eleição na vila de Cascavel. Insistiu na condenação da Câmara Municipal apócrifa, funcionando no Crato.

Sessão de 18 de agosto de 1875 – Insistiu na necessidade de um porto em Fortaleza, bem como na construção da estrada para o Cariri.

Sessão de 27 de agosto de 1875 – Registrou dois casos de revolta do povo no Ceará: em 1º de julho anterior, foram rasgados editais do Exército e da Marinha para alistamento em Saboeiro; em Acarape aconteceu coisa semelhante.

Sessão de 1º de setembro de 1875 – Apresentou emenda aditiva ao orçamento, em favor da estrada de ferro de Baturité, e forneceu informações sobre localidades situadas no seu trajeto. Comentou as dificuldades financeiras por ela enfrentadas.

Sessão de 9 de setembro de 1875 – Informou que as Juntas de Qualificação não puderam funcionar em Limoeiro, Conceição, Quixadá e Acarape por terem sido dispersadas, e rasgados livros e papéis.

Sessão de 20 de setembro de 1875 – Voltou a defender a construção da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 21 de setembro de 1875 – Relatou o andamento da construção da estrada de ferro de Baturité, falando das possibilidades da produção agrícola a ser transportada. Apresentou emenda aditiva ao orçamento, para empréstimo de até 3.000.000 \$ à companhia cearense da estrada de ferro de Baturité.

Sessão de 21 de fevereiro de 1877 – Disse que nas últimas eleições no Ceará, somente houve votação em 2 freguesias, do total de 53 que conta, por causa das violências policiais.

Doação ao Ceará

Thomaz Pompeo de Souza Brasil dedicou a vida ao Ceará – foi o mais importante dos seus filhos no século XIX. Louvou de forma incansável a terra e o povo, tendo sido condutor de ações em favor do progresso material, social e político: não ficou com palavreado vazio e sem conseqüências!

“A esta minha, mais afanosa do que proveitosa dedicação, a província do Ceará me ha retribuido com uma honrosa confiança, superior ao meu merecimento, mandando-me mais de uma vez representar-a no parlamento, o que me constitue em grande divida de gratidão e me obriga ainda mais a redobrar de esforços para prestar-lhe todo o concurso a meu alcance em prol de seus legitimos interesses.” (Senador Pompeo – Senado do Império, sessão de 21 de setembro de 1875).

Nas suas atividades senatoriais, pouco se preocupou com temas políticos nacionais, que já agitavam a nação, tais como a emancipação dos escravos e o advento da República.

Na sessão de 18 de agosto de 1871, no Senado do Império, declarou-se abolicionista, talvez radical. “Por mim o digo, Sr. Presidente, muito antes do honrado Sr. Visconde do Rio Branco pensar na emancipação do elemento servil, ou ainda quando S. Ex. e seus honrados companheiros entendiam que só dos arcanos da Divina Providencia podia vir o remedio para a escravidão, já na minha provincia propagava pela imprensa a emancipação e influia para que meus amigos apresentassem na assembléa provincial projectos que se converteram em lei, promovendo a manumissão gradual, segundo as forças da thesouraria provincial.”

Um outro tema, praticamente alheio às suas preocupações senatoriais, foi o da ocorrência de secas no Ceará. A explicação de tal proceder pode ser encontrada na ausência da calamidade, nos anos em que esteve no Senado do Império (1864 – 1877) – (ALVES, 1953). É bom lembrar que o senador morreu em 2 de setembro de 1877, ano inicial da grande seca que durou três anos.

No tempo em que esteve como senador do Império, o Ceará foi governado por presidentes do Partido Liberal, desde Lafayette Rodrigues Pereira (04/04/1864) até Pedro Leão Veloso (15/04/1868); depois, sofreu as conseqüências da sua escolha política, em oposição ao Partido Conservador, desde Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (27/08/1868) até Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (10/01/1877 – 24/11/1877). Deste modo, penou com os seus correligionários as violências policiais e as fraudes eleitorais, freqüentemente denunciadas no Senado do Império, aliadas às arbitrariedades do recrutamento, atingindo desafetos políticos.

Sempre protestou contra o descaso com que o Governo Central tratou o Ceará, principalmente no tocante à construção de estradas e do porto de Fortaleza. Desiludido da ação governamental, ele próprio cuidou da construção da estrada de ferro de Baturité, pois foi um dos sócios fundadores da Companhia Cearense de Via-Férrea de Baturité S/A, constituída em 25 de julho de 1870.

A estrada de ferro atingiu o Cariri no início dos anos '20 do século XX e o porto de Mucuripe foi operativo em meados do mesmo século. As sementes das idéias do senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, embora pioneiras, custaram a germinar. Coisas do Brasil!

Agradecimentos

Devemos sinceros e profundos agradecimentos ao senador Marco Maciel, por haver autorizado a realização de pesquisa nos *Annaes do Senado do Império*, em busca dos pronunciamentos do senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, serviço este realizado pela Sub-secretaria de Arquivo do Senado Federal, que igualmente merece nossos agradecimentos. Também, agradecemos as ajudas que recebemos da parte de George Luiz dos Santos e Rosemere Fernandes Saito, que trabalham na Biblioteca Nacional.

Bibliografia

ALVES, J. – 1953 – *História do Ceará. História das Secas (Séculos XVII a XIX)*. Instituto do Ceará. Fortaleza, 244 p.,

* ANÔNIMO – 1877 – Senador Pompeu. *Cearense*: Fortaleza, XXXI (74) : 1. (Edição de 4 de setembro de 1877).

* BRÍGIDO, J. – 1877 – [Necrológio do Senador Pompeu] *Cearense*: Fortaleza, XXXI (74) : 1. (Edição de 4 de setembro de 1877).

CAMARA, J. – 1906 – Senador Pompeu. *Almanach do Estado do Ceará*. Fortaleza, 12 : 143-145, 1 fig.

* CÂMARA, J. A. S. (org.) – 1960 – *Correspondência do Senador Pompeu*. Instituto do Ceará, Fortaleza. 216 p. [VIII] ests.

CÂMARA, J. A. S. – 1970 – *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza. 352 p.

CÂNDIDO, T. A. P. – 2005 – *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877 – 1880)*. Museu do Ceará, Fortaleza. 127 p., [9] figs.,

CATUNDA, H. – 1943 – O Senador Pompeu. *Rev. Inst. Ceará: LVII*. Fortaleza, p. 39-43.

DORIA, E. – 1922 – Relação dos Principaes Cearenses Representantes do Ceará na Vida Política do Império do Brazil. *Rev. Trim. Inst. Ceará*: Fortaleza, XXXVI, p. 361-373.

* FERREIRA, B. C. – 1989 – *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870 – 1930*, Edições Universidade Federal do Ceará / Stylus Comunicações: Fortaleza. 198 p.

* GIRÃO, R. – 1977 – *O Senador Pompeu (1877 – 1977)*. Editora Henriqueta Galeno: Fortaleza. 26 p., 1 fig.,

GUIMARÃES, H. V. – 1952 – *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Editora Jurídica Ltda: Fortaleza. 544 p., [44] figs., Biografia de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil nas páginas 509-511.

LEITE NETO, L. (coord.) – 1986 – *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros de 1826 a 1986*. (Volume IV). Senado Federal, I - XLVI + 1967-2629 + I - CCXXXII pp., ilus., Brasília. Biografia de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil nas páginas 2547-2549.

MACEDO, J. M. – 1877 – Discurso. *Rev. Trim. Inst. Hist. Ethnog. Brasil.*, Rio de Janeiro, XL (2) : 555-584. Necrológio de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil nas páginas 558-565.

MACEDO, N. – 1967 – *O clã de Santa Quitéria*. Empresa Gráfica O Cruzeiro S. A.: Rio de Janeiro. 90 p., [VI] ests.

OLIVEIRA, A. F. – 1994 – *A Estrada de Ferro de Sobral*. Expressão Gráfica e Editora Ltda.: Fortaleza. 144 p., [12] figs.

PAIVA, M. A. P. – 1979 – *A Elite Política do Ceará Provincial*. Edições Tempo Brasileiro Ltda.: Rio de Janeiro. XVI + 219 p., 4 figs.,

* PAIVA, M. P. – 1998 – Os naturalistas e o Ceará: IV - Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818 – 1877). *Rev. Inst. Ceará*, Fortaleza, 112 : 9-26. Inserido no livro do autor – *Os Naturalistas e o Ceará* (p. 107-124), editado pelo Instituto do Ceará (2002).

POMPEU, J. – 1877 – [Senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil]. *Cearense*, Fortaleza, XXXI (84): 1. (Edição de 4 de outubro de 1877).

* STUDART, G. (barão) – 1915 – *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense* (Volume terceiro). Typ. Minerva: Rio de Janeiro. 290 p. Bio-bibliografia de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil nas páginas 141-146.

VIANNA, [F. J.] O. – 1925 – *O Occaso do Imperio*. Comp. Melhoramentos de São Paulo: São Paulo. 212 p.

Padre Gabriel Malagrida a grande vítima do Marquês de Pombal

FERNANDO CÂMARA*

Como entusiasta da história eclesiástica do Brasil, há muito desejava aprofundar-me na vida do grande missionário italiano, o jesuíta PADRE GABRIEL MALAGRIDA que, durante mais de trinta anos peregrinou pelo Norte e Nordeste brasileiros; ele percorreu, de pés descalços, mais de dez mil quilômetros em sua missão apostólica, catequizando índios, convertendo prostitutas, além de construir igrejas, seminários, mosteiros e abrigos.

Um precursor, digamos assim, do nosso conhecido Padre Ibiapina.

Este meu interesse pelo conhecimento de sua história foi despertado durante os anos em que residi em Belém, no Pará (1956/1962), onde desempenhava minhas atividades na empresa Pará Refrigerantes S.A., quando pude sentir a veneração do povo paraense pelo grande mártir da Inquisição em Portugal.

Depois de conhecer a sua majestosa catedral, visitei um dia o seu bissecular seminário, cuja fundação data de 16 de junho de 1749 e, sem dúvida alguma, a principal obra do padre Malagrida naquele Estado, durante o episcopado do bispo dominicano dom Miguel Bulhões.

Situado na praça Dom Caetano de Brandão, em plena Cidade Velha, fica defronte da Catedral de Nossa Senhora de Belém, tendo ao seu lado a igreja de Santo Alexandre e a residência arquiépiscopal.

Na época de minha visita, era seu reitor o cônego Milton Pereira, mais tarde promovido a bispo auxiliar da Arquidiocese de Belém, posteriormente bispo de Garanhuns, em Pernambuco, e finalmente arcebispo de Manaus, onde faleceu no exercício do cargo.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Grandes nomes do Episcopado brasileiro ocuparam a Mitra do Pará, destacando-se, em primeiro lugar, dom Antônio Macedo Costa, a maior expressão da Igreja no Brasil Império e uma das vítimas da Questão Religiosa; dom Jerônimo Tomé da Silva, ilustre cearense de Sobral, que sucedeu a dom Antônio Macedo Costa, tanto no bispado paraense como no arcebispado da Bahia, onde pontificou por trinta anos (1894/1924); dom Antônio de Almeida Lustosa, mais tarde arcebispo de Fortaleza, sendo considerado pelo saudoso papa João Paulo II “um sábio e um santo”; dom Jaime de Barros Câmara, depois cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro; dom Mário Villas Boas, insigne orador sacro; e muitas outras figuras de renome nacional.

A família

Feitas estas considerações, voltemos, porém, à figura do grande missionário da Amazônia, que era natural da Itália, como já foi dito, tendo nascido em 18 de setembro de 1689, na vila de Menaggio (Comune di Menaggio), situada na margem ocidental do famoso Lago di Como, que fica ao Norte daquele País.

Seu pai, dr. Diogo Malagrida, era médico de grande talento e espírito humanitário, casado com d. Ângela Rusco, e o casal gozava da estima e consideração das mais ilustres famílias italianas da região, sendo amigo íntimo do duque de Parma, o qual se hospedava em sua residência todas as vezes que ia tratar de negócios na vila de Menaggio.

Outro seu amigo era o duque de Savóia, fundador da Universidade de Turim, onde quis colocá-lo como professor de sua Faculdade de Medicina, cargo que gentilmente recusou para continuar morando em sua vila natal, cuidando sempre dos humildes e necessitados.

Quando visitava os enfermos mais distantes, muitas vezes levava o pequeno Gabriel, a quem chamava de “anjo de minha família”.

O casal Ângela e Diogo Malagrida teve onze filhos, sendo o quarto o futuro padre Gabriel Malagrida; outros dois irmãos também abraçaram o sacerdócio: Carlos Ambrósio, falecido em 13 de maio de 1734, aos 38 anos de idade, como professor de Teologia em Roma, e Miguel Malagrida, cônego em Menaggio.

Desde cedo, o jovem Gabriel já demonstrava penhores para as letras e aos doze anos de idade foi matriculado no colégio dirigido pelos padres So-

mascos, na cidade di Como. Tornou-se logo um aluno exemplar que passava horas lendo seus livros, privando-se sempre dos recreios ou passeios, chegando mesmo a conquistar prêmios por suas atividades literárias.

Não descuidava, porém, de sua vida religiosa, praticando atos de piedade cristã e mortificações, inclusive jejuando três vezes durante a semana. Estava constantemente a serviço do Senhor, ajudando a Santa Missa, doutrinando os pobres, e certa vez subiu ao púlpito para pregar ao povo e isto o fez com tanta eloquência que muito impressionou o arcipreste de Menággio, Nicolau Tedeschi.

A vocação religiosa

Ainda se encontrava no colégio de Como quando sentiu o chamado de Deus para a vida religiosa. Depois de muita reflexão, consultou o seu confessor, um santo e prudente sacerdote, e este o aconselhou a ingressar na Companhia de Jesus, dos padres jesuítas, onde ele melhor desempenharia a sua missão evangélica.

Transferiu-se, a seguir, para o seminário de Milão, ali fazendo os cursos superiores e, no dia 27 de setembro de 1711, aos 22 anos de idade, ingressou no noviciado jesuíta em Gênova.

A Companhia de Jesus

Com este designativo castrense, foi fundada por Inácio de Loiola, um militar que, ferido no cerco de Pamplona, na Espanha, tornou-se religioso – depois Santo – e dizia mesmo que não havia abandonado a luta, mas apenas passado a servir às ordens de Deus, fazendo um voto de obediência passiva ao papa.

Adotando por lema PARA MAIOR GLÓRIA DE DEUS, achava que a vida religiosa era um afastamento do mundo; e, ao invés de conventos fundou colégios, formando, entre o seu clero, professores que abraçariam os estudos para os quais tivessem mais pendor, tornando-se, também, grandes nomes que iriam evangelizar as terras onde imperava o paganismo. Era a Providência Divina que se manifestava através dos inicianos, como eram conhecidos naquela época, para enfrentar os grandes males que a Igreja Católica vinha sofrendo com a Reforma do ex-monge agostiniano Martinho Lutero.

Vários foram os missionários jesuítas que se destacaram na evangelização dos povos: Francisco Xavier, no Oriente, Manoel da Nóbrega, Anchieta, Antônio Vieira, e outros, no Brasil.

Outro nome iria ser acrescentado na relação desses abnegados catequistas, o do nosso Gabriel Malagrida que, após dois anos de noviciado, em que se dedicou de corpo e alma à oração e às mais rigorosas mortificações, muitas vezes recriminadas por seus próprios superiores, voltou aos estudos literários que havia iniciado em Como, tornando-se em pouco tempo um respeitado professor.

Missionário e professor

Ordenado sacerdote aos 24 anos de idade, foi logo designado para missionar em uma aldeia na diocese di Como, juntamente com seu colega, padre Mariani, o que fez com muita abnegação e sucesso.

Todavia, não deixou de fazer o seu lamento:

“Aos povos da Itália não cansam os meios de chegar à salvação; além-mar, pelo contrário, inúmeras nações jazem ainda nas trevas da idolatria: vamos acudir essas almas desamparadas”.

Resolveu escrever ao Geral da Companhia de Jesus, padre Miguel Ângelo Tamburini, fazendo um veemente apelo para ir servir na catequese dos selvagens nas missões existentes no Novo Mundo.

O Padre Geral louvou o seu gesto prometendo no futuro atender as suas súplicas e, tendo conhecimento de seus dotes culturais, o designou para o cargo de professor de Humanidades do colégio de Bástia, na ilha de Córsega, no Mar Mediterrâneo.

Ali soube desempenhar a nova função com muita dedicação e talento e, embora envolvido nas lides culturais, mantinha seu pensamento sempre voltado para as missões no Brasil. Insistiu com seu pedido ao Padre Geral e, com muita alegria, recebeu a autorização necessária para ir juntar-se aos jesuítas que catequizavam no Maranhão.

Embarcou imediatamente em Gênova com destino a Lisboa, onde tomaria um navio para nosso País. Depois de longa e cansativa viagem, desembarcou pelos idos de 1721 em São Luís, seu novo campo de atividades apostólicas.

No reinado de dom João III, de Portugal, a então capitania do Maranhão fora doada a João de Barros, mas nem ele nem seus filhos

empenharam-se em colonizá-la. O mesmo procedimento teve seu sucessor, Luís de Melo da Silva, ficando a mesma abandonada até 1612 quando foi ocupada pelos franceses, os quais, depois de três anos, foram expulsos pelos portugueses.

Em 1641 volta a ser ocupada, agora pelos holandeses, que ali permaneceram até 1644, quando foram definitivamente expulsos pelos lusitanos. Posteriormente aquele imenso território foi dividido em dois: Maranhão e Grão-Pará.

Os primeiros missionários que estiveram no Maranhão foram os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, ambos jesuítas, os quais partiram de Pernambuco em 1607 e depois de um ano de viagem, vencendo cerradas florestas, onde padeceram toda espécie de privações e sofrimentos, chegaram ao seu destino. No ano seguinte tentaram uma missão na região da Ibiapaba, mas aconteceu o martírio do padre Francisco Pinto pelos selvagens, obrigando seu companheiro a retirar-se para Pernambuco.

Outro grande missionário que ali esteve, em 1652, foi o famoso orador sacro padre Antônio Vieira, o qual, fugindo dos aplausos da Corte, preferiu abraçar a vida missionária aqui no Brasil.

Cabia agora ao padre Gabriel Malagrida dar continuidade ao trabalho destes arautos da fé em terras maranhenses. Todavia, os seus novos superiores não lhe concederam logo a incumbência de evangelização dos gentios. Mandaram-no, juntamente com o padre Luís Maria Bucharelli, anunciar a Palavra de Deus aos habitantes de São Luís, e mais tarde, reconhecendo sua oratória, designaram-no pregador no colégio existente em Belém.

Fez a longa e cansativa viagem de São Luís ao seu novo destino a pé, carregando nas costas um alforje contendo seu breviário e todo o necessário para a celebração da Santa Missa, enfrentando as adversidades possíveis naquela região infestada de índios selvagens e ferozes animais. É certo que não lhe faltou a proteção Divina nessa viagem de mais de 200 léguas, tendo chegado ao novo campo de ação em 1722.

Com muito zelo e edificação conquistou a estima e a confiança de sua comunidade e dos jovens alunos daquele colégio, tornando-se confiante de seus colegas sacerdotes, sempre consultado na solução dos problemas da instituição.

Em pouco tempo era considerado o jesuíta de maior capacidade para reger a congregação dos jovens estudantes, o que fez com muito

amor e dedicação, inspirando em todos eles o horror ao pecado e fugir de tudo aquilo que pudesse “desbotar-lhes a flor da castidade” e incentivando sempre uma grande devoção à Virgem Maria, Mãe de Jesus.

Não se preocupava, porém, apenas com a juventude de seu colégio e um dia, percorrendo as ruas daquela cidade, sentiu como seus habitantes viviam distanciados da Palavra de Deus. Em acordo com seus superiores, resolveu fazer durante oito dias, missões na capital paraense, atraindo enorme multidão para ouvir suas prédicas, seguidas de confissões. Em pouco tempo a cidade era outra e o povo voltou a frequentar com mais assiduidade as suas igrejas.

Resolveu, então, levar sua ação missionária para outras localidades interioranas, algumas das quais distantes mais de cem léguas da capital, atravessando florestas e muitas vezes sem encontrar nada para alimentar-se.

É chamado de volta para São Luís e depois de uma longa viagem, sempre a pé, chegou ao Maranhão, recebendo sua nomeação para reitor da missão dos índios tobajaras (não confundir com os tabajaras, do litoral nordestino) a vinte léguas daquela cidade e compreendia toda a margem esquerda do rio Itapecuru.

Além dos tobajaras, ali viviam outras tribos indígenas, como os tupinambás, que já possuíam certo grau de evangelização; os caicaizes, gentios ferozes até que os missionários, antecessores de Malagrida, conseguiram catequizá-los; também os temíveis guanarés, cuja catequese foi tentada pelo jesuíta padre João Villar, o qual acabou sendo morto por eles em 27 de agosto de 1719. Seu corpo foi encontrado dias depois incorrupto, boiando sobre as águas do rio, rodeado de peixes, os quais não tocaram em seu cadáver. A ira Divina abateu-se sobre estes selvagens através de uma epidemia que dizimou grande parte daquela tribo, a começar pelo índio que prostrara aquele mártir jesuíta: foi devorado por insetos e vítima de terríveis dores em todo o corpo.

Era este o novo campo de atividades para o qual o padre Gabriel Malagrida fora designado e que tanto aspirava em sua alma missionária. Ali, mal abrigado em uma choça de palha, iniciou seu apostolado junto àqueles silvícolas, ensinando-lhes o catecismo, as orações da Igreja, e falando-lhes, também, dos castigos e da recompensa Divinas. Visitava-os em suas cabanas, medicava os doentes e privava-se muitas vezes de seu alimento para doá-los aos enfermos.

A sua dedicação e o seu amor a estes selvagens foram aos poucos conquistando a confiança daquelas tribos e, algum tempo depois, muitos recebiam as águas lustrais do batismo. Era o próprio Cristo que, ouvindo as ardentes preces daquele abnegado missionário, atendia os seus pedidos.

Os caicaizes, em cujo meio se encontrava o padre Malagrida, eram constantemente atacados pelos guaranés, que já haviam morto, como vimos, o padre João Villar; para pôr fim a estas perseguições, resolveu o nosso santo missionário tentar a sua catequese. Conseguiu reunir alguns presentes e, na companhia de vinte catecúmenos caicaizes, foi ao encontro dos ferozes guaranés. Para surpresa geral, foram recebidos triunfalmente e conduzidos a uma cabana onde ficaram alojados.

Longe estava o padre Malagrida de suspeitar da traição que eles lhe preparavam. Enquanto dormiam, aqueles bárbaros reuniram-se em assembléia e decidiram liquidá-los ao alvorecer do dia seguinte. Quando acordou, o missionário ouviu uma voz misteriosa que lhe dizia: “fugi depressa, que estais em perigo”. Olha em seu derredor e nada observou de anormal; tudo muito calmo.

Quando menos se esperava, os guaranés invadem aquela cabana atirando flechas por todos os lados e os catecúmenos se prostram aos seus pés pedindo insistentemente o batismo. Tranqüilo diante daquele terrível drama, o padre Malagrida vai buscar um vaso com água e batiza os companheiros, abrindo-lhes a porta do céu.

Depois de haver batizado o último catecúmeno, os bárbaros enfurecidos arrastam-no para fora da cabana, despem o seu hábito e o amarram em um tronco de árvore, saqueando, em seguida, os seus poucos pertences, inclusive os objetos sagrados para a celebração da Santa Missa. O santo missionário, sereno, volve os seus olhos para o céu e agradece a Deus a glória de ser digno de seu martírio.

Os indígenas se reúnem para decidir a sorte do prisioneiro, e os chefes daquela tribo pediram a sua morte e logo escolhem um índio bem robusto para executá-lo. Quando o selvagem, já de tacape na mão, ia cumprir a sua missão, uma velha índia se lança contra ele e exclama:

“Suspende! Não ouses matar o enviado do Grande Espírito! A sua morte ser-te-ia funesta. Eu conheci aquele que matou há anos o primeiro roupeta preta (referia-se ao mártir padre João Villar) que aqui

veio; vi-o morrer de horrível morte, comido pelos bichos e transpassado dos maiores sofrimentos.”

Depois de ouvir esta admoestação, o silvícola soltou o tacape no chão e a velha índia convenceu o chefe daquela tribo a mandar embora, o mais rápido possível, o missionário, cuja morte traria muitos castigos para os guararés. Padre Malagrida foi então solto e jogado em uma canoa no rio Itapecuru, a qual corre ao sabor das correntezas.

Já havia decorrido algum tempo quando ouviu uns gritos: “Padre, padre!” e aproximando-se da margem encontrou um garoto caicaize que o acompanhara para ajudar a Santa Missa e, ferido na carnificina, fora dado como morto. Escondera-se na floresta e acompanhou o julgamento do santo missionário e de longe viu o seu embarque na canoa.

Mesmo ferido, conseguiu falar com o padre Malagrida que, feliz, o acolheu naquela embarcação e depois de cuidar de seus ferimentos, prosseguiu viagem até chegar à aldeia dos caicaizes. Alguns dias depois, não resistindo aos ferimentos recebidos, o indiozinho veio a falecer.

Para Deus, ainda não havia chegado a hora do martírio do padre Gabriel Malagrida, que ainda tinha importantes missões a cumprir junto àqueles bárbaros selvagens.

Depois de algum tempo de catequese das tribos que integravam a missão dos tobajaras, tendo já conquistado a amizade e confiança dos selvagens, resolveu o incansável sacerdote, em 1725, tentar uma aproximação com os barbados, temível nação indígena daquela região, assim conhecidos por usarem barbas; andavam completamente despidos, estabelecidos em plena floresta, nas proximidades do rio Mearim.

Várias tentativas já haviam sido feitas pelos portugueses, sem nenhum sucesso. A oportunidade de conquistá-los apareceu quando alguns de seus chefes foram até a aldeia dos caicaizes e ali se encontrava o abnegado missionário.

Este procurou falar com o líder deles, tendo o mesmo concordado em sua visita à aldeia dos barbados e, antes de isto se concretizar, o padre Malagrida foi a São Luís para obter a necessária autorização de seus superiores e conseguir alguns presentes para serem distribuídos com os silvícolas.

Partiu, então, com destino àquela tribo, em longa viagem de barco, e quando atracaram na margem do rio, alguns dos barbados que lá estavam logo se apoderaram de seus pertences; ao chegarem à aldeia

não havia mais presentes para distribuir. Isto decepcionou os chefes da tribo, que o abandonaram e logo planejaram a sua morte e de seus companheiros de viagem.

Advertido do plano, o padre Malagrida fugiu com os companheiros - dois neófitos - na madrugada do terceiro dia, mas perderam-se na floresta; alcançaram, no entanto, o rio Mearim, quando improvisaram uma jangada e partiram ao sabor da correnteza. Mais uma vez a Providência Divina não lhe faltou e, depois de alguns dias de viagem, encontraram um batel abandonado, mudando-se eles para o mesmo, prosseguindo até chegarem à aldeia de onde haviam partido.

Depois de se refazer da longa e fracassada aventura à aldeia dos barbados, viajou para São Luís onde recebeu um veemente apelo de seus superiores para voltar às atividades escolares no Colégio Maranhense, o que atendeu, em espírito de obediência, pois em sua alma permanecia sempre o ardor missionário.

Não se dedicou, porém, somente ao magistério; pregava nas igrejas da periferia de São Luís, atendia nos confessionários, assistia aos enfermos e agonizantes. Não aproveitava o período das férias escolares para um merecido e essencial repouso, mas deslocava-se para localidades mais distantes levando a Palavra de Deus àquelas populações ausentes da Igreja.

Em 1728 conseguiu novamente de seus superiores a licença necessária para voltar à catequese dos barbados que, derrotados fragorosamente pelos portugueses, imploram a paz e a ida de um missionário para ensinar-lhes a religião do verdadeiro Deus.

Esquece o que acontecera no passado e, juntamente com o padre Jerônimo Pereira e pequena escolta, dirige-se à aldeia da temível tribo, sendo ali recebido com muito contentamento. Depois de distribuir os habituais presentes, constrói duas cabanas, sendo uma para servir de oratório e a outra para sua moradia.

Graças à sua caridade e benevolência, foi aos poucos conquistando a confiança e estima daqueles selvagens, principalmente das crianças, que se reuniam em volta de sua pessoa para ouvir as prédicas do desprendido missionário.

Certa ocasião, os barbados foram atacados pelos acroás, outra terrível tribo que ainda não havia sido catequizada pelos missionários. Depois de uma horrenda luta, os barbados foram derrotados e só a muito

custo, o padre Malagrida conseguiu acalmá-los, afirmando que os acroás não voltariam mais a atacá-los, o que realmente aconteceu.

Muitos anos depois essa tribo foi catequizada, cabendo este mérito a outro jesuíta, o padre Antônio Machado, que ali permaneceu por seis anos, de 1751 a 1757, sofrendo as maiores privações e tendo muita paciência no cumprimento de sua nobre missão evangélica.

Detentor de vasta cultura e saber teológico, os superiores mais uma vez convocam o grande missionário Malagrida para retornar ao magistério no Colégio do Maranhão, o que ele atende por sua índole de obediência, mas sentindo imenso pesar em abandonar suas lides evangelizadoras. Ali permaneceu durante cinco anos (1730/1735) não deixando, nas suas horas livres, de percorrer as vizinhanças de São Luís para levar a Palavra de Deus àquela gente esquecida.

Volta a insistir junto ao Padre Geral da Companhia de Jesus pelo seu retorno às atividades missionárias, mas a grande dificuldade era conseguir um substituto que ocupasse as cadeiras de Teologia e Literatura naquele colégio.

Resignou-se em continuar no magistério e algum tempo depois recebeu do Padre Geral a desejada autorização para prosseguir em sua missão apostólica. Iniciou, então, a sua mais longa peregrinação, percorrendo as mais inóspitas regiões, totalmente agrestes, levando sempre a sua palavra de fé a todos os que o procuravam.

Sua extensa jornada o levou até ao Piauí e encontrava-se em Parnaíba quando ali chegou uma representação dos habitantes da ribeira do rio São Francisco, fazendo um veemente apelo para que fosse também missionar o povo da Bahia, tão sedento da Palavra de Deus.

Se dependesse de sua vontade partiria incontinenti, mas teve que solicitar a devida autorização dos superiores e só depois de concedida, iniciou sua viagem, sempre a pé, jornada que duraria dezessete meses, desde sua partida de São Luís, até os sertões da Bahia, onde chegou em princípios de 1736.

Missionário no nordeste brasileiro

Até chegar a Salvador, o padre Malagrida foi pregando as verdades eternas, em verdadeira missão apostólica, nas paróquias que ficavam em seu caminho.

Dirigia a Igreja da Bahia o ilustrado dom frei José Fialho, que fora monge cisterciense e doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, antes de ser elevado às honras episcopais, primeiramente como bispo de Olinda (1725/1738) e, posteriormente, arcebispo da Bahia (1739/1741), quando foi removido para a diocese de Guarda, em Portugal, conservando, porém, o título de arcebispo-bispo deste bispado português.

Coube a este ínclito pastor receber em sua arquidiocese o nosso santo missionário, que ali permaneceu durante cinco anos, em constante atividade apostólica, pregando em suas igrejas e convertendo os pecadores para a prática do bem e o amor a Deus e ao próximo. Fundou um abrigo para as pobres mulheres vítimas de sedução, onde pudessem se regenerar e iniciar uma nova vida.

Tal foi o seu raio de ação na terra baiana que o próprio arcebispo dizia abertamente, a quem quisesse ouvi-lo, que “todo o bem praticado em sua vasta diocese era devido ao zelo apostólico do padre Malagrida”. Ainda ali se encontrava no cumprimento de sua missão evangélica quando recebeu um pedido do bispo de Olinda para levar também a Palavra de Deus ao povo pernambucano.

Ocupava a mitra de Pernambuco dom frei Luís de Santa Teresa, da Ordem dos Carmelitas Descalços, sucessor de dom frei José Fialho que fora promovido para o arcebispado da Bahia. Era natural de Lisboa onde nasceu em 25 de março de 1692 e, antes de ingressar na vida religiosa, chamava-se Luís Salgado de Castilho. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ali lecionou durante vários anos e, como magistrado, foi membro do Tribunal de Desembargo do Paço e Corregedor da dita comarca de Coimbra.

Apesar de seu sucesso na vida pública e se prevendo mesmo um futuro promissor, resolveu, porém, abraçar a vida religiosa como carmelita descalço, tendo professado solenemente em 20 de janeiro de 1724, contando na oportunidade 32 anos de idade. Ordenado sacerdote, tal era a sua vasta cultura que foi logo designado professor de Teologia Moral, uma cadeira da mais alta responsabilidade, sobretudo para quem se iniciava no sacerdócio.

Eleito, mais tarde, bispo de Olinda, fez tudo para recusar esta honraria, mas o rei João V insistiu e o papa Clemente XII confirmou a indicação real. Foi um verdadeiro missionário em sua

imensa diocese que compreendia os atuais Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, pregando em suas igrejas com grande eloquência e permanecendo muitas vezes dia e noite no confessionário.

Coube a este notável bispo receber de braços abertos, em sua diocese, o seu colega missionário – digamos assim –, padre Gabriel Malagrida, que, partindo da Bahia no final de 1741, sempre a pé, veio peregrinando por onde passava, atraindo multidões e conquistando almas para o rebanho de Cristo.

Chegou a Olinda em março de 1742 e logo tratou de se apresentar a dom frei Luís de Santa Teresa, mas este, antecipando-se, foi ao encontro do santo missionário, manifestando na ocasião a grande alegria de tê-lo em seu bispado. Malagrida permaneceu em Pernambuco até pelos idos de 1746, sempre pregando em suas igrejas, promovendo concorridas procissões pelas ruas da cidade, atendendo os fiéis no confessionário, sem falar nas curas e conversões efetuadas. Posteriormente estendeu suas missões por outras localidades, como em Goiana, até chegar a Paraíba, em cuja capital marcou sua presença com a fundação de um seminário, tal como faria no ano de 1749, em Belém, no Pará.

Embora se mantivesse em constante atividade apostólica, o abnegado missionário observava sempre um rigoroso jejum e seu repouso noturno não ultrapassava três horas de sono, quando então se levantava para fazer suas preces junto a Deus Pai.

Teria permanecido por mais tempo no Nordeste brasileiro, mas o novo bispo do Maranhão, dom Manoel da Cruz, tomando conhecimento dos seus notáveis feitos, pediu a seus superiores que o trouxessem de volta para São Luís. Obediente às ordens recebidas, o padre Gabriel Malagrida iniciou sua longa viagem de regresso, sempre a pé, e uma das localidades cearenses onde ele permaneceu por alguns dias para se refazer da cansativa jornada foi Viçosa, onde também pregou a Palavra de Deus para seus habitantes.

Vejamos o depoimento do padre João Brewer, que ali se encontrava, sobre as atividades deste grande missionário:

Depois de um sono brevíssimo, o santo padre começava a meditar. Recitadas as horas canônicas, dirigia-se ao confes-

sionário e daí por volta da hora décima da manhã, subia ao tablado e explicava a doutrina cristã.

Permanecia em ação de graças até a primeira hora da tarde e até mais. Voltando a casa, comia umas poucas favas ou um pouco de leite.

Sua estadia em Viçosa foi de 5 a 17 de fevereiro de 1747 quando reiniciou sua viagem, chegando à capital maranhense no dia 11 de maio desse mesmo ano. Foi recebido entusiasticamente pelo povo e conduzido processionalmente até à residência episcopal onde o aguardava o novo pastor, dom Manoel da Cruz. Iniciou, a seguir, as suas pregações que se estenderam depois ao interior, como aconteceu em Alcântara, ali passando oito dias na evangelização de seus habitantes.

Algum tempo depois, dom Manoel da Cruz foi transferido para a diocese de Mariana, em Minas Gerais, sendo substituído por dom Francisco de São Tiago, que encarregou o padre Malagrida de fazer uma missão geral em suas igrejas.

Tentou, sem sucesso, fundar um seminário em São Luís, como já o fizera na Paraíba e depois em Belém, mas o bispo dom Tiago não o permitiu, alegando que isto era competência do diocesano.

Mais uma vez foi enviado para missionar no Pará, atendendo o pedido do seu novo pastor, dom Miguel Bulhões, membro da ordem dos Dominicanos, que o encarregou de pregar em sua vasta diocese.

Várias foram as instituições fundadas pelo dinâmico missionário nas cidades onde realizou o seu trabalho apostólico, destacando-se um abrigo feminino, depois transformado no Colégio Santa Teresa, em São Luís; o convento da Soledade, em Salvador, que abrigava mulheres de vida pública e convertidas para o bom caminho; outro convento, o do Sagrado Coração de Jesus, em Igarassu, Pernambuco, inaugurado em 1742, também destinado a prostitutas regeneradas, além de muitos asilos e oito igrejas construídas ou restauradas.

Enfrentando dificuldades para a manutenção de tão beneméritas entidades, o padre Gabriel Malagrida, depois de obter a necessária autorização de seus superiores, viajou no dia 7 de dezembro de 1749 para Portugal; lá tentaria obter do piedoso rei dom João V, que se encontrava muito enfermo, uma ajuda financeira em benefício de tão meritórias obras sociais.

Na corte portuguesa

Depois de longa e tenebrosa viagem, o santo missionário desembarcou em Lisboa e, o soberano, tomando conhecimento de sua chegada, mandou chamá-lo ao palácio e, ao recebê-lo, ajoelhou-se com muita dificuldade, pois sofria de dolorosa paralisia em seus membros, pedindo a bênção e colocando a mão do sacerdote em seu rosto.

Emocionado diante deste quadro, vendo tão poderoso monarca genuflexo a seus pés, o padre Malagrida fez a seguinte prece: “Senhor, nós vos pedimos que olheis para o rei vosso servo!”. Ao ouvir esta súplica, dom João V exclama com humildade: “Não, meu padre, não digais rei, dizei pecador”.

Depois desta carinhosa recepção, ele expõe ao soberano o motivo de sua viagem a Portugal: obter ajuda financeira para as diversas obras sociais que fundara no Brasil.

Agravando-se o estado de saúde do monarca, coube ao venerando sacerdote prestar os socorros da Igreja, permanecendo na cabeceira do enfermo até seu falecimento, ocorrido no dia 31 de julho de 1750, por coincidência dia da festa de Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus.

Ao tomar conhecimento de sua morte, o papa Bento XIV, que se encontrava reunido com os cardeais, exclamou: “Ditoso! Feliz aquele nosso fidelíssimo filho, que teve Malagrida por diretor e que em seus braços expirou!”.

Antes de morrer, o piedoso monarca atendeu todos os pedidos que lhe haviam sido feitos pelo santo missionário, dando-lhe, inclusive, poderes para edificação de novas casas religiosas, onde julgasse necessárias e proveitosas para a salvação dos fiéis. Consignou, ainda, de sua renda pessoal, uma doação de oitocentos cruzados para cada entidade criada.

Quando foi despedir-se da rainha Maria Ana de Áustria, esta, que presenciara toda a dedicação do abnegado missionário no leito de morte do marido, manifestou o desejo de que ele permanecesse em Portugal, para assistir, também, sua partida para a eternidade, que julgava estar perto de acontecer. O padre Malagrida respondeu incontinenti que necessitava viajar para continuar sua missão apostólica, mas prometeu retornar a Portugal no tempo oportuno para assisti-la em sua última doença.

A rainha, concordando, respondeu com estas palavras: “Consinto em vossa partida, com essa condição; e não me olvideis em vossas orações”.

Retornando ao Brasil

Após este entendimento, tratou de retornar ao Brasil em navio cargueiro que estava prestes a partir, mas a rainha obrigou-o a seguir viagem em uma nau do governo, na qual viajaria, também, d. Francisco Xavier de Mendonça, irmão do futuro marquês de Pombal, nomeado governador do Grão-Pará.

Antes de iniciar a longa jornada, veio a receber a bordo da embarcação uma carta do novo rei, dom José I, designando-o conselheiro real nas possessões portuguesas de além-mar.

Teve o desembarque em São Luís no dia 26 de julho de 1751 e seu primeiro ato foi promover uma procissão com a imagem milagrosa de Nossa Senhora das Missões, que o acompanhava sempre em suas peregrinações, até o colégio dos jesuítas.

Continuava o dedicado missionário com a idéia fixa de fundar o seminário do Maranhão, mas este seu desejo só veio a se tornar realidade quando do falecimento do opositor deste propósito, o bispo dom Francisco de São Tiago, tendo esta casa de formação religiosa sido inaugurada em 8 de setembro de 1753, contando com a presença de muitos jovens que desejavam abraçar a vida sacerdotal.

Quando se encontrava no desempenho de suas atividades apostólicas, eis que recebe uma carta do próprio punho da rainha Maria Ana de Áustria, viúva de dom João V, fazendo um veemente apelo para que ele retornasse a Lisboa, pois sentia, com imenso pavor, aproximar-se a hora final de sua existência. Diante desta situação e lembrando-se da promessa feita quando se despedira de sua augusta majestade, o padre Gabriel Malagrida teve de deixar suas atividades missionárias e preparar-se para viajar mais uma vez a Portugal, de onde não mais retornaria ao Brasil, pois um inimigo forte cruzaria em seu caminho: o marquês de Pombal.

Apesar de uma longa demora, fez uma viagem sem anormalidades e chegou em Lisboa em princípios de 1754 e no mesmo dia apresentou-se à rainha, a quem disse, na oportunidade, estas palavras:

– “Senhora, fiel à promessa que fiz à vossa majestade há três anos, antes de sair à América, venho consagrar ao vosso serviço o restante de meus dias.”

Iniciou-se, então, uma convivência diária entre o santo missionário e a piedosa rainha, que confiava as suas mágoas e decepções àquele ministro de Deus. Este procedimento causou logo uma grande inveja, para não dizer ódio, a Sebastião José de Carvalho, recém-nomeado secretário de Estado do novo rei, dom José I, que não admitia a influência do padre Gabriel Malagrida na corte real.

O Marquês de Pombal

Sebastião José de Carvalho iniciou-se na vida pública como embaixador de Portugal, primeiramente na Inglaterra e depois na Áustria, praticamente as duas principais cortes européias daquela época.

Em Viena, contraiu segundas núpcias com uma senhora da ilustre casa de Daun e quando retornou para Lisboa encontrava-se vago o cargo de secretário de Estado, ao qual se habilitou, mas o rei de então, dom João V, jamais concordou em confiar-lhe este importante ministério.

O Marquês de Pombal fez tudo para obter a nomeação, valendo-se, inclusive, da rainha Maria Ana de Áustria. Esta ainda tentou ajudá-lo valendo-se do jesuíta padre João Batista Carbone, a quem o monarca dispensava especial atenção.

Dom João V, porém, mostrou-se sempre irredutível e, quando lhe falavam em Sebastião José de Carvalho para secretário do governo, dizia:

– “Conheço cabalmente o espírito turbulento, hipócrita e audacioso de Carvalho; descende de uma família vingativa, cruel e furiosa”.

Quando aconteceu o falecimento deste soberano, ele voltou a reivindicar a função e, através da rainha Maria Ana de Áustria, conseguiu o seu intento.

O novo rei, dom José I, era casado com a princesa espanhola Mariana Vitória de Bourbon e tinha quatro filhas; a primogênita, Maria Francisca, o sucederia no trono português, quando de sua morte em 1777, com o nome de dona Maria I.

Ao receber o pedido de sua veneranda genitora, o monarca o atendeu em prova de consideração e respeito, nomeando o futuro Mar-

quês de Pombal para o cargo de secretário de Estado, função que correspondia ao posto de primeiro-ministro. A pobre rainha faleceu no dia 14 de agosto de 1754, não chegando a ver o grande mal que fizera ao indicar Sebastião José de Carvalho, o qual iniciaria tenaz campanha contra os jesuítas e, de modo especial, ao padre Gabriel Malagrida.

De início, ele soube logo granjear a confiança do inexperiente rei, fazendo uma administração centralizadora, anulando praticamente a ação de seus colegas de ministério.

Não se pode, todavia, desconhecer as suas realizações em longo governo de mais de duas décadas (1754/1777), como veremos a seguir, através das palavras de Aref Claude Srour, na Introdução do livro *História de Gabriel Malagrida*, de autoria do padre Paul Mury:

No tocante às suas realizações, vejamos: para impedir o escoamento do ouro brasileiro para as mãos inglesas, proibiu a exportação do metal e combateu o domínio britânico que praticamente satelitizava Portugal; liberalizou o regime de exportações, estimulando-as com a redução de gastos em que incorriam; reconstruiu Lisboa de forma magnífica, depois do mortífero terremoto de 1755; protegeu os cristãos novos (judeus convertidos); estimulou a agricultura, o comércio, a indústria e navegação; reorganizou a Universidade de Coimbra num espírito racionalista, sobretudo no aspecto do ensino das Matemáticas e das Ciências Naturais; disciplinou as despesas governamentais e modernizou a cobrança de impostos com uma burocracia competente e centralizada; proibiu o tráfico negreiro para Portugal em 1761 e declarou livres os descendentes de escravos, em 1773.

No que diz respeito ao Brasil, liquidou o regime de donatarias, adquirindo ou confiscando as onze capitanias hereditárias restantes, para finalmente extingui-lo em 1759.

Transferiu a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, fixando judiciosamente o centro administrativo mais próximo às minas de ouro, bem como as regiões do Sul e Oeste, em virtude dos freqüentes conflitos com os espanhóis.

Favoreceu os casamentos de brancos com indígenas, equiparando estes àqueles (1755). Promoveu a liberdade do gentio, em 1758.

Pretendendo arrebatrar aos ingleses o comércio entre Portugal e o Brasil, criou duas Companhias Gerais de Comércio: a do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a de Pernambuco e Paraíba (1759).

Em contrapartida, perseguiu impiedosamente Malagrida, conver-

tendo-o em bode expiatório de suas graves desavenças com a Companhia de Jesus.”

Por sua dinâmica atuação na reconstrução de Lisboa, após o terrível terremoto, Sebastião José de Carvalho recebeu o título de conde de Oeiras e, posteriormente, em 1770, foi promovido a marquês de Pombal, como se tornou conhecido até os nossos dias.

Perseguição de Pombal ao padre Malagrida

A perseguição do Marquês de Pombal ao padre Gabriel Malagrida iniciou-se quando este, atendendo a um apelo da rainha-mãe, Maria Ana de Áustria, foi do Brasil para Portugal para assisti-la em seus últimos momentos, conforme já mencionado.

O missionário era visto diariamente na corte portuguesa, onde desfrutava de prestígio e grande influência, não só junto à rainha-mãe, como igualmente ao seu filho, o rei dom José I, o que era motivo de inveja e ódio do novo secretário de Estado.

Certa ocasião, o padre Malagrida, ao retirar-se do paço, encontrou-se na escadaria com o poderoso marquês e, como não o conhecia, passou adiante. Este gesto melindrou profundamente a Pombal que o reteve pelo braço e perguntou-lhe se não o conhecia.

– “Não tenho essa honra”, respondeu o missionário.

– “Como”? exclamou o marquês, “o padre vive na corte e não conhece o secretário de Estado”?

O padre Malagrida, um tanto confuso e perturbado, lançou-se aos pés do ministro, pedindo as suas desculpas, alegando que acabara de chegar do Brasil, e lhe perdoasse essa falta involuntária.

Depois, em tom respeitoso, o missionário voltou a falar com o marquês, dizendo:

– “Agora que tenho a honra de conhecer e falar a V. Excia., permita-me, senhor, que lhe faça um pedido: é o de retirar do Brasil o seu irmão, o sr. Mendonça; porque é tanto o ódio que seus processos administrativos já lhe têm granjeado, que eu lhe futuro alguma desgraça, se ele não se evade depressa à vingança de seus inimigos.”

Não sabia o padre Malagrida que Francisco Xavier de Mendonça estava no Brasil para servir aos desígnios de seu irmão, o marquês de Pombal.

– “Hei de pensar nisso”, foi a resposta ríspida do ministro.

Irritado, tanto pelo desconhecimento do missionário à sua pessoa como pela audácia de denunciar o seu próprio irmão, o marquês tomou a decisão de afastá-lo o quanto antes da corte e, mais tarde, desterrá-lo para Setúbal. Era um homem severo e cruel, descendente de um fidalgo provinciano que sempre fora desprezado pela velha nobreza de Portugal.

Várias vezes ocorriam desavenças de Pombal com os nobres da corte, toleradas pelo rei dom José I, que confiava cegamente no ministro, pela sua capacidade de trabalho, liderança competente e sobretudo pela sua atuação após o terremoto ocorrido em Lisboa no dia 1.º de novembro de 1755. Esta lamentável tragédia, que reduziu a capital portuguesa a um monte de ruínas, provocou o rompimento total de Pombal com o padre Malagrida.

Enquanto o marquês afirmava que o cataclismo não era nada mais que um fenômeno natural, o missionário publicou um livrinho que foi distribuído à população, atribuindo o terremoto aos pecados e à falta de piedade dos homens para com Deus e propondo ao povo rezar e fazer penitências para aplacar a ira do Senhor.

Irritado, Pombal conseguiu o desterro do padre para Setúbal, apesar de sua atuação em favor dos desabrigados e que foi inclusive motivo de elogios do próprio rei dom José I. Iniciou, também, uma terrível campanha contra a Companhia de Jesus, primeiramente proibindo os jesuítas de serem confessores da família real (1757) sob o pretexto de terem difamado o monarca.

Mais tarde, em 2 de maio de 1758, conseguiu que o papa Bento XIV interviesse na própria Companhia, nomeando um Visitador e Reformador, na pessoa do cardeal Saldanha, amigo pessoal de Pombal e a quem devia o seu chapéu cardinalício.

Em setembro de 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de seus domínios, sendo considerados corrompidos, rebeldes, traidores, adversários e agressores contra a figura do rei. No ano seguinte, eles se retiraram do Brasil, sendo 199 do Rio de Janeiro, 133 do Pará, 124 da Bahia e 53 de Pernambuco, tendo os seus colégios fechados e as missões indígenas abandonadas.

Não satisfeito ainda, Pombal influenciou outras cortes européias na campanha contra a Companhia de Jesus, como a França que os expulsou em 1764 e a Espanha em 1767.

Sebastião José de Carvalho conseguiu, enfim, realizar o seu grande sonho quando, com o apoio de outras nações católicas, obteve do papa Clemente XIV a extinção da Companhia de Jesus, em 1773.

Somente quarenta e um anos depois, ou seja, em 1814, ela seria reabilitada, no pontificado do papa Pio VII; e os jesuítas retornariam ao Brasil alguns anos mais tarde, primeiramente com um modesto colégio em Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina. Ali, eles receberiam em 1845, uma visita do imperador dom Pedro II, que se fazia acompanhar do bispo do Rio de Janeiro, dom Manuel Montes Araújo, que tinha o título de conde de Irajá.

Martírio do padre Malagrida

Retornemos, porém, ao passado e voltemos à presença do padre Gabriel Malagrida que se encontrava desterrado em Setúbal, dedicando-se à sua missão apostólica, junto aos seus habitantes, promovendo os conhecidos Exercícios de Santo Inácio, que atraíam multidões de fiéis e até mesmo os nobres da corte, como os marqueses de Távora.

Ali se encontrava quando, em 3 de setembro de 1758, houve um atentado contra a figura real de dom José I, atribuído injustamente à família Távora e, sendo o missionário amigo íntimo, conselheiro espiritual de vários membros desse clã, tornou-se alvo preferido do marquês de Pombal que recebera ordem do rei para punir os responsáveis por tão lamentável acontecimento.

Com esta autorização, Sebastião José de Carvalho entrou em ação, mandando prender os membros das famílias Távora e Aveiro, além de cercar as comunidades jesuítas. Criou um tribunal extraordinário para julgar os supostos réus, os quais sofreram as mais cruéis torturas como o duque de Aveiro que, vencido pela dor, citou os nomes do padre Malagrida e outros jesuítas, embora depois se retratasse.

O tribunal determinou a execução de todos, inclusive mulheres e crianças, e se não fosse a intervenção da rainha Mariana Vitória de Bourbon e de sua filha Maria Francisca – a futura rainha dona Maria I, teriam sido todos executados.

O padre Gabriel Malagrida tentou por todos os meios provar a sua inocência, não conseguindo sequer ser recebido pelo cardeal Saldanha e outras autoridades eclesiásticas.

No dia 11 de janeiro de 1759, ele foi preso juntamente com o provincial, padre João Henrique, e mais os padres José Moreira, Temóteo de Oliveira, João Alexandre de Souza e João de Matos, todos conduzidos às masmorras, onde aguardaram julgamento.

Além de considerá-lo implicado no atentado a dom José I, o marquês de Pombal denunciou Malagrida, como herege, no Tribunal do Santo Ofício. Os juízes, depois de examinarem o caso declararam que não havia razões plausíveis para condenar o religioso. Sebastião José de Carvalho não se deu por vencido: substituiu o inquisidor geral, por seu irmão Paulo de Carvalho Mendonça, e o dominicano frei Francisco de São Tomaz, outro membro do Santo Ofício, os quais se recusaram a manchar suas mãos no sangue inocente do padre Malagrida.

Assim, depois de mais de dois anos de prisão, um novo Tribunal do Santo Ofício, inteiramente manipulado pelo poderoso Marquês de Pombal, deu em janeiro de 1761 a sua sentença infame e escandalosa em que o padre Gabriel Malagrida era declarado réu de heresia, blasfêmias, falsas profecias e muitas outras acusações injustas. Foi degradado das ordens e condenado a ser queimado na fogueira em praça pública.

O dia 21 de setembro de 1761 foi a data escolhida para a execução do grande mártir jesuíta e Sebastião José de Carvalho empenhou-se para que o acontecimento fosse realizado com a maior pompa possível, assumindo pessoalmente a sua programação.

Fez construir em torno da praça do Rossio palanques para a nobreza e o povo, especialmente convidados para este horrendo espetáculo. A tropa ocupava a praça e as ruas vizinhas para manter a ordem da imensa multidão, e em frente ao cadafalso, em palanque luxuosamente decorado, encontravam-se o monarca e sua corte em lugares de destaque.

O padre Malagrida saiu do cárcere com as mãos atadas às costas, ladeado por dois padres beneditinos e outras duas pessoas a servirem-lhe de padrinhos na cerimônia do auto-de-fé, de acordo com o ritual. Atrás dele caminhavam mais de cinqüenta condenados, mas o santo missionário foi o único a ser executado naquele dia, de morte cruel e infame.

Quando o missionário se aproximou do patíbulo, um comissário do Tribunal do Santo Ofício leu a sua sentença de morte e, depois, o bispo coadjutor do cardeal patriarca de Lisboa procedeu a cerimônia de degradação, exortando-o, na oportunidade, a confessar os seus crimes e a pedir perdão ao rei e ao povo pelo escândalo que causara.

O padre Gabriel Malagrida respondeu com muita dignidade e altivez:

– “Desde que pus os pés na terra portuguesa, servi sempre a sua majestade fidelíssima como bom e leal súdito; contudo, se, por ignorância, o ofendi na mínima coisa, eu lhe peço humilde e sinceramente perdão.”

Depois de proferir estas palavras diante de um profundo silêncio da multidão, entregou-se ao carrasco e antes de ser executado e queimado na fogueira, pronunciou suas últimas palavras: – “Senhor, havei piedade de mim; em vossas mãos entrego a minha alma”. Contava na ocasião 72 anos de idade, dos quais vivera meio século na Companhia de Jesus.

O padre Rodrigues – cujo nome completo não conseguimos descobrir –, teve a ventura de conhecê-lo pessoalmente e fez uma descrição de seu retrato:

“Malagrida era de estatura mediana: em seu rosto, onde transparecia uma nobre dignidade, lia-se a índole modesta e branda; ordinariamente estava pálido, mas se falava das coisas de Deus, purpureavam-se-lhe as faces; brilhavam-se então os olhos com umas cintilações de extraordinário fulgor; a testa era saliente, mas não larga; o nariz era bem feito, os beiços rubros, os cabelos louros e as barbas longas que por maravilha encaneceram antes do cabelo. Todo o seu exterior respirava santidade, e ninguém que o visse deixaria de respeitá-lo e admirá-lo”.

Quando a notícia desse terrível suplício se espalhou pela Europa uma onda de revolta e indignação se ergueu contra o autor de tamanha iniquidade e o grande pensador francês, Voltaire, fez este comentário ferino: “Assim, o excesso do ridículo e do absurdo juntou-se ao excesso de horror”.

O então pontífice, Clemente XIII, ao tomar conhecimento da morte cruel e injusta do grande missionário, assim se pronunciou: “A Igreja de Jesus Cristo tem mais um mártir” e em seguida mandou gravar um retrato do padre Malagrida com uma honrosa inscrição onde se dizia que ele morrera pela justiça e pela verdade.

O seu martírio mereceu uma verdadeira consagração póstuma no mundo cristão e em todas as casas da Companhia de Jesus, os sinos repicaram durante vários dias, como se a sua morte fosse a de um santo, como realmente o era.

Em toda a sua vida missionária, por onde andou levando a Palavra de Deus, os elogios à sua pessoa eram constantes.

Eis o que disseram a seu respeito os capuchinhos da Bahia em carta ao seu superior geral, em Roma:

“Vão bem os nossos negócios, mercê dos muitos milagres do padre jesuíta Gabriel Malagrida. É um santo em obras e palavras: é o Xavier de nosso tempo. Bem que a corte de Lisboa, o reino de Portugal, e todas as suas colônias formem sublime conceito deste ardente apóstolo, fique nossa Paternidade certo que esta reputação está longe de corresponder ao seu imenso mérito, e a sua heróica virtude.

Temos sido e somos testemunhas oculares. Cada dia temos que admirar-lhe a austeridade de vida, o zelo ardente e o espírito de oração; cada dia lhe descobrimos novas virtudes e favores que o céu concede somente aos seus maiores servos. Quando for preciso para a glória de Deus e honra da douta Companhia a que ele pertence, prontos estamos a confirmar com juramentos tudo o que deixamos dito”.

O elogio maior, e em poucas palavras, fez o superior geral da Companhia de Jesus, o padre Francisco Retz: “Eu não creio que a Sociedade toda hoje possua missionário comparável ao padre Malagrida”.

A justiça divina castiga os seus opositores

Em 1777, faleceu o rei dom José I e foi sucedido pela sua filha, a princesa Maria Francisca, extremamente religiosa, que assumiu o trono com o nome de d. Maria I.

Ela sempre manifestou desprezo total pelo marquês de Pombal, desde as execuções da Família Távora, cujo acontecimento muito lhe abalou e um dos seus primeiros atos foi abolir a pena de morte.

Forçou, em seguida, a demissão de Sebastião José de Carvalho, despojando-o de todos os poderes, reduzindo-o à condição de simples cidadão e proibindo sua presença a uma distância de vinte milhas de Lisboa.

Um grito de vingança contra Pombal partiu de todos os recantos de Portugal, especialmente das oitocentas vítimas restituídas à liberdade e que pediam justiça.

O mesmo Tribunal com que ele havia condenado tantos inocentes, iniciou um processo contra sua pessoa, mas a interferência da própria rainha d. Maria I, por compaixão de sua velhice, o perdoou.

Desterrado para Pombal, ali faleceu aos 83 anos, recusando os favores da Religião e esquecido daqueles a quem tanto serviu.

Também as três personagens – Paulo de Carvalho Mendonça, João Mancilha e Nuno Álvares Pereira, que assinaram a sentença de morte do padre Gabriel Malagrida, tiveram os castigos divinos.

O primeiro, elevado pelo seu irmão, o marquês de Pombal, como inquisidor geral do Santo Ofício contra todas as regras de Direito e de Justiça, teve uma morte inesperada.

João Mancilha foi preso e processado por ordem de d. Maria I e condenado à prisão perpétua.

O inquisidor Nuno Álvares, que comemorou a execução do padre Malagrida com um lauto jantar, foi acometido de uma estranha doença, exalando de seu corpo um fedor insuportável, sendo abandonado por seus familiares e amigos. Faleceu impenitente e nunca quis reconciliar-se com a Igreja.

Como vimos, a Justiça Divina puniu todos aqueles que injustamente perseguiram e executaram este grande mártir, cuja gloriosa existência foi totalmente dedicada a Deus e ao próximo.

Decorridos quase dois séculos e meio de seu falecimento, estranhamos que o seu nome não figure ainda na galeria dos grandes santos que a Companhia de Jesus deu à Igreja de Cristo: Inácio de Loyola, Francisco Xavier, Luís de Gonzaga, João de Brito, Bernardino Realino e muitos outros, cujos nomes não me ocorrem no momento.

Através destas linhas, rendemos também a nossa homenagem de veneração e respeito a este grande apóstolo da Fé, nome que tanto honra e dignifica o mundo cristão!

Bibliografia

CALMON, Pedro. *História da Igreja no Brasil*.

CÂMARA, Fernando. O Tricentenário da Diocese de Pernambuco. *Revista do Instituto do Ceará*, 1976.

_____. A Diocese do Maranhão e seu Tricentenário. *Revista do Instituto do Ceará*, 1977.

_____. Dom Antônio Macedo Costa - um modelo para o episcopado brasileiro. *Revista do Instituto do Ceará*, 1980.

_____. O Seminário de Olinda e seu fundador. *Revista do Instituto do Ceará*, 1986.

_____. O sesquicentenário de Dom Jerônimo Tomé da Silva. *Revista do Instituto do Ceará*, 2000.

MURY, Padre Paul. *História de Gabriel Malagrida*.

Centenário de Paulo Sarasate

Política como instrumento de evolução e bem-estar social

J. C. ALENCAR ARARIPE*



Foto: arquivo Nirez.

Paulo Sarasate

Há um século, no dia 3 de novembro de 1908, nascia Paulo Sarasate. Foi batizado com um nome da familiaridade do pai, maestro Henrique Jorge, que talvez sonhasse com um filho envolvido nos doces e sedutores encantos da divina música. O homônimo espanhol, de tanto sucesso, seria forte inspiração.

Não sei se Paulo Sarasate tocou algum instrumento, mas, na partitura que o guiava simbolicamente, não se percebem dissonâncias que

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

gerem constrangimento; pelos caminhos por ele perlustrados, ouviram-se cantos de vitória, que não o ensoberbeciam, mas o encorajavam nas jornadas vindouras.

No centenário de nascimento de Paulo Sarasate, acodem-me à memória reminiscências de forte teor humano, político e social. Ele podia aparentar, em certas ocasiões, mais pelos gestos do que pela palavra, que era de trato difícil, mas, na verdade, prosperavam no seu interior disponibilidade e acolhimento. Quando se afeiçoava a uma pessoa, ia além do prosaico, do trivial. Perscrutava sentimentos, envolvia-se em aconselhamentos que traduziam preocupação e a intenção de apontar rumos. Não o animava a volúpia do ódio que destrói. Procurava ser bom, prestativo e generoso.

A política empolgava-o. Mas não fez dela um meio de vida, muito menos, de enriquecimento ilícito. Foi um irrepreensível prestador de serviço e animoso propulsor de obras de alcance econômico e social.

Assíduo no cumprimento do labor diário, obstinado na perseguição dos objetivos colimados, atento aos fatos e aos seus desdobramentos para servir-se de circunstância adequada, beneficiado por um fadário venturoso, Paulo Sarasate ajustava-se à sentença de Fernando Pessoa: “Para vencer – de forma material ou imaterial – três coisas definíveis são necessárias: saber trabalhar, aproveitar oportunidades e criar relações. O resto pertence ao elemento indefinível, mas real, a que, à falta de melhor nome, chamamos de sorte”.

Sob o signo da vitória

Sarasate teve uma vida marcada de triunfos sem conta. O sucesso pessoal sorria-lhe a cada passo. No desdobramento de suas múltiplas atividades, não soube o que era fracasso. O êxito, eis uma constante.

Com 16 anos envolvia-se no exercício do magistério primário, para auxiliar o pai que não tivera emprego público e que vivera de sua arte e pela sua arte, persistiu na seara da educação, foi professor consciente e responsável, fundador de colégio e entusiasta disseminador de educandários, no Ceará como em outros Estados. Um benemérito autêntico. Paulo Sarasate tinha a vocação do educador. E era tão dominante essa faceta da sua personalidade, que mesmo fora das escolas, jornalista, parlamentar e governante, falava e agia como mestre, ensi-

nando pela palavra e o exemplo, dentro das normas do trabalho e da dedicação, como se deve servir ao Ceará e ao Brasil.

Paulo Sarasate foi cognominado de Deputado da Faculdade de Medicina, tanto pela assistência que deu às suas questões junto aos órgãos do Ministério da Educação, como pelos valiosos auxílios federais à escola que se fundava.

A criação da Universidade Federal do Ceará contou com seu apoio entusiástico, que se traduziu na disponibilidade do jornal que dirigia e na constante e vigilante atuação na esfera dos altos poderes da República. Foi distinguido com o título de *Doutor Honoris Causa* pela UFC.

A política fascinou-o, mas soube utilizá-la como instrumento de promoção do bem coletivo. Tinha obsessão de servir. E os mandatos, que o povo lhe conferiu, em pleitos sucessivos, garantiam-lhe a segurança de uma posição privilegiada, ocupada no proveito do Ceará.

Profundamente vinculado às reivindicações coletivas, delas sempre se fez intérprete através do jornal que ajudou a criar. O deputado foi a continuação na Câmara do jornalista da província. Ninguém o suplantou em espírito público, em dedicação na procura de solução dos problemas do Estado, na defesa intransigente dos interesses do povo. Sarasate desenvolveu uma atividade incomum, no afã de emprestar, como de fato emprestou, o melhor desempenho aos mandatos com que foi honrado. E não há quem, em sã consciência, deixe de reconhecer o mérito e o brilho da sua marcante atuação.

Pelo interior afora, como nesta capital, espalham-se os frutos da sua proveitosa e incansável ação parlamentar, que lhe granjeou as auras de raro prestígio. Com a larga e clarividente visão com que exerceu as funções legislativas, a partir de 1945, Paulo Sarasate deu incontestável projeção nacional à representação do Ceará, ocupando lugar de merecido relevo entre os mais ilustres componentes do Congresso. Deputado federal em várias legislaturas, de tal maneira se conduziu, com tanta elevação pautou a sua conduta, que conquistou também uma auréola de simpatia e respeito, que deve sempre ser realçada como justo prêmio aos seus reais merecimentos.

O empenho de carrear recursos para a sua terra natal não desfigurou a sua abordagem de problemas nacionais; foi a favor da criação da Petrobras e do Banco do Nordeste; defendeu a participação do em-

pregado na administração e nos lucros das empresas e apresentou, nesse sentido, emenda constitucional; coube-lhe a iniciativa de prorrogação da lei do inquilinato para conter os abusos de proprietários de imóveis; comportou-se sempre como paladino do funcionalismo público em suas justas causas; batalhador sem tréguas a favor das obras contra as secas, com ênfase na açudagem e na irrigação; fizeram-lhe justiça ao denominar de Paulo Sarasate o açude Araras no Rio Acaraú, com um bilhão de metros cúbicos, inaugurado em 1958, com seu cinquentenário comemorado, este ano, em Sobral e Varjota. O Instituto Penal, localizado em Itaitinga, com o nome de Paulo Sarasate, não correspondeu aos elevados objetivos a que se propunha. Rebeliões, seqüestros, assassinatos enquadram o presídio no rol do desafortunado sistema penitenciário brasileiro, incapaz de abrigar os criminosos em número cada vez maior e proporcionar-lhes oportunidades de recuperação. Bem inspirada, pois, a decisão de desativá-lo para adaptação à moderna realidade carcerária.

Afonso Arinos de Melo Franco, companheiro de Paulo Sarasate no Palácio Tiradentes, faz-lhe apologia na apresentação do livro *A Constituição ao alcance de todos*. “Era inquieto, impulsivo, honrado, invariavelmente cortês e generoso, contando com amadurecida experiência tanto no Legislativo quanto no Executivo”, acentua Arinos, que confessa haver aprendido a “admirar nele o zeloso deputado, estudioso do Orçamento, vigilante na defesa dos interesses do seu sofrido Nordeste”. E acrescenta: “Orador trepidante e lúcido, contraditor de faiscante rapidez”, defendia suas posições sem descambar para ataques pessoais.

O senador Josaphat Linhares, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no prefácio do livro acima citado, observa que Paulo Sarasate “reconhece, corretamente, que, nas suas origens e na sua eclosão, o movimento vitorioso de 1964 “não foi uma revolução de características sociais”, nem “de feição política previamente delineada”; não possuía filosofia própria, prefixada”. As “medidas reformistas” surgiram como consequência do poder. Daí ter faltado ao projeto da Constituição “aquele espírito criador indispensável, no campo das idéias políticas, às realizações de vulto”. Não há exagero, portanto, em concluir-se que Paulo Sarasate expõe e defende a Constituição sem considerá-la perfeita e intangível. Se nela assinala virtudes, que elogia, faz-lhe também

objeções. Não confunde, enfim, seus deveres de analista e intérprete com suas vinculações de político e senador”.

Sarasate e o esporte

Recordo uma imagem que me ficou do antigo e precário estádio do Prado. Ao pequeno palanque que se destacava em meio às arquibancadas de madeira, que circundavam o campo, tinham acesso algumas poucas personalidades. Entre elas, Sarasate ali se encontrava, com frequência. Não era o assistente calmo, introspectivo, que se limitava à mera contemplação das jogadas em evolução no gramado. Como sempre, era o irrequieto, que torcia, que xingava o juiz, que se identificava com a massa esportiva nos seus transbordamentos de aplauso ou apupo.

Unindo a sua voz a voz da multidão, desejava Sarasate, como depois houve quem sugerisse, ter no estádio “um momento de si mesmo”.

Vi-o depois no jornal, acompanhei-o depois nas jornadas políticas e nos comícios eleitorais. Onde quer que estivesse, Sarasate era sempre o mesmo, combativo, vibrante, apaixonado.

No futebol, acostumara-se a conviver com o povo; na política, fez do povo esteio de todas as suas vitórias. Porque entendia que a atividade político-administrativa necessitava, realmente, da entusiástica e comovida participação popular, tal como se verifica no futebol.

Nos últimos anos de sua existência, empenhado de corpo e alma na reformulação partidária, nem por isso esquecia o futebol. Tempo havia de sobrar, nas suas furtivas permanências em Fortaleza, para confundir-se com os desportistas cearenses e lembrar, no convívio amorável dos amigos, os saudosos dias das frenéticas torcidas de outras épocas.

Ei-lo no Presidente Vargas, alegre e expansivo. Quem o levava era o José Raimundo Costa. Mas, no estádio, tinham de separar-se, porque, no futebol, andavam sempre de ponta: um era Ceará, o outro, Fortaleza; eu nem sequer me insinuava: o Ferroviário não tinha vez.

Mas Sarasate, o desportista, não se limitava a prestigiar com a sua presença os prélios futebolísticos. Cooperou, como poucos, para o desenvolvimento dos esportes no Ceará. E a ele se deve um dos mais arrojados empreendimentos – o Ginásio Coberto -, uma esplêndida realidade que perpetua o seu nome no esporte.

Campanha vibrante

Com um lastro invejável de popularidade, em decorrência de frutos opimos colhidos ao longo do exercício do jornalismo e do mandato de deputado federal, Paulo Sarasate era, na União Democrática Nacional (UDN), o candidato natural ao Governo do Estado na sucessão de 1954, tendo como aliado o Partido Trabalhista Brasileiro. Armando Falcão concentrou as preferências como candidato do Partido Social Democrático e do Partido Social Progressista (PSD – PSP), depois da fracassada tentativa da candidatura de Plínio Pompeu, senador da UDN. Configurou-se uma situação atípica: partidos adversários no plano nacional, era o caso da UDN e do PTB, aliaram-se no Ceará e resistiram às vicissitudes decorrentes do suicídio de Getúlio Vargas; o PSD distanciou-se do PTB, do qual era aliado pelo país afora, e sustentava candidatura própria com o apoio do PSP. Atípica, sim, àquela época, mas hoje o fenômeno se reproduz em maior escala pelo Brasil afora, a evidência mais notada nas eleições municipais de 2008.

A arregimentação partidária não tinha limites. Carreatas, comícios, passeatas sucediam-se nas cidades e vilas. O engajado prefeito Paulo Cabral lançara paródia da marcha *Avante* que incendiava os adeptos de Paulo Sarasate, candidato somente ao governo, prova de confiança na vitória, enquanto seu competidor disputava também a deputação federal, como, aliás, permitia a lei de então. Armando queria salvar a pele..., como de fato salvou.

A campanha concomitante para a Prefeitura de Fortaleza ensejava até surpreendentes desdobramentos propagandistas. O PSD lançara Ary de Sá Cavalcante como seu candidato a prefeito; o mesmo procedimento tivera a UDN com Raimundo Girão na liça; o curioso corria por conta de Acrísio Moreira da Rocha, (PR-Partido Republicano) e que pretendia voltar à Prefeitura com o seu ululante populismo. Em faixas difundidas pela cidade, lia-se: *Acrísio e Armando é bom; Acrísio e Sarasate é melhor*.

As eleições foram disputadíssimas, a apuração lenta e enervante. À noite, reuniam-se populares das duas candidaturas na Praça do Ferreira para acompanhar a marcha da apuração. Concluída a contagem, os números apontavam a vitória de Paulo Sarasate, em Fortaleza e no interior.

Armando Falcão não se conformou, denunciou fraude e recorreu ao Tribunal Eleitoral, onde não encontrou guarida. Tivemos, então, a revivência do jornalismo político no melhor estilo incisivo e brilhante.

No governo do Estado

Sarasate lançou-se de corpo e alma aos encargos da administração, desatento às horas no trato dos negócios do Estado. Era como se tivesse um organismo de ferro e lhe fosse possível resistir sem limites às manifestações de um cansaço inevitável, produzido pelo labor diuturno que chegava ao extremo. Não há de ter sido mera figura retórica, inadmissível pela seriedade da hora que vivia e pela indisfarçável emoção com que falava, aquela sua afirmação de que dera ao governo uma parte da própria existência.

Carlos Cavalcante, sob o pseudônimo de Caio Cid, apresenta importante depoimento sobre as angústias de Sarasate ante o infortúnio do Ceará em 1958. No livro *Conta Gotas*, sob o título "Timoneiro em mar revolto", revela o escritor que estivera "frente à frente com a maior vítima da presente seca do Ceará: o governador Paulo Sarasate. Eram cinco horas da tarde e o gabinete de trabalho do chefe do Executivo apresentava ainda desusado movimento. Deputados, prefeitos do interior e políticos em evidência – todos 'armados' com telegramas de seus lugares – assoberbavam o homem-centro, pedindo-lhe providências, expondo a trágica situação sertaneja. O governador Sarasate, cuja sensibilidade tem sido sempre posta à prova, passeava de um lado para outro, inquieto, a receber nos nervos, no coração e no cérebro enorme carga emotiva. Vendo-o ali, exposto ao ambiente quase angustiante, eu não o considerava o chefe ou o político, mas, sobretudo, o cearense mais diretamente alcançado pelos efeitos morais da calamidade que nos abate. Analisando-o de perto, no seu nervosismo, claro que me deixava contagiar, atormentando-me com o seu drama interior. E não faço exagero nesta afirmativa: cheguei a surpreendê-lo de olhos umedecidos pela emoção. Havia nos seus gestos a inquietação do comandante que dita providências de última hora, ainda na esperança de conjurar uma catástrofe".

Renovação do teatro

Nem tudo era ou tinha sido angústia. Nada se fazia sem esforço constante e bem orientado, mas, em certos setores, os resultados compensavam pela repercussão na área econômica, social, artística e educativa. Relembro a reforma que promoveu no Teatro José de Alencar. Em funcionamento, então, por quase meio século, utilizado não só para as exposições de arte como para estrepitosas convenções políticas, concorridas solenidades de formatura e até festas carnavalescas, o Teatro estava, até 1956, muito maltratado, ressentindo-se de elementos mínimos para atender à sua finalidade precípua.

Transformações substanciais, profundas, foram determinadas pelo governador Paulo Sarasate e supervisionadas pelo incansável Paulino Barroso, alma de artista e permanente apaixonado pelo teatro. De forma que a reabertura do José de Alencar, no dia 24 de março de 1956, haveria de ser uma ocorrência de raro brilhantismo, fazendo para ela convergir as atenções de todos os círculos sociais.

Por uma dessas admiráveis coincidências, a profonia do *O Guarani* abriu o concerto de reabertura do José de Alencar, como há 47 anos marcara o início do concerto de inauguração. Um dos grandes daquele momento – Henrique Jorge – já não existia, mas a orquestra de agora, que executou a bela criação de Carlos Gomes, tinha o nome do aureolado maestro cearense.

Faltava o pai que, a 17 de junho de 1910, dirigiu um grupo de trinta professores que tocou o Hino Nacional à chegada e à saída do Presidente da Província. Mas estava presente o filho que, governando o Estado, promoveu no Teatro obra de recuperação merecedora de aplausos. Não se ouviu, desta feita, como em 1910, a ária da *Bohème* – Michiamano Mimi – entoada pela irmã Maria Amélia Jorge, mas lá estava o coral da instituição que seu pai fundara – o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, perpetuando através dos anos uma geração de artistas. Ao determinar a reforma do José de Alencar, Paulo Sarasate talvez não tenha atentado para esse mundo de saudosas evocações que a festa de reabertura iria proporcionar-lhe, tal a presença do seu genitor na vida do Teatro então quase cinquentenário.

Na escola do jornalismo

A política sacrificara o intelectual, que já mocinho despontara e haveria de reafirmar-se ao ocaso prematuro. Por que maldizer, porém, o seu envolvimento com a política, se Sarasate soube ser grande, nobre e altruísta?

Deputado estadual, deputado federal, senador e governador, louve-se a lucidez da sua atuação na vida partidária, o desprendimento com que se entregava ao cumprimento do dever parlamentar e de governo, a vaidade de ser bom, honrado e trabalhador era atributo da sua personalidade. Sarasate o cultivaria em qualquer ambiente. Para tanto, não lhe faltaria fortaleza moral.

Mas foi na escola do jornalismo, que Paulo Sarasate aperfeiçoou qualidades que tanto o distinguiam. Não era sem razão que se afeiçoara ao jornal. Por mais que o projetassem os embates políticos, não esquecia a fonte de origem, à qual retornava, de quando em vez, como se nela retemperasse as energias para novas e aguerridas postulações. As vibrações do seu espírito arrebatado foram dimensionadas pela constância no trabalho, pelo senso da equidade, pelo calor humano das suas manifestações, pelo amor à verdade, pelo discernimento que via longe, pela honestidade das intenções, pela lisura do procedimento.

Sarasate e a lágrima

Três momentos na vida de Paulo Sarasate deram-me a marca da sua sensibilidade. No dia seguinte ao sepultamento de Demócrito Rocha, estava na redação do *O Povo* na hora habitual. Sem demora, iniciou a escrever o chamado artigo de fundo sobre o morto querido. As lágrimas escorriam ao mesmo tempo que as tiras de papel eram levadas ao linotipista.

Um quadro inesquecível para mim: fora à Casa de Saúde César Cals para visita de cortesia ao amigo João Dummar, operado de surpresa. Chegara tarde, porque o que presenciei foi o drama da lenta agonia do pioneiro da radiofonia, a exalar os últimos suspiros cercado da esposa, dos filhos e outros familiares; a um canto da sala, estático, o casal Albanisa - Paulo Sarasate, ambos emocionados, as lágrimas a escorrerem pelas suas faces. Aquela cena merecia o pincel de um Velásquez.

Nada se comparou ao pranto de Paulo Sarasate ao penetrar no Cemitério São João Batista acompanhando o fêretro com o corpo de sua mãe Júlia Jorge, uma multidão no cortejo, a Bandinha que tinha o nome do deputado a tocar em funeral. Realmente, um tocante espetáculo!

A entrada e a saída

“Essa história de morrer precisa acabar. Ou, antes, a gente boa deveria viver até... quando ficasse ruim”. Ah! Se fosse assim, como sugeria Demócrito Rocha! Outra a realidade, conforme a sentença do padre Manuel Bernardes: “A vida humana é um teatro com duas portas, uma defrente da outra: pela primeira entramos todos a fazer o nosso papel uns diante dos outros, ou, para melhor dizer, todos diante de Deus; pela segunda saímos todos, depois de haver representado. Uma entrada temos todos para a vida e assim mesmo uma saída; não sair quem uma vez entrou, por isso mesmo que entrou, é impossível”.

A 23 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, morreu Paulo Sarasate. O desenlace foi plácido, e em questão de poucos minutos, ao contrário da agitação que enfrentara, da turbulência que não era do seu desagrado. Sentia-se bem no fragor da luta. Abatendo-o de um golpe, porque chegara sua hora, parece que a Providência o quis privar de uma longa agonia e da prolongada angústia do instante final.

Homem que amava a vida, não pelos prazeres fáceis que oferece, mas pelo sentido construtivo com que a encarava, Paulo Sarasate deixou-nos – isso foi mais doloroso ainda – quando nos acenava com a perspectiva de opulentas criações, que o seu incansável labor descortinava. Na verdade, a morte o arrebatou do nosso convívio quando muito ainda esperávamos da pujança da sua inteligência, da fecundidade dos seus ideais, da experiência rica e dinâmica que acumulara.

Preservação do patrimônio cultural

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO*

A preservação de bens culturais constitui tema que vem despertando amplo interesse nos dias atuais. A destruição incontida e sistemática de diferentes testemunhos da nossa herança cultural tem promovido justa e necessária reação aos desmandos, praticados de modo agressivo e inconseqüente por integrantes das mais diversas camadas sociais.

Afortunadamente, há algum tempo, o assunto tem merecido cuidados especiais, apesar de confinados a determinados círculos. Na realidade, conviria porém lembrar que, em sua quase totalidade, os estudos continuam cingidos às edificações e às obras de arte, fato explicativo para as velhas ligações de arquitetos e profissionais afins com a matéria. Outros bens culturais, de numerosas e diversificadas modalidades, ainda tentam obter menções mais frequentes.

Em quaisquer circunstâncias, vêm-se notando atitudes mais concretas a favor da preservação de bens culturais. Julga-o assim o próprio autor, (arquiteto de ofício) em vista de solicitações que tem recebido para ministrar palestras e comparecer a debates pertinentes ao tema, convites, com certa surpresa, formulados por setores universitários não vinculados à Arquitetura e ao Urbanismo.¹

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

¹ O autor tem desenvolvido o tema principalmente em cursos de pós-graduação em Direito, setor universitário empenhado em conhecer, de modo objetivo, o significado e o valor de determinados bens culturais, cuja preservação é defendida por legislação pertinente. Como se sabe, os estudos de aplicação das leis que regem a matéria, envolvem, por competência profissional, docentes e discentes daqueles cursos.

A fim de atender aos pedidos, decidiu, pois, organizar a explanação de seus pontos de vista, apresentando-os por via de processos de comunicação visual, cuja linguagem requer frases reduzidas, quase telegráficas, suplementadas com imagens e apreciações orais. O desejo de divulgar a matéria de maneira mais ampla estimulou o autor a publicá-la na *Revista do Instituto do Ceará*, embora com exposição concisa e sem o devido aprofundamento, além de despojada das ilustrações comprobatórias das asserções expendidas.

Em decorrência de sua formação profissional, o autor considerou preferencialmente a problemática da preservação de obras de arquitetura, isoladas ou em conjuntos urbanos, embora não se tenha esquivado de tecer ligeiros comentários sobre outras modalidades de bens culturais. Sempre que possível, reflexões paralelas, enxertadas nas palestras com o intuito de enriquecê-las, foram remetidas neste artigo para notas de rodapé.

Patrimônio

Patrimonium, -i - subst. n. – patrimônio, conjunto e haveres do *pater familias*; herança [paterna]. (FARIA, 1943: 251).²

Por patrimônio, entendem-se hoje todos os bens pertencentes a uma pessoa, a uma família, a um grupo de pessoas, a uma firma, a um município, a um estado, a uma nação e à própria humanidade. Geralmente, a referência é feita a bens materiais, mas também se ouve dizer patrimônio cultural, moral, político, intelectual etc.

Como patrimônio, para os romanos, também significava herança (paterna), a expressão “patrimônio cultural” subentende “herança” cultural. Eis por que em língua inglesa, o termo aparece referido como *cultural heritage*.

O “patrimônio” ora em estudo divide-se em:

² O *pater familias* era figura jurídica, social e religiosa básica da Roma antiga, com poder e posição incomparavelmente superiores ao “pai de família” dos dias atuais. A expressão procede de: *pater*, -tris – subst. m. (latim) – pai. De *pater* - pai, vêm padre, compadre, compadrio, paterno, paternal, paternidade, pátria, pátrio, patriarca, patricio, patriota, patriotismo, patrimônio, patrão, patrono, patrocínio, patrocinador, patronímico.

- patrimônio natural – aquele criado pela natureza
- patrimônio cultural – aquele criado pelo homem³

1 Patrimônio Cultural

O adjetivo *cultural* vem do substantivo *cultura*, o qual, por sua vez, procede de idêntico vocábulo latino – *cultura*. Rápida incursão no terreno da etimologia pode oferecer compreensão mais abrangente do significado da palavra.⁴

Na Roma antiga, a par da origem do vocábulo, correlacionado com o trato da terra, com o campo, também já se admitia a *cultura do espírito*. Assim, o patrimônio cultural se compõe do acervo de bens produzidos pelo engenho humano, criados pela mente, podendo ser dividido em patrimônio imaterial e patrimônio material.

1.1 Patrimônio imaterial

O patrimônio imaterial começou a despertar atenção no século XIX. Seu estudo, desde cedo, abraçou aspectos amplos da cultura popular, particularmente, no âmbito das manifestações ditas folclóricas. No Brasil, as primeiras pesquisas enfocavam o romanceiro nacional e foram publicadas em jornais pernambucanos pelo maranhense Celso de Magalhães (1849-1879), em 1873, todavia, reunidas no livro *A poesia popular brasileira* somente um século depois. Manifestações culturais relativas ao folclore e à antropologia cultural foram investigadas no Ceará com declarado empenho por José Carvalho, Juvenal Galeno, João Nogueira, Leonardo Mota, Pompeu Sobrinho, Martinz de Aguiar, Josa Magalhães, Florival Seraine, Eduardo Campos, Zélia Camurça,

³ A preservação do patrimônio natural brasileiro cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A preservação do patrimônio cultural é tarefa atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁴ Assinala Ernesto Faria: “Cultura, -ae (subst. f.), significa cultura, no sentido físico e moral. [Vem do verbo] colo, *colis*, -ui, *cultum*, *colere* = habitar, morar e daí, cultivar, sentido físico e moral, e daí, cuidar de, proteger, querer, e enfim, por extensão, honrar, cultivar” (1943: 60-1). Ainda segundo Faria, também procedem do mesmo verbo: “*Cultus*, *us* - Cultura, mais comum o sentido moral, educação, civilização (...)” e “*cultor*, *oris* – subs. masc. habitante, agricultor, lavrador e, em sentido moral, cultor”. (1943: 60-1).

Valdelice Girão, todos membros do Instituto do Ceará. O tema, vale acrescentar, tem sido visitado com assiduidade por outros conhecidos nomes da intelectualidade cearense.⁵

Hoje, em maior parte e por consequência, as investigações relativas ao patrimônio cultural imaterial aparecem imbricadas em trabalhos atinentes ao campo da antropologia cultural. No Ceará, sob este aspecto, deve-se lamentar o encerramento das atividades do antigo Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, dirigido por Thomaz Pompeu Sobrinho, medida que redundou em evidente prejuízo cultural, interrompendo o variado programa de investigações, então em curso. Os valiosos artigos publicados no *Boletim de Antropologia*, extinto no seu quinto número, em 1961, dimensionam a perda deplorável.

A sistematização e o alargamento do campo de estudos das várias modalidades de patrimônios imateriais procedem, entretanto, de proposições bem mais recentes, posto que obtiveram chancela internacional somente quando a UNESCO patrocinou a realização da *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Natural Mundial*, em 1972. Posteriormente, em 1989, publicaram-se as *Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional*, nas quais foram estabelecidas bases para ativar os esforços a favor de preservar o desde então denominado "patrimônio cultural imaterial".

No Brasil, o assunto mereceu amparo na Constituição de 1988, abrindo caminho para a sanção presidencial da Lei nº. 9.649, de 17 de maio de 1998, que criou o *Registro de Bens Culturais Imateriais* pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro.

Foram então instituídos os respectivos *Livros de Registro*:

1. *Livro dos Saberes*, para registro dos saberes e dos *modi facien-di* enraizados no cotidiano nacional;

2. *Livro das Celebrações*, para registro dos festivais, dos rituais que imprimiram sua marca na vida coletiva, nos trabalhos, na religiosidade, nos entretenimentos e outras práticas sociais;

⁵ Em termos cearenses, o interesse pela matéria é antigo. Basta lembrar que, em 1873, quando, durante todo o ano, esteve pela última vez em sua terra natal, José de Alencar se interessou em pesquisar histórias populares do ciclo regional do gado, escrevendo o *Rabicho da Geralda*, logo em seguida.

3. *Livro das Formas de Expressão*, para registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e dos divertimentos;

4. *Livro dos Lugares*, para inscrição de espaços tais como praças, largos, feiras e santuários, onde se concentram práticas culturais coletivas.⁶

O reconhecimento oficial de determinados bens culturais como patrimônio cultural imaterial brasileiro verifica-se, pois, por meio das inscrições desses bens nos respectivos *Livros de Registros* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os *registros* arrolam bens culturais de comprovada autenticidade, criações anônimas que tenham continuidade histórica e portem relevância nacional para a memória, para a identidade e para a formação da sociedade brasileira.⁷

A preservação dos bens integrantes do patrimônio imaterial enfrenta dificuldades, tanto por sua própria dinâmica, que os modifica com o passar do tempo, como por não serem admissíveis intervenções externas, artificiais, que desvirtuem o processo. A preservação se exerce de modo indireto, por força do reconhecimento, da valorização, do estímulo. Em vista das compreensíveis mutações observadas nos bens imateriais, recomenda-se que, a cada dez anos, os registros sejam reavaliados.

⁶ Os velhos “lugares” fortalezenses por assim dizer desapareceram em decorrência do recente desmonte físico da cidade antiga, cuja área de ocupação, compacta e restrita, corresponderia aproximadamente ao atual centro comercial. O *genius loci*, que os velava, emigrou para sempre. Práticas sociais coletivas, ainda correntes não faz muito em tantos “lugares” da Cidade, também se esvaeceram, substituídas por um hedonismo comportamental generalizado, induzido por apelos comerciais, vassalos do consumo. Não há, pois, como conectar a memória pessoal (o autor fala por si) nem, muito menos, a memória coletiva, com espaços urbanos (e também com edificações) hoje totalmente descaracterizados, modificados, envelhecidos, destruídos. Nada resta, salvo recorrer à fotografia na busca de reencontrar o passado em imagens retidas por meios mecânicos de preservação. Lamentavelmente, o drama da destruição física se repete em todas as cidades brasileiras, em particular, nas metrópoles. *São Paulo – três cidades em um século*, avulta como título amargo e autoexplicativo de um livro de Benedito de Toledo (1981, 2004), em que a capital paulista figura como se fosse um palimpsesto urbano, apagado e seguidamente reescrito. Diante de tantas reflexões acerbas, vale admitir que as considerações expendidas por Halbwachs em obra conhecida (1968: 131-160), no capítulo dedicado às relações entre memória coletiva e espaços urbanos, parecem ter ou tiveram validade unicamente européia...

1.2 Patrimônio material

O patrimônio material e sua preservação despertaram interesse oficial já bem mais antigo, tanto no plano internacional como no contexto nacional. Em consequência, discussões, métodos de ação, projetos de preservação e intervenções técnicas formam ponderável acervo de conhecimentos sobre o assunto, debatido de modo amplo e aprofundado por organismos internacionais e brasileiros.

- A preservação oficial do patrimônio material

De acordo com uma conceituação alargada, pode-se dizer que o patrimônio material compõe-se de *bens móveis* e *bens imóveis*, estes muitas vezes mencionados como *patrimônio construído*.

Os *bens móveis* são o mobiliário, as pinturas, as esculturas, os objetos artísticos e utilitários, os artefatos, em geral. A esta relação devem-se acrescentar os documentos de origem diversa, os livros, o material cartográfico, iconográfico, arqueológico etc.

Os *bens imóveis* são constituídos praticamente por *obras construídas* (obras de arquitetura, isoladas ou em conjuntos urbanos e cidades) e os sítios arqueológicos. Também participam desta categoria as *obras integradas*, isto é, pinturas, esculturas, mobiliário, enfim, todas aquelas aplicadas nos edifícios, irremovíveis, sob pena de descaracterização espacial ou estética do bem cultural construído.

- Fluidez de certos conceitos de materialidade e imaterialidade

As ruínas arquitetônicas, bem como os sítios arqueológicos, constituem bens imóveis, embora os achados arqueológicos possam constituir objetos arroláveis entre os bens materiais móveis. As epígrafias líticas constituem caso particular, visto poderem integrar ambos os grupos.

Os “lugares”, *lato sensu*, até por decorrência de certa ambigüidade, podem ser considerados simultaneamente bens materiais e imateriais. Convém todavia fazer distinção entre os “saberes” e os objetos produzidos pelos “saberes”. *Saber fazer* uma peça de renda de bilros é atividade que se inscreve entre os *bens culturais imateriais*, enquanto a peça de renda produzida participa do acervo dos *bens materiais móveis*.

No momento, vem prosperando o reconhecimento das chamadas *paisagens culturais*, matéria ainda não perfeitamente definida, pelo menos no Brasil.

2 Patrimônio construído

No amplíssimo elenco de bens culturais brasileiros, por várias razões, quer no entendimento popular, quer também em setores ilustrados, somente se compreende, como patrimônio cultural do País, o patrimônio construído. Conquanto esta acepção, pelo menos em parte, proceda do desconhecimento das demais modalidades de patrimônio cultural, na realidade, também decorre do alto poder simbólico das obras de arquitetura, poder ao qual se somam os vínculos afetivos das populações que com elas convivem, porque as encontram nos espaços públicos, postas à vista de todos, permanente e gratuitamente. Diante de tal quadro, o envolvimento intelectual ou sentimental, estimulado por contatos sensoriais e reforçado pela memória pessoal ou coletiva, desencadeia preocupações e provoca reações ante a perspectiva de destruição das obras arquitetônicas.

Os meios técnicos de preservação do patrimônio construído vêm despertando, por sua vez, atenção cada vez mais evidente, de sorte que os cursos de graduação em arquitetura hoje ministram disciplinas curriculares específicas, dedicadas a estudos propedêuticos de preservação, conservação, prospecção e restauração de obras arquitetônicas de interesse cultural (os estudos avançados somente se realizam em cursos de pós-graduação).

2.1 Destruição das obras arquitetônicas

Pode-se afirmar que a destruição, natural ou provocada, das obras arquitetônicas, em última instância, decorre da sua própria materialidade. Na busca de enfrentar a intempérie, de adiar um fim inexorável, desde a mais remota antiguidade patenteou-se o propósito do emprego de materiais e técnicas de construção que pudessem encarar os percalços do tempo. Ainda assim, ao contrário do que se pode presumir e como se pode demonstrar, o desaparecimento das obras de arquitetura mais se deve à intervenção humana do que à ação dos fenômenos naturais.

Marcos Vitrúvio Pólion, arquiteto romano contemporâneo de Cristo, entre várias considerações expostas em seu famoso tratado *Os dez livros de arquitetura* (Architectura Libri Decem), assinalava que uma obra de arquitetura possui, como características fundamentais, três condicionantes: a *Firmitas* - a estabilidade física, a *Utilitas* - a utilidade (social) e a *Venustas*, a beleza. (1787: cap. III, p. 14).

A observação de ocorrências verificadas no passado faz perceber que a *utilitas*, isto é, o uso, constituiu o fator preponderante na preservação das obras antigas, e não apenas a *firmitas*, como talvez se suponha à primeira vista. Inumerável lista de exemplos pode ser inventariada como comprovação dos fatos. O desaparecimento das obras de arquitetura também pode decorrer de mudanças no gosto, quer dizer, da modificação dos conceitos de *venustas*, de beleza.

A opinião de Vitruvius sobrevive meio abalada nestes tempos ditos pós-modernos, quando as edificações têm obsolescência programada, integram os círculos de avidez de consumo e procedem da opção pelo mau gosto premeditado. De qualquer modo, os conceitos vitruvianos ainda prevalecem, e até se revigoram, quando as análises se apóiam em perquirições racionais.

2.2 Destruição de bens arquitetônicos pela perda da *utilitas*

Conquanto a qualidade material, a *firmitas*, promettesse permanência física às obras de arquitetura, quase todas conheceram destruição em decorrência da perda da *utilitas*. Como exemplo, basta referir a portentosa Roma imperial, cidade que, por volta do terceiro século d.C., contava com um milhão e duzentos mil habitantes, cifra fantástica, numa época quando não havia transportes motorizados nem telecomunicações. Nos primeiros séculos do 2º milênio da era cristã, Roma não possuía, entretanto, 40 mil moradores, embora boa parte do acervo arquitetônico antigo ainda se mantivesse de pé, apesar de arruinado. Após os papas retornarem de Avinhão, em torno do último quartel do século XV, a cidade, então praticamente reconstruída, expandiu-se de modo rápido. Na época, as velhas edificações, abandonadas e sem uso, transformaram-se em verdadeiros depósitos de materiais de construção, nos quais a população romana, em crescimento, buscava abastecimento para a remontagem da cidade.

Na Europa, obras antigas conheceram preservação por meio de *adaptação a usos novos*, apesar de comprometidas com descaracterizações. Muralhas de inúmeras cidades não foram desmontadas no século XIX porque a população delas se havia apropriado, transformando-as em morada ou comércio (em Portugal, lembrem-se os exemplos das cidades do Porto e de Guimarães).

Outras obras, perdidas as funções primitivas, foram salvas por meio de intervenções eruditas, entretanto, sem qualquer preocupação de manter as marcas originais. Em Roma, cite-se como exemplo o tratamento dispensado às partes remanescentes das termas de Deocleciano, obra grandiosa do século IV d.C. Em 1561, por ordem do papa Pio IV, os restos da edificação foram convertidos por Michelangelo, já muito idoso, na igreja de Santa Maria dos Anjos. Trecho do antigo *frigidarium* das termas tornou-se a capela-mor da igreja, o *tepidarium* transformou-se em nave, sob forma de transepto, e o antigo *laconicum* passou a funcionar como o vestíbulo do templo. O edifício, seguidamente alterado em dias posteriores, foi reordenado por Luigi Vanvitelli nos anos centrais dos setecentos, tal como hoje se apresenta. Em fins do século XIX, a edificação ganhou novos usos, pois, desde então, o conjunto recomposto abriga o Museu Nacional Romano. Os antigos jardins e espaços externos das termas tornaram-se jardins e áreas públicas da cidade de Roma, entre as quais avulta a ampla Piazza della Repubblica, outrora, a êxedra (das termas).

2.3 Destruição de bens arquitetônicos pela variação dos conceitos de *venustas*

As destruições sempre se verificaram, não apenas pela perda de uso, mas também em função das *mudanças no gosto*, quer dizer, em decorrência das variações dos conceitos de *venustas*. As asserções ficam facilmente confirmadas com exemplos de substituição de obras antigas por realizações novas ou da montagem de conjuntos arquitetônicos, formados por obras agregadas ao longo do tempo, com variadas mutações estéticas.

Exemplo canônico envolve o desaparecimento da primitiva Basílica de São Pedro, erguida no quarto século, em plano basilical,⁸ por Constantino⁹. No começo do século XVI, o papa Júlio II decidiu erguer um suntuoso túmulo para si, idéia a qual, reconsiderada, resultou na demolição da vasta igreja antiga, construindo-se, em seu lugar, obra nova, edificação, na verdade, não muito maior do que a anterior. No concurso de projetos realizado por Júlio II, venceu o plano oferecido por Donato Bramante, em cruz grega, posteriormente ampliado e modificado consoante intervenções sucessivas, que resultaram na edificação gigantesca, sede da cristandade. Os trabalhos de construção da igreja, patrocinados por vários papas e postos a cargo de grandes arquitetos de seguidas gerações (Michelangelo, Giacomo della Porta, Carlo Maderno, Domenico Fontana, Lorenzo Bernini) consumiram 120 anos. Os fatos explicam porque a Basílica de São Pedro agrega trechos elaborados consoante o gosto das épocas respectivas, com partes criadas sob o rigor do classicismo renascentista, outras concebidas de acordo com o intelectualismo maneirista e, mais outras, marcadas pela força dinâmica do barroco.

Exemplos como o de São Pedro ou melhor, do Vaticano, formam um todo, objeto unificado de preservação. Na verdade, além da igreja, o conjunto compõe-se de um grupo de edificações de significativo valor, como a Sacristia, a Scala Regia, a Capela Sistina, a Villa Pia, o Palácio e os Jardins Pontifícios, as *Stanze*, os pátios do Belvedere e da Pinha (museus), enfim, um notável complexo arquitetônico, enriquecido com obras magníficas de pintura e de escultura integradas.

⁸ Plano basilical subentende aquele semelhante ao das antigas basílicas romanas, edificações destinadas às atividades judiciais. Quando o cristianismo foi reconhecido oficialmente, as primeiras igrejas construídas se apropriaram da organização espacial das basílicas, quase sempre compostas por um amplo salão, dividido por duas filas paralelas de colunas, com o que se formavam uma nave central, bastante larga, e duas alas laterais, mais estreitas. A mesa do juiz transformou-se em altar e as tribunas dos advogados tornaram-se os púlpitos. A título de ilustração, registre-se que a maior parte das igrejas cearenses do século XIX, e ainda no século XX, recorreu a soluções de plano basilical. Basílica, vale lembrar, vem de *basileys/éos*, que em grego significa rei.

⁹ O plano da igreja de Constantino foi repetido em igrejas romanas construídas pouco depois. A igreja de São Paulo Fora dos Muros, de fins do século IV, por suas dimensões e por se ter mantido com relativa integridade espacial, talvez seja aquela cujos interiores melhor reproduzem a igreja demolida. Restos dos alicerces e partes inferiores da antiga edificação ainda podem, aliás, ser vistos na cripta da atual igreja de São Pedro.

O mesmo se pode dizer do conjunto monumental de Versalhes, hoje visitado por milhões de turistas, cujas origens remontam a um pequeno pavilhão de caça adquirido e logo adaptado com acréscimos pelo rei Luís XIII. Seu filho, Luís XIV, decidiu transformar o pavilhão em palácio, parcialmente habitável três anos depois do início das grandes obras em 1661. Na época, a gleba pouco atraente foi submetida a uma total reformulação ambiental, alcançada por meio de aterros, desmontes, drenagens, implantação de amplíssimos jardins ornamentados com estatuária profusa e valiosa, jatos d'água e imensos parques cortados por canais. Os trabalhos, continuados pelo próprio rei em seu longo reinado, e por seus sucessores, prosseguiram com intervenções em curso durante ainda meados do século XIX, na época de Napoleão III. O atual conjunto resulta, assim, de construções, demolições, reconstruções, acréscimos, recobrimentos de partes construídas, enfim, de obras em andamento por três séculos, cada parte elaborada conforme o gosto vigente nas respectivas épocas.

Claras mutações nos conceitos de *venustas* também se verificaram no mundo lusitano, na reconstrução da cidade de Lisboa, em boa parte destruída por um terremoto em 1755. Na ocasião, os projetistas apresentaram ao Marquês de Pombal cinco “dissertações” para recuperação do desastre. Uma aconselhava a mudança do sítio urbano, enquanto outras tentavam restabelecer o antigo traçado espontâneo. Outra mais propunha uma malha ortogonal, o que facilitava o emprego de edificações resolvidas conforme determinados padrões construtivos (as “gaiolas”), técnica e esteticamente novos, morfologicamente despojados, de rápida execução e preparados para resistir aos sismos. As concepções urbanísticas e arquitetônicas desta última “dissertação”, aliás, logo aceitas por Pombal, correspondiam aos anseios de um racionalismo de procedência iluminista, então em voga. A opção eleita, riscada em retícula, seria minimamente reproduzida por Antônio José da Silva Paulet na pequena vila da Fortaleza da Assunção, meio século depois.

Os exemplos assinalados, do Vaticano e de Versalhes, indicam, pois, haver prevalecido o conceito da noção de *conjunto arquitetônico*, tanto composto por edificações diversificadas como por obras erguidas com diferentes opções estéticas ao longo de períodos prolongados. Por tais razões, grandes obras de arquitetura se constituíram por via de *acrécimos*, convertendo-se em *conjuntos de unidades integradas*,

como a igreja de São Pedro ou o palácio de Versalhes¹⁰, ambas ora mencionadas porque figuram como obras de expressão universal.

O desconhecimento de conceitos e de fatos como estes, correntes na História da Arquitetura, norteou a quase total demolição do Palácio da Luz, em Fortaleza, verificada em 1962. A destruição dos *acréscimos integrados* à edificação original (pátios, instalações de morada, corpo da guarda, antigas cavalariças etc) consumou equívoco injustificável, uma vez que os mentores dos trabalhos estavam empenhados apenas em manter o que lhes parecia corresponder à primitiva morada dos governadores.¹¹

Em 1936, por decorrência do desejo de atualizações estéticas, o Teatro José de Alencar por pouco não foi radicalmente despojado das suas referências características de arquitetura eclética e de suas citações *art nouveau*. Havia manifesta intenção oficial de vesti-lo com roupagem nova, desenhada segundo o figurino *art déco*, a qual recobriria totalmente a edificação, inclusive a magnífica fachada interna em estrutura metálica!... A proverbial falta de verbas felizmente favoreceu a preservação do teatro.

2.4 A destruição por motivos ideológicos

Como foi visto, o desaparecimento de obras de arquitetura antiga decorreu do próprio natural desgaste das edificações, mas também se verificou por mudança do gosto e, principalmente, por perda do uso.

Durante a Revolução Francesa, a devastação arquitetônica efetuou-se todavia consoante novos propósitos, visto que inúmeros bens culturais materiais, em particular, igrejas, palácios, mobiliário, livros e

¹⁰ Apenas em termos de acervo francês, como exemplos semelhantes, de agregações e demolições de partes, citem-se obras por demais conhecidas, como o Louvre, o palácio de Fontainebleau e os castelos de Blois e Chenonceau.

¹¹ A proposta lembraria algo como destruir o conjunto de Versalhes, a fim de restabelecer o pequeno pavilhão de caça adquirido por Luís XIII. Assim, remanescentes da primitiva morada dos governadores da Capitania, casa de aparência chã, dos inícios do século XIX, já muito alterada e transformada em ala de despachos do Palácio da Luz, foram recompostos na ocasião sem coerência arquitetônica. Examinados os fatos na distância dos anos, o autor compreende o engano lamentável mas já não recrimina, como outrora, a decisão tomada na época por dois altos administradores estaduais, cultos e respeitados, figuras de sua admiração e de cuja intimidade intelectual, é pena, somente veio a privar posteriormente.

arquivos foram destruídos por exacerbação política de procedência ideológica. Os revolucionários escolhiam, como alvo, propriedades pertencentes à aristocracia e às altas esferas da Igreja, entidades tidas como símbolos dos poderes contestados. Tratava-se de atitude irracional, pois aqueles bens haviam passado a integrar o patrimônio material e cultural do povo francês, de modo tal que, uma vez assim considerados, não havia qualquer justificativa para destruí-los.¹²

3 Novas idéias sobre preservação

O interesse pela preservação de bens culturais, embora envolvido com novos objetivos, já se vinha manifestando na ação dos antiquários, desde meados do século XVIII, ou até antes.

3.1 Os antiquários

Antiquários era a denominação conferida a colecionadores de obras de arte, os quais procuravam selecioná-las, analisando-as, entretanto, segundo novos critérios históricos e estéticos. Conquanto não se voltassem propriamente para obras de arquitetura, certos métodos específicos, que empregavam, servirão de apoio aos trabalhos de preservação postos em prática nos inícios do século XIX. Na ocasião, paralelamente à atividade dos antiquários, passam a ganhar força os conceitos de História da Arte, que começavam a defini-la como disciplina nova, independente dos estudos de História Geral, com metodologia e epistemologia próprias, oferecendo novos caminhos para exame das obras de arte.

¹² De certo modo, semelhantemente, devem-se incluir problemas que conduziram à desfiguração de bens artísticos por rejeição religiosa. Assim, vale registrar a destruição de obras de arte greco-romanas e cristãs ocorrida quando da difusão inicial do islamismo, aliás, repetida séculos depois, por ocasião das arremetidas dos turcos seljúcidas convertidos. Acrescentem-se a ação dos iconoclastas, na Europa Oriental, e da reforma protestante, em muitas partes da Europa Ocidental. No século XVIII e no século XIX, a expropriação de bens religiosos redundou em ampla devastação, particularmente no Império Austríaco e numa Alemanha ainda não unificada.

3.2 Bens arquitetônicos e “monumentos históricos”

A destruição de bens culturais materiais por motivos ideológicos teve forte impacto em muitos espíritos sensíveis, porque manifesta exatamente num instante em que as obras de arte começavam a ganhar novos significados. No contexto confuso da Revolução Francesa surgiram, pois, as primeiras manifestações a favor da preservação sistemática e oficial de bens culturais materiais, designadamente das obras de arquitetura. As considerações imbricavam-se no conceito de *monumento histórico*, divulgado na França em fins dos setecentos.¹³

As tentativas de salvaguarda dos monumentos históricos franceses em meio à tormentosa situação revolucionária receberam atenção de uns poucos interessados. Françoise Choay oferece valiosa contribuição ao analisar a matéria, quando destaca o nome de Félix Vicq d’Azyr (1746-1794), “um dos criadores da anatomia comparada”, sucessor de Buffon na Academia Francesa, médico e anatomista que procurou transferir “para o domínio dos monumentos históricos a terminologia bem como os métodos descritivos e taxionômicos, que o haviam tornado célebre em sua disciplina. Igualmente pôs a serviço da proteção do patrimônio nacional seu saber pedagógico e a experiência de quadriculação territorial [tipo de mapeamento] da França, desenvolvida nas suas pesquisas sobre episoótias” (1992: 90). Também cita o abade Henry Gregoire (1750-1831), por suas vigorosas denúncias na Convenção e por postular com veemência, em seus *Rapports*, a preservação dos monumentos históricos, cuja responsabilidade cabia ao poder público, monumentos ameaçados por efeito do “vandalismo”, palavra por ele criada

¹³ A propósito da palavra *monumento*, Faria esclarece-lhe a etimologia latina: “*Monumentum*, -i - subs. n. (Cic., Del. 40). O que faz lembrar alguma coisa, lembrança, recordação; daí – túmulo, estátua, inscrição, lápide, templo, monumento especialmente para lembrar um morto. / Vem de *Moneo*, *monere* – fazer pensar, lembrar. Posteriormente, chamar a atenção, advertir.” (Op. cit., 207). Na acepção popular e também em alguns setores eruditos, são consideradas monumentos apenas as estátuas das praças públicas, enquanto o adjetivo *monumental* significa algo enorme. Incontestavelmente, as estátuas são monumentos, porque erguidas para lembrar as figuras que representam. Inúmeras outras criações humanas, todavia, também constituem monumentos, visto haverem sido realizadas com o mesmo objetivo de memorar fatos e pessoas.

para definir a destruição indiscriminada em curso. (1992: 76). Françoise Choay refere ainda que “o inventor do termo monumento histórico parece haver sido o antiquário naturalista Aubin Louis Millin, empregado em sua obra *Antiquités Nationales ou Recueil de Monuments*, apresentada à Assembléia Nacional Francesa em 11 de dezembro de 1790”. (1992: 77).¹⁴

Na realidade, o conceito de monumento histórico, criado na ocasião, designava obras de arquitetura medieval, consideradas como testemunhos da própria formação da França, provas documentais incontestáveis, comprovantes físicos da História. Constituíam lembrança, memória materializada de um passado secular glorioso, alicerce das concepções nacionalistas defendidas pela burguesia vitoriosa. Explicasse, deste modo, a escolha inicial de determinadas realizações do período final da Idade Média, isto é, antigas muralhas urbanas e igrejas medievais, como as primeiras obras escolhidas para receberem os benefícios da preservação oficial.

3.3 A França: o Estado e a preservação do acervo construído

Na segunda metade do século XVIII, como foi mencionado, já se fizera sentir a ação dos *antiquários*, colecionadores atraídos pela preservação de obras de arte antiga, inventariando-as, classificando-as, identificando-as por suas características materiais. Napoleão Bonaparte interessou-se por arte, criando o Museu do Louvre, destinado a abrigar obras de pintura e esculturas de valia artística, agora expostas à visitação pública.¹⁵

Após a destituição do Imperador, em 1815, as tentativas de reorganização do Estado francês impuseram novas e conseqüentes formula-

¹⁴ Ver, em *L'Allégorie du Patrimoine*, o capítulo III – La Révolution Française (CHOAY, 1992: 76-95). Millin, textualmente, alude ações “en détruisant les produits du génie et des monuments historiques qu’il serait intéressant de conserver” (1992: 77).

¹⁵ Até então, rara e excepcionalmente, as coleções eram exibidas ao público. Os acervos de obras de arte pertenciam à realeza, à aristocracia, à Igreja e a seus altos dignatários, a par de alguns bens de propriedade burguesa. Quando da Revolução Francesa, boa parte dos bens culturais ficou abandonada por nobres e burgueses ricos, os “emigrados”, que fugiram do país na ocasião, dirigindo-se preferencialmente para a Inglaterra.

ções políticas, embora muitos aspectos das reformas administrativas napoleônicas fossem mantidos. Nesse período de transição ocorreram, pois, os primeiros passos em busca da valorização dos “monumentos históricos”, com ênfase nas obras tidas como documentos representativos, velhos testemunhos imbricados na história da formação da França.

As primeiras medidas objetivas tomadas oficialmente em benefício da preservação do patrimônio construído ocorreram, portanto, na França, todavia, já no segundo quartel do século XIX. Em 1830, foi criada por François Guizot (1787-1874), então ministro do Interior, a *Comissão dos Monumentos*, empenhada em recuperá-los por meio da ação dos *inspetores dos monumentos históricos*.¹⁶

De modo geral, as edificações selecionadas pela Comissão se encontravam em precário estado de conservação, modificadas por via de acréscimos e subtrações, o que suscitou discussões teóricas relativas à percepção e ao entendimento das questões concernentes à preservação de bens construídos, aos poucos orientadas por critérios oferecidos pelos estudos de História da Arquitetura e de Arqueologia. Por outro lado, os desejos de estabelecer, ou não, a integridade original dos monumentos históricos alterados, quer dizer, tentativas de recuperação de “documentos rasurados”, abriram, desde então, os debates sobre a problemática da restauração arquitetônica.¹⁷

¹⁶ Os serviços da Comissão dos Monumentos foram dirigidos inicialmente por Ludovic Vitet (1802-1873), político e teatrólogo, substituído por Prosper Mérimée (1803-1870), também interessado em teatro, historiador, arqueólogo, tradutor e autor da novela *Carmen* (1845), tragédia romântica, cuja ação transcorre em ambiente exótico, na Andaluzia. Em 1875, *Carmen* foi transformada no libreto de famosa ópera homônima, composta por Georges Bizet (1838-1875).

¹⁷ Ações e trabalhos mais significativos, pertinentes à preservação de bens culturais no século XIX, são franceses. À parte o espírito britânico, cauteloso em matéria de intervenção do Estado, a Itália e Alemanha tiveram participação tardia nos debates, visto que apenas se unificaram territorialmente na segunda metade do século XIX. Esse fato histórico retardou o exame amplo dos problemas e o preparo de legislação pertinente, de abrangência nacional. Na Alemanha, o interesse pela preservação ocorreu bem cedo, todavia, com manifestações de caráter regional. A proteção dos monumentos em amplitude nacional somente se verificou em 1919, quando da aprovação da constituição de Weimar, aliás, mudada após a guerra de 1939-1945, quando foi concedida aos Länder larga autonomia cultural. A *Carta del Restauro* da Itália data de 1972.

3.4 A organização de serviços técnicos franceses de recuperação

Os arquitetos convocados para os trabalhos de restauração de-
frontaram-se com tarefas novas, que exigiam o estabelecimento de cri-
térios de intervenção em obras antigas, muitas delas em total ruína.
Assim, travaram-se discussões e foram oferecidas proposições, por ve-
zes conflitantes, concernentes à recuperação e à restauração dos edifi-
cios antigos, matéria até hoje pomo de discórdia.

3.5 Restauradores e antagonistas

No campo das atividades daqueles empenhados em trabalhos de
restauração ou dos que se opunham a tais intentos, distinguiram-se au-
tores de propostas expressivas, ora aceitas ora rejeitadas mas, de qual-
quer modo, mantidas em debate durante o século XIX e também no sé-
culo XX. Pela importância de suas contribuições, citam-se três figuras
de renome, sobre as quais se tecem ligeiros comentários:

• Viollet-le-Duc

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) – francês. Arqui-
teto, para quem a restauração constituía uma recriação do monumento,
interpretada por conhecimentos técnicos específicos e pelas concepções
estéticas do restaurador. Iniciou suas atividades em 1836, nas obras de
restauração da Sainte Chapelle, em Paris, como auxiliar de arquitetos
de prestígio à época, entre os quais Jean Baptiste-Antoine Lassus (1807-
1857), com quem dividiria futuras tarefas.

O interesse em trabalhos de restauração, realizados em meados do
século XIX, nos chamados monumentos históricos franceses, isto é, em
obras de arquitetura medieval, colidiam com o ensino ministrado na École
de Beaux Arts e na École Polytechnique, instituições estas, cada qual a
seu modo, fortemente impregnadas de valores da estética neoclássica em
voga. Assim, na época, as igrejas, então genericamente denominadas
“góticas”, afiguravam-se confusos amontoados de pedras, cujos constru-
tores ou ignoravam ou não obedeciam às regras das proporções greco-ro-
manas. Constituía absurdos arquitetônicos, repudiados, e cujo estudo
era interdito nos cursos oficiais de ensino de arquitetura.

Teorizador culto e homem do canteiro de obras, Viollet-le-Duc inscreve-se entre aqueles que resgataram, não apenas o sentido estético, mas, principalmente, os valores construtivos das catedrais góticas, exaltadas como exercício superior de soluções de problemas estáticos, nas quais, cada componente, de audaciosa esbeltez, desempenhava claramente suas respectivas funções no sistema de equilíbrio estrutural do conjunto. Por tais e tantas razões, Viollet-le-Duc figura como um dos predecessores do racionalismo arquitetônico, apanágio característico da arquitetura internacional de grande parte do século XX.

Violet-le-Duc restaurou vários castelos e igrejas medievais, como a igreja de Saint Sernin, em Toulouse, o conjunto fortificado de Carcassone, a catedral de Notre Dame em Paris e também o castelo d'Eu, na Normandia, propriedade de família integrante da casa imperial brasileira. Escreveu vigorosa obra conceitual, em que avultam o *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*, o *Dictionnaire Raisonné du Mobilier Français*, os *Entretiens sur l'Architecture* e a *Histoire de la habitation humaine*.

Viollet-le-Duc “concebia um sistema ideal de correspondência entre forma, estrutura e função, formando um sistema lógico, perfeito e fechado em si”. (KÜHL, B. M., 2000: 17). Por tal razão, procurava “corrigir os erros” dos projetos antigos, amparado nos seus seguros conhecimentos das técnicas de construção medievais. Em tal instância, permitia-se, *sponte sua*, “concluir” catedrais, cujas obras haviam sido interrompidas, amparando-se, como referência, nos sumários desenhos distribuídos pelo *magister operis* aos seus colaboradores.¹⁸

Essa atitude, aceita por numerosos seguidores, recebeu duras críticas, de sorte que o pensamento de Viollet-le-Duc, no qual a invenção desempenhava papel evidente, conheceu posterior revisão no campo da restauração arquitetônica. Admitida ou recusada, a atuação do arquiteto permanece, sem dúvida, por sua inquestionável contribuição às teorias e ao debate da matéria, com significativa repercussão no século XIX.¹⁹

¹⁸ Em vários países europeus, inúmeras catedrais góticas foram “concluídas” na segunda metade do século XIX, de modo tal que, ao vê-las, dificilmente se consegue distinguir o novo do antigo.

¹⁹ O trecho inicial do longo verbete *Restauração* (20 páginas!), inserido por Viollet-le-Duc em seu *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*, ora traduzido, explica o entendimento dos conceitos defendidos pelo arquiteto: *RESTAURAÇÃO, s. f. A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edificio não é recuperá-lo, repará-lo ou refazê-lo, mas o restabelecê-lo em um estado completo que pode nunca ter existido em um dado momento.* (1858, v. 8: 14-34).

• John Ruskin

John Ruskin (1819-1900) – inglês. Pintor, teórico, conferencista, seguro crítico de arte, verberava o fim do artesanato de vertente artística, gradativamente substituído pela produção industrial massificada. Entendia a arquitetura de modo abrangente, valorizando as criações vernáculas e populares, o que o coloca como antecessor dos projetos de preservação de conjuntos urbanos. Romântico, defendia o culto do pitoresco, a “piedade” pelas ruínas. Não aceitava a restauração, tida na conta de destruição. Seu pensamento influenciou o ambiente artístico britânico de fins do século XIX, exposto e aceito nas associações a que pertencia, em particular, o grupo *Arts and Crafts*, liderado por William Morris.

Entre os escritos de Ruskin, destacam-se os livros *Stones of Venice* e *Seven Lamps of Architecture*. As “sete lâmpadas” são o sacrifício, a verdade, o poder, a beleza, a vida, a memória e a obediência. Na *Lâmpada da Memória*, Ruskin expõe seus pontos de vista sobre preservação, verberando a restauração de edifícios, vista como irrealizável pela técnica e interdita pela ética. Acreditava que as obras de arquitetura deviam seguir a rota natural das criações humanas, arruinadas gradativamente, até a extinção. Para melhor se apreciar o pensamento de Ruskin, apresentam-se alguns trechos de suas considerações:

AFORISMA. 31. Restauração, assim dita, é a pior maneira de destruição.

XVIII. [...] Nem o público nem aqueles que são responsáveis pelos monumentos entendem o verdadeiro significado da palavra restauração. Ela denota a mais completa destruição que um edifício pode sofrer; destruição da qual nenhum vestígio pode ser recolhido; destruição acompanhada de falsas descrições da coisa destruída. Não nos iludamos neste assunto importante. Do mesmo modo como é impossível fazer um morto levantar-se, também é impossível restaurar-se algo que foi grande e belo em arquitetura [...].

Insisto em que (...) não há como reconvocar a marca do talento pessoal [spirit], imposta a uma obra pela mão e pelo olho de um artesão. Pode até novamente ser solicitada, mas surgirá então um novo edifício. A marca do talento de um artesão morto não pode ser invocada para dirigir outras mãos e outros pensamentos. (RUSKIN, 1925: p, 353).

XIX. Não falemos pois em restauração, que é uma mentira, do começo ao fim. (ID.IB.: 355).

XX. Se é, ou não, conveniente preservar os edifícios, trata-se de verdade que não devo deixar de demonstrar. Não temos o direito de tocar neles. Pertencem ao passado, tanto aos que os construíram e, parcialmente, como às gerações que nos seguirão. Os mortos têm direitos sobre os seus edifícios [...] Desfrutamos a liberdade de destruir apenas aquilo que construímos. (ID.IB.:358). (Tradução do autor).

Em suas considerações, na verdade, Ruskin fala em *spirit*, ora traduzido livremente como *marca do talento pessoal*. Com efeito, no texto, o substantivo *spirit* (empregado mais de uma vez) assume sentido que lembra proposições formuladas segundo a doutrina espírita.

Os conceitos radicais de Ruskin assumem validade particularmente quando se observam cenas urbanas brasileiras, hoje “restauradas”. A alusão recai em obras realizadas mais por interesse político, as quais, a seu modo, tentam forçar o curso natural da História. Atendem a objetivos disfarçados em programas de assepsia social, envolvendo áreas postas à disposição de turistas, ávidos de consumo do novo, fantasiado de antigo.²⁰

• Camilo Boito

Camilo Boito (1836-1914) – arquiteto italiano. Professor, restaurador, crítico de arte, tornou-se conhecido pelos conceitos desenvolvidos em seus escritos, principalmente em uma conferência realizada em 1884, em que defendia fosse mantida a distinção entre o novo e o antigo nos trabalhos de restauração. Esse modo de compreensão do problema, de certo modo intermediário entre as posições extremadas de Viollet-le-

²⁰ As atuais áreas “restauradas” com efeitos evidentes de cenografia urbana reproduzem-se em diferentes cidades brasileiras de modo cansativamente idêntico. Nada têm a ver com aquela aparência pobre, decaída socialmente, mas arquitetonicamente autêntica e humana, que o autor conheceu há décadas. Pouco importa que então revelassem, na vida social, aspecto por certo bem diferente dos dias faustosos dos anos centrais do século XIX, quando foram montadas e ocupadas por grupos conspícuos das classes dirigentes locais. Estas reflexões remetem principalmente ao Pelourinho, na Bahia, e à Praia Grande, em São Luis do Maranhão. O Sítio do Físico, nesta última cidade, mantido como ruína “ruskiniana” por quase dois séculos, mas hoje recuperado, também provocou as mesmas reflexões no autor.

Duc e Ruskin, serviu de base para o desenvolvimento dos conceitos de restauração desenvolvidos no século XX, em particular na Carta de Veneza (1964).

As proposições de Boito constituem matéria vasta e complexa. Consideram a continuidade da História, acatam as agregações integradas aos edifícios com o passar do tempo, aceitam as mudanças de uso e concordam com o emprego de técnicas antigas e de técnicas novas, bem como admitem recuperações executadas por via de pesquisas proporcionadas pela ciência moderna. Acolhem as transformações correntes no transcurso do tempo, uma vez que fiquem perceptíveis, desde que não haja embustes.²¹

A citação dos nomes de Viollet-le-Duc, Ruskin e Boito decorre da soma abrangente dos pontos de vista defendidos, já que contemplam a restauração entendida como recriação, a restauração elaborada cautelosamente com critérios específicos e a rejeição integral aos trabalhos de restauração. Cumpre, entretanto, esclarecer que a mesma matéria foi tratada consoante outros conceitos por diferentes autores, em boa parte, italianos, principalmente já no século XX. A brevidade desta notícia não enseja considerações mais prolongadas sobre valiosas contribuições ora omitidas.

3.6. Restauração e invenção

Na Europa oitocentista, o interesse pela arte medieval levou a distingui-la em dois períodos, ou melhor, em dois blocos formais, conhecidos por arte românica (i.e., contemporânea da formação das línguas românicas) e arte gótica, a fase posterior. O vocábulo *gótico* integrou-se à nomenclatura corrente nos estudos de História da Arte, embora tivesse origem pejorativa, difundida na Renascença para identificar obras construídas pelos godos, quer dizer, por povos bárbaros, estra-

²¹ Camillo Boito procedia de meio familiar culto. Seu irmão, Arrigo Boito (1842-1918), poeta e libretista, foi consagrado compositor de óperas, das quais *Mefistófeles* é a mais solicitada.

nhos à estética greco-romana. Na verdade, havia duplo equívoco, tanto cronológico quanto pelo fato de que os godos não se distinguiram pela realização de obras arquitetônicas de vulto.

Um parêntese: o neogoticismo

A restauração e a “conclusão” de velhas catedrais no século XIX conduziram a uma admiração extremada pela arquitetura gótica, altamente considerada por criar formas e espaços ascencionais, gerando concepções que atendiam a interpretações místicas, provocadas pelo fervor religioso.²² Assim, projetaram-se então obras novas que imitavam as antigas e, ante a impossibilidade de reprodução do passado, surgiram adaptações arquitetônicas, muitas vezes realizadas com materiais e processos construtivos contemporâneos, como o uso de estruturas metálicas. O apreço pela arquitetura gótica proporcionou, pois, a difusão do chamado neogoticismo, transcrição de formas e soluções antigas efetuadas conforme as circunstâncias, na verdade, repositório de elementos decorativos (vitrais, pináculos, arcos quebrados, platibandas respaldadas por merlões e ameias, arremates em flecha), empregados, não apenas em edificações religiosas, mas também em obras públicas e nas mais diversas realizações arquitetônicas comerciais, residenciais, universitárias e funerárias.

Conquanto a Idade Média tenha sido um período histórico unicamente europeu, o neogoticismo, *revival* artístico de uma época passada, encontrou franca aceitação nas Américas.

Nos Estados Unidos, firmou-se como movimento arquitetônico, por assim dizer, oficial das edificações universitárias de fins dos oitocentos.

²² Riegl, escrevendo na entrada do século XX (1903), oferece explicações para a escolha: *Desde o surgimento do romantismo, quer dizer, desde que o culto do valor histórico entrou em sua última, maior e decisiva etapa, os estilos medievais ganharam destacada primazia na arte religiosa, especialmente o gótico, bem conhecido por seus inumeráveis monumentos. Cabe apenas duvidar qual a razão do fato: percebendo o distanciamento que se generalizou recentemente entre arte religiosa e arte profana, a arte religiosa tem buscado apoio nos estilos daquelas épocas nas quais não existia divisão entre arte profana e arte religiosa* (1999: p. 97).

No Brasil, o neogoticismo chegou em meados do século XIX, infiltrando-se nas cidades maiores. Manifestou-se inicialmente em obras de arquitetura funerária importada, quase sempre, edificações de pedra, remontadas nos locais de destino. Logo, porém, granjeou divulgação em ambientes urbanos conspícuos, nas mais das vezes em igrejas levantadas por ordens religiosas estrangeiras.

Na década de 1870, vale destacar, numa Fortaleza em evidente progresso material, já assomava a presença de elementos neogóticos nas fachadas de casas e edifícios comerciais, designadamente, vergas de arcos quebrados. No fim do século, ocorreria aceitação generalizada daqueles elementos, aliás, ampliada com o uso insistente de platibandas rasgadas em ameias. Ponto alto e prestigioso do período, a elegante igreja do Pequeno Grande (1897-1903), das Irmãs de Caridade, francesas, testemunha as relações da Cidade com o neogoticismo.²³

Anos depois, na Cidade já na década de 1930, o neogoticismo ainda atraía adeptos, conforme o atestam a igreja do Cristo-Rei²⁴ e a nova Catedral. Na construção desta última, perpetuou-se equívoco lamentável, de que resultou a demolição da velha Sé, erguida entre 1823 e 1854, substituída por igreja de vulto bem maior, desproporcional ao espaço da praça circundante.²⁵

²³ O emprego de materiais importados, a estrutura metálica belga, imagens, vitrais e ladrilhos franceses, bem como o pinho de Riga nos retábulos e no púlpito, tudo se congregou na igreja do Pequeno Grande, consumando, do ponto de vista formal, anseios estéticos atualizados, pelo menos se apreciados em termos europeus.

²⁴ A igreja do Cristo-Rei, erguida pela construtora baiana Norberto Odebrecht, segundo projeto de autor desconhecido, recorreria ao concreto armado e à alvenaria de tijolos, com paramentos rebocados. Sem possibilidade de êxito, tentava imitar, nos interiores, as soluções em pedra das igrejas góticas (pilares fasciculados, abóbadas de arestas). Como houvesse problemas quando da elevação da torre ou das torres, a pendência ficou resolvida com a ajuda local de José Barros Maia, o qual, segundo suas próprias declarações ao autor deste trabalho, desenhou a torre, construída na ocasião, transcrevendo-a da fotografia de uma igreja belga.

²⁵ O projeto da Catedral, concebido segundo uma versão neogótica fornecida por Joseph Monier, desenhista francês, à época radicado em Pernambuco, resumia-se a uma planta geral da igreja e a uma perspectiva. Estas indicações gráficas não foram compreendidas pelos construtores, o que resultou no abastardamento da proposta, a qual, por si, já se apresentava esteticamente anacrônica... Monier, eclético, aproveitou a visita à Cidade para elaborar o projeto do Palácio do Comércio, em versão *art déco*, empreendimento de instituição não governamental, erguido numa praça pública.

O *médiévisme* e as cidades

O interesse pelo *médiévisme* não se restringiu à arquitetura gótica e artes integradas, mas incitou o estudo da organização física das cidades medievais, cujo espaço fragmentado e aconchegante ganhou admiradores, em particular aqueles a quem desagradavam as amplas e extensas avenidas postas em moda por influência das intervenções de Haussmann em Paris. Pela difusão de seu pensamento, impõe-se nomear o arquiteto austríaco Camillo Sitte (1848-1903), preocupado com as transformações urbanísticas preconizadas para a cidade de Viena, em fins do século XIX, medidas contra as quais se insurgiu, oferecendo propostas específicas e conceitos gerais ainda hoje discutidos.

3.7 Transição para o século XX: Aloïs Riegl e os conceitos de monumento histórico

Nas mutações de conceitos verificadas nos anos finais do século XIX e nos dias de abertura do novo século, ganha realce a contribuição do austríaco Aloïs Riegl (1858-1905). Teórico, professor universitário, pesquisador, historiador da arte, filósofo, conservador do Museu de Artes Decorativas de Viena, foi autor de várias obras valiosas, entre as quais se destaca *Questões de Estilo* (Stilfragen), em que defende o princípio de “vontade artística” (Kunstwollen) como fonte de criação. Em sua obra escrita, aparecem com destaque *Arte industrial tardo-romana* e *O retrato holandês de grupo*, às quais se devem acrescentar valiosas contribuições publicadas postumamente.

Quando presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, incumbida de preparar uma nova legislação sobre conservação, Riegl externou seu pensamento em um pequeno livro *O culto moderno aos monumentos. Caracteres e origem* (Der moderne Denkmalkultus. Sein Wesen und seine Entstehung), trabalho essencial ao debate sobre a preservação de monumentos arquitetônicos e de que se originaram muitos dos modos de conceituar os monumentos históricos, correntes no século XX, com rebatimento nas teorias e nos métodos de restauração. (1999: *pássim*.)

O pensamento abrangente de Aloïs Riegl não pode ser examinado com ênfase neste artigo. Para esclarecimentos mínimos, reproduzem-se

apenas os títulos dos capítulos do livro, seguidos de eventuais comentários. (1999: p. 9).

1. Os valores monumentais e sua evolução histórica
 2. Os valores rememorativos em relação com o culto aos monumentos
 - a. O valor de antiguidade
 - b. O valor histórico
 - c. O valor rememorativo intencionado
 3. Os valores de contemporaneidade com relação ao culto dos monumentos
 - a. O valor instrumental
 - b. O valor artístico
- A. O valor de novidade
B. Valor artístico relativo

Como se percebe, Riegl divide as suas teorias em dois grupos. Um grupo congrega os valores rememorativos e o outro, os valores de contemporaneidade. Discute o enunciado dos títulos, comentando os variados modos com que, ao seu ver, a matéria se apresenta. A transcrição de breves trechos dos comentários de Riegl oferece idéia sucinta do seu pensamento.²⁷

Sobre o grupo dos valores rememorativos:

2a . *O valor de antiguidade de um monumento se descobre à primeira vista por sua aparência não moderna.* (1999: 49). (...) *O valor de antiguidade de um monumento reside, por conseguinte, na clara percepção das marcas do tempo.* (1999:50). [Deve-se] *impedir de modo categórico, do ponto de vista do valor de antiguidade, a intervenção arbitrária da mão humana no estado em que se encontre o monumento, pois este não deve sofrer adição, nem subtração nem restituição do que*

²⁷ “Alois Riegl (...) é o primeiro historiador a interpretar a conservação dos monumentos antigos por uma teoria de valores.” (CHOAY, 2000: p. 91).

as forças naturais destruíram no correr do tempo, nem eliminação do que, pelas mesmas causas, se incorporou ao monumento, alterando assim sua forma original. (1999: 52-3).

2b. *O valor histórico de um monumento será tanto maior quanto menor seja a alteração sofrida em seu estado original (...). Para o valor histórico, as deformações e deteriorações parciais são um fator acessório, incômodo e desagradável. Isto é aplicável em igual medida, ao valor histórico artístico como a qualquer valor histórico cultural e, por certo, de modo especial, ao valor cronológico. (...) O trabalho do historiador [da arquitetura] é preencher de novo, com os meios auxiliares a seu alcance, os vazios que as influências da natureza produziram na forma original durante o transcurso do tempo. (1999: 57).*

2c. *O valor rememorativo intencionado, desde o princípio, isto é, desde que o monumento foi erigido, tem, de certo modo, o firme propósito de não permitir que esse momento se converta em passado, que se mantenha sempre presente e vivo na consciência da posteridade. Esta terceira categoria de valores rememorativos constitui, pois, um claro trânsito para os valores de contemporaneidade. (1999: 67). (...) O postulado fundamental dos monumentos intencionados é, pois, a restauração. (1999: p. 68).*

Sobre o grupo do valor de contemporaneidade, com relação ao culto dos monumentos:

3a. *O valor instrumental [ocorre quando] outras necessidades podem sobrepor-se à preservação, como o perigo de um desmoronamento, por exemplo, que leva a renunciar à preservação do monumento. (1999: 74).*

3b. *O valor artístico deve ser distinguido do elementar valor de novidade, enquanto o valor artístico relativo se baseia na coincidência do gosto artístico contemporâneo. (1999: 71-2).*

A. *O valor de novidade sempre tem sido o valor artístico das grandes massas, dos que possuem pouca ou nenhuma cultura. Boa parte da conservação no século XIX se realizou segundo a concepção tradicional de uma íntima fusão do valor de novidade com o valor histórico. (1999: 80).*

B. O valor artístico relativo [verifica-se] quando aceitamos o lema de haver uma arte para cada época. (1999: p. 92)²⁸ [e optamos pelas] qualidades de concepção, forma e cor da vontade artística moderna. (1999: 92-3).²⁹

Frente ao valor de antiguidade, que valoriza o passado exclusivamente por si mesmo, o valor histórico já havia mostrado a tendência de tomar, do passado, um momento de sua história evolutiva e apresentá-lo ante nossa vista com tanta claridade como se pertencesse ao presente. (1999: p. 67).

Rápida observação da teoria de valores de Riegl faz perceber que o valor de antiguidade corresponde aos postulados de Ruskin.³⁰ O valor histórico e de novidade foram cultivados por Viollet-le-Duc, enquanto a Carta de Atenas, elaborada pelo 4º. CIAM, em 1933, defendia o valor instrumental. A opção pelo valor artístico relativo aparece nas modificações radicais ou atenuadas das cores, ocorridas em intervenções efetuadas em muitos interiores brasileiros de fins do século XIX.³¹ O valor

²⁸ O conceito de que cada época tem sua arte, como o testemunha a História, responde pelas mutações formais ocorridas ao longo do tempo, favorecendo a justaposição de arquiteturas de idades e aparências diversas em muitos ambientes urbanos antigos. Esse fato vem incentivando os debates a favor da chamada *contextualização arquitetônica* ambiental, quer dizer, a inclusão de obras novas em áreas antigas, tombadas, desde que mantidas certas medidas de integração, como as alturas, os volumes, os ritmos, o emprego de elementos de realce semelhantes, embora contemporâneos. O que se teme, pelo menos no Brasil, é a burla às normas, para atendimento aos reclamos da especulação imobiliária.

²⁹ O programa dito do *Corredor Cultural*, adotado no Rio de Janeiro, admite a realidade física de arquiteturas justapostas, mas não propriamente contextualizadas. Como se reconhecesse que, uma vez perdidos os anéis, se salvem os dedos, esquece a presença impositiva e intercalada de obras novas, os arranha-céus, em procura de preservar pequenos conjuntos arquitetônicos contíguos, formados por construções de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

³⁰ *A conservação eterna não é possível em absoluto, pois as forças naturais são, em última instância, mais poderosas que o engenho humano e, o próprio homem, enfrentando a natureza como indivíduo, é aniquilado por ela.* (RIEGL, 2004: 64). *Os partidários mais radicais do valor de antiguidade hoje [1903] ainda pertencem fundamentalmente às classes cultivadas* (ID., 2004: 59).

³¹ Em termos fortalezenses, a última intervenção efetuada no Teatro José de Alencar, em alguns pontos, pautou-se nos critérios de valor artístico relativo. A alteração de cores e formas originais de esquadrias, e até de espaços, foi executada por decisão dos responsáveis pelos trabalhos. Os vitrais da fachada interna, todos novos, também ficaram recompostos

artístico se manifesta, até certo ponto, no uso de soluções cromáticas de exteriores, pintados a bel-prazer dos encarregados dos trabalhos de recuperação, segundo este ou daquele critério estético.³² O *valor de novidade* aparece nas “restaurações” das fachadas de conjuntos urbanos, cuja pintura foi patrocinada por empresas que as transformam em mostruários de produtos à venda.³³

4 A preservação no século XX

O interesse pela preservação de bens materiais, na realidade, adquiriu dimensão vasta e manifesto empenho no século XX, após as duas grandes guerras, em especial depois da última. Debates e valorização do tema amadureceram-se após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ou melhor, de sua extensão cultural, a UNESCO (sigla inglesa referente à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), patrocinadora da realização de inúmeros congressos internacionais. Das discussões, resultaram seguidas *Cartas e Recomendações* específicas, efetivadas em encontros marcados pela atenção dispensada ao aprofundamento dos estudos dos problemas, reexaminados em cada nova reunião. Diferentemente, pois, dos anos oitocentos,

segundo critérios pessoais. Muitas peças primitivas estavam quebradas, outras desaparecidas, mas, por meio de velhas fotografias, havia condição de manter, pelo menos parcialmente, o “leque” de vitrais antigos e de repor as peças perdidas nas cores originais. Nos trabalhos, houve ainda inserções de valor instrumental ou, melhor, de posicionamento pragmático, no caso do emprego de instalações de ar-condicionado, necessárias, mas que deturparam a proposta original de um *teatro de jardim*, caracterizado por varandas, janelas e portas, simultaneamente abertas para o exterior e para o interior.

³² Tem sido este o caso das pinturas externas de conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, cujas cores (e até formas arquitetônicas) foram escolhidas pelos restauradores consoante deliberação pessoal. Esse modo de entendimento do problema procura atender à modernização ou à atualização do gosto estético, muitas vezes induzidas pela “novidade”. Não se trata, porém, de inovação brasileira, pois a solução mostra abrangência internacional, conhecida em países de língua inglesa como *facadism* (fachadismo).

³³ Não faz muito, uma empresa multinacional, fabricante de tintas, patrocinou, em pontos diversos do País, uma campanha de “restauração” das “cores da cidade”, na verdade, operação executada com tintas e pintura oferecidas gratuitamente, porém, de acordo com os padrões industriais e cromáticos de sua cartela... A capital cearense participou desses empreendimentos.

no transcorrer do século XX, debates e trabalhos de preservação de bens culturais materiais adquiriram amplitude internacional.

O primeiro congresso internacional de interessados em preservação cultural ocorreu em Atenas, em 1931, patrocinado pela Sociedade das Nações. Na ocasião, foi redigida a Carta de Atenas, preocupada com doutrina, princípios gerais, legislação, educação, valorização, deterioração, conservação, materiais e técnicas de restauração dos monumentos históricos. O documento também incentivava e valorizava a colaboração internacional

Essa carta, vale lembrar, não deve ser confundida com a célebre Carta de Atenas, datada de 1933, elaborada com outros objetivos, por ocasião do 4º. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o IV CIAM. A Carta de Atenas, de 1933, que define as chamadas funções urbanas - habitação, lazer, trabalho e circulação, dedica um capítulo ao *Patrimônio histórico das cidades* (itens 65/70). Sem dúvida, respeita a preservação do patrimônio histórico urbano, cujos valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados e conjuntos urbanos), mas a considera sob condições especiais, subordinada aos “elementos vitais de circulação”. Admite a conservação de obras antigas desde que tal “não acarrete o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres” e opõe-se declaradamente ao emprego de “estilos do passado”.

Essa posição aparece nas teorias de valores propostas por Riegl, quando, em 1903, já discutia o *valor instrumental*:

[...] *as exigências negativas do valor instrumental aparecem quando dadas considerações correlacionadas com as necessidades materiais dos homens exigem que não se conserve um monumento (uma torre sob ameaça de ruir) porque faz perigar a vida humana. Ponderações sobre o bem-estar físico acabarão prevalecendo de modo inquestionável sobre toda a possível consideração da necessidade ideal do valor de antiguidade* (1999: p. 74).

O Brasil, cumpre ressaltar, não se fez presente nesses dois encontros internacionais.

4.1 As cartas internacionais da 2a. metade do século XX

Como já se assinalou, as Cartas e as Recomendações internacionais pertinentes à preservação de bens culturais ganharam valor novo

em decorrência da criação da UNESCO, braço cultural da Organização das Nações Unidas. A fundação do ICOMOS (International Committee on Monuments and Sites), associação de direito privado, sem fins lucrativos, patrocinada pelo UNESCO, permitiu a realização de uma seqüência de encontros internacionais, nos quais têm sido discutidas as mais diversas facetas dos problemas de preservação de bens culturais.

No que se relaciona com este artigo, entre as várias cartas elaboradas, mostram especial valia a Carta de Veneza e a Carta de Burra, as quais, por tal razão, ora são comentadas com destaque.

4.2 A Carta de Veneza

A Carta de Veneza / Carta internacional sobre conservação e restauração, foi redigida por ocasião do *II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, realizado em Veneza, entre 25 e 31 de maio de 1964. Procurou unificar vários modos de entendimento da problemática, então dispersos, além de constar como o primeiro texto abrangente, proposto e aprovado por interessados diretamente na matéria. Conquanto curto e conciso, formula definições básicas, pertinentes ao esclarecimento do que significam monumento histórico, conservação e restauração. Em vista da atenção que despertam, transcrevem-se alguns artigos da Carta de Veneza, cuja leitura, por si, esclarece cabalmente a matéria.

Art. 1º. A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular; de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que também adquiriram com o tempo uma significação cultural.

Art. 3º. A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.

Art. 6º. A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. Enquanto sua ambiência subsistir, será conservada, e serão proibidas toda construção nova, toda destruição e toda modificação que possam alterar as relações de volumes e de cores.

Art. 9º. A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável, por razões estéticas ou técnicas, destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art. 10º. Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento poderá ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Art. 11º. As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração. Quando o edifício comporta várias etapas de construção superpostas, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material revelado porta grande valor histórico, arqueológico e estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Art. 12º. Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte ou de história.

Art. 13º. Os acréscimos só podem ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.³⁴

³⁴ Os artigos 9º. a 13º., alusivos a restauração, foram transcritos na íntegra. Nas decisões do Congresso, percebe-se claramente uma concordância sutil às considerações de Ruskin (no art. 9º.) bem como uma total aceitação dos conceitos emitidos por Camillo Boito. Vale porém lembrar que entre o fim do século XIX e a data da elaboração da Carta de Veneza, os problemas atinentes a preservação e restauração, foram discutidos, em várias ocasiões, por inúmeros interessados, em particular na Itália.

4.3 A Carta de Burra

A Carta de Burra³⁵, conquanto redigida por ocasião de um encontro da secção australiana do ICOMOS em 1980, obteve ampla aceitação internacional. Preocupada essencialmente com definições, busca eliminar variações de significados, a fim de evitar que muitas intervenções tenham seus objetivos mal entendidos e, portanto, mal orientados.

Eis algumas definições de interesse, constantes da Carta de Burra (2000: p. 247):

Art. 1º – Para os fins das presentes orientações:

- *o termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, conjuntos de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence;*
- *a expressão significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes e futuras;*
- *substância será o conjunto de materiais que fisicamente constituem o bem;*
- *o termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de restauração ou adaptação que atendem às necessidades e exigências práticas;*
- *o termo manutenção designará a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A reparação implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada;*
- *preservação será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada;*

³⁵ Burra é o nome de um balneário localizado na província da Austrália Meridional, não muito distante da cidade de Adelaide.

- restauração *será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido;*
- reconstrução *será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução de materiais diferentes na substância existente, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida nem com a criação, nem com a reconstrução hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações;*
- adaptação *será o agenciamento de um bem a uma nova destinação, sem a destruição de sua significação cultural;*
- a expressão uso compatível *designará uma utilização que não implique a mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo.* (2000: p. 247-248).

4.4 Ligeiros comentários sobre as definições da Carta de Burra

Conforme entendimento rigoroso da definição constante da Carta de Burra, a restauração de uma obra antiga é empreendimento bastante complexo, raras vezes com possibilidades de ser ultimado de modo cabal. Entretanto, por insciência ou por mero deslumbramento lexical, trabalhos de simples recomposição física de edifícios aparecem referidos como restauração, até em relatórios oficiais.³⁶

A reconstrução não é aceita por inúmeros autores, entre os quais Cesare Brandi, adiante mencionado em tópico pertinente. Brandi recrimina as reconstruções do Campanile da Praça de São Marcos, em Veneza (ruiu em 1902), e da ponte da Santa Trinità, em Florença (bombardeada durante a última guerra), que procuraram imitar com exatidão as obras destruídas.

³⁶ Recentemente entrou em moda no Brasil dizer-se *restauero*, em vez de restauração. Trata-se de italianismo ou lusismo de procedência italiana, cujo emprego justifica-se em Portugal, a fim de evitar mal-entendidos, visto que a restauração de edifícios pode ser confundida com a restauração do trono português, ocorrida em 1640, após 60 anos de domínio espanhol. O episódio da restauração do governo lusitano assume, assim, importância histórica fundamental em terras portuguesas, referido com frequência e conhecido de todos, desde a infância, no ensino de curso primário. No Brasil, o fato desperta pouco interesse, mas não se pode esquecer de que a Restauração portuguesa e os tratados internacionais consequentes responderam pela imensa ampliação territorial do País.

Não são freqüentes os casos de reconstrução, entretanto, mais comuns em estruturas metálicas do século XIX, montáveis e desmontáveis. O Crystal Palace, erguido para a Great Exhibition de Londres, em 1851, foi transferido posteriormente para Sydenham, onde veio a se incendiar em 1935. O antigo Mercado da Carne, de 1897, fortalezense, também foi desmontado e remontado, todavia, bipartido em dois pontos diferentes da Cidade.

Como exemplo recente de reconstrução de obras famosas, não metálicas, cite-se o Pavilhão da Alemanha, erguido na Feira de Barcelona, em 1929, projetado por Mies Van der Hohe, mas demolido pouco depois. Por ocasião dos Jogos Olímpicos realizados naquela cidade em 1992, o pavilhão foi reconstruído no mesmo local. Aponte-se também a reconstrução da Frauenkirche, em Dresde, destruída por bombardeio na última guerra, com trabalhos concluídos após a reunificação da Alemanha.³⁷

4.5 Outras cartas

Depois de elaborada a Carta de Veneza, foram aprovadas inúmeras outras cartas, declarações e recomendações de interesse direto da preservação de bens culturais materiais. Algumas tratam de paisagem cultural, outras, lidam com as cidades, com os jardins públicos, com a arqueologia em geral, com a arqueologia arquitetônica (ruínas, vestígios de edificações), com o patrimônio submerso (embarcações). Também acercam novos aspectos da matéria, enfocando a problemática das obras integradas à arquitetura e a saída de obras de arte públicas e privadas para o exterior.³⁸

³⁷ Em termos de Brasil, lembre-se o Palácio Monroe, obra de alvenaria e trilhos de ferro, construído para funcionar como sede do pavilhão do Brasil na Exposição de Saint Louis, em 1903, nos Estados Unidos. Reconstruído no Rio de Janeiro, veio a abrigar o Senado por mais de meio século, sendo demolido para atender ao traçado de uma linha de metrô. Exemplo comovente de reconstrução, mais que de restauração, feita a pedido dos habitantes da cidade, verificou-se ainda há pouco na matriz de Pirenópolis, em Goiás, praticamente destruída por incêndio, mal se haviam encerrado os serviços de restauração da igreja primitiva. Infelizmente, não foi possível repor as pinturas de forro nem os altares originais, destruídos pelo fogo.

³⁸ Para exame mais detido do assunto, recomenda-se a leitura de publicações pertinentes, editadas pelo IPHAN (procurá-las nas Delegacias Regionais). Algumas constam das referências bibliográficas apensas ao texto.

Quanto às mutações verificadas nos conceitos de restauração, do século XIX às cartas atuais, um fato curioso vale ser mencionado, pois testemunha duas atitudes confrontantes, que devem ser entendidas conforme critérios adotados em épocas diferentes. Em 1789, os revolucionários franceses destruíram a picaretas o revestimento escultórico das partes inferiores das portadas da catedral de Notre Dame, em Paris. Quando dos trabalhos de restauração, Viollet Le Duc refez os trechos danificados com estátuas novas, concebidas na ocasião. Não há muito, porém, ao se executarem trabalhos de reconstrução de um edifício em Paris, as peças originais foram encontradas nas escavações. Despedaçadas, mas logo recompostas, estão guardadas no *tesouro* da igreja, enquanto as estátuas novas permanecem nas portadas, porque o tempo, de mais de um século transcorrido, já as integrou à aparência do monumento.

5 Ainda o século XX

Na segunda metade do século XX, em decorrência das discussões nacionais e internacionais do tema, a preservação ganhou novas dimensões. Além dos valores percebidos por Riegl, muitos projetos de restauração se pautaram por ações que prestigiam os valores estéticos, os valores sociais e os valores simbólicos.

5.1. Cesare Brandi

Por sua contribuição multiforme, deve ser ressaltado o nome do italiano Cesare Brandi (1906-1988), excepcional figura de intelectual. No campo da restauração, distinguiu-se quer como teorizador influente, quer como portador de comprovada experiência operativa, adquirida como diretor do Istituto Centrale del Restauro, em Roma, por vinte anos. Entre seus textos, avulta a *Teoria da Restauração*, obra fundamental. Filósofo, crítico e historiador da arte, Brandi considera a restauração como atividade previamente condicionada à estética, ao estudo crítico da obra de arte, o qual deve antecipar quaisquer outras iniciativas. Na obra de arte, o tempo, isto é, a história, aparece em função da estética, uma vez que a obra de arte, somente por ser obra de arte, é o objeto de restauração. Assim, afirma Brandi, que

depois de se ter reconhecido a peculiar estrutura da obra de arte como unidade e de se haver explicitado como e até que ponto é possível a reconstituição da unidade potencial, que é o próprio imperativo da instância estética em relação ao restauro, deve-se aprofundar, em relação à instância histórica, o exame do tempo no que se refere à obra de arte (2004:53).

Unidade e unidade potencial ganham percucientes considerações de Brandi, contudo, mais voltadas para a pintura. A fim de ser fazer idéia do seu pensamento no campo da restauração das obras de pintura, Brandi chama atenção para a diferença entre o inteiro e o total, pois este é uma soma de parcelas. Em determinadas situações, prefere que se deixem na tela lacunas dispersas, em vez de encobri-las, visto a percepção da imagem poder ficar facilmente completada por recurso à Gestalt. (2004: p. 41-51).

Para Brandi, “o tempo, além de ser estrutura de ritmo, está na obra de arte não mais sob o aspecto formal, mas fenomenológico, em três momentos diversos”. (2000: p. 53-4). O primeiro momento, dito *duração*, é o tempo transcorrido desde quando a obra foi elaborada; o segundo momento corresponde ao “*intervalo* inserido entre o fim do processo criativo e o momento em que a nossa consciência atualiza a obra de arte.” (2000: p. 54); enquanto o terceiro momento aparece como *átimo*, ou seja, a fração mínima de tempo “dessa fulguração da obra da arte na consciência”. (2000: p. 54). Assim, ao considerar o passado visto pelo presente, Brandi admite todas as agregações na obra de arte, desde que respeitado o quadro estético. E, mais ainda, aceita novas ou até futuras inclusões.

Conquanto mais dedicada à restauração de pintura e escultura, a obra de Brandi também envolve a arquitetura

dado que também a arquitetura, se tal, é obra de arte e, como obra de arte, goza da dúplici e indivisível natureza de monumento histórico e de obra de arte, e o restauro arquitetônico recai também sobre a instância histórica e a instância estética. (2004: 131)

Brandi acrescenta que se deve ter “presente em primeiríssimo lugar a estrutura formal da arquitetura, que difere daquela das obras de arte, entendidas na acepção empírica” (2004: p.132). As obras de arte

(pintura, escultura), aduz, não estão presas a um determinado lugar; ao contrário, pois, do que ocorre “na arquitetura [em que] a espacialidade própria do monumento é coexistente com o espaço ambiente em que o monumento foi construído” (2004:132), o que permite se estabeleçam, portanto, “relações entre o sítio histórico e o monumento e também do monumento como elemento desse sítio ambiente”. (2004: 135).

Esses conceitos também condicionam a posição restritiva de Brandi quanto às reconstruções, por parecerem falsificações. Uma vez desaparecida uma obra antiga, quando necessária, funcional ou espacialmente, deve ser substituída por obra nova, como já insistia Ruskin.³⁹ Embora não propriamente no campo das reconstruções, os conceitos e recomendações de Brandi, também incidem nas obras de ampliação de edificações.⁴⁰

5.2 Valor simbólico

Os estudiosos consideram altamente significativo o valor simbólico dos bens culturais, pois entendem que esse tipo de qualificação presta evidente ajuda à preservação, tal a força do prestígio adquirido por certas edificações perante a população.

As obras de arquitetura, já se disse, portam valores simbólicos que não se sabe exatamente como surgiram, como foram atribuídos ou como se mantêm. Em termos fortalezenses, vale registrar um fato auspicioso. Quando se incendiou parcialmente o Palacete Ceará, localizado na Praça do Ferreira, prédio não tombado pelo governo federal nem

³⁹ A solução adotada na reconstrução da Coluna da Hora, na Praça do Ferreira, em Fortaleza, seguiu as proposições de Brandi, optando-se por obra nova, em aço, com o propósito de reconstituir simbolicamente referências formais, espaciais e funções antigas, porém deliberada e inconfundivelmente dessemelhantes da demolida coluna primitiva, levantada segundo padrões *art déco*, em alvenaria de tijolos e concreto armado.

⁴⁰ No âmbito fortalezense, deve ser mencionada a antiga casa de morada da família Gentil, enormemente aumentada e transformada por Martins Filho em sede da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. A intervenção, tal como foi realizada, levanta dúvidas, pois faz supor que a casa original, elegante, mas relativamente pequena, possuía a forma e as dimensões ora vistas. Decisões semelhantes também se verificaram em outras edificações antigas da Cidade, como ocorreu no palacete Carvalho Mota (primeira sede do DNOCS, no centro da Cidade), no sobrado Fernandes Vieira (Arquivo Público do Estado), na sede da antiga Companhia União Cearense, no Passeio Público (propriedade atual do SESI).

pelo governo estadual, mas edificação amada como símbolo de uma *belle époque* da Cidade, a Caixa Econômica, proprietária do imóvel, decidiu demoli-lo. Campanha então liderada por um grupo de arquitetos, com geral apoio dos mais diversos estratos da população, fez revisar a decisão da entidade bancária, redundando na criteriosa preservação dos exteriores (apenas dos exteriores, esclareça-se, já que os interiores, haviam sido totalmente alterados havia muito).

O edifício da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, já referido, é outro exemplo arquitetônico de expressivo valor simbólico na Cidade. Trata-se de uma antiga casa de chácara, realização conspícua de arquitetura eclética, cujas elegantes *travées rythmiques* do desenho original foram reproduzidas na vultosa ampliação que a transformou, em 1967, no atual palácio. As dimensões do edifício, a repetição da colunata da casa primitiva, períptera, de viés pompeiano, e mais, a localização no cruzamento de duas avenidas de maior movimento, a generosidade dos espaços de envoltura, a densa arborização, o afastamento da via pública, além de sede de uma instituição de alto poder cultural e forte peso na economia do Estado, contaram como fatores que, por certo, logo se congregaram a favor da valorização simbólica da edificação.⁴¹

5.3 Uso social dos bens restaurados: Bolonha

Muitos arquitetos conferem alta valia ao uso social dos bens restaurados. Sob este aspecto, no campo das referências urbanas, merece citação a cidade italiana de Bolonha, prestigioso centro cultural, onde se encontra a mais antiga universidade européia em funcionamento. A requalificação do seu centro histórico, com forte cunho social, ocorreu depois da 2ª. Guerra Mundial, quando a cidade por longo tempo foi administrada pelo PCI. Na realidade, as ações programadas integravam o Plano Regulador, proposto com objetivos gerais de resgatar a zona central da cidade, abandonada e descaracterizada por intervenções físicas verificadas na época do fascismo. Importância básica foi, porém, conferida à recuperação social, em particular à habitação popular, re-inserida

⁴¹ Se alguém tomar um táxi em distante ponto da Cidade e disser apenas “Leve-me à Reitoria”, indubitavelmente, chegará ao seu destino, sem que ocorra qualquer engano.

no centro da cidade. A administração pública aproveitou-se das fortes tradições de vida comunitária bolonhesa, desenvolvendo soluções aceitas pelos moradores, apoiadas em intensa propaganda educativa. Em termos de preservação, realizaram-se trabalhos de largo espectro, que abrangiam restaurações gerais, rigorosas ou parciais, intervenções conservativas, reconstruções, isto é, obras novas, contextualizadas, e demolições de obras irrecuperáveis, neste caso, em busca da obtenção de espaços de uso público.

A expressão *centro histórico*, mencionada acima, e hoje usada correntemente sem exame, não agrada a muitos arquitetos, entre os quais se inclui o autor. Termo de origem italiana, faz sentido nas cidades peninsulares, nas que mantêm um centro antigo mais ou menos preservado, o *centro storico*, junto ou próximo de um ou até mais centros comerciais modernos e ativos. Isto não ocorre no Brasil, onde o antigo ou o pseudo-antigo se misturam com o moderno ou com o pseudo-moderno. Na verdade, de acordo com uma visão crítica conseqüente, não se deve esquecer de que todas as partes da cidade são históricas, tal como, aliás, as próprias cidades, entendidas como um todo.⁴²

6 Preservação oficial no Brasil

As primeiras demonstrações de interesse pela preservação de bens culturais materiais no Brasil datam do período colonial, embora ocasionais e pessoais.

No Ceará, a primeira manifestação oficial a favor da preservação arquitetônica provavelmente foi aquela que consta do relatório enviado à Assembléia Provincial pelo presidente João Silveira de Souza, em 1859, então preocupado com problemas de conservação da Fortaleza de

⁴² Não há “centro histórico” em Fortaleza, como alguns referem, mas uma zona central de comércio, cuja expansão destruiu a antiga zona residencial circundante, por invasão, zona na qual, como em outras partes da Cidade, restaram algumas marcas do passado. Fato idêntico ocorreu praticamente em todas as cidades brasileiras maiores ou até no estrangeiro. O Rio de Janeiro e São Paulo também não possuem “centro histórico”, mas áreas com referências arquitetônicas antigas, dispersas e, quando muito, datadas de um século.

Nossa Senhora da Assunção, belicamente superada por seguir padrões de arquitetura militar do século XVIII.⁴³

No Brasil, somente nas primeiras décadas do século XX, a matéria apareceu considerada de modo amplo, ainda assim, sob uma perspectiva tradicionalista, nas mais das vezes correlacionada à celebração de feitos e à valorização e exaltação de bens pertencentes a grupos familiares de relevo no cenário político-econômico nacional.

Na década de 1920 foram criadas inspetorias estaduais, destinadas a velar pelos monumentos históricos em Minas, Pernambuco e Bahia, estados de maior acervo de bens culturais. A Revolução de 1930 abriu novos caminhos, verificando-se a indicação de Ouro Preto como monumento nacional. No curto período constitucional, entre 1934 e 1937, o interesse pela preservação cultural tomou vulto, amparada pelo manifesto empenho do ministro da Educação, o mineiro Gustavo Capanema, instigado pelo grupo de intelectuais modernistas que o cercavam.

Durante sua rápida vigência, o governo constitucional aprovou a Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, integrado ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Na ocasião, Mário de Andrade, incumbido pelo ministro, havia preparado o texto básico de um projeto referente à preservação do “patrimônio artístico nacional”, encaminhado ao Congresso para o devido exame, oportunidade em que sofreu alterações. O golpe de 10 de novembro, de que resultou a instalação do Estado Novo, impediu a imediata aprovação presidencial. Deste modo, vinte dias depois, foi sancionado o Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.

6.1 O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Como já se disse, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, repartição pública integrante do então Ministério da Educação

⁴³ Assim se manifestava aquela autoridade: “Esta fortaleza, porém fóra de todas as condições d’arte militar, na opinião dos entendidos, nunca será uma obra de fortificação e defeza; e se merece cuidado e as despesas com ella se tem feito e continua-se a fazer, é mais como monumento de aformoseamento da cidade do que sob aquella relação”. (1859: p. 18).

e Saúde, foi criado durante a vigência do governo constitucional pela Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, regulamentada pelo já referido Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, [o qual] *Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) constituiu, pois, o instrumento administrativo oficial de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, designadamente dos bens culturais inscritos em livros específicos, postos sob seus cuidados, na ocasião. Em 1946, foi transformado em Diretoria (DPHAN), esta, por sua vez, denominada Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1970, o IPHAN, sigla pela qual desde então se tornou conhecido.

A antiga DPHAN, há quase seis décadas, apresentava-se como uma repartição pública diminuta, se comparada com as tarefas que lhe eram atribuídas por lei. Instalada na então capital da República, na Esplanada do Castelo, no recém-inaugurado e já famoso edifício do Ministério da Educação, ocupava metade do 8º andar. Na sede, trabalhavam quando muito umas 30 pessoas e mais meia dúzia de funcionários em cada um dos Distritos, localizados em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife.⁴⁴

As tarefas, em boa parte, eram complementadas graciosamente pelos “amigos do Patrimônio”, quase todos jovens arquitetos e estudantes de arquitetura, entre os quais o autor se incluía honrosamente. Como retribuição cultural, os “amigos do Patrimônio” tinham livre acesso à DPHAN, em particular à biblioteca especializada e aos arquivos, desfrutando do agradável intercuro intelectual oferecido por um ambiente refinadamente culto e despretensioso.⁴⁵

⁴⁴ Entre as personalidades de relevo na DPHAN, o autor relembra as figuras de Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969), diretor da Casa por 30 anos, do arquiteto Lúcio Costa (1902-1998), diretor técnico, futuro urbanista de Brasília, e do poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), chefe do Arquivo, bem como mantém vivo na memória o grupo seletivo de amigas e amigos, funcionários da repartição - arquitetos, historiadores da arte, restauradores, professores, servidores dos quadros técnicos e administrativos, auxiliares de serviço, quase todos hoje desaparecidos.

⁴⁵ A DPHAN constituía ponto de encontro semanal de nomes de destaque na intelectualidade do Rio de Janeiro, então Capital da República, reunidos por Rodrigo Mello Franco de Andrade em seu gabinete, numa roda de que o autor deste texto, jovem, participava no circuito externo, humilde, reverente e atento. Por consequência desse antigo relacionamento, tornou-se representante honorário da DPHAN/IPHAN no Ceará, entre 1957 e 1982, e atualmente é membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do IPHAN, na condição de representante do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

No início da década de 1980, o IPHAN foi extinto e substituído por uma fundação e uma repartição pública, ambas interessadas em assuntos culturais, participantes do Ministério da Cultura, este criado na ocasião, pelo Decreto nº. 91.144, de 15 março de 1985. Como a bipartição administrativa deparasse problemas, foi restabelecido o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com atribuições mais amplas, e retomada a sigla IPHAN, já tradicional. Em 1982, as ações do IPHAN foram divididas e postas a cargo de Superintendências Regionais, estabelecendo-se uma presença abrangente da repartição em todo o território nacional (Fortaleza é sede da 4ª. SR).

6.2. O Decreto-lei nº. 25

O Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, como foi referido, regulamentou a Lei nº. 378, de 13 de janeiro daquele mesmo ano. No seu capítulo I, que trata *Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, o Decreto-Lei nº. 25 assim se expressa:

*Artigo 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.*⁴⁶

No capítulo II, o Decreto-Lei nº 25 trata *Do tombamento*, isto é, da inscrição dos bens culturais a preservar em livros para tal fim designados, os chamados *Livros de Tombo*. Assim reza o Artigo 4º:

Art. 4º – O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros de Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º. desta Lei, a saber:

⁴⁶ O número de tombamentos concedidos pelo IPHAN tem crescido enormemente, nem sempre pautados pelo texto severo do art. 1º. do Decreto-lei nº. 25, instrumento legal sancionado há mais de sete décadas e que busca uma relativa imutabilidade física da obras. No entender do autor deste trabalho, deveria ser proposta uma legislação suplementar, que contemplasse situações intermediárias, situadas entre o tombamento, entendido rigorosamente conforme a lei, e os registros de “lugares”.

1) o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º .

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita nacional e estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais e estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente Lei.

O tempo consagrou o vocábulo *tombamento* como o ato de inscrever um bem cultural nos respectivos e pertinentes livros do IPHAN. Em sua origem, o vocábulo se correlaciona com a velha Torre do Tombo, na qual os soberanos portugueses guardavam os documentos do Reino. Na acepção ora empregada, até certo ponto ambígua, trata-se de brasileiro, visto que, em outros países, inclusive em Portugal, em vez de tomar, tombamento, bem tombado, diz-se classificar, classificação, bem classificado.

O tombamento, no âmbito federal, pode ser solicitado por qualquer cidadão brasileiro. É concedido, entretanto, por via de processos de tramitação às vezes demorada, que percorrem os setores técnicos do IPHAN, quando são analisados criteriosamente. Remetidos, por fim, à consideração do Conselho Consultivo, recebem o parecer, aprobatório ou não, de um conselheiro relator. Em seguida, uma vez aceitos, os processos submetem-se a votação no colegiado, quando podem ser aprovados ou rejeitados. Se aprovados, sobem à sanção do Ministro da Cultura.

O tombamento de um bem imobiliário não afeta o direito de propriedade, embora restrinja os usos indevidos. Permite intervenções necessárias mas interdita alterações desfiguradoras. A fim de ressarcir certos efeitos do tombamento, há inúmeras contrapropostas oferecidas por alguns municípios como benefício compensatório, entre as quais a isenção de impostos e a transferência de direitos de construir para outras áreas urbanas, além de favorecimento da legislação urbana incidente sobre “solo criado” e outras concessões.

6.3 O Compromisso de Brasília

Ante a impossibilidade de longas e complexas listas de bens culturais de interesse regional serem inscritas nos Livros do Tombo do IPHAN, autoridades estaduais acordaram assinar o chamado *Compromisso de Brasília*, assumido em abril de 1970, quando do *1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais*. Por força do Compromisso, os governos estaduais se obrigaram a criar serviços dedicados à preservação cultural.

Em termos cearenses, o cumprimento do Compromisso de Brasília redundou na instalação de serviços estaduais de preservação de bens culturais, integrantes da Secretaria Estadual de Cultura, tais como o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (COEPA), bem como resultou em ações de incentivo financeiro, apoiadas por legislação pertinente à criação de fundos especiais, formados por renúncia fiscal.

7 Fim do monumento como documento histórico?

O conceito de monumento histórico, considerado como documento material, espécie de retrato do passado, vem deparando empecilhos.

Primeiro porque, em boa parte, as realizações de arquitetura poucas vezes foram expressamente construídas com propósitos de perpetuar a memória de pessoas ou de atos humanos, enfim, de comemorar feitos ou de consagrar vultos históricos à posteridade. Em sua totalidade, sem dúvida, sempre tiveram origem circunstancial e utilitária.

Por outro lado, desde o século XIX, os monumentos históricos, tidos *lato sensu* como documentos, notação material dos fatos, passaram a deparar concorrência em novos veículos de preservação da memória, tais como os registros da imprensa, em particular a fotografia. Perdiam, assim, valor como meio perene, até então viável, de registrar as ocorrências, preservando-as para o futuro. Na passagem para o século XX, Alois Riegl, com extraordinária visão, já percebia as transformações, como antevia:

o crescente desenvolvimento dos meios de reprodução artístico-técnicos fazem confiar que, em um futuro previsível (especialmente com o descobrimento de uma fotografia com cores absolutamente convincentes e da combinação desta com cópias tipo fac-símile) poderemos encontrar substituições, as mais perfeitas possível, dos originais dos documentos (1999: 65).

A situação, já observada no século XIX, conheceria agravamento no transcorrer do século XX, em face da participação cada vez mais intensa do cinema e da televisão, como assinala Françoise Choay:

Um século e meio depois de expresso o elogio de Perrault⁴⁶, Victor Hugo proferiu a oração fúnebre do monumento, condenado à morte pela invenção da imprensa. Sua intuição de visionário foi confirmada pela criação e aperfeiçoamento de novos modos de conservação do passado: memória das técnicas de registro da imagem e do som, que aprisionam e liberam o passado sob forma mais concreta, porque diretamente dirigida aos sentidos e à sensibilidade, “memórias” dos sistemas eletrônicos, mais abstratas e imateriais. (1992: p. 18).

O emprego dessas conquistas tecnológicas a serviço da retenção da memória explica o abandono da elaboração de estátuas representativas de figuras humanas, principalmente daquelas que encimam grandes conjuntos escultóricos. Hoje, em muitas situações, as estátuas, quando implantadas, aparecem em vulto natural, dispersas nos espaços usuais do cotidiano das cidades. As figuras representadas surgem nas praças, sentadas em bancos, ora como se estivessem apreciando a paisagem, ora conversando com os passantes, ou de pé, como se caminhassem pelos jardins.

8 Considerações finais

Este artigo objetivou oferecer indicações correlacionadas unicamente com preservação de bens culturais materiais. Na verdade, preo-

⁴⁷ Claude Perrault (1613-1688), arquiteto, autor de várias obras, entre as quais a Colunata do Louvre (fachada leste). Seu irmão, Charles Perrault (1628-1703) foi literato de expressão, mais conhecido pelos contos infantis que escreveu.

cupou-se estritamente com arquitetura, ou seja, com trabalhos executados para atendimento a necessidades específicas e por meio de técnicas especializadas.

A preservação dos bens culturais, entretanto, pode ser apreciada de modo amplo, sob outras facetas, em particular, no campo do direito, da história, da educação, da manutenção da memória coletiva, do uso social das edificações e dos espaços urbanos. O autor também se eximiu de discutir as razões que justificam os tombamentos, mas acredita que ações de salvaguarda podem ser resumidas em quatro perguntas incitantes:

Por que preservar? (memória, valor artístico, econômico, uso social)

O que preservar? (inventário e seleção de bens)

Como preservar? (critérios e técnicas)

Por quanto preservar? (custos das obras de intervenção e de manutenção)

9 Adendo

Após décadas de envolvimento com preservação arquitetônica e mantida a mesma firmeza de propósito dos dias de mocidade, as reflexões pessoais do autor, contudo, já não são estimulantes, particularmente quando percebe muitos dos problemas de hoje serem os mesmos de dias longínquos, seculares, problemas nacionais e também de outras terras. Por tais razões, o autor se permitiu transcrever o texto desiludido e amargo de um resistente lusitano:

É importante ter em conta que a principal causa da deterioração do patrimônio não é, como geralmente se pensa, a ação do tempo nas suas diversas formas mas antes a atividade humana, sintetizada por Max Dvorak¹³, em 1918, em diversas categorias:

- negligência devida à ignorância ou ausência de interesse cultural;
- intenção deliberada de destruição;
- destruição provocada por interesses econômicos;
- intervenções incorretas, motivadas por confusão de valores [...].

Note-se que é incorreta a associação exclusiva que em geral é feita entre este tipo de ações nefastas e a ausência de educação cívica e escolar. Neste domínio é sempre útil recordar as palavras de Alexandre Herculano¹⁵ escritas em 1839:

“apesar da ferocidade nervosa do vandalismo, não se cria, todavia, que ele é desalinhado na catadura, descomposto nos meneios. Nada disso. O vandalismo é aprimorado no traje, lhano e grave a um tempo, no porte, pontual na cortesia. [...] O vandalismo é culto, instruído, civil, afável.”

Mais de um século e meio depois, estas palavras mantêm total atualidade.

¹³. DVORÁK, Max. *Katechismus der Denkmalpflege*. Viena, Julius Bard, 1918.

¹⁵. HERCULANO, Alexandre. *Monumentos pátrios*. Opúsculos. Lisboa, Editorial Presença, 1982, v. 1.

(HENRIQUES, Fernando M. A., 2000: 95).⁴⁸

10 Bibliografia

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia, SP: Ateliê, 2004.

CARTAS Patrimoniais. Brasília: Edições do Patrimônio, 1^a. ed. 1955 / 2. ed. 2000.

CHOAY, Françoise. *L'Allegorie du Patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

COLETÂNEA de Leis sobre a Preservação do Patrimônio. Brasília: Edições do Patrimônio, 2006.

FARIA, Ernesto. *Vocabulário latino-português*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1943.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. 2. ed.

HENRIQUES, Fernando M. A. A conservação em Portugal: balanço e perspectivas. Lisboa. *Monumentos*. 12, mar. 2000: 90-5

INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

LOPES, Ana Elvira Barros Ferreira & SANTOS, Aline Nunes (org). *Cidadania Cultural*. Legislação v.1. São Luís: Estação Produção, 2003.

⁴⁸ Max Dvorák (1874-1921), historiador da arte, austríaco de origem tcheca, entendia a História da Arte como a História do Espírito (*Kunstgeschichte als Geistgeschichte*), título de uma das suas obras mais consideradas. Foi o paladino do resgate do Maneirismo como categoria histórico-artística autônoma, respeitada e criativa. Alexandre Herculano (1810-1877), nome de alto prestígio na literatura e na historiografia portuguesas, participou, em primeira linha, das lutas a favor do constitucionalismo liberal, comandadas pelo rei D. Pedro IV, o nosso Imperador Pedro I. Após a vitória, Herculano recebeu a incumbência de organizar os bens culturais dos conventos masculinos, então nacionalizados, em especial, as bibliotecas. As palavras desalentadas do historiador datam desse período.

MAGALHÃES, Celso de Magalhães. *A poesia popular brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

REGISTRO del Patrimonio Inmaterial, Brasília: IPHAN, 2002.

09. KÜHL, Beatriz Mugayar. *Os restauradores. Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

___ *Os restauradores. Camillo Boito*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1999.

RUSKIN, John. *The Seven lamps of Architecture*. London: George Allen & Unwin, 1925.

SOUZA, João Silveira de. *Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1859 o Excelentissimo Senhor Dr. João Silveira de Souza* [Presidente da Província]. Fortaleza: Typographia Cearense, 1859.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural*. São Paulo: Petrópolis / EDUSP, 2003.

TOLEDO, Benedito de Lima. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI^e au XVI^e siècle..* Paris: B. Dance, 1858, 10v., v.8.

___ *Dictionnaire Raisonné du Mobilier Français de l'époque carlovingienne à la Renaissance*. Paris: V^e. A. Morel, 1875, 6 v.

___ *Histoire de l'habitation humaine; depuis les temps préhistoriques jusqu'à nos jours*. Paris: Bibliotheque d'Éducation et de Récréation, (s.d.)

VITRUVIO POLION, Marco. *Los Diez Libros de Architectura*. Trad. latim Joseph Ortiz y Sanz. Madrid: Imprenta Real, 1787.

UNES, Wolney; Sílvio. *Fênix / Restauo da Matriz de Pirenópolis*. Goiânia: ICBC, 2008

Comentários sobre a Resenha Bibliográfica, apresentados por ordem numérica.

01. Foi citada a tradução brasileira. A obra original é de 1963.

02. Coletânea de *Cartas* internacionais e nacionais concernentes à preservação do Patrimônio Construído.

03. Há tradução brasileira.

04. Coletânea abrangente que relaciona artigos do Código Penal, Leis, Decretos-lei, Decretos, Portarias bem como Resoluções de Convenções Internacionais.

06. Há tradução brasileira
07. Revista semestral tecno-científica editada em Lisboa pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
08. Apresenta padrões para a solicitação de registros de bens imateriais e assuntos correlatos
09. Trata-se de prestimosa coleção de obras de divulgação – *Os Restauradores*, organizada pela arquiteta, professora doutora Beatriz Magayar Kühl, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. No livro respectivo, Beatriz Kühl traduziu o longo verbete *Restauração*, escrito por Viollet Le Duc. Também traduziu o livro *Teorias da Restauração*, de Cesare Brandi, acima citado.
10. Coletânea de Leis e Recomendações internacionais, nacionais e, em particular, da legislação estadual do Maranhão e municipal de São Luís sobre a matéria. Quanto ao último aspecto, seria interessante fosse publicada obra semelhante, referente ao Ceará e à sua capital.
11. Celso Magalhães (1849-1879), maranhense. Como ficou dito, os artigos de Magalhães sobre o romancero nacional foram publicados em jornal pernambucano, mas apenas reunidos em livro, pela Biblioteca Nacional, numa edição comemorativa, exatamente um século depois.
12. Publicação destinada a divulgar o patrimônio cultural imaterial brasileiro em países da América espanhola.
13. Pequeno livro pouco conhecido e de valor inestimável.
14. Ver o capítulo *A lâmpada da memória* (The Lamp of Memory), p. 320-60. O Setor de Obras Raras da Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará dispõe do livro *Stones of Venice*, de John Ruskin. Bibliotecas particulares locais contam com o livro *The Seven Lamps of Architecture*, mencionado no texto.
16. Na origem, trata-se de uma dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O texto examina de modo circunstanciado a legislação internacional e nacional pertinente.
17. Há uma nova versão deste livro, editado por Cosac Naify / Duas cidades, 2004.
18. A par da memória descritiva dos trabalhos técnicos executados na Matriz de Pirenópolis, o livro, primorosamente ilustrado, apresenta sucinta mas abrangente lista de informações de interesse. Inclui um glossário técnico e uma relação de comprovantes das ações institucionais brasileiras no campo do patrimônio cultural, referindo pessoas, acontecimentos, além de um quadro sobre as teorias de restauração, mencionando obras e autores destacados. Estende comentários ao sítio urbano de Pirenópolis.
19. A Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – Setor de Obras Raras possui as obras mais significativas de Viollet Le Duc, menos os *Entretiens sur l'Architecture*.

22. Como os códices da obra não se acompanhavam de referências gráficas, por certo, extraviadas, as sucessivas edições do livro, desde o Renascimento, incluíram desenhos interpretativos, executados ou mandados executar pelos tradutores. A Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – Setor de Obras Raras possui prestigiosa tradução espanhola do tratado de Vitrúvio, publicada em 1787, da autoria de Ortiz y Sanz, da qual consta notável coleção de gravuras pertinentes ao texto.

* * *

O arquiteto, professor doutor Augusto Carlos da Silva Telles, antigo Presidente do IPHAN, organizou uma bibliografia exaustiva sobre restauração e atividades correlatas. O autor deste trabalho foi presenteado com uma cópia mimeografada da bibliografia, infelizmente não publicada.

Correção

O autor se penitencia do lapso de redação incorrido em artigo constante do tomo 121 da *Revista do Instituto do Ceará*, de 2007, página 55, linha 1. Ao mencionar a restauração do trono português, trocou o ano de 1640 pelo de 1580, este exatamente o de início da anexação. Certo da benevolência do leitor, solicita o obséquio da correção do engano.

SUMÁRIO

Este artigo trata da preservação do patrimônio cultural brasileiro, com ênfase no patrimônio construído. Destaca passos históricos do processo de consolidação das atividades pertinentes, no exterior e no Brasil, anotando os respectivos instrumentos legais de amparo. Relaciona conceitos alusivos a preservação bem como técnicas de intervenção física nos monumentos.

ABSTRACT

This work intends to comment on the preservation of the Brazilian cultural heritage, especially of the built heritage. It emphasizes the historical development process of legal protection instruments creation in Brazil and in others countries, noting different forms of physical intervention in monuments.

A ética partidária

OSWALDO EVANDRO C. MARTINS*

Toda organização possui uma correspondente Ética profissional. Deve analogar-se deontologicamente à sua atividade, fazendo que concordem a conduta exteriorizada e a atitude mental. Qualquer membro de um partido político, por exemplo, assim procede. Tal é a pauta filosófica que define o dever.

Qual o dever do político? Não é o dogmatismo de negar, *in limine e ex abrupto* os juízos de valor. Compete e obriga a ele – *verbi gratia vereador* – alcandorar a escala de valores, quer dizer, promover o progresso axiológico, desde a infra-estrutura (valores inerciais e orgânicos), a médio-estrutura (valores socioeconômicos e ludo-estéticos) e a supra-estrutura (valores éticos e místicos). Configura esse esquema a escada de Lavelle,⁽¹⁾ subjacente à Figura 1.

Os valores éticos escalonam-se em políticos, jurídicos e éticos propriamente ditos e são objetivos, mas os valores místicos, diferentemente, são subjetivos – os litúrgicos, os sagrados e os místicos propriamente ditos. Pinçado assim na escala o valor político, não significa que ele se isole e se absolutize. Os valores existem num sistema. O valor social de uma cabeça humana que o homem primitivo exhiba fincada numa estaca no terreiro de sua casa era um troféu consentâneo a seus mores, o qual sem dúvida alguma propiciava a seu proprietário uma possibilidade de poder, isto é, um credenciamento político. Outro exemplo: o botim de guerra de um legionário romano conferia poder ao seu titular.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

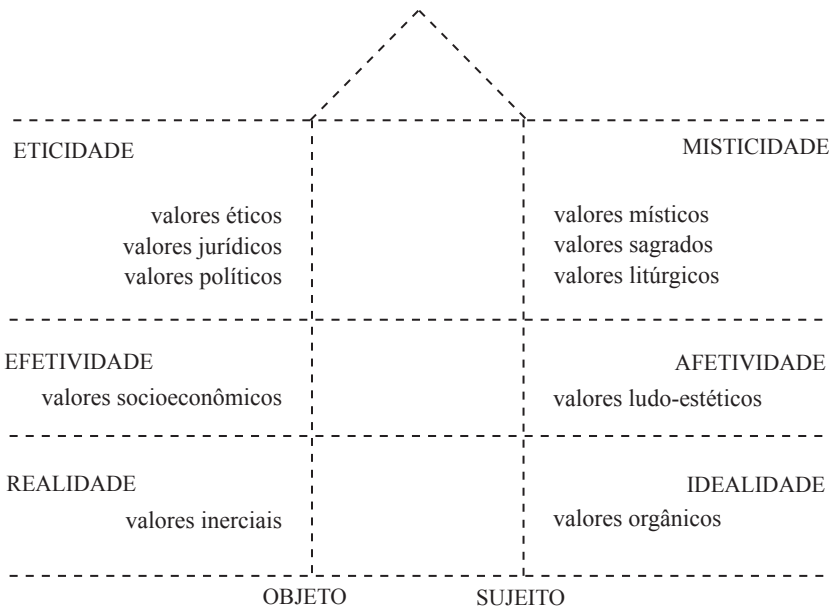


Figura 1 - Escala de Lavelle.

Infere-se dessas ilustrações como o valor político contamina os que lhe estão acima na escala, o que não quer dizer, muito ao contrário, a inexistência de um fluxo inverso, ou seja, de que os valores jurídicos e éticos influam nos valores políticos. O progresso, falando-se axiologicamente, isto é, em valores positivos, é como gás expandindo-se e acumulando-se, quando aquecido, nos níveis superiores.

Hoje, o assassinio e o roubo exemplificados retro são valores negativos, sendo repelidos imediatamente pelos valores jurídicos e éticos. *Ipsa facto*, os valores políticos os reprimem também, mercê das respectivas condutas exteriorizadas que passam a sancioná-los e levam as atitudes mentais à condenação de ambos, tudo em função de uma nova cultura política, de uma educação a esta consentânea, de uma consciência do dever perfectivamente calcada na práxis.

O que sucede em face dos valores jurídicos decorre também dos valores éticos. Há igualmente processo de moralização a condicionar os valores políticos. A atividade política faz parte desse processo, de

forma que o conceito de política transcende francamente e se sobrepõe ao que se vai arcaizando.

A Ética é a ciência filosófica que resolve o problema gnosiológico em todas as estruturas axiológicas e decide das contradições entre conduta exteriorizada e atitude mental. Na mesma ciência considera-se o caráter moral, que é a mais alta expressão de como se desfecha a contradição mencionada, configurado cientificamente pela Caracterologia.

Quando se incute um valor ético na atitude mental, a conduta exteriorizada muda necessariamente, isto é, ocorre uma transmutação de valor. O caráter moral é *conditio sine qua non* de um valor novo e se manifesta: 1) na realidade – vg. Valores inerciais – e na idealidade – vg. Valores orgânicos -; 2) na efetividade – vg. Valores socioeconômicos – e na eficácia – vg. Valores ludo-estéticos -; 3) na eticidade – vg. Valores políticos, jurídicos e éticos – e na misticidade – vg. Valores litúrgicos, sagrados e místicos. Esses, os degraus da escada.

A política evolui não só na região da eticidade, pois os seus valores repercutem na região da misticidade, correspondentemente, tanto que eram os valores religiosos os primeiros que influíram na história. Os governos da proto-história eram teocráticos, isto é, os valores estavam na subjetividade e exerciam efeitos reflexos sobre os demais, os da objetividade. Desse modo, o soberano era às vezes um deus em pessoa para quem todos trabalhavam. Se os súditos percebiam que estavam sendo enganados, deflagravam a luta contra semelhante imoralidade.⁽²⁾

A Ciência Política, entendida como tal em critério e rigor, verificará nos seus protagonistas o caráter moral, a fim de que aflorem conceitos mais adequados ao objeto. Um grupo social que se consciencialize da dignidade, ou repudia e suprime o seu constrangimento, ou se desmoraliza e se deixa aniquilar. A primeira hipótese é a que consente com o caráter moral, sob a égide do qual eclodem os valores éticos que conjuram imoralidade e aniquilamento. Configuram-se então os valores a ser substituídos, que evidentemente serão despojados do poder pelo grupo social que desservem e dessoram mediante a vulneração do dever, o ludíbrio da consciência e a exploração do homem.

Os ritmos do progresso axiológico se aceleram propulsores pela Informática graças à massa crescente de subsídios políticos, suscitando aprimoramento dos valores éticos. A compreensão de política de que

falaram, em tempos menos ou mais recentes, o político Martinho Rodrigues, o jurista Edgard Miranda de Paula Pessoa e até o autor do presente texto filosófico, humilde cultor do conhecimento axiológico, não é mais essa que antes fora. É que a Ciência Política não se coaduna com escritos poéticos anacrônicos dos três, a saber:

MESSALINA

(A. J. Olympio)

Vês aquela mulher? Tem no semblante
As frescas rosas de mentido gaudio.
Formosa como Aspasia deslumbrante,
Possue os crimes da mulher de Claudio.

Encantadora e má! O seu sorriso
Tem veneno subtil que endoia e mata,
Nos prometem deleites do p'raiso
Os lábios onde o goso se retrata

Ai daquela, porém, que no seu collo
Deitar a fronte em horas de delírio;
Marcará co seu sangue o negro solo,
Terá no corpo as chagas do martyrio.

Não te deixes cahir na tentação!
Despresa o seu amor. Que importa a crítica
D'outra doida mulher, a Opinião...
Sabe-lhe o nome? Chama-se... a Política.

(Martinho Rodrigues, in *A Quinzena*, Fortaleza, 1984, p. 23, fac-símile do original de 02/02/1887, reproduzido pela Academia Cearense de Letras e o Banco do Nordeste do Brasil).

POLÍTICOS

Toda essa corja antipática
Que só vive de política
Tem a consciência apática,
Tem a moral paralítica.

Furtar, furtar, eis a tática
Desta praga apocalíptica
Que põe o Brasil na estática
E faz a Nação raquítica.

E sempre se diz católica
Essa casta diabólica
Que mete o povo nas trápolas...

De pacífico e famélico,
Ó, Brasil, muda-te em bélico,
Reduz a pó esses crápulas!

(Edgard Miranda de Paula Pessoa,
Manuscrito, s/d).

A POLÍTICA

Rapinagem, arte bélica,
Pertinência de grupúsculo,
A ciência maquiavélica
Se escreve com pê minúsculo.

De sangue humano famélica,
Sempre opera no crepúsculo:
Vampiro de cara angélica,
Dessora do povo o músculo.
Magistério da sordície,
Retira da superfície
Indícios do que perpetra.

Organiza enfim a máfia:
Faz que sua ação se safe a
Reação que acaso a soletra.

(Oswaldo Evandro Carneiro Martins,
manuscrito de 12/04/2001).

Os valores criam, correspondentemente novos, os deveres éticos, as condutas exteriorizadas e as atitudes mentais. A atividade política se desenvolve sob novos parâmetros. Então passam a vigor preceitos de novo código de ética partidária, que se aplica adequadamente aos políticos. O ludibriar, explorar ou vulnerar as normas promulgadas por esse diploma novo deve acarretar punição política aos seus fautores, pelo menos partidariamente.

Cada corrente de opinião cultiva eticamente ao seu modo a democracia como valor universal. Essa a sua peculiaridade deontológica. Do contrário, seria como é o politeísmo para a religião. Já se dissera na Bíblia que não se serve a dois senhores.

No mundo inevitavelmente multipartidário não há outra regra para alianças à esquerda. É infração mortal concertar-se ideologicamente com a direita, abstendo-se de eticidade na política e assumindo outra conduta exteriorizada, portanto comportar-se incompativelmente com a Ética Partidária. Esta não se compadece com nova atitude mental – extemporânea, outra ou estranha – a presidir o valor político com o cunho de adesão efetiva e não de acordo eventual, a rendição ou o engajamento às hostes a que se deveria opor por dever, e conseqüente chafurdo e engolfamento final da corrupção.

Fique consigo quem assim procede. Quando na prática se faz, na teoria já se fez. Por afeição ao conhecimento axiológico já se advertiu o crivo moral sobre conduta e atitude.⁽³⁾

O compromisso ético permeia os dois pólos da luta política entre valores positivos e negativos e diz respeito particularmente ao poder que executa o código de ética partidária em vigor. As coisas assim são postas no seu devido lugar. Há que confutar o oportunismo político, combater a amoralidade e a imoralidade, erradicar os vícios de partido e extirpar como parasitas os fatores desideologizantes, anti-esquerdistas ou fisiológicos.

Notas

(1) Pode chamar-se a escala de valores de escala de Lavelle (cf. figura 1). É que o filósofo recorrido tem uma concepção vetorial do sistema axiológico, que parte didaticamente do sujeito e do objeto. Compreende-se gnosiologicamente que ambas essas categorias filosóficas reciprocam-se, além de convergirem e coincidirem no máximo da subjetividade e no mínimo da objetividade, respectivamente como valores místicos e éticos em acepção genérica.

Configura-se tal taxionomia e algoritmo com duas retas axiais e paralelas – concorrentes no infinito –. Então se torna fácil inferir onde os valores são, por sucessão ascendente, dispostos e inscritos, e classificados por analogia ao par superior.

Não se faria como não o fizeram os editores póstumos de Lavelle, distorção da idéia originária. Fica-se atreito a isto. “É a esta tarefa que nós nos esforçamos por satisfazer o mais respeitosamente e o mais fielmente quanto possível” (Cf. Louis Lavelle, *Traité des Valeurs*. Tomo II, Presses Universitaires de France, Paris, 1955, p. VIII).

O esquema em questão é perfectível, reportando-se a uma forma anterior, embora renomeie valores. “Estrutura-se a escala de valores, que se poderia representar por duas colunas em um artefato artesanal divididas em três degraus correspondentes aos saltos qualitativos da objetividade e da subjetividade, ou seja, horizontalmente, dos valores materiais aos orgânicos, dos intelectuais aos ludo-estéticos, e dos morais aos espirituais; e, verticalmente, na ordem decrescente da objetividade (os valores materiais, intelectuais e morais) e na ordem crescente da subjetividade (os valores orgânicos, ludo-estéticos e espirituais)” (Oswaldo Evandro Carneiro Martins, “Disquitação Axialógica”, in *Revista do Instituto do Ceará* – 2002, Fortaleza, volume 116, p. 88).

(2) Entre a cabeça degolada e o botim de guerra inserem-se na evolução os valores políticos propriamente ditos, ao que se alude na mencionada tomada de consciência escrevemos a respeito:

“Neste período, houve lutas de classe. Na Suméria, por exemplo, o príncipe Urukagina, no ano 2670 a. C., procedeu a uma profunda reforma social para atender as reivindicações e pressões dos súditos explorados pelo sistema vigente, determinando a supressão dos cargos odientos (Grão-sacerdote, arrecadador de imposto e chefe de armazém de templo subordinado), das normas fiscais injustas (taxa de repúdio da esposa, cobrada pelo rei e pelo ministro, e o tributo em espécie dos pescadores, que foi substituído por dinheiro); e dos abusos econômicos (a utilização e a apropriação dos bens do templo pela família do governante). (Cf. Gabriel Franco, *História de La Economia por los Grandes Maestros*, Aguilar: Madri, 1965, p. 27). No Egito, por outro lado, houve um levante geral por várias décadas, durante o Médio Império (2065-1785), que foi descrito numa carta do súdito Ipour ao Faraó de cujas informações consta que “os rebeldes eram miseráveis que nada possuíam. Aprisionaram o rei, expulsaram os ricos de seus palácios, arrastaram as múmias dos Faraós para fora de suas tumbas, ocuparam os templos e puseram fim aos ofícios religiosos. Apoderaram-se dos armazéns dos senhores e dos sacerdotes, e declararam de propriedade nacional todo o trigo que eles continham. Instalados nas residências dos ricos, os insurretos vestiram as roupas e usaram os adornos dos senhores que obrigaram a trabalhar para eles. Segundo expressão de Ipour, a terra girou como um torno de oleiro. Os insurretos tomaram o Palácio da Justiça, destruíram os processos, lançaram à rua os pergaminhos da lei e suprimiram os escribas e suas listas de coleta. A casa do rei ficou sem contribuições e os templos sem oferendas”. (Cf. V. Diákov e S. Covaliov, *História da Antiguidade*, primeiro volume, Fulgor: São Paulo, 1965, p. 195, in Oswaldo Evandro Carneiro Martins, “Lutas de Classes na História”, autógrafos).

⁽³⁾ “Ser ético, portanto, é ter a ciência e consciência do dever, a responsabilidade por sua ação, a identidade atitudinal entre o que se faz e o que se pensa”. (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, “Uma abordagem da Ética Profissional”, in *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CXII, ano CXII, volume 112, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1998, p. 218).

Impõe-se, pois, um código de ética partidária como instância atualizadora, isto em termos amplos de conhecimento axiológico. Há um quartel de século o constatamos:

“Percorrendo a escala de valores no sentido da superestrutura para a base, viu-se quanto decresce a subjetividade. Os valores subjetivos terminam em contradição com os que o são em menor proporção, isto é, àqueles que lhes ficam abaixo na escala. Tal contradição lhes trava o desenvolvimento, como se constata com facilidade. Exemplifique-se: 1) inexistência de uma estatutária islâmica, em virtude da interferência dos valores religiosos nos estéticos; 2) Gauss deixou de divulgar a sua descoberta da geometria hiperbólica antes de Lobatchevsky e de Bolyai, por temor à celeuma que provocariam suas idéias, isto é, impuseram-se-lhe valores sociais em detrimento de valores intelectuais; 3) o funcionário público é um trabalhador acicatado pelo custo de vida, tanto ou mais que os trabalhadores marítimos, mas em virtude de prescrição legal do seu estatuto não faziam greve, o que demonstra prevalência dos valores jurídicos sobre os econômicos, a qual pode inclusive levar à proibição política geral das greves” (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, *O Autor e o Ator – Ensaio Marxista de Antropologia Filosófica*, Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994, p. 159).

A Impressão Régia no Brasil e no Ceará

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA *

Ao focalizarmos a Impressão Régia, vislumbramos o teatro da história, cheio de lendas, heroísmos e criações.

Em um dos palcos, pode-se ver a *Guerra entre Portugal e França*, na qual o Brasil desempenhou importante papel e adquiriu experiência para os espetáculos que se seguiram.

Traços deixados por nossa primeira tipografia permitem-nos recriar, no imaginário, atores e interpretações; glórias e tragédias dos que contracenaram, em última análise, com o destino. Deles próprios, dos seus países e de províncias distantes, como a do Ceará.

A Imprensa nas Américas

A imprensa chegou ao México em 1533/39; em 1584, principia no Peru; na Bolívia, em 1610; nos Estados Unidos, em 1638; na Argentina, em 1705, e em Cuba, em 1707.

Registre-se o pioneirismo dos portugueses nesse campo, porquanto, em 1556 introduziram a imprensa em Goa, na Costa da Índia, primeira impressão da Ásia, e, em 1590, instalaram-na na cidade de Nagasaki, no Japão.

O Brasil, entretanto, mesmo sendo a mais importante colônia de Portugal, por fatores ainda não suficientemente esclarecidos, só veio a ter imprensa própria em 1808. De acordo com Semeraro/Ayroso, em *História da Tipografia no Brasil*, do Museu de Arte de São Paulo (MASP), fomos o antepenúltimo país do Mundo a ter esse instrumento de comunicação (SEMERARO/AYROSA, 1979: p. 6).

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Fatos anteriores à Impressão Régia

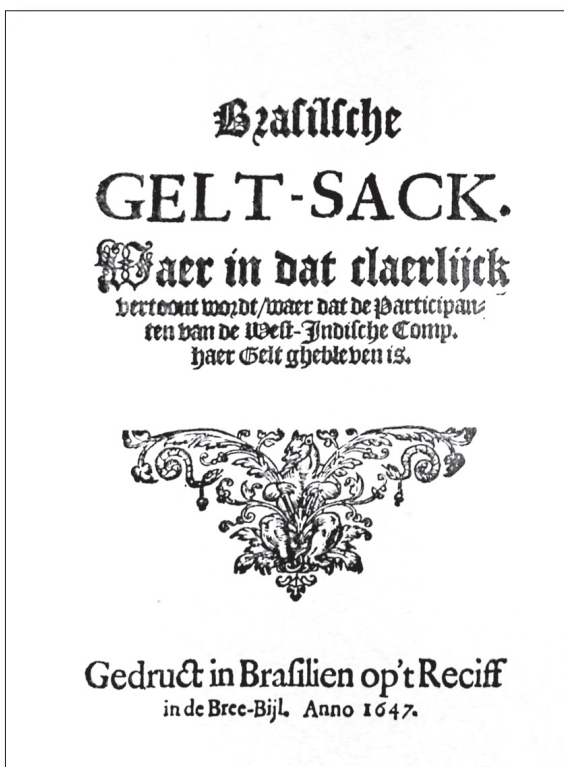
A hipótese de uma possível oficina tipográfica, na cidade do Recife, no século XVII, baseia-se no opúsculo intitulado *Brasilsche Gelt-sack*, que teria sido impresso em 1647, na cidade acima, conforme impronta ao pé da página desse folheto.

O historiador Moreira de Azevedo, em *Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro* (1865), foi o primeiro a considerar tal possibilidade.

Em sua obra *O livro no Brasil*, Laurence Hallewell diz acreditar-se que aquele colofão é falso e fora feito para encobrir o impressor, já que o trabalho era um grosseiro ataque aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais (HALLEWELL, 1985: p, 86).

Rubens Borba de Moraes, no livro *O Bibliófilo Aprendiz*, esclarece:

Houve quem pensasse ter sido esse folheto impresso em Recife. Alfredo de Carvalho (in Rev. do Inst. Arq. e Geog. de Pernambuco, vol. XI, n. 64, 1904) provou que tinha sido impresso na Holanda (MORAES, 1979: p. 136).



No mesmo livro *O Bibliófilo Aprendiz*, Rubens Borba de Moraes observa o intrigante fato de os Jesuítas – que haviam levado a imprensa para as reduções do Paraguai, pelos anos de 1700 e, em 1766, fizeram-na chegar ao rio da Prata, como já tinham feito por outros países – não terem se interessado em trazer prelos para o Brasil. No Brasil, diz ele, onde os Jesuítas ministravam instrução superior e defendiam tese, onde redigiam Gramática e Catecismo das línguas indígenas, tudo era impresso em Coimbra, Évora e Lisboa (MORAES, 1979: 135).

Estudiosos, como Laurence Hallewell, aceitam que o tipógrafo português Antonio Isidoro da Fonseca tenha sido o primeiro impressor do Brasil. Instalou uma tipografia clandestina na cidade do Rio de Janeiro, e em 7 de fevereiro de 1747, publicou um folheto de vinte e quatro páginas in quarto, com o título de *Relação da Entrada que Fez o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro[...] composta pelo doutor Luiz Antonio Rosado da Cunha*, tido como o primeiro impresso feito em nosso País. (cf. HALLEWELL, 2005:p. 88-95).

Embora tenha editado mais dois trabalhos, a tentativa terminou malograda, porquanto, em 6 de julho de 1747, o mencionado tipógrafo, por ordem régia de D. João V, teve seus bens

RELAÇÃO
DA ENTRADA QUE FEZ
O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR
D.F. ANTONIO
DO DESTERRO MALHEYRO

Bispo do Rio de Janeiro . em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747.
havendo sido seu Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por
mução de Sua Magestade . e Bulla Pontificia . foy promovido
para esta Diocesi.

COMPOSTA PELO DOUTOR
LUIZ ANTONIO ROSADO
DA CUNHA
*Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e au-
zentes, Capellas, e Resíduos do Rio de Janeiro.*

✠

RIO DE JANEIRO
No Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA.

Anno de M. CC. XLVII.
Com licenças do Senhor Bispo.

seqüestrados e ele próprio foi deportado para Lisboa (SEMERARO/AYROSA, 1979: p. 6).

Os meandros da proibição de impressão no Brasil levam muitos historiadores, encabeçados por F. A. Varnhagen, a acreditar que o livro *Exame de Bombeiros*, de José Fernandes Pinto Alpoym, tenha sido impresso pela oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, embora conste na folha de rosto haver sido impresso em Madri, em 1748, com as licenças de um ano antes. Possível falha de revisão da obra nos deixa importante pista, pois, na gravura n.º XVII, do mesmo livro, está escrito *Rio de Janeiro – 1749*. Os caracteres da fundição Ville-neuve, utilizados em Lisboa e Rio de Janeiro, dão a quase certeza de que a informação de Madri seria um disfarce e de que aquela teria sido, portanto, uma edição feita em Portugal ou a última edição desse impressor, no Brasil. O assunto parece ser ainda um campo aberto a pesquisas documentais, comprobatórias e definitivas.

O padre mineiro José Joaquim Viegas de Menezes, em 1807, um ano antes da Imprensa Régia, imprimiu em Vila Rica um opúsculo de 18 páginas. Não usou tipos, abriu-o em chapas de cobre, inserindo na capa gravura representando o

E X A M E
D E
BOMBEIROS,

QUE COMPREHENDE DEZ TRATADOS; O PRIMEIRO DA GEOMETRIA, O SEGUNDO de Juntas nova Triangulares, e terceira de Longueras, e quarto da Altimetria, o quinto de Muros, e o sexto de Pedreiros, e sétimo dos Ocos, o oitavo dos Terrados, o nono das Bateria das Mortellas, com dois Appendix: o primeiro do método mais facil, que se pôde inventar, para fazer o serviço de água, e de bombas nas Minas: o segundo, como se dá bem momento de bombas, ou bombas, e se lançem as pedras ou pedras das pilhas, que se quiserem formar, e as feições quadrangulares, e de cinco da Pyrabellis, ou fogos artificiaes da guerra, com dois Appendix: o primeiro dos fogos extraordinarios, e segundo dos fogos, e Castellos de matalha.

OBRA NOVA, E AINDA NAM ESCRITA DE AUCTOR Portuguez, utilissima para se capitarem os novos Soldados Bombeiros, por perguntas, e respostas.

DEDICADO
AO ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO SENHOR

GOMES FREIRE
DE ANDRADA

Do Conselho de Sua Magestade, Sargento Mór de Batalha de seus Exercitos, Governador, e Capitão General do Rio de Janeiro, e Minas Geraes.

POR

JOZE FERNANDES
PINTO ALPOYM,

CAVALHEIRO PROFESSOR NA ORDEM DE CRISTO, TENENTE DE MESTRE DE CAMPO GENERAL, e COM OBRIGADO DE ENGENHEIRO, e de Sargento Mayor, no Batalhão de Artillaria, de que he Mestre de Campo André Ribeiro CoELHO, Luceado mestre, por Sua Magestade, que viveu guardado, na Academia do Rio de Janeiro.

✠

EN MADRID,
En la Oficina de FRANCISCO MARTINEZ ABAD.

Fha de M. DCC. XXXVIII.
Com todas as licencias necessarias.

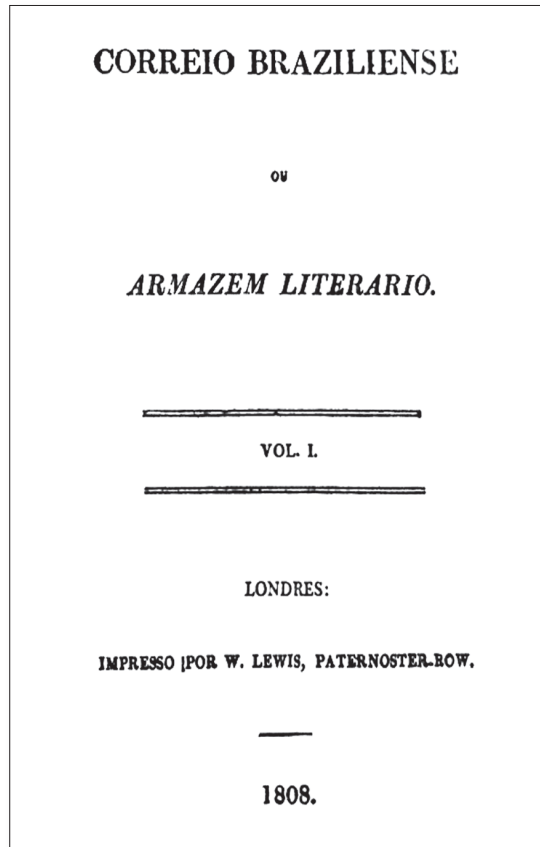
Alpoym, 1748.
(Acervo de José Augusto Bezerra).

governador e sua mulher, conforme registro da historiadora Isabel Lustosa (LUSTOSA, 2000: p. 66). O autor do opúsculo foi Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que homenageava o governador da Província, Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo.

O primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito da Costa, em 01/06/1808, editado em Londres, antecipou-se à Impressão Régia, no gênero. Poucos meses depois, em 10/09/1808, surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial do governo. O *Correio Braziliense* funcionou de 1808 a 1822 como o mais completo órgão informativo da imprensa brasileira, no período, tendo deixado impressos 29 grossos volumes. Deu por terminada a sua missão quando o seu fundador viu a Independência do Brasil se tornar realidade.

Em 13/09/1999, por iniciativa do Congresso Nacional, a Lei Federal nº 9831 consagrou o dia 1º de junho como o *Dia da Imprensa Brasileira*.

Isabel Lustosa, usando as palavras de Carlos Rizzini, declara que o *Correio* foi o nosso único jornal “informativo, doutrinário e pugnaz”, e, por conta dele, Hipólito é não só o fundador da imprensa brasileira como também o criador da imprensa política lusitana (LUSTOSA, 2000: 73).



Primeiro número do *Correio Braziliense*.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

Esses acontecimentos pré-Impressão Régia no Brasil mostram a engrenagem dos nossos quase trezentos anos de atraso em relação ao início da imprensa no Continente.

Embora tal atraso possa parecer humilhante, em nosso entendimento, porém, não podemos considerar apenas a linha do tempo, mas também e, principalmente, a importância da imprensa em cada região.

A imprensa no Brasil surgiu como o centro das comunicações de um Reino que, a partir da América do Sul, comandava Portugal e outras regiões do mundo.

Queimou etapas, produziu belas obras e documentos da maior relevância, utilizou profissionais de nomeada e máquinas modernas. O que semelha, à primeira vista, desvantagem, pode ter sido, assim, pela mão do destino, vantagem.

Imprensa Régia ou Impressão Régia?

É comum encontramos, mesmo entre estudiosos, o uso da expressão *Imprensa Régia* em vez de *Impressão Régia*. Talvez a palavra imprensa seja usada tão frequentemente, na atualidade, que pareça normal utilizá-la como sinônimo de impressão.

Para dirimir dúvidas, é oportuno esclarecer que o nome da primeira Editora do Brasil é *Impressão Régia*, o qual consta no decreto da sua criação.

Decreto de criação da
Impressão Régia
(Acervo de José Augusto
Bezerra)

DECRETO.

Tendo-Me confiado, que os Prêlos, que se achão nella Capital, são os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Casa, onde elles se estabelecerão, sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o tenha assim entendido, e procurara dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as Instrucções, e Ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as Escrições o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palácio do Rio de Janeiro em treze de Maio de mil oitocentos e oito.

Em a Real de PRINCÍPE REGENTE. N. S.

Regist.

Na Impressão Régia.

A chegada da Corte ao Brasil em 7 de março de 1808

A partir de novembro de 2007 e por todo o ano de 2008, se comemoraram os 200 anos da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

Em virtude de um decreto de 26 de novembro de 1807, que temos em nosso acervo, assinado pelo próprio D.João VI, a Corte saiu do rio Tejo em 29 de novembro do mesmo ano, em uma esquadra de sete naus, cinco fragatas, dois brigues, duas charruas e muitos navios mercantes, escoltados pela esquadra inglesa, comandada pelo vice-almirante Graham Moore (VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, 1962, t.5, 34, 105).

Em 22 de janeiro de 1808 atracaram na Bahia e ali permaneceram até o dia 26 de fevereiro. Nessa curta temporada assinou-se a Carta Régia da abertura dos portos às nações amigas e fundou-se uma Escola Médico-Cirúrgica em Salvador. Continuando a viagem, chegaram ao Rio de Janeiro em 7 de março de 1808 (VARNHAGEN, 1962, t.5, 89, 90).

É conveniente observar que os atos anteriores à Impressão Régia, como o da abertura dos portos, só foram impressos após a criação dela, em 13 de maio de 1808. Neles constam o nome “Impressão Régia”, não existente antes daquela data.

Carta régia promovendo a Abertura dos Portos no Brasil. Manuscrita na Bahia em 28/01/1808. Impressa depois de 13/05/1808. (Acervo de José Augusto Bezerra).

Conde da Ponte, do Meu Conselho, Governador, e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu o PRINCIPE REGENTE vos Envio muito saudar, como aquelle que Amo. Atendendo á representação, que fizestes subir á Minha Real Presença sobre se achar interrompido, e suspenso o Commercio desta Capitania com grave prejuizo dos Meus Vassallos, e da Minha Real Fazenda em razão das criticas, e publicas circumstancias da Europa, e Querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capaz de melhorar o progresso de taes damnos: Sou Servido Ordenar interina, e provisoriamente, em quanto não Consolido hum Systema geral, que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte. Primo: Que seão admissiveis nas Alfandegas do Brazil todos, e quaesquer Generos, Fazendas, e Mercadorias transportados, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz, e Harmonia com a Minha Real Coroa, ou em Navios dos Meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de Direitos grossos, e quatro do Donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos pelas Pautas, ou Aforamentos, porque até o presente se regulão cada huma das ditas Alfandegas, ficando os Vinhos, e Aguas Ardentes, e Azeites doces, que se denominão Molhados, pagando o dobro dos Direitos, que até agora nellas satisfazião. Secundo: Que não só os Meus Vassallos, mas tambem os sobreditos Estrangeiros possão exportar para os Portos, que bem lhes parecer a beneficio do Commercio, e Agricultura, que tanto Desejo promover, todos, e quaesquer Generos, e Produções Coloniaes, á excepção do Pão Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos Direitos já estabelecidos nas respectivas Capitánias, ficando entre tanto como em suspenso, e sem vigor todas as Leis, Cartas Regias, ou outras Ordens, que até aqui prohibião neste Estado do Brazil o reciproco Commercio, e Navegação entre os Meus Vassallos, e Estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo, e actividade, que de vós Espero. Escrita na Bahia aos vinte oito de Janeiro de mil oitocentos e oito = PRINCIPE = Para o Conde da Ponte.

Na Impressão Regia.

Os eventos comemorativos lembraram uma decisão corajosa, porquanto nunca uma família real européia havia posto os pés no Novo Mundo. Ao transferir a sua Corte para o Rio de Janeiro, Portugal surpreendeu o próprio Napoleão Bonaparte que, nas suas memórias, escritas pouco antes de morrer, disse que D. João VI fora o único que o enganara (GOMES, 2007: 27).

Em virtude da iniciativa, o Brasil foi o único país das Américas a possuir reis e imperadores, o que muito influenciou na sua unidade territorial e política posterior.

Embora os números sejam discutíveis, supõe-se que naquele tempo a cidade do Rio de Janeiro possuía 60.000 habitantes, conforme o viajante e historiador John Luccock (1820: 42). Subitamente teve que abrigar 10.000 a 15.000 novos personagens, na maioria composta de nobres e burgueses, que chegavam ao Brasil com a perspectiva de uma longa temporada entre nós. Para grande parte deles e para muitos parentes que depois vieram, a vinda se tornaria definitiva.

Os costumes e as necessidades dos membros da comitiva provocaram uma revolução cultural. O Brasil, que não existia como nação, foi sendo estruturado. A abertura dos portos, a criação do Banco do Brasil, da Escola Médico-Cirúrgica, da Biblioteca Real, da Impressão Régia, do Jardim Botânico, da Escola de Ciências, Artes e Ofícios, da Academia Militar, do Teatro São João e de muitas outras instituições, pavimentaram um caminho sem volta em direção ao crescimento. Em dez anos, a cidade duplicou o número de habitantes e se projetou internacionalmente.

A Impressão Régia

A nau *Meduza*, uma das que compunham a frota que conduzia a Corte Portuguesa para o Brasil, trazia entre importantes pertences da sua carga, *uma tipografia completa*. Encomendada à Inglaterra para a Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, de Portugal, ainda estava encaixotada no porto de Lisboa, quando foi desviada para o novo endereço da família real, no Rio de Janeiro. Tudo isso feito sob a inspiração de Antonio de Araújo, futuro Conde da Barca (LUSTOSA, 2000: 66).

Tais prelos e material tipográfico da melhor qualidade foram instalados no andar térreo de um prédio da rua dos Barbonos, esquina da

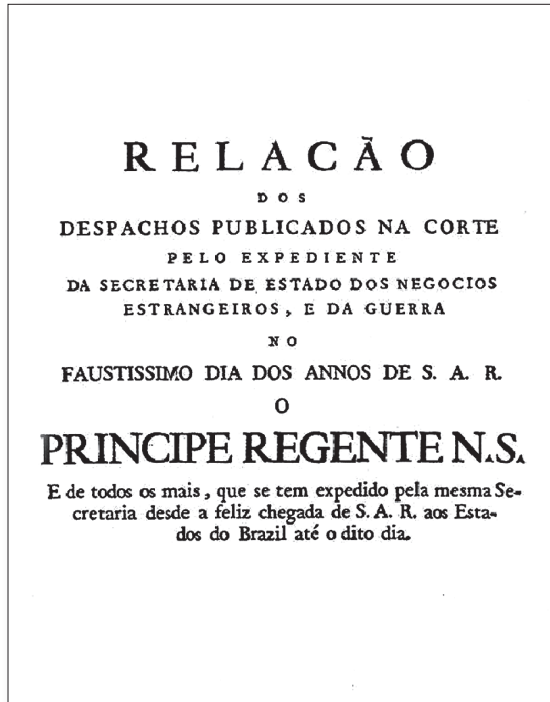
rua das Marrecas. O decreto que criava a Impressão Régia, feito apenas dois meses após a chegada da família real, tinha uma data especial: 13 de maio, dia do aniversário de D. João VI.

Sobre o acontecimento exultou Luiz Gonçalves dos Sanctos, o famoso Padre Perereca, em *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*: “O Brasil até o feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era Tipografia. Foi necessário que a brilhante Face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como refulgente Sol, viesse vivificar este País [...] dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil e interceptavam as luzes da sabedoria...” (SANCTOS, 1825, t. I, 80).

Hipólito da Costa, anteriormente mencionado, assim também se expressou no *Correio Braziliense*: “[...] Tarde, desgraçadamente tarde, mas, enfim, apareceram tipos no Brasil, e eu de todo meu coração, dou parabéns aos meus compatriotas brasileiros” (COSTA, t.I, 394).

No mesmo dia do decreto, surge a primeira publicação da Impressão Régia, uma espécie de Diário Oficial, com o resumo das nomeações, promoções, reformas, etc. no Exército Brasileiro, depois da chegada da Corte ao País, até o dia 13 de maio de 1808, e também com uma relação de decretos e cartas régias, com o título de *Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra*.

13/05/1808 – Primeira
Impressão Régia.
(CAMARGO/MORAES,
Bibliografia da Imprensa
Régia no Brasil, 1993: p. 13).



Esta primeira publicação, simples no conteúdo, é importante para a bibliografia brasileira por significar o início de uma poderosa transformação em nossa história.

Em virtude da emergência e da falta de compreensão sobre a importância daqueles instantes iniciais, não se foi documentando a ordem cronológica nem os títulos, tornando-se, hoje, impossível dizer com segurança qual foi o segundo documento impresso.

Observe-se ainda que a dificuldade de se encontrarem papéis oficiais (cartas-régias, alvarás, decretos), levou, em 1811, à compilação de todos os atos do governo, editados desde a chegada do Príncipe Regente ao Brasil.

A Impressão Régia mandou imprimir um índice cronológico e uma folha de rosto para o tomo I, com o título *Código Brasiliense*, que enfeixava todas as leis, alvarás, decretos, Cartas Régias, tratados, editais etc, publicados entre 1808 e 1810. O tomo II, após atualizações das folhas de rosto e índices, em 1812, 1814 e 1815, foi, por último, concluído em 1820, com as leis até 1819. Portanto, a legislação publicada de 1808 a 1819, com exceção de pouquíssimas leis avulsas, estava contida em dois volumes, com seus respectivos índices anuais (MORAES, 1975: 151).

A Presidenta da Associação Brasileira de Livreiros Antiquários, Ana Maria Bocayuva de Miranda Jordão, informa: “O *Código Brasiliense* contém os documentos originais, i.é, como impressos na época e postos



Impressão Régia, 1811.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

em circulação. Os primeiros impressores utilizavam os tipos a seu gosto, daí as diferentes formas de impressão apresentadas” (Disponível em <http://sebofino.sites.uol.com.br>).

O Código Brasiliense, na atualidade, é raríssimo, existindo pouquíssimos exemplares no mundo.


Alfredo do Valle Cabral procedeu a importante pesquisa e publicou valioso catálogo, em 1881, hoje considerado muito raro, das obras que foram feitas na Impressão Régia.

Posteriormente, a Biblioteca Nacional, em separata dos seus *Anais*, publicou catálogo citando os documentos que Alfredo Cabral não mencionara. Mais à frente, Rubens Borba de Moraes e Ana Maria de Almeida Camargo continuaram esses estudos iniciais e, após a morte do primeiro, Ana Maria de Almeida Camargo, publicou, em 1993, a *Bibliografia da Impressão Régia no Rio de Janeiro (1808-1822)*, tendo Rubens Borba de Moraes como co-autor.

A primeira publicação periódica feita no Brasil surgiu no dia 10 de setembro de 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e a primeira revista apareceu em 1813, com o título de *O Patriota*, sob a égide de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Até 1821 não surgiram outras publicações do gênero.

Em 2 de março de 1821, às vésperas de deixar o Brasil, D. João VI providenciou um decreto que abolia a censura prévia e regulava a liberdade de im-

N.º 53.



GAZETA
DE J A

DO RIO
NEIRO.

SABBADO 1.º DE JULHO DE 1808.

Doctrina . . . vim promoveri sanam. H O M A S
Recti que callus pectora roborant. H O M A S

O Seguinte artigo, que se lê na *Gazeta Inglesa, The Courier*, de 11 de Abril, he tão interessante ás Sciencias, que o effectuamos por extenso á curiosidade dos Leitores.

LITTERATURA AMERICANA.

Summario dos trabalhos do Lyceu de Historia Natural de New York, em algumas das sessões precedentes.

Leu-se a Carta de *Marin Paine, Etc.*, de *Montreal*, discrevendo circumstanciadamente a escruzida da almonstera naquelle lugar, a 9 de Novembro de 1819. O ar estava tão denso que ás 3 horas da tarde, as agulhinhas procuradoras os polvicos, accenderão-se candieiros nas lojas e nas cazas, e era impossivel ler no meio da rua horas da letra mais intelligivel. Mr. P. manda com esta descripção huma garrafa de chuva pretta, que cahio durante a commoção, acompanhada de vivas relampagos, e qtuos trovões. Remetteu-se a huma juiza (*Comité*) escuzillita, para examinar-se experimentalmente. Hum relatório feito em consequencia participou aos Membros que nada importante se podia descobrir na agua sendo carbonho ou ferrugem. Informaçao subsequente nos affirmou, que durante a grande seca da estação, os muros ardidos por huma tempestade nunca vista em *Kentichy*, e outras regiões do Sul West. Portanto pôde julgar-se que grandes fogos, que geramão nos matos do Sul do Ohio, zimbão **borruco** particulas fuliginosas bustantes para escurecer o dia no *Buzo Canada*. Não he **provavel** que atomos de ferrugem

possão ser lançados do volcão de *Hete no Islandia*. Não conhecemos nrome inflammasão, nem erupção ignea na America, donde pôsso vir negros vapores.

Leu-se huma memoria enpenhosa sobre os citados esqueletos de anões achados em hum cemiterio perto do *Rio Merrimac*, em *Missouri*. Noticia subsequente está em opposição com a pretendida existencia de huma ração de pigmeus alli. Parece mais provavel que as sepulturas, ou covas, em que jazem os ossos humanos, não são receptaculos de só hum corpo morto em cada hum, mas lugares, em que se depositava indifferenteemente os ossos de todas as pessoas fallecidas, de todos os idades. Nesta mistura de reliquias, lançadas em camaras curtas e estreitas, pôde haver facil origem de engano.

M. *Patrick Hay* descreve huma fonte mineral perto de *Louville, Lewis County, New York*, que lança bolhas de hum gaz, que parece ser hydrogênio sulfurado. A agua sale muito clara e fria. As bolhas, que ferrem sobre a superficie, despedem hum cheiro, que se assemelha ao que sehe ao lavar o coto sujo de huma espingarda. O gosto he semelhante. Já se empregou a agua eternamente para diversos venereos, doenças de olhos, e erupções da pelle, como dizem, com beneficio notavel; assim como inteiramente para a hydroscia, rheumatismo e pedra. Esta fonte parece quasi da mesma qualidade, que a famosa fonte de agua sulfurea de *Clyon*, no país *Cantão*.

Comunicou-se huma serie de cartas escritas pelo Capito *Alden Partridge*. Elles contém hum extracto da sua, expaçião pelas des-

prensa. Não extinguiu a prática da censura, mas atenuava a forma como era feita. Em 28 de agosto do mesmo ano, entretanto, D. Pedro I complementou a lei, ao expressar, contundentemente: “[...] que não se embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer texto escrito” [...] (LUSTOSA/entrevista: disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub181120032.htm>).

A Imprensa Régia, como única impressora do Rio de Janeiro, até 2 de março de 1821, quando foram permitidas outras impressoras de particulares, publicou um imenso número de obras sobre os mais variados temas, os quais abrangeram campos como os da Matemática, Medicina, História, Poesia, Música, Teatro, Arte, Religião, Astronomia, Jornalismo, Romance, Botânica e tantos mais, numa fantástica contribuição ao nosso progresso em todos os domínios da cultura.

O PATRIOTA,
JORNAL LITTERARIO, POLITICO,
MERCANTIL, &c.

D O
RIO DE JANEIRO.

*Eu desta gloria só fico contente,
 Que a minha terra amei, e a minha gente.*
 Ferreira.

N. 1.º
JANEIRO.

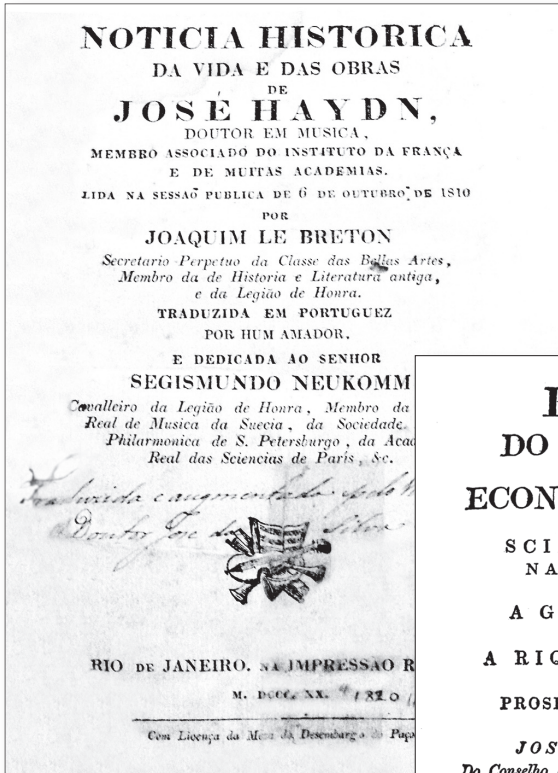
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
 1812.
 Com Licença.

*Vende-se na Loja de Paulo Mascarenhas, filho,
 na rua da Quitanda, n.º 34, por 800 reis. Na
 mesma Loja se faz a subscripção a 4000 reis
 por semestre.*

Semeraro/Ayrosa, *História da Tipografia no Brasil*, 1979: p. 35.

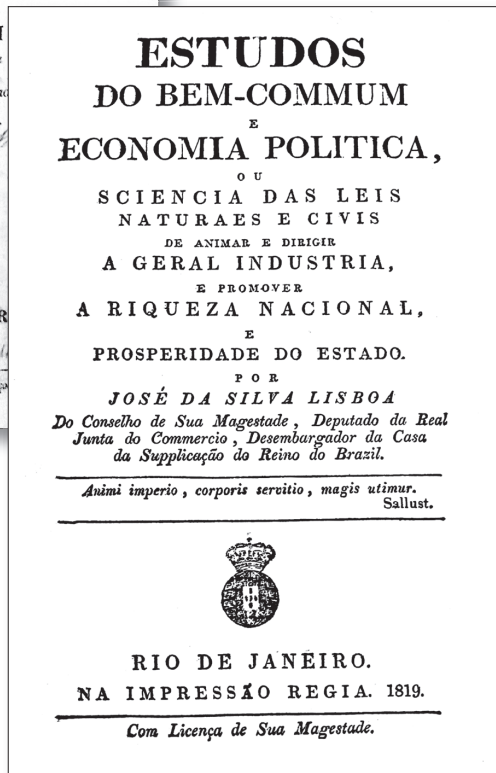
Exemplos da Impressão Régia em vários campos de atividade

Obras do acervo de José Augusto Bezerra



Primeiro livro sobre Música no Brasil - 1810

Estudos sobre Economia e Política - 1819



O clássico da Medicina
no Brasil Colonial - 1815

COMPENDIOS

D E

MEDICINA PRÁTICA

FEITOS POR ORDEM

D E

SUA ALTEZA REAL

ORGANIZADOS POR

JOSÉ MARIA BOMTEMPO,

MEDICO DA SUA REAL CAMARA.



RIO DE JANEIRO 1815.

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

MONUMENTO

À

ELEVACÃO DA COLONIA DO BRAZIL A REINO,

E AO

ESTABELECIMENTO

DO

TRIPLICE IMPERIO LUSO

AS OBRAS DE

P. Virgilio Maro
PÚBLIO VIRGILIO MARO,

TRADUZIDAS EM VERSO PORTUGUEZ,

E ANNOTADAS POR

ANTONIO JOSE DE LIMA LEITÃO,

Cavalleiro da Ordem de Christo, Doutor em Medicina
pela Escola de Paris, e Physico Mor da
Capitania de Moçambique.

Contendo as Bucólicas, e as Geórgicas.



B.C.M.S.

RIO DE JANEIRO: 1818.

NA TYPOGRAPHIA REAL.

Com Licença da Meza do Decretario do Paço.

Tradução das obras
de Virgilio - 1818

A Impressão Régia possuiu várias denominações: *Imprensa Nacional; Typographia Real; Typographia Régia; Typographia Nacional; Régia Typographia* e, finalmente, o nome atual de *Imprensa Nacional*. Tomando o Rio de Janeiro como ponto de partida, em 1808, podemos observar o surgimento da imprensa brasileira, em cada Estado (SEMERARO/AYROSA, *História da Tipografia no Brasil*, 1979: p. 8-20):

Rio de Janeiro 1808	Paraíba 1826	Sergipe 1832
Bahia 1811	Rio G. do Sul 1827	Piauí 1833
Pernambuco 1817	São Paulo 1827	Mato Grosso 1840
Maranhão 1821	Goiás 1830	Espírito Santo 1849
Pará 1821	Santa Catarina 1831	Amazonas 1851
Minas Gerais 1822	Alagoas 1831	Paraná 1854
Ceará 1824	Rio G. do Norte 1832	

A Impressão Régia no Ceará

O Ceará estivera subordinado à Província de Pernambuco até 1799. Em 1808, era uma economia basicamente agrícola, de modesta importância, começando a se organizar administrativamente.

Na primeira fase desse estudo, quando discorreremos sobre a Impressão Régia no Brasil, recorreremos a várias importantes fontes sobre o tema. No caso do Ceará, como não localizamos estudos acerca da matéria, valem-nos dos dados possíveis de coletar. Esperamos que tal contribuição seja acrescida de mais pesquisas, no sentido de aprimorá-la, futuramente.

O objetivo é preservar a nossa memória, por meio desses raros ou raríssimos documentos (em alguns casos só conhecemos um original em bom estado), para não correremos o risco de que futuras gerações venham a ficar desprovidas de registros que elucidem ou comprovem fatos da nossa história.

1810

Preambulo ao Ensaio filosofico, e politico sobre a Capitania do Ceará para servir á sua Historia geral, pelo Sargento Mór, e Naturalista João da Silva Feijó, Encarregado das Investigações Filosoficas da mesma Capitania. (Sic).

A obra foi anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 9 jun. 1810. Cabral, baseando-se nesta fonte e no Registro da Biblioteca Nacional, acresce ao seu comentário a referência ao original manuscrito de João da Silva Feijó, datado de 17 dez. 1808, conservado na própria Biblioteca Nacional; menciona igualmente algumas cartas geográficas relativas ao Ceará feitas pelo Naturalista. Sobre o autor, consultar G.S. Nobre - *João da Silva Feijó: um Naturalista no Ceará*. (VALLE CABRAL, 155); (CAMARGO/MORAES, *Bibliografia da Imprensa Régia*, 1993, v.1: 173).

Obs: Em nossa biblioteca particular existe manuscrito de 1800, assinado pelo mesmo naturalista, sobre as antigas lavras de ouro da Mangabeira. Tal documento, dos mais antigos do Ceará Independente, pertenceu, anteriormente, à famosa biblioteca do bibliófilo Clado Ribeiro de Lessa.

A carta introdutória do relatório das minas pode ser considerada parte da pré-*Impressão Régia*. Nela

Primeiras informações sobre o futuro impresso
Preâmbulos ao Ensaio Filosófico.
 (Acervo de José Augusto Bezerra)

Por ordem do meu Governador, e de baixo de suas villas, a
 solo de villas as antigas lavras do rio da Mangabeira,
 e as thiorações que del' recabi tanto sobre ellas, como so-
 bre as produccoes Naturaes mais importantes daquelles ter-
 ras, ao aique faren objecto de inclusa Memoria, que
 to espaço de 5 dias, pude organizar para a p'oi na Respeita
 vel Presença de Vossa Excellencia: a citação amai encunha-
 ta por acca, para des exames, na me permite que fo por las
 circunstanciadas, eo producto do trabalho mais interante, co-
 mo dirão s'is: p'oi que empregao-me, quareto do tempo
 que ali estive em infuctiferas eicacções para encontrar
 l'ua beta o veisio de oro, r'ico, que foi deixado quando se pro-
 duzão aquellas Minas, so obteve 24 1/2 de oro, que foi entregue
 ao mesmo Governador: cuja amostra, por mudome, remeterá a V.
 Ce. juntamente com as do occidente L'oro, e Amianto que ali
 encontrari. Tambem com estas vai l'ua collecta de Petrificações
 de Peixes e Amphibios as mais curiozas, e raras, que ja mais amu-
 oir, se las encontrado, e que por isto merecerão a attenção de
 mandores da Historia Natural, e talvez de que se applicão a pro-
 fundas o'p'ime geral da natureza desta Globo; de cuja contem-
 plação tal vez me aproveite para discorrer em Memoria postu-
 lar, se atanto deagarem os meus limitados conhecimentos, p'oi
 sendo constante entre os Naturalistas que ja mais se podem
 petrificas as partes molles, e m'ojulatory dos Animais, nota-se
 aqui o contrario, sendo-se immensas Peixes inteiramente con-
 vertidos em crystal sp'ato, e encobertos em m'ojos de p'oi cal-
 careado. Sendo encontrado esta Petrificação esp'atada por
 s'ima lateral da Serra que demora entre a l'ua p'oi vella e
 o lugar chamado os Milagres, no Arizulo de Gamelliana: l'ua

 João da Silva Feijó

o autor menciona diligências filosóficas, com vistas, certamente, ao trabalho *Preâmbulos ao Ensaio Filosófico e Político Sobre a Capitania do Ceará*[...] mencionado há pouco, e que em nosso entender é o primeiro impresso feito no Brasil, sobre o nosso Estado.

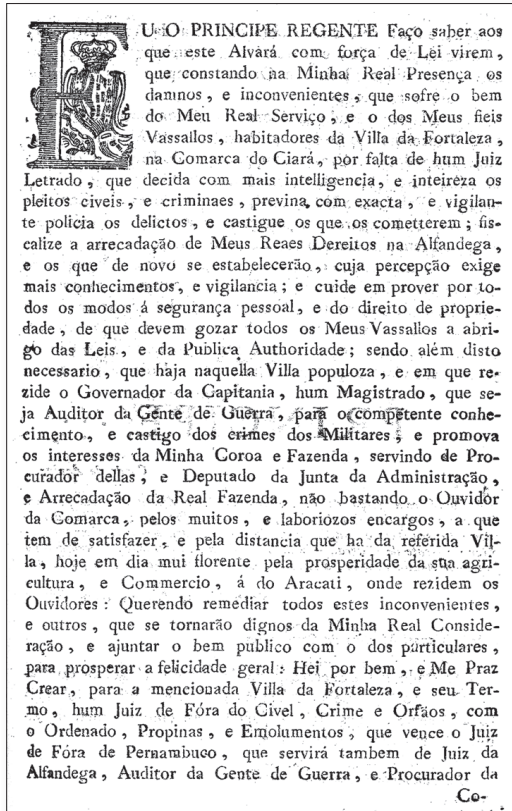
1810

EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que constando na Minha Real Presença os damnos, e inconvenientes, que soffre o bem do Meu Real Serviço, e o dos Meus fieis Vassallos, habitadores da Villa da Fortaleza, ... [no fim] Na Impressão Regia.

31,5 X 21,5; 2 pp. S. n.; imprenta ao fim da 2ª p.

Datado de 24 jun. 1810, é o “Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real Ha por bem Crear hum Juiz de Fóra do Cível, Crime, e Orfãos para a Villa da Fortaleza, e seu Termo, na Comarca do Ciará, para servir tambem de Auditor da Gente de Guerra, Juiz da Alfandega, Procurador, e Deputado da Junta da Administração, e Arrecadação da Real Fazenda”, conforme ementa. Há outra edição, com pequenas diferenças de grafia.

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 149).



Alvará de 1810

(Acervo de José Augusto Bezerra)

1811

MEMORIA ECONOMICA SOBRE A RAÇA DO GADO LANIGERO DA CAPITANIA DO CEARÁ Com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios ruraes, aperfeiçoar a espécie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade geral do Commercio do brazil, e prosperidade da mesma capitania, **ESCRITA, E OFFERECIDA AO PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR PELO TENENTE CORONEL JOÃO DA SILVA FEIJÓ**, Naturalista da mesma Capitania, e Socio Correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa. [vinheta] **RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO REGIA. 1811. Por Ordem de S.A.R.**

20,5 X 12,5; f. de rosto, p. s.n., p. II a XIV, p. 1 a 38, p. s.n. com erratas, p. em branco.

Nesta conhecida memória, o autor estuda a produção da lã e o seu preparo, recomendando a intensificação da criação de carneiros no Ceará. Alguns trabalhos de Feijó foram publicados n' **O PATRIOTA**. Sobre sua bibliografia, consultar Blake (4, 49-50). (VALLE CABRAL, 221); (J. C. RODRIGUES, 968); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 242).

Livro sobre princípios rurais, 1811.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

MEMORIA ECONOMICA
SOBRE
A RAÇA DO GADO LANIGERO
DA
CAPITANIA DO CEARÁ

COM OS MEIOS DE ORGANIZAR OS SEUS REBANHOS POR PRINCÍPIOS RURAES, APERFEIÇOAR A ESPECIE ACTUAL DAS SUAS OVELHAS, E CONDUZIR-SE NO TRATAMENTO DELLAS, E DAS SUAS LÃS EM UTILIDADE GERAL DO COMMERCIO DO BRAZIL, E PROSPERIDADE DA MESMA CAPITANIA,

ESCRITA, E OFFERECIDA
AO PRINCIPE REGENTE
NOSSO SENHOR
PELO

TENENTE CORONEL
JOÃO DA SILVA FEIJÓ,
Naturalista da mesma Capitania, e Socio Correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa.



RIO DE JANEIRO.

A IMPRESSÃO REGIA. 1811.

Por Ordem de S. A. R.

1814

EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará virem: Que Sendo-Me presente, a requerimento dos Habitantes da Povoação da Barra do Jardim ... [no fim] Na Impressão Regia.

29 X 20; 3 pp. S.n., p. em branco; imprenta ao fim da 3ª p..

Datado de 30 ago. 1814, é o “Alvará, por que Vossa Alteza Ha por bem Erigir em Villa a Povoação da Barra do Jardim na Capitania do Siará Grande com a denominação de = Villa de Santo Antonio do Jardim = Desmembrando-a do Termo da Villa do Crato; Creando as Justiças, e Officiaes necessarios; e Concedendo-lhe para seu Patrimonio huma Sesmaria d’huma legoa de terra em quadro conjuncta, ou separadamente”, conforme ementa. Foi sumariado n’O PATRIOTA de nov.-dez. 1814 (p. 115).

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 274).



EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará virem: Que Sendo-Me presente, a requerimento dos Habitantes da Povoação da Barra do Jardim na Capitania do Siará Grande a utilidade que resultaria ao Meu Real Serviço, e ao bem daquelles Povos de ser erigida em Villa a sobredita Povoação: E tendo sobre esta materia informado o Governador da mesma Capitania, ouvindo a Camara da Villa do Crato; e consultado a Mesa do Desembargo do Paço com resposta do Procurador de Minha Real Corôa e Fazenda: Conformando-Me com o parecer da mesma Consulta: Hei por bem Erigir em Villa a sobredita Povoação, que se ficará denominando = Villa de Santo Antonio do Jardim = E terá por Termo o territorio que atégora pertencia á Freguezia chamada da = Missão Velha = O qual ficará desmembrado do Termo da Villa do Crato, a que actualmente pertencia.

Hei outrosim por bem Crear na referida Villa dous Juizes Ordinarios, Juiz dos Orphãos, tres Vereadores, hum Procurador do Concelho, dous Almotacéis, dous Tabelliães do Publico, Judicial, e Notas, hum Alcaide, e hum Escrivão do seu Cargo; ficando annexos ao primeiro Tabellião os Officios de Escrivão da Camara, Sisas, e Almotacaria; e ao segundo o Officio de Escrivão dos Orphãos; os quaes todos servirão seus Officios na fórma das Leis do Reino: E lhe ficarão pertencendo no seu respectivo Territorio as Rendas, Direitos, e Contribuições, que nelle se pagavão á Camara da Villa do Crato, de que he desmembrado, e que legitimamente lhe competião: E ficará gozando das prerogativas, privilegios, e franquezas que ás mais Villas são concedidas: E se fará levantar Pelourinho, Casa da Camara, Cadea, e as Officinas do Concelho, as quaes o Ministro que for encarregado do levantamento da Villa effectuará de baixo das ordens da Mesa do Desembargo do Paço, e á custa dos moradores della.

E por Querer Fazer-lhe Mercê: Sou Servido determino.

Alvará de 1814.
(Acervo de José Augusto Bezerra)

1816

EU EL-REI Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: Que subindo á Minha Real Presença em Consulta da Meza do Meu Desembargo do Paço, ouvido o Procurador da Minha Real Corôa e Fazenda, a dificuldade, em que na Provincia do Ceará Grande... [no fim] Na Impressão Regia.

29 X 20; 5 pp. S.n., p. em branco; imprenta ao fim da 5ª p..

Datado de 27 jun. 1816 e dividido em 8 itens, é o “Alvará com força de Lei, porque Vossa Magestade Ha por bem dividir a Comarca do Ceará Grande, e Crear outra com a denominação de = Comarca do Crato do Ceará =, e os Officios de Escrivão, e Meirinho, para Ella;

Annexar ao Lugar de Juiz de Fóra da Villa da Fortaleza as Villas d’Aronches, Messejana, Soure, e Aquiraz; Crear hum Lugar de Juiz de Fóra do Civel, Crime, e Orfãos na Villa do Sobral, ficando-lhe annexas á Villa da Granja, Villa Nova d’El-Rei, e Villa Viçosa Real; e outro na Villa do Aracaty, annexando-lhe a Villa de S. Bernardo, supprimindo-se em todas as Villas annexas os Lugares de Juizes Ordinarios, e dos Orfãos, vencendo os Juizes de Fóra pela Real Fazenda o Ordenado do Juiz de Fóra de



U EL-REI Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: Que subindo á Minha Real Presença em Consulta da Meza do Meu Desembargo do Paço, ouvido o Procurador da Minha Real Corôa e Fazenda, a dificuldade, em que na Provincia do Ceará Grande se acha a prompta administração da Justiça, em razão das distancias, e incommodos, porque são obrigados a passar aquelles povos para conseguirem os despachos dos seus negocios, sendo como impossivel, que hum só Ouvidor possa fazer as dividas correições em tão grandes extensões, e ouvir a mais de cento e cincoenta mil habitantes, com que a dita Provincia se acha povoada, resultando de qualquer falta prejuizos incalculaveis contra os mesmos povos, e contra os interesses da Minha Real Fazenda: Querendo Eu, que os Paternaes Cuidados, com que Promovo a felicidade dos Meus fieis Vassallos, se communicem a todas as partes dos Meus Reinos, para que todos gozem dos preciosos bens, que resultão da Justiça, quando he distribuida com facilidade, e promptidão: Sou Servido Conforamar-Me com o parecer da referida Meza; e Determinar o seguinte.

I. Hei Por bem Dividir a Comarca do Ceará Grande, e Crear outra com a denominação de Comarca do Crato do Ceará, servindo-lhe de Cabeça a Villa do Crato, e compreendendo no seu districto as Villas de São João do Principe, Campo Maior de Quixeremohim, Icó, Santo Antonio do Jardim, e São Vicente das Lavras, que por este Alvará Sou Servido Elevar á qualidade de Villa. Todas estas Villas ficão desde logo desmembradas da referida Comarca do Ceará Grande, e sujeitas á nova Comarca do Crato do Ceará.

II. O Ouvidor desta Comarca servirá pelo mesmo Regimento, e terá o mesmo Ordenado, propinas, e aposentadoria, que agora tem o Ouvidor do Ceará Grande: as propinas e aposentadoria serão pagas pelas rendas da Ca-

Alvará de 1816

(Acervo de

José Augusto Bezerra)

Pernambuco, e as mesmas propinas, e apozentadorias, pagas pelas Camaras; e o Ouvidor da nova Comarca, o mesmo Ordenado, propinas, e apozentadorias, pago da mesma fôrma, como vence o Ouvidor da Comarca do Ceará Grande; e Erigir em Villa a Povoação de São Vicente Ferrer das Lavras da Mangabeira com a denominação de = Villa de São Vicente das Lavras =; Dando-lhe para patrimonio de Sesmaria huma legoa de terras em quadra, conjuncta, ou separadamente, onde a houver devoluta, com faculdade de afforar em pequenas porções em foros perpétuos, e razoaveis com os Laudemios da Lei”, conforme ementa. Foi reproduzido e comentado no **CORREIO BRAZILIENSE** de jul. 1818 (p. 9-12 e 112-113).

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 317).

1818

ORAÇÃO DE GRAÇAS RECITADA NO DIA 12 DE OUTUBRO DE 1816 NA IGREJA MATRIZ DA VILLA DA FORTALEZA, CAPITAL DA CAPITANIA DO CEARÁ, PELA FELIZ UNIÃO DOS TRES REINOS DE PORTUGAL, BRAZIL, E ALGARVES; NA SOLEMNIDADE, QUE FEZ CELEBRAR O BATALHÃO DE LINHA DA MESMA CAPITAL, OFFERECIDA AO ILLUSTRISSIMO SENHOR MANOEL IGNACIO DE SAMPAIO, GOVERNADOR DA MESMA CAPITANIA, PELO PADRE GONÇALO IGNACIO DE LOIOLA ALBUQUERQUE E MELLO. RIO DE JANEIRO: 1818. na Typographia Real. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

20 X 14; f. de rosto, 2 pp. S.n. com dedicatória, p. 5 a 30.

O autor tomaria parte na revolução de 1824, no Ceará, sendo preso e executado. Cabral cita a partir de Innocencio (3, 157) e do Registro da Biblioteca Nacional. (VALLECABRAL, 527); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 621).

Exemplar consultado: biblioteca particular de Rubens Borba de Moraes.

Obs.: O padre Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Mello é o mesmo Padre Mororó.

1819

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

Começa: Tendo Consideração á Fidelidade e Amor á Minha Real Pessoa, com que os Indios Habitantes nas diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba marcharão...

29 X 20; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e impronta ao fim da p..

Datado de 25 fev. 1819, é o “Decreto, no qual Sua Magestade Concede varias Graças e Mercês aos Indios das diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba pela Fidelidade e Amor á Sua Real Pessoa, com que marcharão contra os revoltozos da Villa do Recife”, conforme índice do **CODIGO BRASILIENSE**.

Foi transcrito no **CORREIO BRAZILIENSE** de nov. 1819 (p. 473-474).

(Camargo & Moraes, v. 2, 387).

DECRETO.

Tendo Consideração á Fidelidade e Amor á Minha Real Pessoa, com que os Indios Habitantes nas diversas Villas do Ceará Grande, Pernambuco, e Parahiba marcharão contra os revoltosos, que na Villa do Recife tinham attentado levantar-se contra a Minha Real Soberania, e attacado as Authoridades por Mim estabelecidas: Querendo Mostrar quanto o seu fiel comportamento Me foi agradavel, e Folgando de lhes Fazer Mercê: Hei por bem que todas as Villas e Povoações de Indios nas sobreditas Provincias fiquem isentas de pagarem mais o subsidio Militar, estabelecido pela Carta Regia de quinze de Maio de mil seiscentos e cincoenta e quatro, e regulado na de tres de Agosto de mil oitocentos e cinco. Que as Patentes dos mesmos Indios, que são por Graça isentas de todos os Emolumentos, o sejam tambem do Direito do Sello, novamente declarado no Alvará de vinte e quatro de Janeiro de mil oitocentos e quatro, sellando-se de graça, sem pagamento algum, e declarando-se assim nas verbas do mesmo Sello. E que não sejam obrigados a pagar quotas partes de seis por cento, ou outra semelhante, aos seus Directores, aos quaes d'aqui em diante Mando estabelecer Ordenado correspondente pela Minha Real Fazenda. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e mande expedir as Ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Fevereiro de mil oitocentos e desenove.

Com a Rubrica de EL-REI Nosso Senhor.

Na Impressão Regia.

Decreto de 1819
(Acervo de José Augusto Bezerra)

1819

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

Começa: Havendo-Me representado a Camara da Villa de Santa Cruz do Aracaty da Comarca do Ceará Grande, sobre a illegalidade com que João Francisco de Sampaio, ...

29 X 20; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e imprenta ao fim da p..

Datado de 12 jul. 1819, é o “Decreto, Revalidando e Ratificando a Nomeação de João Francisco de S. Paio no lugar de Juiz dos Orfãos da Villa de Santa Cruz do Aracaty, &c.”, conforme índice do **CODIGO BRASILIENSE**.

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 397).

Exemplar consultado: biblioteca particular de Rubens Borba de Moraes.

1821

DECRETO. [no fim] **Na Impressão Regia.**

Começa: CONSTANDO na Minha Real Presença, que na Villa da Fortaleza da Provincia do Ceará não he bastante hum só Tabellião...

28,5 X 18,5; p. s.n., p. em branco; tít. ao alto e imprenta ao fim da p..

É o Decreto de criação de um officio de Tabelião em Fortaleza.

(CAMARGO & MORAES, v. 2, 608).

Exemplar consultado: Biblioteca Nacional.

1822

Tabella do estado da conta geral e actual da receita e despeza da Fazenda Nacional da provincia do Ceará, pertencente a todo o anno de 1821. Rio de Janeiro, na Impr. Nac., 1822.

Este in-fol, segundo Cabral, vem indicado no Registro da Biblioteca Nacional. O anúncio da obra foi publicado no **DIARIO DO RIO DE JANEIRO** de 2 out. 1822.

(VALLE CABRAL, 1145); (CAMARGO & MORAES, v. 1, 1416).

Os estudos deste ensaio são uma homenagem e um reconhecimento particular à nossa Impressão Régia, pois, ao examiná-la, descobrimos, surpresos, que o Brasil de hoje é tão-somente o resultado das sementes que ela plantou.

No limiar de novas formas de comunicação – seja pelos computadores, com o contato virtual, seja pela Internet, com pesquisas feitas em casa – estamos certo de que antigos e novos sistemas caminharão juntos pelos anos afora e que só o futuro dirá o que vai acontecer.

Outros conceitos, que ainda nem sequer imaginamos, deverão surgir, porquanto um dos segredos da comunicação é o de se reinventar, vez por outra, para atender às necessidades de um mundo que muda.

Na essência, entretanto, não importa se estamos escrevendo numa pedra, num pedaço de couro ou num disco de DVD. O destino da escrita, mesmo em diferentes roupagens, é o de preservar o conhecimento humano, para que as novas gerações comecem de onde as anteriores terminaram. Só assim é possível o crescimento contínuo e, nesse sentido, as edições primeiras do país, com seus desdobramentos, foram uma bênção.

Um brinde, numa taça feita com o alfabeto romano, aos que bebem desse vinho envelhecido em barris de pau-brasil e, por isso, tinto da cor do nosso sangue. No rótulo traz escrito: *Imprensa Brasileira. Origem: Impressão Régia. Reserva da safra de 1808*. O sabor, preservado por mais de duzentos anos, está cada vez melhor!

Bibliografia

AZEVEDO, Moreira de (1865): *Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro – Quarto trimestre.

BERGER, Paulo (1984): *A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Ind. de Papel Pirahy. [Acervo de José Augusto Bezerra].

CABRAL, Alfredo do Vale (1881): *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. [Acervo de José Augusto Bezerra].

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de (1993):

Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro: (1808-1822). São Paulo: Edusp/ Kosmos, 2. v. [Acervo de José Augusto Bezerra].

CÓDIGO BRASILIENSE ou *Colleção das Leis, Alvarás, Decretos, CARTAS REGIAS, etc (1811)*. Rio de Janeiro: Impressão Regia. [Acervo de José Augusto Bezerra].

COSTA, Jose Hipólito da (1808-1823): *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazém Literário*. Londres: W. Lewis, v. 1-30. [Acervo de José Augusto Bezerra].

FRIEIRO, Eduardo (1957): *Os livros nossos amigos*, São Paulo: O Pensamento. [Acervo de José Augusto Bezerra].

GOMES, Laurentino (2007): *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. [Acervo de José Augusto Bezerra].

HALLEWELL, Laurence (1985): *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz Ed. [Acervo de José Augusto Bezerra].

JORDÃO, Ana Maria de Miranda. Disponível em [http:// sebofino.sites.uol.com.br](http://sebofino.sites.uol.com.br). Acesso em 11 mar.09.

LUCOCK, John (1820): *Notes on Rio de Janeiro, and Southern Parts of Brazil; taken during a Residence of ten Years in that Country, from 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh. [Acervo de José Augusto Bezerra].

LUSTOSA, Isabel (2000): *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____ (2003): *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____ (2003): Entrevista. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub181120032.htm>. Acesso em 11 mar.09.

MINDLIN, José (1997): *Uma vida entre livros: reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp; Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

----- (2009): *Bibliografia sobre o livro no Brasil*. Disponível em <http://www.sibi.usp.br/sibi/Crescer/Leitura/bibliogr.htm>. Acesso em 8 jan. 09.

MORAES, Rubens Borba de(1975): *O bibliófilo aprendiz*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional. [Acervo de José Augusto Bezerra].

RIZZINI, Carlos(1946): *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1882)* – com um breve estudo geral sobre a informação. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, Liv. Kosmos Ed. /Erich Eichner & Cia. Ltda. [Acervo de José Augusto Bezerra].

RODRIGUES, J. C. (1907): *Bibliotheca Brasiliana: catálogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 680p. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SANTOS, Luiz Gonçalves dos, Pe. (1825): *Memórias para servir a história do reino do Brasil*. Lisboa: Impressão Regia. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SCHRAPPE, Max H. G. (2002). *O legado de Gutenberg e a indústria gráfica brasileira: (1454-2001)*. São Paulo: EP & Associados. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de (2007). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SEMERARO, Claudia Marino; AYROSA, Christiane (1979): *História da tipografia no Brasil*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo. [Acervo de José Augusto Bezerra].

SODRÉ, Nelson Werneck (1966). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [Acervo de José Augusto Bezerra].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1854): *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert. 2 vols. [Acervo de José Augusto Bezerra].

_____. (1962): *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos. 6 tomos. [Acervo de José Augusto Bezerra].

Urbanização da sociedade fortalezense

MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA*

No século XIX e até a primeira metade do século XX, em virtude das fortes marcas das atividades e do modo de vida rural no espaço urbano, as fronteiras entre o mundo rural e o urbano eram muito tênues. O fenômeno da urbanização no Ceará foi marcado também pela natureza, ou seja, pelos longos períodos de estiagem que caracterizam o semi-árido nordestino. Como a seca desestruturava o espaço rural, provocava a migração. Esta concentração populacional no espaço urbano não era apenas sazonal, pois parte desta população migrante fixava-se na cidade e, dessa forma, interferia nas práticas urbanas. A população migrante guardava características provincianas, um modo de vida rural, e mantinha algumas atividades, como a criação de animais domésticos, a agricultura de subsistência e o cultivo de hortas e frutas. Na cidade, estes novos habitantes tinham de se adaptar ao modo de vida urbano, com normas de comportamento e de organização específicas. Isto muitas vezes gerava conflitos. Com vistas a disciplinar os recém-chegados, que desconheciam os códigos de urbanidade, o poder público elaborava leis. Houve, então, lento processo de urbanização desta sociedade. Num segundo momento ocorreu uma mudança de mentalidade desta população, sobretudo ao absorver o modo de vida urbano, que se *civilizou* e passou a copiar os modelos de urbanidade de outras sociedades, a exemplo da européia.

Conforme podemos observar, a sociedade cearense tem sofrido um processo crescente de urbanização. Mas o que seria a urbanização da sociedade? A transformação de toda a sociedade em urbana, ou seja,

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

a concentração da população em áreas urbanas? Embora o aspecto material da concentração populacional pareça de evidente relevo, o aspecto “ideológico”, referente às idéias, deve ser levado em consideração. Atualmente, de acordo com o consenso, é possível uma população, mesmo sem habitar a cidade, assimilar modo de vida urbano. O urbano é uma forma e um processo de diferenciação do espaço social, gerador de um modo de vida específico.

Para o geógrafo francês Paul Claval, a urbanização apresenta duplo sentido. “O termo cidade contém ao mesmo tempo a idéia de agrupamento e de forma de civilização diferente e superior”. (1981, p. 31).

A urbanização da sociedade cearense, em particular a fortalezense, será discutida, a princípio, como resultado do crescimento populacional da cidade e, posteriormente, como fruto das mudanças em seu modo de vida.

Este processo de urbanização não é específico da sociedade fortalezense. Ele também se aplicaria às outras cidades do Nordeste semi-árido brasileiro, marcadas pela seca, pelo disciplinamento e pelo modelo ocidental europeu de civilização. Podemos até extrapolar esta discussão para outros países colonizados, mantidas as diferenças naturais e a cultura local.

Neste artigo faremos uma análise, numa perspectiva histórica, do processo de urbanização da sociedade fortalezense. Para isto, iniciaremos pelas definições de urbanização e tentaremos aplicá-las à realidade de Fortaleza, a partir do século XIX.

1 Urbanização - crescimento da população urbana

O Nordeste brasileiro, desde o século XIX, foi marcado por longos períodos de estiagem, os quais provocaram a migração e a concentração da população nas cidades, principalmente nas capitais, pois estas, em decorrência da proximidade do poder público, ofereciam mais apoio aos “retirantes”. Posteriormente, com a lei de terras (1850), agravou-se este quadro. Como sabemos, a estrutura fundiária concentradora contribuiu para expulsão do homem do campo, enquanto os equipamentos urbanos, infra-estrutura, serviços e a possibilidade de empregos também são fatores atraentes para esta população. Numa

sociedade rural, o surgimento desse fenômeno urbano explicava-se também pela degradação das condições de vida no campo.

Ao longo do tempo, as secas periódicas desestabilizavam a economia local e obrigavam grandes levas de pessoas a se deslocar para áreas mais úmidas ou para as cidades, desestruturando o espaço, ou criando uma nova organização espacial, típica dos períodos de grandes estiagens. A maior parte desta população migrava para terras distantes da Amazônia, para trabalhar nos seringais, ou para o Centro-Sul, onde havia mais oportunidades de emprego. Outra parte fixava-se nas cidades, despreparadas para receber esta massa de trabalhadores e seus familiares. Pouco a pouco, o sertão se esvaziava e as cidades apresentavam-se superlotadas, enfrentando problemas de déficit habitacional, infra-estrutura urbana e saneamento, fome, miséria, violência. Gerava-se, assim, o chamado caos urbano.

No século XIX, os migrantes, ao chegar a Fortaleza, alojavam-se sob árvores, nas praças, no Passeio Público, nas ruas, em terrenos vagos. Diante da situação, a administração pública tentava impor ordem no espaço do migrante da seca: construía abarracamentos, distribuía alimentos, oferecia assistência médica e, em troca, exigia desta população o trabalho para realização de obras públicas.

No espaço do migrante, imperava a superconcentração de pessoas enfraquecidas, favorecendo a promiscuidade. Tornava-se difícil manter o mínimo de higiene cotidiana. Como este ambiente era propício à propagação de doenças e ao surgimento de epidemias, passou-se a fazer associação entre pobres e insalubridade, contribuindo para a segregação socioespacial.

De modo geral, a história do Ceará foi marcada pelas migrações, pelas secas, quase sempre acompanhadas por epidemias e grande mortalidade. Das muitas secas, a responsável pelo maior número de vítimas foi a “seca dos dois setes”, que durou de 1877 a 1879. Esta seca foi acompanhada por grande movimento da população. Fortaleza, à época com uma população de 20.098 habitantes, segundo o censo de 1872, atingiu em dezembro de 1878 160.000. Isto significou falta de alojamentos, de água, de alimentos, de remédios, de infra-estrutura urbana e sanitária. Enfim, inúmeros problemas de saúde pública. Em agosto de 1878, Fortaleza tinha 113.900 indigentes abarracados em seus subúrbios. (BARROS LEAL, 1978).

Estas secas, além dos sérios prejuízos sociais e econômicos para o Ceará, contribuíram para o crescimento de várias cidades litorâneas. Posterior a estes fenômenos cíclicos, parte desta população que não migrava para fora da província ou do estado, fixava-se na capital e seus arredores.

No século XX, com a estagnação da economia da região amazônica (crise da borracha), a população migrante dirigia-se principalmente para o Centro-Sul ou fixava-se na capital. A ampliação das atividades terciárias (comércio e serviços) e a instalação de indústria de beneficiamento de produtos primários em Fortaleza atraíam novos moradores para esta cidade. Fortaleza teve acentuado crescimento populacional e a malha urbana expandiu-se, com a formação de bairros ao longo das linhas de bonde elétrico.

A urbanização fortalezense foi marcada pelo fenômeno das secas. Não seria exagero afirmar que estas concorreram para a formação do fenômeno urbano no Ceará, aqui caracterizado como aumento da concentração da população. Tal concentração num mesmo espaço é, em si, um elemento importante pelas implicações mentais verificadas sobre os indivíduos.

Como afirma o geógrafo americano David Clark (1985, p. 61-62) o crescimento urbano “é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular”. Enquanto a urbanização

[...] é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.

Para Claval (1981), a cidade cresce, favorecendo a especialização e diversificação do corpo social. A urbanização acentua a divisão do trabalho e implica “ao mesmo tempo em uma certa maneira de explorar o meio, retirando dele o excedente útil”.

A urbanização atende a uma necessidade de aprofundamento e de diversificação da vida social, favorecendo as trocas e as relações mais variadas: ela tem a vantagem de permitir a convivência com os parceiros mais diversos, que proporcionam muitas idéias e co-

nhecimentos; a cidade oferece a segurança das muralhas e ainda possibilita cultivar o sagrado e se aproximar das forças superiores. A urbanização corresponde então a uma transformação desejada por muitos, permitindo alcançar um estilo de vida superior (p. 32).

O termo urbanização foi amplamente usado para descrever tanto o crescimento das cidades como o impacto das cidades sobre a sociedade. Crescimento urbano e urbanização são os dois processos principais do desenvolvimento urbano e historicamente interdependentes, pois, à medida que as pessoas se congregavam nas cidades, sofriam mudanças profundas e irreversíveis em seus modos de vida. (CLARK, 1985).

Após estas primeiras discussões, nesta segunda parte analisaremos outro aspecto da urbanização, ou seja, a forma como a Fortaleza do século XIX alterava o comportamento dos migrantes, dos novos habitantes que chegavam para se fixar na cidade.

2 Urbanização - mudança de comportamento

O processo forçado de crescimento da cidade, em decorrência da migração nos períodos de longas estiagens, provocou um tipo diferente de organização espacial, qual seja: a população de migrantes tentava manter o modo de vida rural, reproduzindo nos pequenos quintais ou mesmo nas ruas da cidade a vida do campo. Não consegue separar o espaço público do privado. Mantém hortas, fruteiras, cria galinhas, porcos e até vacas soltas pela cidade e arredores. Seu modo de vida entra em choque com o padrão urbano.

A Fortaleza do século XIX não era realmente urbana, pois a população não estava impregnada do espírito urbano, isto é, da urbanidade, definida por Brunet (1992, p. 498) como “caráter do que é urbano”. Para Claval (1981), o termo urbanidade é utilizado para designar a polidez que permite usufruir o que o mundo urbano oferece.

A civilidade, a civilização são em primeiro lugar apanágio do cidadão, daquele que cresceu dentro da cidade. A idéia de comunidade evoluída e larga está então associada intrinsecamente àquela de agrupamento físico, de cidade (p. 31).

Esta concepção de urbanidade é reiterada em *Le Mots de la Géographie: dictionário critique*:

Diz-se também civilidade: conjunto de traços de comportamentos positivos, implicando cortesia, respeito pelo outro, bons modos e costumes, e que se assegura ser próprio dos cidadãos, por oposição aos habitantes do campo, ditos rústicos e mesmo rudes (de *rus*, campo, oposto a *urbs*, cidade). (BRUNET, 1992, p. 499).

A população que chegava tinha de ser “civilizada”, urbanizada, para aprender, ou seja, para adaptar-se ao modo de vida urbano. Para regulamentar este comportamento nas áreas urbanas, o poder público criou leis, normas, como se observa nos Códigos de Posturas, desde o início do século XIX.

Tal como nas outras cidades brasileiras, a legislação urbana de Fortaleza tinha forte influência da Corte Imperial. Conforme mencionava Castro (1994), as Câmaras Municipais das províncias adotavam integralmente ou adaptavam à realidade local as posturas urbanas do Rio de Janeiro.

Em Fortaleza, a população interiorana mostrava a influência com seu modo de vida rural. O primeiro Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial em 1835, foi uma tentativa de mudar este estilo de vida marcado pela ruralidade, determinando a apreensão de animais domésticos soltos na rua e a proibição da criação de animais na área urbana. Segundo afirma o Art. 56:

Ninguém poderá criar porco dentro desta Cidade, senão em chiqueiro, e que não cause mau cheiro a vizinhança, e fora della no termo não se poderá criar taes animais, se não em cercados fortes de pau a pique, ou chiqueiros. (apud CAMPOS, 1988, p. 74).

Este código disciplina também o comportamento dos novos habitantes da cidade. O Art. 14 diz:

Que nenhuma pessoa a qualquer hora da noite, dentro desta Cidade será permitido o andar pelas ruas della gritando, e inquietando assim os cidadãos pacíficos, e o sucego público, sob pena de ser condemnado a dois mil réis para as despesas do Conselho, ou quatro dias de prisão, e na reincidência o duplo... (Apud CAMPOS, 1988, p. 65).

As proibições vão mais além. Por exemplo, a Lei nº 308 de 24.7.1844, publicada pelo Presidente José Maria da Silva Bittancourt, aprovando artigos de posturas da Câmara Municipal da Capital, de-

notava preocupação com o modo de vestir. Em seu Art. 69 determinava multa de mil réis, ou dois dias de prisão, para qualquer pessoa livre ou escrava que entrar “nesta cidade ou percorrer suas ruas, de camisa e ceroula, pela immoralidade e indecência do traje”. Jader de Carvalho (1963), no romance *Aldeota*, mostra o tratamento desrespeitoso dos policiais para com os matutos, o que provocava revolta e violência.

O uso das águas públicas também foi controlado, pois os novos cidadãos já não podiam manter hábitos típicos da zona rural, como tomar banho nu a qualquer hora do dia, em virtude da concentração da população. Em 19.08.1844, o Presidente Bittancourt aprovou a Lei nº 328, a qual determinava em seu Art. 70:

Fica proibido a qualquer pessoa apresentar-se nua, das seis da manhã a seis da tarde, nos lagos ou riachos desta cidade, sob qualquer pretexto, que seja. Os contraventores sofrerão a multa de quatro mil réis, ou oito dias de prisão. (Apud CAMPOS, 1988, p. 78).

Ao se pronunciar sobre o assunto o escritor Eduardo Campos, no livro *A Fortaleza Provincial: rural e urbana* (1988), mostra a influência interiorana ou rural no urbano durante todo o século XIX.

Aliás, o “matuto” e o “sertão” não se desvinculam da evolução urbanística. Têm presença obrigatória, ditada pelo relacionamento sociológico, pelo proveito quanto ao desfrute dos serviços ofertados pelo próprio município. Daí a preocupação do legislador em compatibilizar, tanto quanto possível, o interesse ou interesses dos dois modos de viver.

Campos exemplifica este fato ao analisar a legislação de 1864, que dispõe sobre o uso das aguadas, garantindo o seu acesso aos matutos e seus animais em trânsito. O Art. 72 adverte estarem “proibidas as cercas e plantações em rodas das aguadas públicas, como a edificação de casa, quando a distância das mesmas, às margens das ditas aguadas, não exceda pelo menos 60 palmos.” (Lei nº. 328, apud CAMPOS, 1988, p. 83).

O “matuto” era motivo de chacota por parte dos habitantes da cidade e com frequência era enganado e desrespeitado. Diante disto, com vistas a protegê-lo, segundo a administração, determinou no

Art. 7 da Lei nº 1013 de 6.10.1861, entre as várias atribuições dos fiscais, caberia a de “vigiar os matutos para que não fossem atropelados nem enganados na venda de suas mercadorias, prendendo os que deles abusassem”.

Este tratamento era dispensado não somente aos matutos pobres, como aos ricos sertanejos e senhores de engenho, alvo também do deboche, do olhar enviesado dos “civilizados” habitantes da cidade. A cidade dependia do campo, vivia em função da riqueza produzida no mundo rural, materializada no espaço urbano na forma de edificações, monumentos, obras públicas, casarões e sobrados e da aquisição de objetos importados.

Conforme mostra o antropólogo Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, a praça venceu o engenho:

Quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices, procurando imitá-las: às vezes até romantizando-as e exagerando-as nessa imitação de “inferiores” por “superiores”. Outras vezes troçando do matuto rico, do fazendeiro opulento, mas atrasado nos seus modos de falar e nas suas modas de vestir-se, do senhor de engenho fanfarrão e até quixotesco, de toda a “gente do matto”, de todo roceiro e de “serra acima”. Destacando-lhe os vícios de linguagem, os atrasos de cinquenta, cem anos em estilos de habitação e de meios de transporte, os ridículos de moral e de etiqueta também atrasada um século, dois, às vezes três. Porque esses atrasos variavam de região para região, dando ao país variedade pitoresca, mas às vezes dramática, de estilo e estágios de cultura. Variavam de região para região como de sexo para sexo, de raça para raça, de classe para classe. (FREYRE, 1990, p. 30).

Como modo de vida, a urbanização da sociedade cearense impôs-se aos moradores da cidade orientada pela administração da Província. Em face das circunstâncias, a população migrante foi forçada a submeter-se a estas normas determinadas pela legislação e pelo Código de Posturas. Estes exigiam do homem do campo, que chegava às feiras semanais, o respeito às normas urbanas (uso de roupas adequadas, proibição de andar pela rua apenas de ceroulas, proibição de banhos nus em açudes e riachos da cidade) e, ao se fixar, a adaptação ao novo *habitat* e seus costumes. A legislação propunha-se a orientar, a disciplinar o modo de vestir e de comportar-se na cidade. Para atingir este objetivo, a po-

pulação e o espaço tinham de ser disciplinados, policiados¹. Portanto, a cidade era um ambiente também policiado, controlado, daí tantas legislações para disciplinar a vida nas áreas urbanas.

3 Urbanização: sinônimo de disciplinamento

Ante a concentração da população nas cidades exigia-se o disciplinamento deste espaço e desta população. As cidades eram consideradas sinônimos de doença e perversão. Foram apontadas como os grandes focos disseminadores de epidemias que devastaram a população europeia. Várias teorias médicas relacionaram estas doenças com as condições de higiene, com o ambiente natural e construído, com o modo de vida da população. Também a falta de moral, o vício, a desordem da família do trabalhador eram responsabilizados pelos sérios problemas apresentados pelas cidades. Logo, era preciso higienizar e moralizar o espaço urbano e sua população. Normas rígidas foram impostas no intuito de pôr ordem no espaço e na população e foram divulgadas nos tratados médicos. Além da doença, os administradores preocupavam-se ainda com o embelezamento das áreas urbanas.

Em Fortaleza, a disciplina do espaço estava presente no ato do primeiro presidente da Província, Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao nomear o primeiro arruador Manoel Francisco da Silva, em 1800. Em 1813, o engenheiro Silva Paulet foi contratado pela Província para fazer a planta de expansão da cidade. Os presidentes e legisladores elaboraram normas, contrataram engenheiros, arquitetos, médicos, visando a ordenação do espaço e o comportamento dos cidadãos, como podemos observar através dos planos e plantas de expansão da cidade, na legislação e em documentos.

Conforme lei imperial, as Câmaras Municipais, a partir de 1º.10.1832, tiveram novas diretrizes e atribuições. Elas ficaram com o

¹ A palavra pele, que significa habitat fortificado (cf. a língua francesa *pieu, palissade*), dá origem à palavra polis, e tem como derivados polícia, política, metrópole, etc. (BRUNET, 1992, p. 508). As palavras *policy*, “política” e “político” são derivadas da palavra grega polis que significa “cidade”; do mesmo modo como as palavras “cidade” e “civilização” são derivadas da palavra latina civitas. “Os primeiros Estados eram cidades-Estados. Originalmente, a cidade era o Estado; assim, a política, a civilização e a cidade podem ser consideradas como tendo surgido juntas e como representando os diversos elementos de um único complexo.” (PARK, 1970, p. 592).

encargo de tudo quanto dizia respeito “à polícia e economia das povoações, e seus termos”. Deveriam deliberar e elaborar suas posturas sobre os seguintes objetos:

§ 1º: Alinhamento, limpeza, iluminação e desempachamento das ruas, cais e praças, conservação e reparos de muralhas feitas pela segurança dos edifícios e prisões públicas, calçadas, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum aos habitantes ou para decoro e ornamento das povoações;

§ 2º: Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim a principal autoridade eclesiástica o lugar; sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação das águas infectas; sobre a economia e asseios dos currais, sobre os depósitos de imundícies e quanto possa alterar a salubridade da atmosfera;

§ 3º: Sobre edifícios ruinosos, escavações e precipícios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes por divisa para advertir os que transitarem; suspensão e lançamento de corpos que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela conta o perigo provindo da divagação dos loucos, embriagados, de animais ferozes, ou domados, e daqueles que, correndo, podem incomodar os habitantes: providências para acautelar e atalhar incêndios.

§ 4º: Sobre as vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúrias, e obscenidades contra a moral pública;

§ 5º: Sobre daninhos, e os que trazem gado sem pastor em lugares aonde possam causar qualquer prejuízo aos habitantes, ou lavouras; extirpação de répteis venenosos, ou de quaisquer animais, e insetos devoradores de plantas e, sobretudo o mais que diz respeito à polícia. (CAMPOS, 1988, p. 26).

Diante de tal poder concedido às Câmaras Municipais, o boticário Ferreira, presidente da Câmara de Fortaleza (1843-1856), tenta disciplinar, urbanizar e embelezar a cidade, em observância à planta da cidade elaborada por Silva Paulet. Além de desobstruir ruas, alinhar e aformosear praças, o intendente contratou o arquiteto Adolpho Herbster para elaborar plantas de expansão de Fortaleza e fazer o nivelamento de praças e ruas.

Códigos de Posturas são considerados importantes documentos tanto para discutir o disciplinamento do urbano, como para interferir no comportamento dos cidadãos e dos seus visitantes, como já vimos na seção anterior. Os Códigos de Posturas de Fortaleza ordenaram o es-

paço dos cemitérios, das ruas, das praças, dos hospitais, dos matadouros, do porto. Obrigaram os habitantes a caiar as casas depois das chuvas e a manter limpas ruas, calçadas, quintais, riachos e lagos, etc. Eles também normatizaram a construção das casas, a altura, a disposição de cornijas, o tamanho do pano das calçadas, etc., “tudo servido de informações quanto aos palmos admitidos, estipulados no Art. 6º da Lei nº 1.007 de 11.9.1866”. (CAMPOS, 1988, p. 86).

Como consta em Liberal de Castro (1994) “o dimensionamento dos elementos arquitetônicos tinha correlação direta com as posturas da corte (Rio de Janeiro) datadas de 1838 e lá ainda em vigor no terceiro quartel dos oitocentos.”

As normas gerais que norteavam a matéria, na verdade acatavam, na sua origem, o pensamento dos engenheiros militares egressos da Academia Imperial, formados à luz dos ensinamentos expostos por Durand na École Polytechnique de Paris e complementados no campo estético, por aplicações expedidas por princípios divulgados pelos tratados do maneirismo italianos, particularmente o Vignola. (p. 82).

Estas normas contribuíram para que Fortaleza mostrasse uma imagem agradável e de cidade organizada a seus visitantes, como podemos observar em muitos relatos de viajantes.

4 Urbanização - sinônimo de civilização

Urbanização é também utilizada como sinônimo de civilização. A palavra cidade se origina do latim “civis” (*civis, civitas, cité*, civilidade), que deu origem também a civilização. Portanto, podemos fazer uma relação entre civilização e urbanização. Esta busca de disciplinar a população da cidade significou ao mesmo tempo a tentativa de civilizá-la, colocá-la dentro dos moldes do mundo civilizado. No século XIX, o mundo civilizado para os brasileiros era o europeu. Uma das justificativas dos governantes para a prática da política de imigração de europeus era favorecer o branqueamento da raça e que estes, em contato com o mestiço, contribuíssem para a criação de hábitos para o trabalho e apreensão de novas tecnologias. As grandes missões científicas, artísticas e culturais vieram ao Brasil trazidas pelo Imperador com o objetivo de elevar o saber científico e a cultura do povo.

O sociólogo alemão Nobert Elias, em *La Civilisation des Moeurs*, apresenta, num primeiro momento, a noção de civilização como informações variadas relativas “ao grau da evolução técnica, às regras do *savoir-vivre*, ao desenvolvimento do conhecimento científico, às idéias e usos religiosos”. O termo também pode ser aplicado: “ao habitat e à co-habitação do homem e da mulher, aos métodos de repressão judiciária, a preparação do alimento, e – observando de mais perto – a tudo o que pode se realizar de uma maneira ‘civilizada’ ou ‘não civilizada’”. Segundo o autor, “é sempre difícil resumir em algumas palavras o conjunto de fenômenos susceptíveis de ser designado pelo termo de ‘civilização’”. (ELIAS, 1979, p. 11)

Ao pesquisar sobre a função geral da noção de civilização e o elemento que permite qualificar tais atitudes de civilizadas, Elias (1979) chega à expressão de consciência ocidental, de sentimento nacional ocidental.

Efetivamente, o termo (civilização) resume o avanço que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos acredita ter alcançado sobre os séculos precedentes e sobre as sociedades contemporâneas mais “primitivas”. É por meio deste mesmo termo que a sociedade ocidental tenta caracterizar a sua singularidade, o seu orgulho: o desenvolvimento de sua técnica, de suas regras de “*savoir-vivre*”, a evolução de seu conhecimento científico e de sua visão do mundo, e muitas outras coisas do gênero, (p. 11).

O modo de vida ocidental, a forma de pensar, tendo como modelo a corte francesa, passa a guiar o comportamento da nobreza e da burguesia européia nos séculos XVII e XVIII. Conforme mostra Nobert Elias, na Alemanha, as cortes imitavam, mesmo com meios insuficientes, a vida na corte de Luis XIV e falavam o francês. Todos *les honnetes gens* se expressavam em francês. O uso da língua francesa era a marca das classes superiores. E quando se falava o alemão era aconselhável o uso de palavras ou expressões francesas em meio a frases. “A partir das cortes principescas, o francês se expande para as altas camadas da burguesia.” (ELIAS, 1973, p. 20-21).

Historicamente o Brasil, colônia portuguesa, foi sede do Império de 1808 a 1821. Com a chegada da família real, um novo modo de vida, dominante na Europa, difundiu-se na sociedade brasileira, principalmente entre os moradores da capital, Rio de Janeiro, mais próximos da

nobreza que habitava a corte. Novos hábitos e normas foram impostos e divulgados pelas diversas províncias, por meio de legislação, códigos de posturas, que as sociedades locais mediante contato e literatura importada foram absorvendo.

Como evidenciado, a chegada da corte gerou problemas de ordem demográfica e habitacional, pois a cidade não estava preparada para receber moradores de hábitos tão diversos, em termo de “consumo, lazer, higiene, moradia, etc.” Os ritmos econômicos impressos ao Brasil acentuavam as deficiências urbanas da capital. “Por outro lado, indústria e comércio internacionais precisavam modernizar a rede de serviços urbanos e a rotina de subsistência da população a fim de escoarem seus produtos”. (COSTA, 1989, p. 52).

Segundo Gilberto Freyre, a sociedade brasileira passou por um processo de “reuropeização”. Uma série de mudanças nos hábitos coloniais, “como a progressiva ocidentalização das velhas influências orientais na cidade e na população, mostra o alcance dessas modificações”. (COSTA, 1989, p. 53)

Jurandir Freire da Costa, ao analisar o processo de urbanização e higienização da família colonial brasileira no início do século XIX, ressalta o papel dos médicos e da disciplina. Para implementar esta mudança, os meios utilizados foram a lei, a punição e o aparelho jurídico-policial como instância e parâmetro de correção. Conforme ele mostra, “a transformação do espaço urbano procurava atender, exclusivamente, ao bem-estar e ao enriquecimento da aristocracia portuguesa e do capitalismo europeu.” (COSTA, 1989, p. 53).

Para exemplificar como se deu a imposição de novos costumes, Costa analisa dois fatos: a lei das aposentadorias e a ordem de abolição das rótulas. “Pela lei das aposentadorias, os membros da administração real tinham o direito de requisitar casas particulares para sua estadia em cidades onde iam realizar inspeções jurídicas, fiscais, etc.” Com a chegada de D. João, aristocratas e serviçais da corte passaram a fazer uso da lei, sistemática e inescrupulosamente. Residências das pessoas mais ricas foram tomadas de seus proprietários sem nenhuma indenização ou ressarcimento, o que gerou grande descontentamento e desavenças entre portugueses e “brasileiros.” (COSTA, 1989, p. 54).

As rótulas e gelosias, elementos arquitetônicos, de influência árabe nas edificações portuguesas, eram empregadas abundantemente

nos sobrados e casas das classes mais abastadas do Brasil colônia. Estes elementos foram considerados pelos “aristocratas portugueses, políticos e comerciantes europeus” como “sintoma de atraso cultural e ‘barbárie’ estética, donde a ordem de extinção”. De acordo com o observado por Jurandir Freire da Costa, a abolição das rótulas visava prevenir os atentados políticos e favorecer economicamente o comércio europeu. “Além disso, eram fabricadas em madeira, e à indústria europeia interessava comercializar grades de ferro e vidraças”. (COSTA, 1989, p. 54-55).

O presidente Alencar (1834-1837) pensou no processo de civilização do povo cearense, ou seja, no “melhoramento da raça” e no seu avanço tecnológico. Para isto buscou trazer “artistas europeus que viessem trabalhar nas obras públicas da Província”. Como consta em ofício de 28.5.1835, entre os melhoramentos que poderia promover estava a colonização estrangeira, que “me tem parecido um dos mais importantes, e por isto não tenho cessado de aplicar a ella os meos cuidados...” (Apud NOGUEIRA, 1889, p. 123-124).

Em carta de 20.01.1836, ao cônsul geral do Brasil em Lisboa, o presidente ressaltava a necessidade de importar “braços industriosos” que impulsionassem nossa agricultura, pois a Província do Ceará era “assáz extensa e muito despovoada”. Depois de travar uma longa correspondência com o cônsul, em junho de 1837, chegam a Fortaleza 120 colonos das Ilhas de Açores. O historiador Paulino Nogueira (1889), ao analisar os relatórios do Presidente Alencar, avalia como positiva a vinda destes migrantes, pois eram:

Todos, homens válidos, trabalhadores e bem comportados, que fizeram fortuna e constituíram famílias numerosas e honradas, que ainda hoje honram-lhes o sangue e o nome com uma descendência abastada e conceituada, composta de estimáveis conterrâneos e dignos concidadãos. (p. 130).

Com o objetivo de melhorar o estado de viação da Província, Alencar mandou contratar mão-de-obra especializada na Europa, como fazia a monarquia. No Palácio do Governo do Ceará baixou a seguinte Portaria em 15. 09.1836:

O Presidente da Província, autorizado pela Lei Provincial n°. 43 de 14 do corrente mez para mandar engajar em S. Cloud 50 trabalhadores

adestrados na factura de estradas, para serem empregados nas obras públicas desta mesma. (Apud NOGUEIRA, 1889, p. 131).

Este fato foi motivo de chacota na Câmara Temporária no Rio de Janeiro, pois a oposição, que já se levantava veementemente contra a administração de Alencar, procurou “metê-lo ao ridículo”. Na sessão de 19 de julho de 1837, o deputado pela Bahia, Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, criticou o presidente:

O dictador procura captar a benevolência do Governo Geral, imitando-o em grandes medidas; manda o nosso Governo buscar agricultores a Fellemburg; o Presidente do Ceará manda buscar trabalhadores a St. Cloud na França! ... a St. Cloud, Senhores, sítio que só é notável, porque nelle há um palácio de verão dos Reis da França! ... (risadas). Entretanto eu não posso deixar de felicitar ao Sr. Alencar por se haver voltado tanto para a monarchia! Já não quer trabalhadores sinão Reaes!! (NOGUEIRA, 1889, p. 134).

Apenas 16 franceses foram contratados e chegaram ao Ceará em janeiro de 1838. Para Paulino Nogueira: “A colonização européa, promovida por Alencar, bem que diminuta, muito deveo o Ceará”. (1889, p. 135).

Com a abertura dos portos, decretada por D. João VI, as relações comerciais de cada província passaram a ser feitas diretamente com o exterior, o que permitiu não só as trocas de mercadorias, mas também contatos culturais e a fixação de estrangeiros nestas províncias. O Ceará, dependente administrativamente da província de Pernambuco até 1799, tinha suas relações comerciais quase exclusivamente com a “praça do Recife”. Em 1809, o governador Luiz Borba Alardo de Menezes, “pondo-se a testa da agricultura e do commercio, conseguiu por meio de associações, que os negociantes da capitania abrissem comunicação directa com alguns portos da Europa (Lisboa e Liverpool)”. (BRASIL, 1863, p. 413).

Para o Senador Pompeu esta tentativa teria produzido “excelentes resultados, deu animação à cultura do algodão, e teria desenvolvido os recursos da terra”, se alguns obstáculos como a presença de “corsários francezes, e depois os de Artigas, e mais tarde os de Buenos-Aires, sem fallar nas convulsões políticas de 1817 e 1825, não tivessem contrariado essa indústria nascente.” (BRASIL, 1863, p. 413).

No *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, publicado em 1863, o Senador Pompeu afirma existirem na capital sete casas importadoras, sendo uma inglesa, uma alemã, uma suíça, uma francesa, duas portuguesas e uma brasileira. O comércio se fazia “directamente com o estrangeiro, ou indirectamente por cabotagem, ou finalmente de mercadorias nacionaes com as praças do Imperio”. (BRASIL, 1863, p. 414).

Fortaleza também civiliza-se, quando entra na rota do mundo, quando se insere na divisão internacional do trabalho. Quando passa a exportar algodão, peles, etc. e consumir produtos distribuídos em amplitude mundial.

O sociólogo americano Robert Park, da Escola de Chicago, relaciona a idéia de civilização a cidade. A cidade é “a criação mais imponente do homem, o mais prodigioso artefato humano. Portanto, devemos conceber nossas cidades, não apenas como centros de população, mas como oficinas de civilização e, ao mesmo tempo, como o habitat natural do homem civilizado”. A civilização moderna, diferentemente das civilizações precedentes, atinge uma escala mundial, “atraindo para o seu vasto círculo as mais distantes regiões e os mais isolados povos do mundo”. Esta visão de civilização de Park enquadra-se dentro do atual discurso de globalização. “Por toda a parte encontram-se evidências da integração e interpenetração de povos e culturas”. (PARK, 1970, p. 593).

No Brasil das “ilhas econômicas”, as relações comerciais se faziam diretamente com a Europa e os Estados Unidos. Em Fortaleza, destacou-se a Casa Exportadora dos Irmãos Boris. Graças ao grande poder econômico destes irmãos, o mar era denominado popularmente de “açude do Boris”. Por meio da Casa Boris muitos bangalôs de Fortaleza foram decorados com móveis, louças, grades de ferro e outros objetos de origem européia. Esta empresa importou a estrutura metálica do Teatro José de Alencar e dos três galpões do Mercado da Praça da Carolina.

A “aristocracia cearense” vestia-se com tecidos e segundo a moda européia. As jovens dominavam o francês e o piano. Isto caracterizava a “civilidade”, a “urbanidade” daqueles tempos, como se pode observar em trechos do romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha. Os anúncios em jornais da época deixavam captar o interesse pelos produtos consumidos na cidade. O jornal *Constituição* (05.10.1865) anunciava os pro-

dutos chegados de Liverpool, via Lisboa, pela barca Flor de S. Simão: bebidas (genebra holandesa, cervejas “Bass” e “Tenente”; vinho tinto PRR), suprimento variado para cozinha e mesa: azeite doce, alho, arroz indiano, canela, cravo, pimenta-da-índia, doce em calda; e mais louça inglesa, cadeiras importadas de “diferentes feitios”, ferros suecos, cera branca em velas, velas “stearinas”, flor de alfazema, papel para tipografia, chapas para fogão, etc. (Apud CAMPOS, 1988, p. 103).

No jornal *Pedro II*, de 1867, um alfaiate se anunciava em inglês. O comércio supria a população feminina “de um tudo em matéria de moda”. As mulheres, que mais cidadinas, se interessavam pelos “veludos, as ‘cachemiras’, as sedas, as rendas de Molechinia e das Valenciènnnes”. (CAMPOS, 1988, p. 90).

Durante a segunda metade do século XIX, “impõe-se aos mundanos elegantes a moda francesa. Casas, como a ‘Loja americana’, vendem ‘chapéus franceses muito finos, última moda de Paris’ (...) e de igual procedência tem os mais abonados ‘calçados para Sra.’ e redes, seguramente parisienses, muito afamados...” (CAMPOS, 1988, p. 103).

Os poucos teatros existentes eram freqüentados pela sociedade fortalezense. Em 1830, as encenações eram feitas no pequeno Teatro Concórdia, chamado Casa da Ópera. Depois, com a mudança de endereço em 1842, passou a chamar-se de Thaliense. As peças eram de autores que faziam sucesso na Europa. No Teatro Thaliense, exibiu-se com sucesso Emília Neves em 14.06.1868, encenando a “Dama das Camélias” de Alexandre Dumas, que tinha se publicado em 1852 na França. (CAMPOS, 1988, p. 103). Este teatro resistiu até 1872. Outros surgiram até a construção em 1910 do teatro oficial - José de Alencar, como o Teatro São José, em 1876, o Teatro de Variedades, em 1877, depois chamado S.Luís. (GIRÃO, 1979, p. 138-140).

Os bailes se davam nos palacetes, nos sobrados ricos e mesmo na moradia do presidente: “Na ausência de salões para as festas, o Palácio do Presidente, nos dias de grandes comemorações, abre as portas a dançarinos, pessoas de bom-tom que cumprem o ritmo e os passos de quadrilhas francesas, polkas, ‘schotischs’ etc.” (CAMPOS, 1988, p. 90). Com o surgimento do Clube Cearense, em 1867, e do Clube Iracema, em 1884, outros espaços abriram-se para os jogos de recreação. (GIRÃO, 1979).

A França, o grande modelo cultural, estava presente através das irmãs de Caridade (Colégio Imaculada Conceição e Santa Casa de Misericórdia), dos padres da Congregação de S. Vicente de Paula (Seminário), e principalmente da literatura, gerando na “elite culta” da Província o desejo de criar, em 1872, uma Academia Francesa, em Fortaleza. As classes abastadas mandavam os filhos estudar em Paris, Londres, Montpellier, Lisboa, etc., de onde voltavam formados em Medicina, Engenharia. Ingleses e franceses, atraídos pelo comércio de exportação de algodão e de importação, criaram laços, casando-se com moças da terra, e hoje os seus descendentes fazem parte das tradicionais famílias cearenses: os Boris, os Studart, os Ellery, os Smith.

Adolfo Caminha, romancista cearense do final do século XIX, “foi sempre fiel à estética naturalista, iniciada na França, com Émile Zola” (IANNONE, 1973, apud CAMINHA, 1973). A Fortaleza descrita no seu romance *A Normalista* ressaltava a busca de imitar modos europeus. A influência da “civilização francesa” marcava os hábitos da população cearense, principalmente da “burguesia”. O personagem João da Mata criticava a escola de formação religiosa das irmãs de Caridade e defendia a escola laica, conquista do Ministro da Educação da França Jules Ferry, no final do século XIX:

Querida a educação como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagogo, onde as meninas desenvolvem-se física e moralmente como a rapaziada de calças, com uma rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas de casa, sem a intervenção inquisitorial da irmã de caridade. Não compreendia (...) como pudesse instruir-se na prática indispensável da vida social uma criatura educada a toques de sineta, no silêncio e na sensorialidade de uma casa conventual entre paredes sombrias, com quadros alegóricos das almas do purgatório e das penas do inferno; com o mais lamentável desprezo de todas as prescrições higiênicas, sem ar nem luz, rezando noite e dia - ora pro nobis, ora pro nobis. (...) O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventinhos: uma calamidade pior que a seca. (CAMINHA, 1973, p. 29-30).

O discurso higienista, dominante na Europa, foi ressaltado ao descrever o personagem Zuza, estudante de Direito em Recife, filho de família importante da Província do Ceará.

Adorava a boêmia, mas a boêmia que não cospe no assoalho e que toma banho uma vez ao menos por dia. Nisso de asseio... era correto... Ma cabine à coucher, dizia Zuza, mostrando aos amigos este interior confortável de boêmio rico. (CAMINHA, 1973, p. 97).

Através da personagem Maria do Carmo, a normalista, descreve os costumes parisienses do Presidente da Província Dr. Caio Prado, que morre de febre amarela na seca de 1888.

Não podia se conformar com a idéia da morte do presidente, o homem da moda, o “querido das moças”, o grande amigo do Ceará, que tantos benefícios fizera a essa província, mandando construir açudes no sertão, reconstruindo o passeio público, ativando as obras do porto, facilitando a emigração, prodigalizando esmolos, e, finalmente, introduzindo em Fortaleza certos costumes parisienses, como por exemplo, o sistema de passear a cavalo a chouto, de aparar a cauda aos animais de sela. Lembrava as qualidades do fidalgo paulista... (CAMINHA, 1973, p. 180-181).

A “mania do brasileiro” querer imitar a arquitetura e a moda européia, inadequadas à realidade dos trópicos, e que não levava em consideração o clima, as necessidades da população local, era criticada por alguns pensadores, como o médico Afrânio Peixoto.

Neste clima, para tratar dos rudimentos de biologia, fisiologia e higiene, quais são as necessidades humanas de alimentação, vestuário, costumes sanitários, defesa contra as infestações e infecções, autóctones e forasteiras? Havemos para nossa nutrição de citar tabelas de Voit, Rubner e Atwater? Adotar e suportar a moda de Paris, Londres ou Nova York, embora em hemisférios opostos? Copiar as posturas municipais das velhas cidades européias, com os defeitos da rotina, todas as prementes necessidades de climas diversos e hábitos descontraídos? Legislar sobre saúde pública, pelos regulamentos dos chamados países cultos, sem nenhum resguardo aos hábitos do nosso povo, dessa indisciplina americana, tão cara em certos momentos, tão pernicioso quando uma necessidade assume o aspecto de coação, e que é preciso contornar para vencer? (PEIXOTO, 1938, p. 315).

O chamado processo de “civilização”, de urbanização da sociedade fortalezense foi lento e marcado pelas idéias dominantes na Europa. Ainda não se estava no atual processo de globalização da sociedade, mas o comércio, a difusão cultural e científica muito contribuíram para a disseminação e domínio da cultura, da civilização ocidental.

Vistos como civilização e civilidade da população cearense, os processos de urbanização e de urbanidade deixaram marcas na literatura e na sociedade local e podem ser recuperados e reconstruídos mediante consulta nos inúmeros documentos, jornais, livros que retrataram a realidade local nos séculos XIX e XX. A população e a cidade incorporaram várias das normas estabelecidas.

No entanto, esta tentativa de civilizar, higienizar e disciplinar a sociedade fortalezense tornava-se mais difícil em momento de longas estiagens, pois a migração para a capital desorganizava o espaço e favorecia a disseminação de doenças. Acomodados em praças e abarracamentos, os milhares de migrantes de hábitos rurais tinham dificuldades em entender e respeitar as normas de urbanidade.

Considerações finais

Com base em um conceito mais abrangente de urbanização, tentamos mostrar como este processo realizou-se no espaço cearense, sobretudo na cidade de Fortaleza, que mais fortemente se transformou nestes dois últimos séculos. Analisamos a urbanização a partir de quatro aspectos: urbanização como resultado do crescimento da população; urbanização como modo de vida; urbanização como disciplinamento da sociedade e do espaço; e urbanização como processo civilizatório.

A urbanização da sociedade cearense foi iniciada no século XIX. Ao expulsar a população do campo que se fixa nas cidades, a seca contribuiu para o fenômeno urbano no Ceará. Como é notório, as condições climáticas levaram à concentração destas populações nas cidades desprovidas de qualquer traço urbano. Estas populações são obrigadas a alterar seu modo de vida, a adaptar-se às normas, aos costumes citadinos. Fortaleza tem, portanto, uma urbanização forçada ou causada pelo fenômeno das secas.

Chegada à cidade, a população do campo também deve *civilizar-se*, ou absorver o comportamento *civilizado* do homem citadino. E um dos meios utilizados foi através da lei, de normas, de códigos de posturas que disciplinavam tanto o comportamento da população quanto o espaço urbano, seus usos e ocupações. Por conseguinte, o processo de urbanização foi também um processo de disciplinamento e controle do espaço urbano e da sociedade, a quem é imposto um modo de vida urbano.

Mencionado processo manifesta-se por meio de mudança de comportamento, de hábitos, do modo de vida. No passado, o Imperador mandava vir da Europa profissionais habilitados, escritores, artistas com o objetivo de *civilizar* a população brasileira. E *civilizar* significava vestir-se, pensar, ler, falar de acordo com o modelo europeu. Depois da Segunda Guerra Mundial, outro modelo se impõe - *way of life*. O mundo passa a guiar-se pelo modo de vida dos Estados Unidos. Na era da globalização, com os rápidos meios de comunicação, busca-se uma linguagem universal, um modo de vida global, mas existem resistências e as comunidades locais reagem na tentativa de manter a sua identidade.

Bibliografia

- BARROS LEAL, Vinicius. *História da Medicina no Ceará*. Fortaleza: SECULT, 1978.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa (Senador Pompeu). *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomos I e II. Ed. fac.-sim. publicada em 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.
- BRUNET, Roger, FERRAS e R. THÉRY, H. *Les Mots de la Géographie : dictionnaire critique*. - La Documentation Française (3a édition). Montpellier-Paris: RECLUS, 1992.
- CAMINHA, Adolpho. *A Normalista*. Obras imortais da nossa literatura. Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.
- CAMPOS, Eduardo. *A Fortaleza Provincial: rural e urbana*. Introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.
- CARVALHO, Jader. *Aldeota*. São Paulo: Exposição do Livro, 1963.
- CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, p. 43-90, 1994.
- CLAVAL, Paul. *La Logique des Villes*. Essai d'urbanologie. Paris: LITEC, 1981.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.
- ELIAS, Nbert. *La Civilisation des Moeurs*. Colection AGORA. Paris: Calman-Lévy Presses Pocket, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará durante a Monarquia - Período Regencial - 7º presidente - Senador José Martiniano de Alencar. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typografia Studart, 1889.

PARK, Robert. A cidade e a civilização. In: PIERSON, Donald. *Estudos de Organização Social* (tomo I) - Leituras de Sociologia e Antropologia Social. Biblioteca de Ciências Sociais - vol. IX, São Paulo: Martins Editora, 1970.

PEIXOTO Afrânio. *Clima e Saúde*: introdução biogeográfica à civilização brasileira. S.Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

O Seminário de Olinda segundo a historiografia

FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER*

Este trabalho de pesquisa faz uma incursão, uma leitura e uma tentativa de análise da produção historiográfica, fartamente divulgada em que se tratam de questões pertinentes ao **Seminário de Olinda**. Pretende-se analisar essas formas de abordagem e suas conclusões. Ressaltamos também algumas interpretações consensuais que estão a necessitar de explicações complementares. Essas interpretações, inseridas nas obras em estudo, dão margem a diferentes interpretações.

É um trabalho descritivo e, como tal, inicia-se pela apresentação dos conteúdos das obras em estudo, passando pela análise de monografias acadêmicas e encerrando-se com a exposição das interpretações emitidas por seus autores.

Nem sempre todas as obras, que tratam da História da Educação no Brasil deram uma maior atenção ao Seminário de Olinda. Percebe-se, ao se analisar a produção historiográfica de autores brasileiros, uma certa tendência de se ignorar este estabelecimento de ensino.

José Ricardo Pires de Almeida, autor da *primeira história sistematizada da educação brasileira*, nada diz acerca do colégio olindense. Registra, apenas algumas notas acerca da vida do seu fundador, informando que *D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas*, é uma figura que se pode destacar *entre os homens instruídos, sábios, eruditos, dos quais o Brasil se orgulha ainda hoje*; informando ainda que ele é formado na Universidade de Coimbra. Afrânio Peixoto, em sua obra *História da Instrução Pública no Brasil - 1500/1899* (São Paulo, 1989) apenas o cita em sua obra.

* Professor Doutor em História e Filosofia da Educação/USP.

Primitivo Moacyr, frequentemente detalhista e minucioso, se restringiu a informar o ano da criação da escola: “Em 1798, é criado, em Olinda, o Seminário pelo bispo D. Azeredo Coutinho.” E o certo é que o Seminário de Olinda, desde a sua fundação, em 1800, exerceu poderosa influência na formação intelectual no norte do Brasil. Era o curso secundário mais completo do país. Acolhia elevado número de alunos, não só os que se destinavam ao sacerdócio, como ainda todos quantos não podiam ir a Coimbra fazer os seus estudos.

A filosofia em voga em suas cadeiras era a cartesiana, a ponto do Seminário se converter em ninho de idéias liberais e adotar como evangelho político a doutrina dos filósofos do século 18. Mais que as ciências eclesiásticas eram divulgados os episódios da Revolução francesa, partindo daquele núcleo intelectual o gosto pelas idéias renovadoras, à época consideradas *subversivas*, cujos adeptos passaram a organizar academias secretas...

Alguns manuais contemporâneos também se incluem entre os que omitem informações sobre o colégio pernambucano¹. A tendência, presentemente, é inversa. O Seminário de Olinda ganha progressivo relevo, nos textos dos compêndios, à medida que avançam as investigações, que se publicam a respeito ou se recuperam documentos essenciais à compreensão histórica das idéias e instituições educacionais brasileiras. Em especial, essa nova compreensão deve-se à “redescoberta” dos *Estatutos* daquela escola e da publicação de *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. As investigações de Luiz Antônio Cunha, de Maria Beatriz Nizza da Silva, de Leonardo Trevisan, de Elpídio M. Cardoso, de Severino Leite Nogueira, assim como alguns escritos que delas decorreram, como é o caso do artigo, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, pelo pesquisador Francisco Adegildo Férrer.²

Três ordens de considerações estão presentes nestas obras, quando se analisa o Seminário. A primeira delas se refere à estrutura do

¹ Veja, por exemplo, FERREIRA, Tito Livio. *História da educação luso brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966 e LIMA, Lauro de Oliveira, *Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. Brasília: 1974 e BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. São Paulo: DIFEL. Porto Alegre: URGs, 1976.

² *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*, v. 109, Fortaleza, Ceará: 1995, p. 365- 378.

ensino, que envolve os aspectos de organização curricular, de divisão do trabalho docente e de relação entre professor e aluno. A segunda delas se relaciona a curiosidades históricas acerca do funcionamento da escola. E, finalmente, a terceira, correspondente à vinculação do estabelecimento de ensino às idéias vigentes no século XVIII e início do século XIX.

Tomando-se como exemplos as obras de Fernando Azevedo³ (1976), é possível verificar que todas sempre evidenciam aspectos da estrutura do ensino, assim como fazem registros de curiosidades ligadas ao funcionamento do Seminário; há uma preocupação de todos, em fazer a vinculação da escola, direta ou indiretamente, às reformas pombalinas da instrução pública. Valnir Chagas, Fernando de Azevedo e José Antonio Tobias são os únicos que avançam mais, relacionando aquele estabelecimento de ensino a movimentos ideológicos e idéias filosóficas que agitaram Portugal e a Europa. São nomeados, explicitamente, o Iluminismo, o enciclopedismo, a filosofia de Descartes, as idéias liberais, os ideais republicanos e democráticos do século XVIII, o despotismo esclarecido e a reação antijesuítica.

Para ilustrar, com maior riqueza de detalhes, Fernando de Azevedo realça a organização curricular do Seminário de Olinda em função da “importância dada, no plano de estudos, ao ensino das matemáticas e das ciências físicas e naturais”, matérias novas que se acrescentaram “ao lado das (...) que constituíam o currículo tradicional”. Ribeiro (1978) reconhece, igualmente, que o colégio “dava maior atenção às matemáticas e às ciências naturais”; enquanto Silva (1969) destaca tanto a organização das ciências naturais “e dos estudos clássicos num currículo unificado”, como “a divisão do trabalho docente entre vários professores e a reunião de alunos em classes ou séries de estudos”. Para Tobias (1982), Coutinho elaborou um plano de estudos que “conservava (...) a tradicional educação brasileira, literária e jesuítica, acrescentando-lhe, porém, um elemento novo, científico e pombalino”. Chagas (1978) se refere à “estrutura bem definida” do Seminário, que incluía “um plano articulado de ensino”. Em oposição às aulas ré-

³ Para mais esclarecimentos, ver : AZEVEDO, Fernando de. “A transmissão da cultura”. In: *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Brasília, INL, 1976, principalmente as páginas 66/76.

gias, constata na escola olindense a existência de “ordenação lógica e gradual das disciplinas, duração prefixada dos cursos e reunião dos estudantes em classes”.

Ele reitera, também, a informação de que o currículo do Seminário ligava “o clássico ao moderno”.

Dos compêndios, ora tomados como objetos de estudo, o de Fernando de Azevedo, ao longo de quatro páginas, é o mais copioso em considerações. Em seguida, aparecem os de José Antonio Tobias, com três, e de Valnir Chagas, com duas páginas. Geraldo Bastos Silva redige um período que não chega a tomar meia página, enquanto Maria Luisa Santos Ribeiro emite suas idéias acerca do Seminário de Olinda numa nota de rodapé.

Para Chagas (1978), o “clássico”, parte corresponde ao conteúdo do currículo denominado de “tradicional” por Fernando de Azevedo, por Geraldo Bastos Silva e por José Antonio Tobias, seria representado, basicamente, pela gramática, retórica, filosofia e teologia. Já o “moderno”, o “novo”, se expressaria, fundamentalmente, na física, na química e na história natural, ainda desenvolvidas dentro da filosofia, bem como na geometria – abrangendo a aritmética, a geometria propriamente dita, a trigonometria e a álgebra – e no desenho.

Quanto ao fim perseguido pela sua organização curricular, as informações dos autores nem sempre são explícitas, mas são convergentes. Para Chagas (1978), tal currículo visava ao “preparo ‘de um bom cidadão e de um indagador da natureza’ que aprenda a ‘procurar a verdade nas suas fontes’”. Os instrumentos dessa procura seriam a observação direta e a experiência. Fernando de Azevedo, nesse aspecto, repete Oliveira Lima e Gilberto Freyre, mas, como as citações de ambos são reiterativas, registra-se somente a do primeiro, segundo o qual o bispo de Olinda “visava a formar no Seminário que fundava com certo luxo de ensino das ciências naturais, – cadeiras de física, química, mineralogia, botânica e desenho –, gerações de párocos-exploradores, os quais há um tempo pastoreassem as almas e devassassem as riquezas vegetais e minerais de suas freguesias, podendo compreender os descobrimentos que fizessem e sabendo tirar deles proveito”. Maria Luiza Santos Ribeiro entende que o Seminário formou “párocos mais voltados para o ambiente urbano e para os métodos exploratórios de investigação na natureza”.

A propósito da relação entre professor/aluno, os comentários destes pesquisadores também não apresentam divergências. Azevedo (1976) destaca as novas tendências pedagógicas, refletidas dentro do Seminário de Olinda “no ambiente liberal que nele se criou”.

Ribeiro (1978) afirma que a escola “empregava métodos mais suaves”. Chagas (1978) realça o “relacionamento mais vivo e cordial entre mestre e discípulo”. Tobias (1982) por fim, associa Azeredo Coutinho a Comênio, por entender “Notável a pedagogia humana e compreensiva do inteligente bispo; exigia compreensão para com o educando e tratamento humano para com a criança”.

Já as curiosidades históricas, frequentemente referidas pelos pesquisadores, em suas obras, servem para ilustrar e enriquecer os registros acerca do Seminário de Olinda. São de dois tipos. O primeiro, repetido com insistência, faz a vinculação do colégio com a revolução liberal pernambucana de 1817. Fernando de Azevedo, na mesma trilha de Lima (1974) afirma que a escola influenciou “no preparo e na direção da revolução pernambucana de 1817”. José Antonio Tobias também reconhece a existência de “ligação, direta e fecunda, do Seminário de Olinda com a Revolução Pernambucana, de 1817”. Ribeiro (1978) vincula, não o estabelecimento de ensino, mas os párocos, por ele formados, à revolução. Valnir Chagas fala de uma contribuição indireta do Seminário para a eclosão desse movimento liberal.

O segundo tipo de curiosidades históricas é expresso pelo próprio conteúdo das citações de outros estudiosos ou pelas referências indiretas de suas idéias. Não acrescenta novidades, pois só reforça juízos emitidos pelas fontes exploradas. Em Fernando de Azevedo as citações são abundantes. Além das já referidas, retiradas de obras de Gilberto Freyre e de Oliveira Lima⁴, e de Capistrano de Abreu. Todos comparam o Seminário “a um Liceu francês dos departamentais”. Conclui-se que “sem Azevedo Coutinho não surgiria a geração idealista de 1817”. Gilberto Freyre e Oliveira Lima são citados em oportunidades que não as já descritas: o primeiro, para contrapor o educandário pernambucano

⁴ A interpretação de Oliveira Lima é a seguinte: “*A independência foi mais diretamente servida no seu preparo pelo Seminário que, em Pernambuco fundou Azeredo Coutinho*”. Apud BARATTA, cônego José do Carmo. Escola de heróis: o Colégio de N. S. das Graças o Seminário de Olinda. 2.ed. Recife:1972, p. 58.

aos seminários Companhia de Jesus, pois aquele “já não era o jesuítico, com seu ensino excessivamente retórico, literário e religioso”; e, o segundo,

Para expressar o julgamento de que, em Olinda, se implantara “o melhor colégio de instrução secundária no Brasil”. Reitera o último julgamento a assertiva de um viajante, que, em 1808, segundo Geraldo Bastos Silva⁵, teria afirmado ser o Seminário “talvez o melhor que temos no Brasil, não pelo edifício (...) mas pela polícia e economia não só no que respeita à educação ingênua e liberal, mas principalmente à educação científica”. José Antonio Tobias, igualmente, recoloca algumas impressões de Oliveira Lima, citando Gilberto Freyre, com base na obra de Fernando Azevedo. Primitivo Moacyr inseriu, em sua obra, textos das pesquisas compendiadas, repetindo e reforçando as idéias extraídas daquelas fontes. Necessariamente, como decorrência, as citações ligam e homogeneizam os citadores e citados, de tal forma que em nada avançam os conteúdos das obras, anteriormente citadas.

Finalmente, à exceção de Geraldo Bastos Silva, todos os demais autores estabelecem relações entre o Seminário de Olinda e movimentos e idéias, difundidas em seu tempo. Maria Luisa Santos Ribeiro faz a vinculação indireta da escola com as reformas pombalinas da instrução pública, ao afirmar que sua concepção “pretendia seguir o modelo do Colégio dos Nobres criado em Lisboa em 1761”. Essa intenção não teria chegado a se concretizar, porém. José Antonio Tobias reforça essa interpretação, mas vai além. A criação de Azevedo Coutinho seria um “fruto remoto do ‘Colégio dos Nobres’” e teria “pregado” e “espalhado”, também, a “filosofia de Descartes, as idéias liberais e os ideais republicanos e democráticos do século XVIII. Para Valnir Chagas, o Seminário de Olinda teria sido uma das formas de manifestação do

⁵ Segundo SILVA, esses fatos foram relatados, originalmente, pelo cronista Pereira da Costa nos Anais Pernambucanos: “O Seminário, escreveu um viajante ilustre que o visitou em 1808, é talvez o melhor que temos no Brasil, não pelo edifício, que, todavia, está reedificado, e tem uma cerca, mas pela política e economia não só no que respeita à educação ingênua e liberal, mas principalmente à educação científica ...Não há número certo de pensionistas, e cada um paga anualmente 100\$000. Além de aulas de belas-artes, tem ainda as de todas as ciências que podem formar um bom cidadão e um eclesiástico instruído; os seus professores se fazem dignos do conceito público de que gozam pelos seus abalizados conhecimentos e o reitor é um homem sábio, vigilante, e incansável”.

Iluminismo no Brasil. Nesse sentido, seria mais expressivo do que as aulas régias e o Seminário do Convento de Santo Antonio, educandário franciscano localizado no Rio de Janeiro, pois somente ele teria produzido uma ruptura em relação à “tradição deixada pela Companhia”, abrindo, dessa forma, “a primeira fenda por onde enfim penetrariam no Brasil as idéias iluministas”.

As reformas pombalinas, “híbrido de classicismo e modernismo”, teriam sido o canal veiculador dessas idéias, assim como foram, em Portugal, expressão de movimentos convergentes que convulsionavam a Europa. Valnir Chagas faz referências especiais ao “iluminismo católico-maçônico e pedagógico”, ao enciclopedismo, ao liberalismo, ao despotismo esclarecido e à reação antijesuítica: Fernando de Azevedo vê o Seminário de Olinda como uma das manifestações das reformas pombalinas da instrução no Brasil. As duas outras não referidas por qualquer outro compendiador, teriam sido “Projeto de organização do ensino de Garçon Stocler” e a “primitiva organização do Colégio Pedro II (1837-1838)”. Fernando de Azevedo associa, também, as reformas pombalinas às “teorias dos enciclopedistas” e às “novas tendências liberais e democráticas”.

Mesmo constituindo um painel de caráter impressionista, as descrições e transcrições apresentadas resumem, do ponto de vista do conteúdo, as características mais marcantes das obras pesquisadas.

Bibliografia

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500 – 1899)*. São Paulo, PUC/Brasília, INEP, 1989, 365 p. (Memórias da Educação Brasileira)

ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800 – 1836*. Ibitinga, São Paulo: Humanidades, 1993.

AZEVEDO, Fernando de. “A transmissão da cultura”. In: *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Brasília, INL, 1976, 268 p.

BARATTA, cônego José do Carmo. *Escola de heróis: o colégio de N.S. das Graças o Seminário de Olinda*. 2. ed. Recife: Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, 1972, 98 p.

BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. São Paulo: DIFEL/ Porto Alegre: URS, 1976, 354 p. (Corpo e Alma do Brasil, v. 45)

CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º. e 2º. graus – antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1978, 386 p.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: da Colônia à era Vargas*. 2. ed. versão ampliada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, 339 p.

ESTATUTOS, do Seminário Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Magestade Fidelisima fundador do mesmo Seminário. Lisboa, Typografia da Acad. R. das Ciências 1798, 109 p.

FÉRRER, Francisco Adegildo. “A proposta pedagógica do Bispo Azeredo Coutinho para a educação dos rapazes e raparigas no Brasil Colonial (1798-1802)”. *Revista do Instituto do Ceará*, v. 109, Fortaleza, Ceará: 1995, 365- 378 p.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Origens da educação pública: a Instrução na revolução burguesa do século XVIII*. São Paulo: Loyola, 1981, 127 p. (Coleção “Educ – Ação”, v.3)

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias (Subsídios para a história da educação no Brasil): 1834-1899*. São Paulo: Nacional, 1936.

ORGANIZAÇÃO e Plano de Estudos da Companhia de Jesus. In: FRANÇA , pe. LEONEL. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952, 119-230 p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, 139 p. (Coleção Educação Universitária).

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Nacional, 1969, 416 p. (Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981, 172 p. (História Brasileira, v. 6).

TOBIAS, José A. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Juriscredi, 1982.

A vida empresarial de Pedro Philomeno: um longo e fundamental capítulo da história industrial do Ceará

CARLOS NEGREIROS VIANA*



Pedro Philomeno Gomes Ferreira

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reconstituição da vida empresarial de Pedro Philomeno Ferreira Gomes e das histórias dos dois principais empreendimentos industriais que lhe pertenceram, a Fábrica Iracema e a Fábrica São José.

* Mestre em Economia pela UnB e professor do curso de Ciências Econômicas da UFC/Campus de Sobral.

Ele cobre um período de 74 anos, que tem início quando Pedro Philomeno se associa ao pai e irmãos na firma Philomeno Gomes & Filhos, proprietária da Fábrica Iracema, e se encerra em 1983, quando o empresário falece.

1 A vida empresarial de Pedro Philomeno

Pedro Philomeno Ferreira Gomes, que nasceu em Sobral, a 07/07/1888, iniciou suas atividades empresariais no ramo de fumos preparados, em 1909, como sócio do pai (Francisco Philomeno Ferreira Gomes) e irmãos, na firma Philomeno Gomes & Filhos, proprietária da Fábrica Iracema (VIANA e NIREZ, 1991)¹.

Por volta de 1922, a Philomeno Gomes & Filho, firma sucessora da anterior, de propriedade apenas do Cel. Philomeno Gomes e de Pedro Philomeno, instala uma pequena fábrica de óleos vegetais e sabão no bairro de Jacarecanga, onde já funcionava a Fábrica Iracema (VIANA, 1994).

Com o falecimento de seu pai, em fins de 1923, a Philomeno Gomes e Filho é sucedida, a partir do início de 1924, pela firma Philomeno Gomes & Cia., com um capital de 400 contos de réis, que o tinha como sócio solidário e sua mãe (Maria Izabel Ferreira Gomes), como sócia comanditária (Ibidem).

Com a constituição dessa nova firma, Pedro Philomeno continuará a atuar no ramo de fumos e seus preparados e no de óleos e sabão, e, no decorrer ainda de 1924, a Philomeno Gomes & Cia. se associa às firmas Joaquim Markan (seu irmão) e Caminha, Diogo & Cia. Ltda., e

¹ O Cel. Francisco Philomeno Ferreira Gomes teve 14 filhos em dois consórcios: do primeiro, com Maria Izaura Carneiro de Messias, nasceram sete filhos, e, do segundo, com Maria Izabel Carneiro de Messias, irmã da precedente, a outra metade.

De sua descendência, destacaram-se, por desenvolver relevantes atividades para a vida econômica do Ceará, em vários setores, os seguintes filhos: Pedro Philomeno Ferreira Gomes – cigarros, óleos, vegetais e sabão, tecidos, redes de dormir, hotelaria, negócios imobiliários e construção civil, agricultura, etc.; Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes – tecidos e negócios imobiliários; Joaquim Markan Philomeno Ferreira Gomes – cigarros e comércio; e José Maria Philomeno Ferreira Gomes – cigarros e refrigerantes, tendo sido ele um dos sócios da Fortaleza Refrigerantes S.A., empresa que, no início dos anos 1950, instalou uma engarrafadora da Coca-Cola em Fortaleza.

é constituída a firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., com um capital de 750 contos de réis e o objetivo de explorar o comércio de fumos e seus preparados ao mesmo tempo que ele adquire a patente, para produzir o sabão líquido Aseptol, da família do médico Meton de Alencar, seu inventor (Ibidem).

Quando as firmas produtoras de óleos e sabões de Fortaleza resolvem instalar um escritório para distribuir, conjuntamente, os sabões produzidos, por cada uma delas, nas suas fábricas, Pedro Philomeno é indicado, por Antônio Diogo de Siqueira, para ser o seu gerente (Ibidem).

No final de 1924, torna-se ele um dos sócios da firma Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., da qual se retirará, em 1927, por desentendimentos com Antônio Diogo, de quem passou a ser sócio também na firma Frota, Siqueira & Cia. Ltda., constituída, em 1926, com o objetivo de construir e explorar a Fábrica São José (Ibidem).

Após o rompimento com Diogo, em 1927, e a morte de Raimundo da Silva Frota, no ano posterior, constitui a firma Gomes & Cia., em sociedade com seu irmão Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes, com um capital social de 1.000 contos de réis, que inaugurará a Fábrica S. José em 01/06/1928 (Ibidem)².

Ao se retirar da Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., Pedro Philomeno não mais retornará ao ramo de óleos e sabão, continuando, a princípio, a atuar apenas no ramo fumageiro (Fábrica Iracema) e, depois, nesse ramo e no têxtil (Fábrica S. José) (Ibidem).

Em 1939, ele se afasta da Fábrica Iracema, para se dedicar, exclusivamente, à Fábrica de Tecidos São José, deixando em seu lugar, na direção daquela fábrica de cigarros, seu sócio e irmão mais moço, José Maria³.

Sob a direção de José Maria, a Fábrica Iracema permanecerá em atividade até 1941, quando Pedro Philomeno ao decidir concentrar seus esforços e capitais integralmente na Fábrica S. José, aproveitando a

² Raimundo da Silva Frota era filho de João Evangelista da Frota, rico comerciante em Sobral e grande proprietário de terras no Ceará e Piauí. Possuidor de grande fortuna, foi, por muito tempo, sócio da firma Frota & Gentil, juntamente com José Gentil Alves de Carvalho, seu cunhado, e Francisco da Silva Frota, seu irmão.

³ As informações sobre a Fábrica Iracema, que constam nesse parágrafo e no próximo, foram colhidas em depoimento oral de Francisco de Assis Philomeno Gomes (Chico Philomeno), filho de Pedro Philomeno.

conjuntura econômica extremamente favorável à indústria têxtil, resolve fechá-la.

No final da década de 1940, a firma Gomes & Cia. Ltda., de propriedade de Pedro Philomeno, instala a primeira usina termoeletrica privada do Ceará, para suprir de energia elétrica a Fábrica S. José. Essa usina desempenhou fundamental papel também para o fornecimento de energia para a cidade de Fortaleza, mesmo depois da inauguração da Usina do Mucuripe, em 1955 (VIANA, 1988).

A extração de madeiras na Fazenda Guarany, no atual município de Pacajus, que fora comprada com a finalidade de suprir de lenha a referida usina termoeletrica, serviu de inspiração para torná-lo o pioneiro do cultivo sistemático de cajueiros no Brasil. Ali, além da plantação inicial de 200.000 pés de caju, introduziu ele, também, a cultura do eucalipto e de outras espécies vegetais no Ceará (GOMES, 1988).

Antes de comprar a Fazenda Guarany, Philomeno já possuía a Fazenda Grossos e a Fazenda Formosa, onde se dedicava à pecuária, e que foram vendidas, mais tarde, ao seu genro Stênio Gomes da Silva (Ibidem).

Pedro Philomeno também atuou no setor imobiliário (Imobiliária Pedro Philomeno Ltda.), construindo casas de luxo e prédios de apartamentos, e, no setor de hotelaria, através do Lord Hotel, situado na Praça José de Alencar, e do Iracema Plaza Hotel, o primeiro estabelecimento desse gênero a se localizar na orla marítima de Fortaleza (Ibidem).

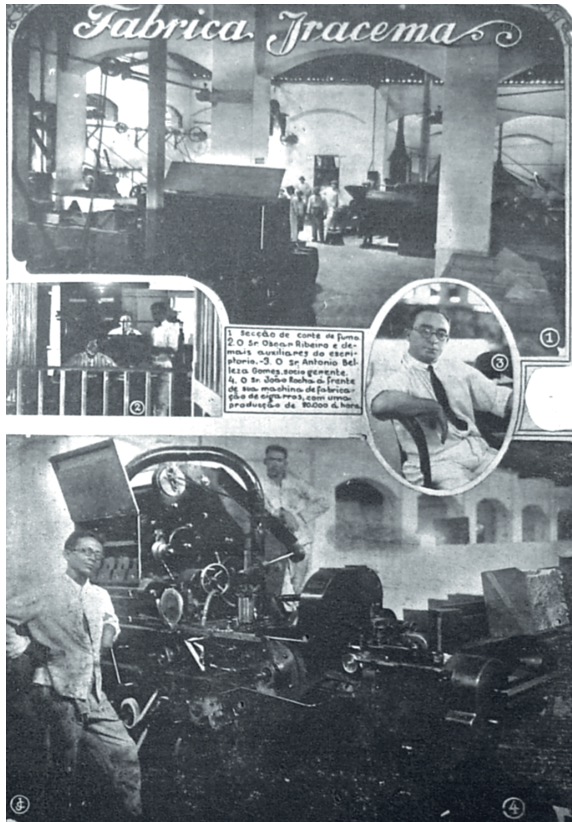
Foi ele, ainda, sócio fundador, e primeiro presidente, da Companhia Ceará de Seguros Gerais, que tinha o historiador Raimundo Girão também como um dos sócios (Ibidem).

Além das atividades empresariais, Pedro Philomeno também desempenhou funções político-partidárias e classistas: foi vereador de Fortaleza, de 1916 a 1920, pelo Partido Republicano Conservador Cearense (PRCC); participou, em 1932, da Comissão Executiva Central Provisória do Partido Economista (PSD) e, posteriormente, da Comissão Organizadora do Partido Economista. Já no desempenho de atividades classistas, foi Secretário do Centro Industrial Cearense, do qual foi um dos fundadores, de 1919 até 1921, quando passou a fazer parte apenas do seu conselho consultivo, e participou da Comissão Fiscal do Centro dos Importadores do Ceará, de 1925 a 1928 (VIANA, 1988).

Dois de seus genros foram políticos de grande destaque no Ceará: Stênio Gomes da Silva foi Governador do Estado e Acrísio Moreira da Rocha, Prefeito de Fortaleza (Ibidem).

Pedro Philomeno Ferreira Gomes faleceu, em Fortaleza, a 07/12/1983, aos noventa e cinco anos de idade (GOMES, 1988).

2 A Fábrica Iracema



Em 1900, a firma Gomes & Reishofer, pertencente a Francisco Philomeno Ferreira Gomes e a Charles Reishofer, adquire a fábrica de cigarros de Theodósio Freire e a transfere, com o nome de Fábrica Iracema, da Rua Pedro Pereira para a Praça do Ferreira, para o local onde hoje funciona o Cine São Luiz.

A Fábrica Iracema dispunha, em 1902, dos seguintes maquinismos e equipamentos: um locomóvel, máquinas de cortar fumo e papel, peneiras, torrador e rebole. Manufaturava, mensalmente, 700.000 cigarros, no valor oficial de seis contos de réis, e empregava 30 operários (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1902).

Com a saída de Charles Reishofer, em 1907, é extinta a firma Gomes & Reishofer e a Fábrica Iracema passa a ser propriedade da firma Philomeno Gomes, que dispõe, nesse ano, de um capital de 50 contos de réis, emprega 25 operários, utiliza a força de 5 cv e tem o valor da produção estimado em 90 contos de réis (ALMANAQUE DO CEARÁ DE 1908; VIANA e NIREZ, 1991).

Em 1908, a Fábrica Iracema produzia as seguintes marcas de cigarros: Zig-Zag, Afonso Penna, Predilectos, Populares, Centro Cearense, Joaquim Nabuco, Touro e Pio X (Ibidem).

O Cel. Philomeno Gomes admite, em 1909, alguns dos seus filhos como sócios e a firma passa a se denominar Philomeno Gomes & Filhos (Ibidem).

Em 1911, os produtos da Fábrica Iracema participam de uma exposição em Turim (Itália) e ela ganha um diploma de honra (Ibidem).

Joaquim Markan, filho e um dos sócios do Cel. Philomeno Gomes, compra, em 1916, a Fábrica de Cigarros São Lourenço, que era de propriedade da Lopes Sá & Cia., e deixa a sociedade proprietária da Fábrica Iracema (Ibidem).

Em 1918, a firma Gomes & Messias, de propriedade do Cel. Philomeno Gomes e do seu filho Godofredo Messias, adquire a tradicional Fábrica de Cigarros Fortaleza, pertencente a Marianna Gurgel de Lima. Tal fábrica teve duração efêmera nas mãos dos novos proprietários (Ibidem).

Ainda em 1918, a Fábrica Iracema produzia as seguintes marcas de cigarros: Zig-Zag, Luiz Felipe, Dernier Cri, Dois Kilometros, Cecy, Joaquim Nabuco, Republicanos, Renascença, João Thomé, Laurita, Zoe, Eduardo VII, Carapuça, Cão, Zita e outras (Ibidem).

A firma proprietária da Fábrica Iracema passa a se denominar, em 1919, Philomeno Gomes & Filho, permanecendo, como sócio do pai, apenas Pedro Philomeno (Ibidem).

Pelo Decreto N°. 1708, de 04/10/1919, é concedida, a Philomeno Gomes & Filho, isenção de impostos estaduais e municipais, durante

dez anos, para a fábrica de fósforos que fundarem em Fortaleza ou em qualquer outro lugar do Ceará.

A intenção de instalar essa fábrica de fósforos que nunca se concretizou, estava associada ao grande sucesso que alcançou, em todo o Brasil, a marca de cigarros Zita, lançada em 1918, pela Fábrica Iracema, com a presença de fósforos em suas carteiras. É oportuno lembrar que não existiam fábricas de fósforos no Ceará à época (Ibidem).

Em 1920, a Fábrica Iracema é transferida para o bairro de Jacarecanga (para a avenida que hoje é denominada Cel. Philomeno Gomes). Nesse mesmo local, cerca de dois anos depois, a Philomeno Gomes & Filho instalará uma fábrica de óleos vegetais e sabão (Ibidem).

Em 09/11/1923, falece, aos 69 anos, o Cel. Philomeno Gomes. Com o falecimento do seu sócio majoritário, a Philomeno Gomes & Filho é sucedida pela firma Philomeno Gomes & Cia., que tem, como sócios, Pedro Philomeno e Maria Izabel Ferreira Gomes, sua mãe (Ibidem).

Essa firma, apesar de ter vinculações com a Fábrica Iracema, não será juridicamente a sua proprietária, já que esse estabelecimento industrial, a partir de 1924, passará a ser propriedade da firma Belleza & Garcez, constituída também naquele ano, com um capital de 20 contos de réis, por Gustavo Garcez Ferreira Gomes, irmão do Cel. Philomeno Gomes, e Francisco Andrade Belleza (VIANA, 1994).

Em 1924, ainda, será constituída a firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., com sede na Rua Barão do Rio Branco, pertencente a Philomeno Gomes & Cia, a J. Markan e a Caminha, Diogo & Cia. Ltda. Essa empresa terá, como um de seus objetivos, a comercialização dos produtos da Fábrica Iracema e ficará em atividade até 1927 (Ibidem).⁴

Pedro Philomeno é admitido oficialmente, em 1928, como sócio majoritário da Belleza & Garcez, que se torna uma companhia limitada, com um capital social de 400 contos de réis (Ibidem).

⁴ A firma Philomeno, Markan & Caminha Ltda., constituída em 01/04/1924, tinha o capital social assim dividido: Philomeno Gomes & Cia – 270 contos de réis; Joaquim Markan – 240 contos de réis; e Caminha, Diogo & Cia. Ltda. – 240 contos de réis. É oportuno lembrar que a firma Caminha, Diogo & Cia. Ltda., constituída em 01/12/1922, tinha um capital social de 200 contos de réis, assim distribuído entre os sócios: A. D. Siqueira & Filho – 100 contos de réis; João Caminha Muniz – 90 contos de réis; e Raymundo Augusto Paiva Motta – 10 contos de réis. (Cadastro das Casas Comerciais do Estado do Ceará, Vol. I, Junta Comercial do Estado do Ceará, 1928).

Nesse ano, a Fábrica Iracema dispõe, num prédio cuja área é de 5.000 m², de três seções: a primeira, onde são escolhidos, qualificados e manipulados os fumos; a segunda, onde são fabricados, à máquina e à mão, os cigarros; e a última, onde ocorre o encarteiramento e a embalagem. Emprega 400 operários, entre homens, mulheres e crianças, e sua produção ultrapassa a de todos outros fabricantes reunidos dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão (REVISTA DOS INDUSTRIAES, 1929).⁵

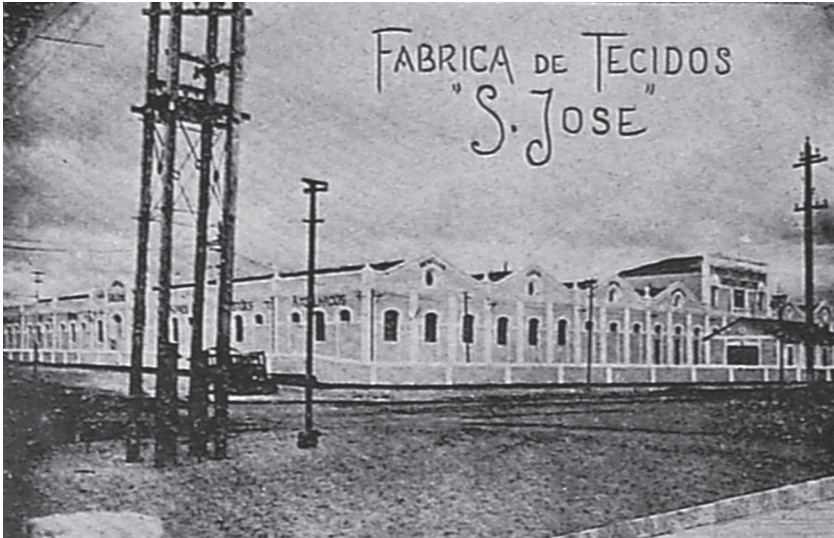
Ao se afastar, em 1939, da Fábrica Iracema para se dedicar exclusivamente à Fábrica de Tecidos São José, inaugurada, em 1928, Pedro Philomeno deixa, na direção daquela fábrica de cigarros, seu sócio e irmão mais moço, José Maria.⁶

A Fábrica Iracema é levada a encerrar atividades, em 1941, por uma série de fatores, dos quais os seguintes merecem destaque: a elevada tributação sobre a indústria cigarreira; a concorrência interna da Araken (fundada em 1928) e externa da Souza Cruz, cuja presença, desde o começo da década de 1930, já se fazia notar no mercado cearense, sobretudo no de Fortaleza. E, como resultado de todos eles, o próprio desinteresse de Pedro Philomeno de continuar a atuar no ramo cigarreiro, preferindo concentrar seus esforços e capitais na fabricação de tecidos, indústria que estava a apresentar altíssima rentabilidade, em consequência dos fatos relacionados à 2^a Guerra Mundial.

⁵ É oportuno lembrar que somente no final de 1928 será inaugurada a Fábrica Araken, por Diogo Vital de Siqueira, que lhe superará em capacidade produtiva. Em 1928, a Fábrica Iracema produzia, entre outras marcas, as seguintes: Altair (carteira com 20 cigarros, mistura suave), Acácia, Blanchette, Olga, Yole Club, 101, Iracema, Cine-Arte e Dados (VIANA e NIREZ, 1991).

⁶ Conforme o já citado depoimento oral de Chico Philomeno.

3 Fábrica São José



Em 01/06/1928, a Gomes & CiC. Ltda., firma de propriedade de Pedro Philomeno Ferreira Gomes e de Francisco Otávio Philomeno Ferreira Gomes, inaugurava a Fábrica São José, em amplo edifício próprio, abrangendo uma área de 10.000m², no bairro de Jacarecanga, em Fortaleza. A fábrica achava-se aparelhada de maquinismos modernos, de fabricação inglesa, alemã e norte-americana, com capacidade para 6.800 fusos e 250 teares, dos quais, naquela data, estavam, em pleno funcionamento, 3.600 e 120, respectivamente, ocupando 300 operários, sob a direção de técnicos ingleses (VIANA, 1988).

Dois anos após a sua inauguração, em 1930, a Fábrica São José produzia os seguintes tipos e marcas de tecidos: mesclas (Dragão do Mar e Pescador); brins (Casemiras Gomes, Frota, Philomeno, Cariri, Sobralense e Sport); atoalhado (Olga); zefires (Iracema e Mimoso); riscados (Cearense e Jaguaribe) e cáquis (Ibidem).

Em 1934, a Fábrica São José era a maior fábrica de tecidos do Ceará e produziu 3.000.000m de tecidos, 300.000kg de fios e 240.000kg de redes, ocupando 300 teares, 9.364 fusos e 1.000 operários e consumindo 1.000.000kg de algodão (Ibidem).

Em 29/07/1943, o capital social da Gomes & Cia. Ltda., proprietária da Fábrica São José, passa de Cr\$ 1.000.000,00 para Cr\$ 2.000.000,00. Três anos depois, em 09/05/1946, é elevado para Cr\$ 7.000.000,00. Seu capital aumentou, ainda, pela última vez, nos anos quarenta, em 09/08/1948, para Cr\$ 10.000.000,00 (Ibidem).

Pelo *Almanaque do Ceará* de 1945, a Fábrica São José está aparelhada com 9.000 fusos e 300 teares, que produzem, diariamente, 15.000m de tecidos diversos, 33 sacos de fios em novelo e 100kg de trancelim; e, mensalmente, 2.500 dúzias de toalhas felpudas e de 8 a 10.000 redes de tipos diversos. O seu consumo é de 80.000kg de algodão em pluma por mês, sendo o capital realizado, na fábrica, de três mil contos de réis, com a reserva de mais três mil contos, e os maquinismos orçados em quatro mil contos. Dispõe das seguintes seções: sala de preparação do algodão, onde o trabalhador pode respirar, saudavelmente devido à existência de aspiradores elétricos, que conduzem a poeira para o ambiente externo; sala de cardas; seção de massaroqueiras; seção de tinturaria, composta de máquinas alemãs (Zitani Macchini Frabrif); e seção de alvejamento.

Ali é também mostrado que toda a tecelagem é automática e seus teares de fabricação inglesa e que a fábrica dispõe, ainda, de oficinas mecânicas, de fundição e de serviços de assistência social, com 180 casas na vila operária.

A década de 1940 pode ser considerada a “época de ouro” da indústria têxtil de algodão do Ceará, já que, em nenhum outro período de sua história, auferiu-se lucros tão elevados, e com tantas facilidades, a exemplo do que ocorreu com o setor no resto do Brasil (VIANA, 1988).

A indústria têxtil cearense teve parte desses lucros gerados com as exportações para o exterior, podendo seus tecidos, durante a 2ª Guerra Mundial, e um pouco depois de seu término, ser encontrados em alguns países das Américas Central e do Sul e África (União Sul-Africana). Em propagandas, nos *Almanaques do Ceará*, de 1946 até 1949, são encontradas informações de que tecidos da Fábrica São José eram exportados para alguns países latino-americanos e para a União Sul-Africana (Ibidem).

Na década de 1950, a Gomes & Cia. Ltda. eleva seu capital social duas vezes: a primeira, em 1952, para C\$ 15.000.000,00; e, a segunda,

em 1957, para Cr\$ 50.000.000,00. Em 1956, a Fábrica S. José produziu 1.469.162m de tecidos, 75.428kg de fios, 70.009kg de redes e 1.604.347 toalhas (Ibidem).

Em 1961, a Gomes & Cia. Ltda., transforma-se em sociedade anônima, com a denominação de S/A Philomeno Indústria e Comércio (Ibidem).

A partir de 1964, a Fábrica São José suspende, definitivamente, sua produção de tecidos e passa, daquele ano até hoje, a fabricar somente redes de luxo e toalhas (Ibidem).

Em 01/06/2008, a Fábrica S. José comemorou 80 anos de atividades ininterruptas.

Bibliografia

ALMANAQUE DO CEARÁ (1900 – 1960).

GOMES, F. de. A. Philomeno. *Centenário de Nascimento de Pedro Philomeno Ferreira Gomes (1888-1988)*. Fortaleza, s. ed., 1988.

JUNTA COMERCIAL DO CEARÁ. *Cadastro das Casas Comerciaes do Estado do Ceará*. V. 1. Fortaleza, 1928.

REVISTA DOS INDUSTRIAES. V. 1, n. 1, dez, 1929.

VIANA, C. N. *A indústria têxtil de algodão do Ceará (1881-1973): uma experiência de industrialização fora do centro-sul*. Brasília: UnB, 1988. (Dissertação de Mestrado).

_____. Os fatores determinantes do primeiro surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará (1881 – 1895). In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: V. 21, n. 1, jan/mar, 1990.

_____. A indústria de óleo de caroço de algodão no Ceará: o surto de investimentos de 1919 a 1925. In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: v. 25, n. 3, jul/set, 1994.

VIANA, C. N e NIREZ. Fábrica Iracema – origem de um capítulo de 90 anos da história industrial do Ceará. In: *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 04/01/1991.

EFEMÉRIDES

Datas e fatos para a história do Ceará (1988 - 1989)

MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)*

Janeiro 1988

- 02 - Assume, pela terceira vez, a presidência do *Tribunal de Contas do Estado - TCE*, o conselheiro *Stênio Dantas* de Araújo, substituindo o conselheiro *Luciano Barreira*.
- 14 - A *10ª Região Militar* tem novo comandante. Assume o general *Inaldo Seabra de Noronha*, em substituição ao general *Luís Pires Ururahy Netto*.
- 18 - Termina o *acionamento de energia elétrica* em Fortaleza.
- 28 - Chega a Fortaleza *Ronaldo Caiado*, para instalar a *União Democrática Ruralista - UDR-CE*.
- 29 - Entra no ar, oficialmente, em Fortaleza, a *rádio Casablanca FM*, pertencente a *Carlos Benevides, Emílio Ary Filho, Paulo Jereissati Ary* e *Pedro Jorge Jereissati Ary*, tendo na direção geral *José Américo de Sousa*.
- 29 - Eleito o *rei Momo-88* do *carnaval* cearense, *Paulo Sérgio Luz* e *rainha do carnaval-88*, a candidata do Vila União Atlético Clube, *Jaqueline de Moraes*. *Paulo Sérgio* é o primeiro *rei Momo* negro.

Fevereiro

- 01 - Toma posse, na presidência da *Academia Cearense de Retórica - Acere*, o escritor e jurista *Francisco Osmundo Pontes*.
- 06 - Assume o comando do *23º Batalhão de Caçadores - 23BC*, o

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

coronel *Paulo César Romero Castelo Branco*, em substituição ao coronel *Rômulo de Oliveira Maciel*.

14 a 16 - Dias dedicados ao *carnaval*.

22 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o historiador Joaquim Lobo de Macedo (*Joaryvar Macedo*).

25 - A Polícia Federal desarticula quadrilha internacional de *traficantes de crianças* do Ceará para os Estados Unidos e Europa.

26 - O capitão-de-fragata *Paulo Roberto Jordão Marinho* deixa o comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM*, passando ao também capitão-de-fragata *Napoleão Bonaparte Gomes*.

26 - Sai o primeiro número do jornal *Vassourão*, informativo da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização - Emlurb, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que tem *Verônica Prado* como jornalista responsável.

Março

09 - Morre, às 13h, aos 82 anos de idade, o ex-Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, dom *José de Medeiros Delgado*, no Recife, Pernambuco. Era paraibano de Pombal, hoje Condado, nascido em 28/07/1905. É sepultado em Caicó, sua primeira diocese. Em sua administração foi vendido o Palácio do Bispo à Municipalidade.

15 - O Diário Oficial do Município - Diom nº 9.576 publica o Ato nº. 7.889 que cria a *Escola de 1º Grau Parque São Miguel*, que funciona em casa na Rua Lourdes Vidal Alves, nº 444, na Lagoa Redonda.

15 - Empossado o novo reitor da Fundação Universidade do Ceará - UECE, Perípedes Franklin Maia Chaves (*Perípedes Chaves*).

23 - Inaugura-se a sede própria do *Clube dos Empregados da Petrobras - Cepe*, na Avenida Dioguinho, nº 5530, Praia do Futuro, projeto do arquiteto *Jaime Leitão*.

23 - Morre o médico pediatra cearense João Valente de Miranda Leão (*João Miranda Leão*), Professor Emérito da UFC.

28 - As Indústrias Alimentícias *Wal-Can S. A.*, vendem o prédio de sua fábrica, na Rua Capitão Gustavo nº 3552, São João do Tauape, em frente à praça do mercado, à *Igreja Evangélica Assembléia de Deus Betesda - Ceará*, que para ali muda-se no mesmo ano.

- 28 - Circula o primeiro número do periódico de bairro *Jornal Aldeota*, de circulação quinzenal que tem como diretor presidente *Silvio Rui Costa Almeida*; editor, Tertuliano Petter Siqueira (*Tertuliano Siqueira*) “*Terto*”; diretor executivo, *Ricardo Albino*; diretor comercial, *Sued Pinheiro*; diretor de marketing, *Ricardo Bandeira de Melo*; diagramação e arte, *Jorge Freire e Armando Oliveira*; composição de textos, *Aldeci Costa*. Impresso pela Impressora São Benedito Ltda. Rua 25 de Março, nº. 167-429.

Abril

- 02 - Morre, no Rio de Janeiro, RJ, o instrumentista Esdras Falcão Guimarães (*Pijuca*), um dos integrantes do *Conjunto Liceal* e que depois foi violonista no conjunto *Quatro Ases e Um Coringa*. Nascera a 05/03/1921 em Fortaleza.
- 04 - A *Rádio Assunção Cearense* muda-se da Rua Irauçuba, nº 55, para a esquina da Rua Marcondes Pereira nº. 684, com Avenida Barão de Studart. Hoje é a Rádio Globo.
- 13 - Reinaugurada, após reforma, a *Praça José de Alencar*, sendo entregue ao povo novamente como praça, pois estava transformada em terminal de ônibus.
- 13 - Abre-se, às 19h30, o *XXXVIII Salão de Abril* (deveria ser o XXXIX), na Casa de Cultura Raimundo Cela, no Palácio da Luz, homenagem ao casal de artistas plásticos Nilo de Brito Firmeza (*Estrigas*) e Maria de Castro Firmeza (*Nice*). A promoção foi da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com apoio de Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Varig-Cruzeiro, Cetusa Turismo, CAU-Cinema de Arte da UFC, Fundação Demócrito Rocha e Tipoprogresso.
- 14 - Assume, às 11h, no Palácio do Governo, o novo Reitor da Universidade Estadual do Ceará - UECE, professor Perípedes Franklin M. Chaves (*Perípedes Chaves*), tendo como vice o professor *Luís Tavares Júnior*.
- 16 - Morre em Fortaleza, vítima de AIDS, o artista plástico *Isaiás*, oriundo do Maranhão e radicado em Fortaleza.
- 18 - Morre, aos 62 anos de idade aproximadamente, o médico cearense de Viçosa do Ceará, *Gerardo Assunção Magalhães*.

Maio

- 03 - Morre, aos 78 anos de idade, o jornalista e fotógrafo Antônio Figueiredo Monteiro (*Antônio Monteiro*), aracatiense, representante em Aracati do jornal *O Povo*.
- 04 - Oito pessoas morrem eletrocutadas, na Praça José de Alencar, no palanque do comício de lançamento do Partido da Juventude, quando, sob forte *chuva* misturavam-se os fios elétricos com os fios das caixas de som da Black Banda.
- 05 - *Gerardo Bastos S. A.* inaugura nova loja, agora na Avenida Barão de Studart nº 3100.
- 07 - Morre, em Fortaleza, o comerciante *José Aquino de Alencar*, da firma J. Aquino de Alencar.
- 10 - Assume o comando da *Capitania dos Portos do Ceará* o capitão-de-fragata *Carlos Eduardo Massayoshi Naito*, que veio substituir seu colega de posto *João Alberto Sant'Anna Sampaio*.
- 18 - Aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC, o pedido de concordata da *Brasil Oiticica S. A.*, rejeitado em maio.
- 20 - Tomam posse na *Academia Cearense de Retórica* os novos acadêmicos Geraldo da Silva Fontenele (*Geraldo Fontenele*), Joaquim Lobo de Macedo (*Joaryvar Macedo*), José Ribeiro Ramos e *Raimundo Bezerra Falcão*. A solenidade foi à noite, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.
- 23 - Exonerado o *Secretário de Segurança Pública Gilberto Aparecido Américo*, ficando em seu lugar o delegado *José Jaime de Paula Pessoa Linhares*, interinamente.
- 27 - Assume a *Secretaria de Segurança Pública do Estado*, o delegado federal *Moroni Bing Torgan (Moroni Torgan)*.

Junho

- 03 - Morre, em São Paulo, aos 68 anos de idade, o senador Virgílio de Moraes Fernandes Távora (*Virgílio Távora*), vítima de carcinoma-tose generalizada (câncer), cearense de Fortaleza, era membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*. Foi governador do Estado por duas vezes. Nascera em Fortaleza a 29/09/1919.

- 03 - Morre, em São Paulo, no Hospital Albert Einstein, aos 50 anos de idade, o engenheiro e arquiteto cearense Pedro Natale Rossi (*Pedro Rossi*). Seu corpo chegou no dia seguinte a Fortaleza, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista. Nasceria em Fortaleza no dia 29/06/1938.
- 04 - Inaugura-se em Fortaleza, a *Crasa Shopping Car n° 2*, na Avenida Heráclito Graça n° 1035.
- 06 - Morre em Fortaleza, aos 61 anos de idade, a artista veterana do rádio e televisão cearenses, Aneide Maia Nogueira (*Neide Maia*), locutora que se iniciou na Rádio Iracema em 1949.
- 16 - Às 20h30, na Galeria Tukano, na Rua Carolino Sucupira n° 1304, Aldeota, realiza-se o lançamento do livro *A Bandeira Nacional* e a exposição individual de aquarelas, do escritor e artista plástico *Rubens de Azevedo*.
- 23 - Morre, no Rio de Janeiro, onde residia, o musicólogo cearense José *Mozart de Araújo*, uma das maiores autoridades em história da música brasileira, professor, historiador. Cearense de Campo Grande, foi para o Rio em 1928. Possuía uma grande coleção de documentos históricos sobre nossa música, como partituras, livros, revistas, discos, manuscritos, principalmente do período colonial.
- 29 - A *Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará* empossa, às 19h45, nove novos acadêmicos, os contabilistas *Paulo Feijó de Sá e Benevides, Eliseu de Sousa Pereira, Jaime Avelino Chagas, José Hamilton Mota Vieira Filho, Silvio Leitão de Castro e Silva, Paulo Afonso Costa de Moraes Lima, João Moreira Vale, José Pessoa de Araújo e Maria da Glória Arrais Peter*, saudados por Pedro Paulo Vieira.
- 30 - Fundada, em Fortaleza, a *Academia de Ciências Sociais do Ceará - ACSC*, no Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA, da Universidade Estadual do Ceará - UECE, tendo na presidência o acadêmico Francisco *Tarciso Leite* que assumiu na ocasião.

Julho

- 01 - A prefeita Maria Luísa Fontenele sanciona a Lei n°. 6.297 que preserva o *Riacho Papicu* e suas margens.
- 01 - A Lei n°. 6.318, que institui normas de proteção do *Centro Artístico*

Cearense e do *Teatro São José* é sancionada pela prefeita Maria Luísa Fontenele.

- 08 - Inaugurado o edifício do *Centro Empresarial Clóvis Rolim*, na esquina da Rua Sena Madureira com Rua dos Pocinhos nº 20, no local onde funcionara o Instituto de Humanidades do cônego Vicente Salazar da Cunha e do médico Antônio Augusto de Vasconcelos. Projeto de Nasser Hissa Arquitetos Associados Limitada.
- 10 - O mestre pescador *Luís de Queirós Monteiro*, comandando a jangada “Cobal”, vence a *XXI Regata de Jangadas Dragão do Mar*.
- 15 - José Maria Barros de Pinho (*Barros Pinho*) deixa a *Secretaria de Cultura e Desporto* para desincompatibilizar-se e concorrer à Prefeitura Municipal de Fortaleza.
- 18 - Morre, aos 84 anos de idade, em Cachoeira do Sul, RS, o compositor e pianista *João Souto Menor*, cearense radicado naquela cidade desde 1924 quando convidado pelo intendente João Neves da Fontoura para fundar o Conservatório de Música daquela cidade. Nascera em Fortaleza, CE, em 07/1903
- 19 - Falece, aos 65 anos de idade, o médico *Rigoberto Romero de Barros*, cearense de Itapipoca nascido em 01/07/1923, que foi deputado estadual em três legislaturas e Secretário de Estado.
- 20 - O *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS* muda de diretor-geral quando é exonerado e engenheiro *Uirandé Augusto Borges*, sendo nomeado o também engenheiro José Ribamar de Oliveira Simas (*José Ribamar Simas*).
- 21 - Morre, aos 75 anos incompletos, o ex-deputado, advogado *Manuel Gomes Sales*, cearense de Acaraú nascido em 26/07/1913.
- 21 - O Banco Central determina a fusão do BEC com o Banco de Desenvolvimento do Ceará - Bandece, resultando somente no *Banco do Estado do Ceará - BEC*.
- 21 - Falece, em Fortaleza, Waltério Alves Cavalcante (*Waltério Cavalcante*), proprietário das indústrias *Wal-Can*, iniciada com um café expresso na esquina da Rua Floriano Peixoto nº. 703 com Travessa São Francisco (hoje Rua Perboyre e Silva) nº. 30.
- 24 - Morre, no Prontocárdio, o escritor e historiador *Raimundo Girão*, aos 87 anos de idade. Foi prefeito de Fortaleza e primeiro secretário de Cultura. Era membro do *Instituto do Ceará (Histórico,*

- Geográfico e Antropológico*) e da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz. Era cearense de Morada Nova onde nascera em 03/10/1900.
- 25 - Assume a *Secretaria de Cultura e Desporto*, a psicóloga *Violeta Arrais de Alencar Gervaiseau*, com a presença de seu irmão Miguel Arraes de Alencar.
- 25 - Em Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza, é lançado o nº. 1 do jornal *Tribuna Liberal*, dirigido por *Tarcísio Nunes* e editado por *Francisco Félix*, com a colaboração de *Overton Mota*, *Tarquilo Pimentel*, *Flávio Leitão* e *Antônio Gonçalves*. A redação fica na Rua 09, casa 420, Conjunto Novo Maracanaú. Em Fortaleza, na Rua Luís Mendes nº. 220, Cajazeiras.
- 25 - Com esta data é lançado o primeiro número do jornal *O Vovô*, órgão oficial de informação do Ceará Sporting Clube.

Agosto

- 06 - Preso, após 11 anos de fugas e assassinatos, Ildefonso Maia Cunha (*Mainha*), considerado o maior pistoleiro do Nordeste.
- 06 - O Tribunal do Júri Popular julga e condena, a 18 anos de reclusão, o comerciante Wilmar Ulisses Campelo (*Mazim*), mandante do assassinato do advogado Francisco *Flósculo Barreto* em 15/10/1981 em São Gerardo, pelos pistoleiros Domingos Danísio Feitosa de Castro “Leandro” e José Lauro Matos Celestino.
- 15 - Toma posse na Cadeira nº. 33, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, Noemi Elisa Costa de Soriano Aderaldo (*Noemi Elisa Aderaldo*), sendo saudada por Horácio Dídimo Pereira Barbosa Vieira.
- 30 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, *Vladir Pontes Menezes*.
- 31 - Às 20h30 o *Grupo Cidade de Comunicação (ou Patriolino Ribeiro de Sousa)* inaugura as novas instalações de sua sede, na Avenida Desembargador Moreira nº. 2055, na Estância (Dionísio Torres), o Edifício Raimundo Pessoa de Queirós que na ocasião recebeu novo nome, o do fundador do grupo, *Edifício Patriolino Ribeiro*.

Setembro

- 07 - O *Ferrovário Atlético Clube* vence o *Fortaleza Esporte Clube* por 1x0 em partida realizada no Estádio Plácido Aderaldo Castelo “Castelão”, conquistando o título no *Campeonato Cearense de Futebol*.
- 14 - Incêndio com início às 18h10, destrói a *Casa Havaí*, de propriedade de *Antônio Shirley Cruz Jucá*, na Rua Pedro Pereira.
- 16 - Instala-se a *Academia de Ciências Sociais do Ceará - ACSC*, que fora fundada em 30/06/1988, no Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA, Universidade Estadual do Ceará - UECE, com a posse de 23 acadêmicos: Francisco *Tarciso Leite*, Geraldo da Silva Nobre (*Geraldo Nobre*), João Alfredo de Sousa Montenegro (*João Alfredo Montenegro*), Francisco Josênio Camelo Parente (*Josênio Parente*), João Gonçalves de Lemos (*João Lemos*), *Pedro Sisnando Leite*, *Dorian Sampaio Filho*, *Joaquim Fernando Pimentel Fernandes*, *Maria Tereza Pires de Paula*, *Francisco José Loiola Rodrigues*, *Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes*, monsenhor *Francisco Manfredo Tomás Ramos*, *Arnoldo Parente Leite Barbosa*, *José Jucá Neto*, *Maria do Socorro Vasconcelos*, *José Teodoro Soares*, *Dimas Macedo*, *Ilailson Silveira Araújo*, *Valdelice Carneiro Girão*, César Oliveira de Barros Leal (*César Barros Leal*), *Antônio Carlos de Almeida Machado*, *Ari Bezerra Leite* e *Verahúcia Gomes Maia*.
- 30 - O Troféu *Sereia de Ouro*, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, criado por Edson Queirós e distribuído anualmente pelo Sistema Verdes Mares de Comunicação, sendo este o 18º. ano, é entregue em festa no Ideal Clube, ao industrial *Carlos Pereira de Sousa*, cardeal *José Freire Falcão*, poetisa e teatróloga *Nadir Papi Sabóia* e cantor e compositor *Raimundo Fagner* Cândido Lopes.

Outubro

- 05 - Criadas, pelo Decreto nº. 7.824, publicado no Diário Oficial do Município nº 8.970, a *Escola de 1º. Grau Santa Maria*, funcionando na Rua Cuiabá nº 1465, no Henrique Jorge – Era a antiga Escola Reverendo Teixeira Rego - e a *Escola de 1º. Grau Alvorada*, na Rua Angra dos Reis, nº. 234, no Conjunto Alvorada.

- 19 - *A terra treme* em Fortaleza, aos 30 minutos, durante poucos segundos, sendo sentido em vários locais, principalmente nos bairros de Fátima, Dionísio Torres, Praia do Futuro, Pio XII, Eusébio e também algumas localidades do interior do Estado.

Novembro

- 03 - Lançado, nos jardins da sede do jornal *O Povo*, o livro *O Povo de Novo - Memória de um jornal*, de autoria do vice-presidente da empresa, José Raimundo de Albuquerque Costa (*José Raimundo Costa*).
- 04 - No *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, toma posse a historiadora *Valdelice Carneiro Girão*, substituindo Raimundo Girão.
- 14 - Inaugurada a *Casa de Parto da Água Fria*, na Favela do Dendê, iniciativa da Associação dos Moradores do Dendê.
- 15 - Realizam-se eleições para prefeitos e vereadores em Fortaleza. Para reger os destinos da Cidade, foram candidatos: *Aguiar Júnior*, vice: *Lalinha Pimentel*; *Ciro Ferreira Gomes (Ciro Gomes)* - vice: *Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães)*; *Dalton Rosado* - vice: *Cristina Baddini*; *Edson Silva* - vice: *Mariano Araújo Freitas (Mariano Freitas)*; *Gidel Dantas Queirós* - vice: *Osmar Maia Diógenes (Osmar Diógenes)*; *Marcos Cals* - vice: *Ciro Régis*; *Mário Mamede Filho* - vice: *Maria Pontes*; *Pedro Gurjão* - vice: *Cláudio Marinho*; e *Francisco Batista Torres de Melo* - vice: *Eliseu Becco*.
- 17 - A casa *C. Rolim Magazine* muda-se, e inaugura sua nova sede na Rua Barão do Rio Branco nº. 1156.
- 18 - Chega a Fortaleza, pela segunda vez, a *Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima*, sendo recebida às 21h no Aeroporto Pinto Martins. A primeira vez fora em 1952.
- 19 - Morre, aos 77 anos de idade, o médico e político de esquerda José *Vulpiano Cavalcante*, cearense de Fortaleza nascido em 15/03/1911.
- 21 - Definidos os resultados da eleição do dia 15 tendo como resultado a eleição de *Ciro Ferreira Gomes (Ciro Gomes)* (PMDB/PMB) como prefeito tendo *Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães)* como vice-prefeito, que tiveram 175.138 votos; *Edson Silva* (PDT/PedoB) com o vice *Mariano Araújo Freitas (Mariano Freitas)*, teve

169.501 votos; *Gidel Dantas Queirós* (PDC/PFL) vice: *Osmar Maia Diógenes* (*Osmar Diógenes*), 91.813 votos; *Francisco Batista Torres de Melo* (PDS/PMN) vice: *Eliseu Becco*, 60.783 votos; *Mário Mamede Filho* (Frente Progressista) vice: *Maria Pontes*;;, 33.249 votos; *Pedro Gurjão* (PL) vice: *Cláudio Marinho*, 16.221 votos; *Dalton Rosado* (PH) vice: *Cristina Baddini* 13.574 votos; *Marcos Cals* (PSD) vice: *Ciro Régis*, 6.102 votos; e *Aguiar Júnior* (PJ) vice: *Lalinha Pimentel*, 5.945 votos.

Dezembro

- 05 - Morre, aos 59 anos de idade, o médico *Cândido Ribeiro da Nóbrega*, cearense de Quixadá.
- 07 - Inaugurado o edifício sede filial do Ceará, da *Caixa Econômica Federal do Ceará*, no primeiro quarteirão da Rua Guilherme Rocha que vai da Rua Sena Madureira à Rua do Rosário, local do antigo jardim do Palácio da Luz.
- 10 - A *Praça da Piedade* passa a denominar-se *Praça Salesiano Dom Bosco*, na gestão da Prefeita *Maria Luísa Fontenele de Almeida*.
- 12 - Circula o último *trem de passageiros* de Fortaleza a Crato, puxado pela locomotiva 2210-AB, dirigida pelos maquinistas *Paulo Tavares Camelo* e *Ivanildo Serafim Maia*.
- 14 - Circula o último *trem* de Fortaleza a Crateús, com a locomotiva 2226-1B, conduzida pelos maquinistas *Antônio Nogueira Costa* e *Eldeni José de Sousa*.
- 20 - Morre, aos 76 anos de idade, o médico oftalmologista *Honório Correia Pinto*, cearense de Fortaleza nascido em 17/09/1912, ex-deputado estadual, constituinte de 1947.
- 20 - *Chuva* de 71,6mm cai sobre Fortaleza causando transtornos vários, entre eles inundações, desabamentos, queda de árvores, engarrafamentos e deixando muitos desabrigados.
- 21 - Suspensa a intervenção no *Banco do Estado do Ceará - BEC*, que volta a ser administrado pelo governo estadual, e o presidente *João Batista Santos* permanece.
- 26 - Entra no ar a *Rádio FM Tempo*, de *Jaime Azulay* e *Carmen Lúcia Dummar* Azulay.
- 28 - Morre, aos 71 anos de idade, o agrônomo *Gustavo Augusto Lima*,

- ex-prefeito de Lavras da Mangabeira, foi suplente de deputado estadual e exerceu o cargo de sub-assistente da Secretaria de Agricultura, além de servidor do Tribunal de Contas de Ceará. Nascera a 05/01/1917 em Lavras da Mangabeira.
- Com a promulgação da Constituição Federal a *Guarda Municipal* recebe a denominação de *Guarda Municipal de Fortaleza*, incorporando nova estrutura organizacional, quando passa a subordinar-se à Secretaria de Administração do Município.

Janeiro 1989

- 01 - *Ciro Ferreira Gomes (Ciro Gomes)* recebe das mãos de *Maria Luísa Fontenele* de Almeida, o cargo de prefeito de Fortaleza, tendo como vice *Juraci Vieira Magalhães (Juraci Magalhães)* que assumiria o cargo após a renúncia de *Ciro* para candidatar-se ao governo do Estado.
- 08 - Morre, em Fortaleza, o médico *Paulo Marcelo Martins Rodrigues*, vítima de enfarte agudo no miocárdio e edema pulmonar. Era professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC e médico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Era nascido em Fortaleza no dia 29/12/1933.
- 13 - Toma posse na Cadeira nº. 21, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o jornalista e jurista *Francisco Osmundo Pontes*, sendo saudado por *Manuel Eduardo Pinheiro Campos (Eduardo Campos)*.
- 15 - O Governo Federal lança novo pacote econômico mudando a unidade monetária de *Cruzado* para *Cruzado Novo* e congela preços e salários por tempo indeterminado.
- 21 - Morre, aos 75 anos de idade, *Oswaldo de Oliveira Riedel*, membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*. Nascera em 20/07/1913.
- 25 - Forte *chuva* (81.2mm) cai sobre Fortaleza na madrugada e na manhã, causando transtornos principalmente na periferia, com desabamentos e inundações.
- 25 - Toma posse na Cadeira nº. 35, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o médico e escritor *Antônio Argos Ponte de Vasconcelos*

(*Argos Vasconcelos*), sendo saudado por Manuel Eduardo Pinheiro Campos (Eduardo Campos).

- 28 - Eleita *Rainha do Carnaval*, no Grêmio dos Ferroviários, *Leticia Menescal*, candidata da Sociedade Esportiva e Cultural Arco-Íris. *O Rei Momo* é Paulo Sérgio, o *Paulão I e Único*.

Fevereiro

- 05 - Morre, aos 90 anos, o agricultor, criador, engenheiro agrônomo Paulo de Almeida Sanford (*Paulo Sanford*), ex-deputado, cearense de Sobral, nascido em 17/08/1898.
- 05 a 07 - O *carnaval* ocorre normalmente.
- 06 - Morre em Fortaleza, aos 78 anos de idade, o jornalista e contabilista Olavo Euclides Araújo (*Olavo Araújo*), ex-proprietário do jornal *Gazeta de Notícias*. Era cearense de Sobral nascido a 20/07/1911.
- 20 - Suicida-se, às 17h, com um tiro no ouvido, aos 50 anos de idade, o jornalista Francisco Ezaclir Pereira, que assinava-se *Ezaclir Aragão*. Foi sepultado no Cemitério Parque da Paz.

Março

- 03 - Em apartamento na Rua Silva Paulet, nº. 2355, Bloco D, apartamento 205, ocorre a sessão de instalação do *Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB*. Assinaram a ata de instalação no Ceará, Moema Correia São Thiago (*Moema São Thiago*), Benedito Cleyton Veras Alcântara (*Beni Veras*), Francisco Antônio Barros Farias, Maria da Natividade Pinho Belém Rocha, César Augusto Couto Martins, Luís de Melo Andrade Filho e Luzia Leite Ferreira.
- 05 - Chega a Fortaleza o presidenciável Roberto Freire, deputado pernambucano do *Partido Comunista Brasileiro - PCB*.
- 06 - Assume, pela segunda vez, a Presidência do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o escritor Mozart Soriano Aderaldo, substituindo o professor Antônio Martins Filho.
- 16 - Em Fortaleza o presidenciável Guilherme Afif Domingues (PL).
- 26 - Às 10h28 a terra *treme* em Fortaleza, sendo sentido em vários bairros.

- 26 - Morre, aos 71 anos incompletos, o professor e filósofo Francisco *Alcântara Nogueira*, sendo seu corpo velado na Faculdade de Direito, de lá saindo no dia seguinte para o Cemitério de São João Batista. Era cearense de Iguatu nascido em 15/04/1918.
- 27 - Chega em Fortaleza o presidenciável *Mário Covas*, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 27 - O *Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade - Iprede*, muda-se, de uma enfermaria do Hospital Infantil Albert Sabin para a sede própria, na Rua Professor Carlos Lobo, nº 15, na Cidade dos Funcionários.

Abril

- 07 - Reinaugurada, após reforma, a sede social do *Ceará Sporting Club*, na Avenida João Pessoa nº. 3532, no Benfica.
- 12 - Morre em Fortaleza, José Guilherme Girão Vieira (*J. G. Vieira*), comerciante.
- 16 - Fundado o *Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Sintsef*, com sede na Rua 24 de Maio nº. 1201, com fundos para a Rua General Sampaio, na Praça Clóvis Bevilacqua.
- 16 - Morre, aos 83 anos de idade, o comerciante *Almino Loiola* de Alencar, cearense de Araripe nascido em 01/01/1906, que foi deputado estadual.
- 21 - Abre-se, na Galeria Antônio Bandeira, no sub-solo da Praça do Ferreira, sob o patrocínio da Fundação Cultural de Fortaleza, sob a presidência de Augusto Pontes, o *XXXIX Salão de Abril* (deveria ser o XL), homenagem ao pintor José Fernandes de Alencar (J. Fernandes).
- 22 - Em Fortaleza o artista Paulo César Farias (*Paulinho da Viola*), que faz apresentação no Imperial Othon Palace.
- 26 - Morre, em Fortaleza, aos 78 anos de idade, o bacharel em Direito, professor, escritor e poeta *José Valdivino* de Carvalho. Era cearense de Água Verde, Pacatuba, onde nascera em 25/02/1911. Membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*.
- 27 - Instala-se a *Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão - Cepimar*.

Maio

- 04 - Fundado em Fortaleza o *Sindicato dos Corretores de Seguros e de Capitalização no Estado do Ceará - Sincorce*, no Edifício Alvorada, sala 515, na Rua Perboyre e Silva nº. 111, Centro, tendo como Presidente *Manoel Sousa*
- 11 - Toma posse no comando da *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - EAM*, o capitão-de-fragata *José Luís Freitas Pereira*, substituindo *Napoleão Bonaparte Gomes*, do mesmo posto.
- 11 - Em Fortaleza o presidenciável, senador *Marco Maciel* (PFL).
- 30 - Conferido ao professor e escritor *Clodomir Teófilo Girão*, pela Câmara Municipal de Fortaleza, o *Título de Cidadão de Fortaleza*. Ele era natural de Morada Nova.

Junho

- 05 - Reinaugurada a *Praça Clóvis Bevilacqua*, após reforma que durou muitos anos em virtude da construção de uma caixa d'água subterrânea
- 06 - Chega, pela madrugada, em Fortaleza, o presidenciável *Luís Inácio Lula da Silva*, do Partido dos Trabalhadores (PT), para lançamento oficial no Estado, da Frente Popular Brasil, coligação formada pelo PT, PV, PSB e PCdoB, com vistas à sucessão presidencial.
- 08 - Morre, aos 91 anos de idade, em São Benedito, onde nasceu, o agropecuarista Francisco Júlio Filizola (*Chico Filizola*), ex-deputado estadual. Nascera no dia 25/11/1897.
- 08 - Morre, aos 72 anos de idade, o médico cirurgião traumatologista da UFC e do IAPC Paulo de Melo Machado (*Paulo Machado*), cearense de Fortaleza nascido a 09/08/1917.
- 08 - O empresário *José Dias de Macedo* recebe, às 20h, da Presidência da Assembléia Legislativa do Ceará, a *Medalha Edson Queirós*, por ter sido escolhido o *Empresário do Ano*.
- 24 - O *Estádio Plácido Aderaldo Castelo*, o *Castelão* é interditado após vistoria causada pelo desabamento de uma parte da estrutura de concreto, sendo os jogos transferidos para o Estádio Presidente Vargas.

Julho

- 03 - A Empresa J. Melo Importação e Exportação, dos *Mercadinhos São Luís*, adquirem os *Supermercados Bom Preço S. A.*
- 05 - Abre-se, no espaço cultural do Palácio da Abolição, a exposição *Fortaleza Tempos de Guerra*, formada por manifestações culturais dos anos 1940, bem como fotografias do *Arquivo Nirez* sem que fosse dado o devido crédito.
- 10 - Fundada em Fortaleza a *Funerária Ternura*, localizada na Rua Padre Valdivino nº 2255, na esquina com a Rua Ildefonso Albano.
- 22 - Morre, aos 71 anos de idade, a professora e escritora Cândida Maria Santiago Galeno (*Nenzinha Galeno*), cearense de Russas, CE, nascida em 18/03/1918. Pertencia à *Academia Cearense de Letras - ACL*, à Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno e à Associação Profissional dos Escritores do Ceará.
- 24 - Cai um *avião bimotor* na lagoa de Parangaba, às 19h, sendo resgatados, com vida, os dois tripulantes, piloto e co-piloto.

Agosto

- 04 - Repercute de maneira dolorosa na Cidade a morte do compositor, instrumentista e cantor *Luís Gonzaga* do Nascimento, o criador do baião urbano e grande parceiro do cearense Humberto Cavalcanti Teixeira (*Humberto Teixeira*). Nascera em Exu, PE, em 13/12/1912.
- 13 - Muda-se, do Palácio da Luz, na Rua do Rosário nº 1, para o Palácio da Abolição, na Avenida Barão de Studart, a pinacoteca da *Casa de Cultura Raimundo Cela*.
- 16 - *Eclipse* total da lua é observado em Fortaleza com início às 21h30, terminado às 3h do dia seguinte.
- 18 - Chega a Fortaleza, em campanha para a presidência da República, o candidato Leonel de Moura Brizola (*Leonel Brizola*), do Partido Democrata Trabalhista - PDT.
- 27 - O *Ceará Sporting Clube* vence partida decisiva do *Campeonato Cearense de Futebol*, derrotando o *Tiradentes* por 2x0 no Estádio Plácido Aderaldo Castelo, “Castelão”, sagrando-se Campeão.
- 30 - Morre o jornalista, poeta, escritor e historiador *Nertan Macedo* de

Alcântara, membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*.
Nascera no Crato, CE, em 20/05/1929.

Setembro

- 01 - Morre, aos 32 anos de idade, o jornalista e radialista Francisco José Rodrigues dos Santos (*Franzé Rodrigues*), do Diário do Nordeste e da Rádio Universitária FM. Foi sepultado no Cemitério de São João Batista.
- 07 - Incêndio destrói a loja *Samasa*, na Rua Major Facundo, na Praça do Ferreira, debelado pelo Corpo de Bombeiros após várias horas de trabalho. A polícia técnica considerou o incêndio criminoso.
- 07 - Lançada a pedra fundamental da *Casa da Indústria*, do Ceará, com a presença do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco.
- 14 - Morre, aos 98 anos de idade, o médico *José Deusdedit de Vasconcelos*, nascido em Santana do Acaraú a 15/12/1890. Foi o primeiro diretor da Assistência Municipal de Fortaleza, hoje Instituto José Frota.
- 15 - Circula o último número do Jornal do Dorian, *JD - A Coragem de dizer*, que começou a circular no dia 13/08/1985, sob a responsabilidade do político de oposição e jornalista *Dorian Sampaio*.
- 15 - A *Academia de Medicina* dá posse, às 20h30, aos cardiologistas Eduardo Régis Monte Jucá (*Régis Jucá*), *Glaura Férrer Dias Martins* e *Heládio Feitosa*, no Auditório Castelo Branco da Reitoria da Universidade Federal do Ceará - UFC, na Avenida Treze de Maio nº. 2694, no Benfica.
- 21 - Toma posse na Cadeira nº 24 da *Academia Cearense de Retórica*, cujo patrono é Leonardo Ferreira da Mota Filho (*Leonardo Mota*), a escritora Raimunda Olga Monte Barroso (*Olga Barroso*), sendo saudada pelo magistrado Francisco Osmundo Pontes.
- 23 - Pousa no Aeroporto de Fortaleza um pequeno monomotor pilotado pela enfermeira australiana *Gabrielle Kennard*, que empreende uma volta ao mundo solitariamente em homenagem à aviadora norte-americana Amelia Earhart, que pretendia o feito mas desapareceu após passar por Fortaleza em 1937.
- 29 - O Grupo Edson Queirós através da TV Verdes Mares faz a entrega,

em solenidade realizada no Ideal Clube, do *Troféu Sereia de Ouro* a quatro personalidades que projetaram o Ceará: o presidente da Câmara de Deputados Antônio *Paes de Andrade*, a artista plástica Heloísa Ferreira Juaçaba (*Heloísa Juaçaba*), o médico urologista José Edson Pontes e o presidente do Conselho Estadual de Educação, Cláudio Martins. O Troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queirós, sendo este ano o 19º. de sua criação.

Outubro

- 11 - Falece, aos 84 anos de idade, o advogado e ex-deputado estadual em três mandatos, *Samuel Lins Cavalcante*, cearense de Crateús nascido a 07/01/1905.
- 19 - Toma posse, na Cadeira nº. 11, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, vaga com a morte de *José Valdivino de Carvalho*, o escritor *Dimas Macedo*, sendo saudado por Rafael *Sânzio de Azevedo*.
- 26 - Chega a Fortaleza o líder comunista *Luís Carlos Prestes*, que participa da campanha de Leonel de Moura Brizola (*Leonel Brizola*), do Partido Democrata Trabalhista - PDT, à Presidência da República.
- 29 - Morre, às 13h, em Fortaleza, vítima de câncer da próstata, aos 66 anos de idade, o tenente *José Francisco Cadete*, herói da 2ª Guerra Mundial, e fundador da *Associação Nacional dos Veteranos da FEB - ANVFEB - Seção Regional do Ceará*, hoje nome de praça no Montese, onde existe um busto seu, como os demais, todo grafitado. Seu corpo é velado na ANVFEB sendo levado no dia seguinte para o Cemitério de Cascavel onde é sepultado. Nascera a 06/07/1922 em Cascavel, CE.

Novembro

- 04 - Em Fortaleza o candidato à Presidência da República, *Roberto Freire*, do *Partido Comunista Brasileiro - PCB*.
- 06 - *Luís Inácio Lula da Silva*, do Partido dos Trabalhadores - PT, está em Fortaleza participando de comícios pela sua candidatura à Presidência da República.
- 08 - Em Fortaleza, o candidato à Presidência da República Leonel de Moura Brizola (*Leonel Brizola*), do Partido Democrata Trabalhista

- PDT, para campanha política, realizando, à noite, um grande comício na Praça José de Alencar.
- 12 - Chega a Fortaleza o candidato à Presidência da República, *Mário Covas*, do PSDB, para fazer sua propaganda.
- 14 - Morre, no Rio de Janeiro, aos 77 anos de idade, o escritor e repórter cearense *José Edmar Morel*, nascido em Fortaleza, a 17/03/1912.
- 15 - Todos os eleitores vão às urnas para escolher seu candidato a Presidência da República, existindo muitos candidatos, sendo os principais *Leonel de Moura Brizola (Leonel Brizola)* (PDT), *Luís Inácio Lula da Silva* (PT), *Fernando Color de Melo* (PRN), *Paulo Salim Maluf (Paulo Maluf)* (PDS), *Ulisses Guimarães* (PMDB), *Roberto Freire* (PCB), *Mário Covas* (PSDB), *Guilherme Afif Domingues* (PL), *Aureliano Chaves* (PFL), *Ronaldo Caiado* (UDR) e *Enéas Carneiro* (Prona).
- 21 - A Superintendência da *Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA* no Ceará, que era subordinada ao Recife desde 15/11/1969 ganha autonomia, sendo superintendente o engenheiro *Rui do Ceará*.
- 23 - Abre-se, no Cine São Luís, o *VI Festival Internacional de Cinema, Televisão e Vídeo do Rio de Janeiro, FestRio-Fortaleza*, versão 89, com a exibição do filme *A Sociedade dos Poetas Mortos*.
- 26 - Morre, aos 78 anos de idade, o comerciante e agropecuarista *Cândido Ribeiro Neto*, ex-deputado estadual, natural de Aurora, nascido a 28/10/1911.
- 27 - Falece, em Juazeiro do Norte, aos 89 anos de idade, o juiz e ex-deputado estadual *José Monteiro de Macedo*, paraibano de Cabaceira nascido em 02/09/1900.
- 27 - Reabre a loja *Samasa*, com três frentes, para a Rua Major Facundo, Rua Liberato Barroso e Rua Barão do Rio Branco, 20 dias após ter sido destruída por um incêndio.

Dezembro

- 01 - Criação da *Faculdade de Veterinária*, com o desmembramento do Curso de Medicina Veterinária do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará - UECE (Resolução nº. 54d).
- 02 - *Incêndio* criminoso destrói três armazéns de cereais na Rua

Meton de Alencar, na Praça Paula Pessoa, em frente ao Mercado São Sebastião.

- 17 - Eleito, no segundo turno, presidente do Brasil, o *playboy Fernando Color de Melo* do PRN, tendo como vice Itamar Augusto Cautiero Franco (*Itamar Franco*). Concorria com Luís Inácio *Lula* da Silva, do PT.
- 22 - Toma posse no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, *José Borges de Sales*.
- 27 - Falece, em Juazeiro do Norte, aos 89 anos de idade, o juiz e ex-deputado estadual *José Monteiro de Macedo*, paraibano de Cabaceira.
- 31 - Chegam em Fortaleza os dois primeiros *ônibus sanfonados* da marca Volvo, com capacidade para 200 passageiros, pertencente à CTC, que em fase experimental rodarão nos corredores de tráfego da Avenida Bezerra de Menezes/Mister Hull, Avenida José Bastos, e Avenida Aguanambi/BR-116. São conhecidos no Sul do País por “papa-filas”.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE passa a fornecer dados censuais ano a ano; até então os *recenseamentos* eram feitos de dez em dez anos. Neste ano vamos encontrar Fortaleza com uma população de 1.763.546 habitantes.

Os 200 anos da vinda da Família Real para o Brasil (1808 - 2008)

ELMO VASCONCELOS*

O Brasil comemorou com festas, palestras e publicações várias o transcurso dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos. Não resta dúvida de que foi um acontecimento ímpar de nossa História. Assim entendendo, achamos oportuno registrar a grande efeméride em nossa revista, embora fazendo um relato rápido.

Na história, todos os acontecimentos são precedidos por fatores de ordem econômica, política, cultural e outros. Para entendermos os fatos, vamos didaticamente nos aproximar deles. Primeiramente, falaremos da Revolução Francesa.

Começemos pelas causas políticas: como sabemos, a França era o País mais importante da Europa na época. Era o modelo que os demais países copiavam. A sociedade francesa estava dividida em três classes: clero, nobreza e o povo. As duas primeiras classes gozavam de grandes privilégios, mas o terceiro estado, o povo, só tinha obrigações e deveres. O governo era absolutista, o rei tudo podia.

Os intelectuais franceses eram sensíveis ao sofrimento do povo. VOLTAIRE, com sua teoria política liberal, pregava mudanças. MONTESQUIEU, pensador profundo, autor do *Espírito das Leis*, preconizava uma nova concepção de Estado. Acreditava na importância do fator geográfico para a cultura. ROSSEAU, no seu *Contrato Social*, lançou novas idéias sobre o poder soberano do Estado.

Novas teorias econômicas, representadas por MIRABEAU, TURGOT, pregando o *laissez-faire*, ao mesmo tempo em que, na Inglaterra, ADAM SMITH, no seu grande livro, *A Riqueza das Nações*, pregava um Estado que não intervisse tanto na economia e afirmava

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

que o trabalho, mais que a natureza e a agricultura, era a fonte de todas as riquezas.

Veio a Revolução em 1789. O rei Luiz XVI convocou os Estados Gerais, mas a assembléia foi dominada pelo terceiro estado, que pregava a abolição de todos os privilégios feudais, a secularização da Igreja e o confisco de seus bens e a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O rei foi deposto, preso e logo depois guilhotinado. Instituiu-se a República, e a Assembléia passou a ser dirigida pelos radicais seguidores de ROBESPIERRE. Foi a época do terror!

Toda Europa reagiu com pavor e coligaram-se contra a França revolucionária. O novo governo francês, republicano, não se deixou amedrontar! Aos brados de a República está em perigo e ao som do hino revolucionário, A MARSELHESA, organizaram um exército popular que enfrentou o resto do continente e afastou o perigo da invasão.

Nesse contexto revolucionário, apareceram grandes chefes militares, sendo a maior deles, NAPOLEÃO BONAPARTE.

O jovem general, aos 26 anos de idade, notabilizou-se nas campanhas da Itália e depois no Egito. Aos 30 anos de idade, tornou-se o primeiro cônsul e virtualmente o ditador da França.

Com ele, a Revolução Francesa tomou novo rumo, mais conservador. Em 1805, depois de enfrentar vitoriosamente os exércitos europeus, tornou-se Imperador da França, dando um novo sentido à Política Francesa, criando uma nova Aristocracia, não de sangue, mas baseada no dinheiro e no valor militar, intelectual e em outros valores.

Napoleão foi um gênio militar e também administrativo. Reorganizou a França, combatendo as inseguranças das estradas, reorganizou a educação, e promulgou o Código Civil que serviu de modelo para todo o mundo. Criou também a Legião de Honra para premiar os grandes homens, com dinheiro, honra e pensões vitalícias. Combateu a corrupção e estimulou o comércio; criou uma burocracia competente a qual aliou-se a uma elite militar.

A situação da Inglaterra

Napoleão venceu a todos seus inimigos, menos a Inglaterra, isolada do continente por ser uma ilha e por possuir a maior marinha do

mundo. Ela era a senhora dos mares... Além disso, a Inglaterra era um país rico, possuía uma burguesia esclarecida que tinha iniciado a Revolução Industrial. Mas ela precisava negociar, vender seus produtos manufaturados. Ela precisava negociar principalmente com os países americanos a fim de vender seus produtos industriais. Incapaz de invadir a Inglaterra, Napoleão decretou o Bloqueio Continental, proibindo a Europa de negociar com ela.

A situação de Portugal

País pequeno, situado no sul da Europa, pobre de recursos e de população, mas senhor de um império colonial grande na América, África e Ásia.

Era porém, dependente econômica e militarmente da Inglaterra.

A sua classe dominante era de mentalidade muito conservadora e católica. O Marquês de Pombal, através de suas reformas, procurou modernizar Portugal, mas não conseguiu. Para sobreviver, Portugal não podia abrir mão do monopólio do comércio exterior colonial com o Brasil.

Pressionado pelos franceses e pelos ingleses, o rei de Portugal viveu momentos difíceis...

A invasão francesa

Napoleão que já tinha invadido a Espanha, cansado das negativas da corte de Lisboa, resolveu invadir Portugal também. Como sabemos o Rei Dom João VI, acompanhado de toda a corte e com a proteção inglesa, fugiu para o Brasil onde chegou em janeiro de 1808.

A chegada da Família Real ao Brasil

Depois de uma travessia marítima de sessenta dias, muito cansativa e desconfortável, a comitiva real desembarca em Salvador, sendo recebida com muitas festas. Chegando a Salvador, Dom João VI encontrou-se com José Maria Lisboa, o futuro Visconde do Cairu, que tinha sido um dos maiores alunos da Universidade de Coimbra, admirador de Adam Smith (pai do liberalismo econômico e contrário aos monopó-

lios), homem que acreditava no livre comércio e na livre concorrência. Ele influenciou o príncipe na decisão de abrir os portos às nações amigas.

Dom João VI seguiu seu conselho e decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas.

A medida rompia o Pacto Colonial. Ela beneficiou principalmente a Inglaterra, que obteve vantagens nas tarifas alfandegárias e também porque a Inglaterra era o único país realmente industrializado capaz de invadir os portos brasileiros com seus produtos manufaturados. A partir daí, o Brasil passou a gravitar na órbita do capitalismo inglês.

O decreto da abertura dos portos era provisório – já em julho do mesmo ano, a medida restringia a atividade exportadora aos portos do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Também restringia a navegação de cabotagem entre os portos nacionais aos navios de bandeira portuguesa.

Apesar das restrições posteriores, o decreto da abertura dos portos foi um marco da transição do Brasil, de colônia a Estado soberano.

O decreto continha uma diretiva liberal e esclarecida – era contra os malefícios dos monopólios e práticas comerciais.

A montagem do estado português no Brasil

Poderíamos falar ainda na montagem do Estado Português no Brasil, toda a máquina administrativa, militar e religiosa teve de ser montada aqui. O Estado soberano português foi recriado no Brasil.

A burocracia generalizada, pouco eficiente, o apadrinhamento, o nepotismo, tudo como existia em Portugal.

O tratado de 1810 com a Inglaterra

Os tratados de aliança e amizade e de comércio e navegação com a Inglaterra fizeram com que o Brasil passasse a gravitar na órbita do capitalismo inglês, o mais avançado da época, pois a Revolução Industrial começara lá.

A Inglaterra obteve vantagens, tarifas alfandegárias e preferências nos portos brasileiros:

- Os produtos ingleses pagavam 15% do imposto;
- Os portugueses pagavam 16% do imposto;
- E outras nações pagavam 24% do imposto.

Os comerciantes de Lisboa foram praticamente afastados dos portos brasileiros!

Para o Brasil, a possibilidade de desenvolvimento industrial foi afastada com a ausência da proteção alfandegária.

O tratado também impôs limitações à soberania portuguesa: os cidadãos ingleses residentes no Brasil gozavam de imunidades – só podiam ser julgados por um juiz inglês residente no Rio de Janeiro!

Essas vantagens e privilégios para os ingleses permaneceram por alguns anos. Apesar disso, a abertura dos portos foi muito importante para o Brasil.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e a Algarves

Desde 1809, os franceses tinham sido expulsos de Portugal. O general inglês Beresford era o virtual ditador de Portugal.

Aos ingleses não interessava a volta da família real a Portugal. Os comerciantes de Portugal poderiam pressionar Dom João a restabelecer o monopólio, o que os prejudicaria.

Outro fator importante: os portugueses sentiam-se muito bem no Brasil – país grande – e o Rio de Janeiro era muito agradável. Muitos deles compraram terras aqui e casaram-se com brasileiras.

Em 1815, Napoleão foi derrotado em Waterloo e as potências vencedoras se reuniram no Congresso de Viena para restaurar o mapa político europeu.

Portugal deveria participar, mas estava dependente dos ingleses.

Para que pudesse participar, o Brasil, como sede da monarquia portuguesa, foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e a Algarves.

A cooptação da elite brasileira

Para ganhar a simpatia da elite, Dom João VI distribuiu fartamente os títulos de nobreza e títulos da Ordem de Cristo; Ordem

de Santiago; Ordem de São Bento de Aviz; Ordem da Torre e Espada e outras.

Em 12 anos, mais de 3.000 brasileiros foram agraciados com títulos honoríficos.

Eles não eram hereditários, nem implicavam em vantagens materiais, significavam apenas prestígio, status, satisfação pessoal e senso de obrigação para com a coroa portuguesa.

Os títulos tinham nomes de rios, províncias, acidentes geográficos, locais de batalhas, etc.

Foram escolhidos personagens importantes, grandes proprietários rurais, comerciantes, magistrados, políticos e militares.

A velha aristocracia européia, orgulhosa dos seus antepassados, de sua eugenia, olhava com certa ironia a nossa que, segundo eles, era novíssima, uma aristocracia tropical... Lembremos que o Brasil é o único país americano que tem um passado monárquico.

Concluindo, podemos afirmar que a vinda da família real para o Brasil trouxe imensa vantagem para nós. Basta lembrar a fundação do Banco do Brasil, a Imprensa Régia, a Academia Militar, as primeiras instituições de Ensino Superior (Medicina e Direito), a criação do Jardim Botânico, a Fábrica de Pólvora, a Biblioteca Real, a Academia de Belas-Artes, a vinda da missão francesa com Debret e outros artistas, etc.

Enfim, a transmigração da Família Real foi um dos acontecimentos mais importantes de nossa história.

DISCURSOS

Saudação à professora Maria Clélia Lustosa Costa como sócia do Instituto do Ceará

VALDELICE CARNEIRO GIRÃO*

Estamos hoje em festa, e esta festa tem significado especial, mudanças na Casa do Barão de Studart com a aceitação de mais uma mulher como Sócia Efetiva, que sucede o consócio Marcelo Caracas Linhares. Alguns anos atrás, isto não era comum.

Em 2001, escrevi na *Revista do Instituto*, reclamando que o nosso sodalício, com 114 anos de existência e um número de 126 membros, até aquele momento, só elegera para seu quadro social, cinco mulheres. Parece que a minha reclamação surtiu efeito, pois logo chegaria a esta Casa a Professora Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, prima de Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos, a primeira mulher a receber as honras de Sócia Efetiva da Instituição. Apesar da descendência ilustre, filha de um dos fundadores do Instituto, destacando-se pela sua inteligência e cultura, uma vez que falava corretamente português, inglês, francês e alemão, dedicando-se por mais de 30 anos ao magistério, como professora dos cursos de Geografia e História Geral da Escola Normal do Ceará, além de jornalista e escritora de renome, sofreu restrições.

A ata da revista de 5 de junho de 1930, publicada no tomo XLV, do ano de 1931, documenta que o Sócio Efetivo do Instituto Dr. Antônio Teodorico da Costa, na sessão de posse da Professora Júlia de Vasconcelos, usou da palavra para reafirmar seu ponto de vista contrário à participação do elemento feminino, em certames científicos e concluiu pedindo “que a nova sócia se lembrasse sempre que um membro daquela assembléia se opusera ao seu ingresso no seio do Instituto”.

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Nas atas analisadas, não encontrei nenhuma outra presença da sócia eleita. A Professora Júlia mudando-se depois para o Rio de Janeiro, passou a sócia honorária. Na vaga deixada, em 1936, tomou posse a Professora Maria Rodrigues Peixe, conhecida pelo pseudônimo de Alba Valdez. Não pertencia a elite social, como sua antecessora, nem por isso podemos classificá-la menos culta.

Segundo o Dr. Eusébio de Sousa “sua atividade, exercida, durante o período de 32 anos, não se restringiu ao âmbito da escola primária, a qual dedicou o maior carinho, apesar das circunstâncias precárias em que se debatia o professorado miseravelmente pago”. Os árduos encargos do magistério aguçaram seu espírito de luta pela liberdade e amor ao próximo. Fundou a Liga Feminista Cearense, da qual foi presidente e cuja finalidade era trabalhar pelo soerguimento intelectual da mulher no Ceará. Tomou parte ativa no Centro Literário da Bohemia e do Iracema Literário. Pertenceu a Sociedade Cearense de Geografia e História e foi a primeira mulher a ser eleita Sócia da Academia Cearense de Letras, de cuja cadeira, nº. 22 é patrono Justiniano de Serpa.

No Instituto do Ceará, a professora Alba Valdez participou ativamente. Foi membro da diretoria por mais de uma vez; como Bibliotecária, Membro da Comissão de Ciências e Letras, assumindo, também, a 2ª Vice-Presidência; cargos existentes no estatuto da época.

Apesar dos currículos das suas antecessoras, só trinta e dois anos depois, em 1968, entrava para confraria a também professora Dra. Zélia Sá Viana Camurça; Maria da Conceição Sousa recebeu o título após 23 anos, em 1981. Valdelice Carneiro Girão em 1988. Em 2002, tomou posse a Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.

Felizmente as restrições ao elemento feminino no Instituto do Ceará estão desaparecendo. A mulher já participa das iniciativas da Agremiação como membro da Diretoria e outras atividades.

Minhas senhoras e meus senhores. Está chegando ao nosso Sodalício um elemento que já se fazia necessário para completar seu quadro social – um Geógrafo, ou melhor uma Geógrafa. A Professora Maria Clélia Lustosa Costa é licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, Bacharel em Geografia, pela mesma Universidade, em Estudos Urbanos e Regionais; Mestre em Geografia pelo Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, com a Dissertação: *Cidade 2000: Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza*.

Com uma produção científica alentada, com livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais; trabalhos apresentados e publicados em Congressos, destacando-se entre eles: - “Desigualdade sócio - espacial e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza” - In Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina - Bogotá: Universidade da Colômbia; as “Disparidades nos Índices Educacionais na Região Metropolitana de Fortaleza - In Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Branco – Acre”; “Água e Saúde Pública na cidade de Fortaleza do Século XIX - Anais do VIII Simpósio de Geografia Urbana, Recife – Pernambuco”; “Os Serviços Urbanos na Fortaleza do Século XIX” - In Anais do XII Encontro Nacional da AGB, Florianópolis.

Pelo currículo da Professora Clélia conclui-se que se trata de uma pesquisadora; qualificação indispensável àqueles que desejam ingressar na instituição cultural, mais antiga do nosso Estado: o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

A Instituição, tida como o ápice da cultura do Ceará, precisa cada vez mais alargar seu campo de atividade e divulgar os estudos, e, para isto, será preciso penetrar no âmbito fértilíssimo das pesquisas e descobertas aptas a fornecer as desejadas e indispensáveis interpretações .

A vida do Instituto, ao longo de 121 anos, seria impossível de resumir em poucas páginas de inúmeras pesquisas a instituição já se tem ocupado, e muito ainda se poderá dizer, de sua profícua atividade.

Cento e vinte e oito números de sua revista e inúmeras outras publicações de sua responsabilidade, inclusive a alentada coleção inicializada pelo Mestre Thomáz Pompeu Sobrinho, intitulada *Grande História do Ceará*, em número de 26 estudos, dos quais apenas 7 foram publicados. Entre eles *História Econômica do Ceará* de Raimundo Girão; *Pré – História, Proto-História do Ceará* de Thomaz Pompeu Sobrinho, *História do Ensino no Ceará* de Plácido Aderaldo Castelo, *História Militar* de Eusébio de Sousa e *História da Literatura Cearense* em 4 volumes de Dolor Barreira, a *História das Secas* de Joaquim Alves. Plano que mereceu de José Honório Rodrigues a classificação de um “empreedimento monumental e mais amplo jamais tentado por qualquer instituição histórica regional” Por que não reativá-lo?

Não somente pelo realizado e a realizar, deveria merecer o Instituto do Ceará, o apoio de todos, inclusive dos poderes públicos,

mais ainda pelo significado do elenco de sócios efetivos, gente da importância do Barão e ainda pelo não menor brilho de seus onze companheiros fundadores desta entidade.

Temos que aceitar que as mudanças no Instituto já se fazem necessárias. Em primeiro lugar, a reforma do Estatuto, com normas que nos levem a escolha de candidatos a sócios efetivos, intelectuais, que, além de cultos, sejam comprometidos com a instituição e sua história.

Não podemos esquecer que estamos formando futuros dirigentes da agremiação mais antiga do Ceará.

A verdade é que além das dificuldades financeiras que é acrescida, a cada dia; a participação dos sócios, no momento, não condiz com o pensamento daqueles entusiásticos da História.

O quadro social composto de 40 sócios efetivos, tem hoje uma participação pequena de seus pares. Isto acontece em razão da ausência daqueles membros ativos anteriormente, hoje por força da idade e estado de saúde, são obrigados ao recolhimento doméstico; alguns passaram a residir fora do Estado, além de justificativas outras.

Não sou pessimista. Acredito que as mudanças virão: a colaboração do Governo Estadual e Municipal na manutenção desta Casa do Saber, agora belamente reformada, apta a receber a todos que desejam estudar a História, a Geografia e Antropologia do Ceará.

Os documentos estão aí, onde passaram por metucioso trabalho de digitação de todas as revistas publicadas pelo Instituto, a reorganização da fabulosa documentação da coleção Barão de Studart, Capistrano de Abreu e outros tantos.

Professora Clélia, confiamos que sua vivência no magistério e na pesquisa virá somar esforços na tarefa de bem servir a este Sodalício. Repito o pensamento do Dr. Raimundo Girão: “há necessidade cada vez maior da integração do Instituto às inteligências jovens, aos estudiosos da História da Geografia e da Antropologia”. Seja bem-vinda.

Discurso de posse de Maria Clélia Lustosa Costa como sócia do Instituto do Ceará

MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA *

É com profunda satisfação e alegria que tomo posse como sócia efetiva do Instituto do Ceará, responsável pela preservação de documentos, elaboração de estudos e divulgação da Geografia, História e Antropologia do Ceará. Este é um momento muito importante em minha vida, não só pelo que representa, mas também pelos fatores que justificaram minha indicação para esta instituição do saber, uma das mais antigas da sociedade civil, fundada em 4 de março de 1887: o fato de ser geógrafa e mulher, pontos fundamentais para a escolha pelos meus pares.

Quero prestar uma homenagem especial ao meu antecessor, o escritor e ex-deputado federal Marcelo Caracas Linhares, que morreu aos 83 anos, deixando a viúva Irismar Machado e uma vasta produção literária.

Escreveu oito livros e vários folhetos, como ele dizia, aqueles livros que não se mantinham em pé. Todos oferecidos a D. Irismar, sua âncora, sempre presente em todos os momentos, inclusive ajudando-o a superar as dificuldades na vida política. Ele dizia que Deus fora pródigo ao colocá-la em seu caminho. Em uma das suas dedicatórias afirma: “Não constituímos famílias, mas construímos um grande amor”.

Sua obra retrata seu amor pela política, pela família, por sua terra Guaramiranga. Destacam-se a *Questão religiosa, Os Caracas de Guaramiranga, Governo Linhares – transição para a democracia, Virgílio Távora – sua época, Governo Castelo Branco – isto é verdade.*

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Marcelo Linhares passou a infância em Guaramiranga. Meio autodidata, prestou o vestibular para a Faculdade de Direito e, ao mesmo tempo, foi aprovado em concurso do Banco do Brasil, uma das carreiras mais cobiçadas da mocidade de então. Transferido para a Agência de Crato e depois para a de Quixadá, preparou-se sozinho, pois vinha a Fortaleza apenas fazer as provas. No Banco do Brasil terminou a carreira como advogado.

A política estava no sangue. O pai e o irmão José foram deputados federais. O tio, Francisco Linhares Filho, deputado estadual por alguns mandatos. Outro tio, o ministro José Linhares, presidiu o Supremo Tribunal Federal e chegou a Presidência da República. Virgílio Távora também era primo, da família Caracas de Guaramiranga. No governo Plácido Castelo, Linhares ocupou a Secretaria de Planejamento do Ceará, e depois, o cargo de deputado federal por quatro mandatos seguidos.

Lúcio Alcântara o descreve como homem elegante, de agradável convívio, formando com sua mulher Irismar, um casal sempre benquisto na sociedade.

Lustosa da Costa foi um dos seus grandes amigos. Apesar da distância física e diferenças políticas e ideológicas, se comunicavam quase diariamente. Lustosa o considerava “um dos caras mais educados” que conheceu até hoje. Educado a ponto de conviver com sua postura “apaixonada diante da vida pública, sem que isso ensombrasse suas afetuosas relações”. Um dos pilares da sua amizade residia no respeito mútuo.

Aos 83 anos mantinha a coragem para trabalhar, para estudar, para ler. Lia dois livros por semana, e lamentava, pois via tanta coisa para ler. Para ele, o mais importante em um homem é o caráter, a palavra. Dizia: “Quando me perguntam o que eu sou, respondo ser apenas um contador de histórias”.

Sinto-me profundamente honrada ao tomar posse nesta instituição fundada por Paulino Nogueira, Barão de Studart, Antônio Bezerra de Menezes e Juvenal Galeno, autores que me ajudaram a compreender a formação socioespacial do Ceará e as transformações urbanas de Fortaleza. Com Paulino Nogueira percorri a história da província do Ceará por meio dos relatos dos seus presidentes. Antônio Bezerra de Menezes levou-me a percorrer o norte da província do Ceará e a co-

nhecer a Fortaleza do final do século XIX. Por meio dos livros *O Ceará no começo do século XX* e *O Ceará no centenário da Independência do Brasil*, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, entendi melhor o Ceará. Barão de Studart, com suas *Datas e fatos*, *Dicionário bibliográfico* e tantos outros livros e artigos, principalmente *Climatologia e epidemiologia do Ceará*, ajudou-me a recuperar a História e Geografia médica do século XIX. A maior parte deste conhecimento está publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, a mais antiga do estado.

Graças a eles e a tantos outros, temos hoje um grande acervo bibliográfico sobre a Geografia, a História e a Antropologia cearense. Capistrano de Abreu em carta a Barão de Studart afirmava que o Ceará era a província mais estudada do norte do país.

Tudo isto agora está disponível pelo empenho do último presidente, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, que partiu em meio a muitas realizações. Com apoio de setores empresariais cearenses, em especial o grupo Dias Branco, construiu o Memorial Barão de Studart, restaurou inteiramente as instalações e reabriu as portas do palácio de Jeremias Arruda, atual sede, à visitação. Sob sua direção, em fins de 2005, o Instituto do Ceará estabeleceu um Programa de Modernização do seu Acervo, com a construção de um site e a digitalização das *Revistas do Instituto do Ceará*, *Atas da Província do Ceará* e outras coleções valiosas. Como falou Lúcio Alcântara no momento da sua partida: Manuelito Eduardo era “extrovertido, caloroso, dono de impressionante energia, nunca capitulou diante das vicissitudes da vida. Superou tudo com altivez e incansável capacidade de produção intelectual na literatura, no teatro, na imprensa e na administração de entidades culturais, sempre atento aos avanços da tecnologia e da modernidade”.

Entre os fundadores não podemos esquecer Antonio Augusto Vasconcelos, de uma família de intelectuais, pai da primeira mulher eleita para o Instituto do Ceará, Júlia Vasconcelos. Na sessão de sua posse, o sócio Antonio Teodorico da Costa, que não votou na candidata, fez questão de reafirmar ser contrário à “co-participação da mulher nos centros de cultura lítero-científico”. Talvez quisesse lembrar que as mulheres deveriam se restringir às atividades domésticas. Júlia não retorna fisicamente ao Instituto, mas mantém-se presente com seus artigos na revista.

Zélia Camurça a descreve como a grande mestra da Escola Normal: “Uma mulher culta, para quem o português, o francês, o in-

glês, o alemão, a história, a geografia e a literatura lhes eram familiar desde os 14 anos”.

No discurso de posse, publicado na *Revista do Instituto* de 1931, Júlia Vasconcelos mostra-se antenada com os grandes avanços da ciência. Recupera a evolução do pensamento geográfico, enaltece a geografia científica e ressalta o papel de Humboldt, Ritter e principalmente de Ratzel, que colocou a “geografia sobre rígidas bases científicas”. Destaca Delgado de Carvalho, o “Ratzel do Brasil”, professor do Colégio Pedro II, pelo esforço de reconstruir a Geografia no país. Ela desejava uma Geografia como idealizou Ratzel, girando em torno das realizações humanas. Uma Geografia apresentando “conexão racional de princípios, sistematização científica de fatos, que falem à razão e tenham para o espírito o valor de uma disciplina educativa”. Para ela uma Geografia inspirada em tais moldes exigia a confecção, um roteiro seguro, o espelho vivo da sua representação material, a carta geográfica.

Critica a falta de exatidão do mapa do Ceará, pela incoerência das coordenadas geográficas, pela configuração externa inexata do nosso Estado. Defende a carta geográfica como alicerce resistente na qual repousava o edifício da Geografia. A carta rigorosamente construída, matematicamente levantada, era “o melhor espelho para esclarecer qualquer dificuldade que se apresente no labirinto multiforme das questões econômicas ou da morfologia mundial”. Lamenta que estas bases sejam muito frágeis no Ceará.

Outro ponto essencial no seu discurso é a preocupação com o ensino da Geografia. Propõe a remodelação do ensino “em que o aluno apreende a Geografia do Ceará, através do binóculo da imperfeição”. Insiste também na necessidade de elaboração de uma carta geográfica nacional, pois as existentes apresentam muitos problemas.

Depois de Júlia Vasconcelos outras mulheres virão que representam e representaram tão bem o intelectual cearense, a condição feminina. Alba Valdez instala a primeira agremiação feminina de fins culturais, ao presidir a Liga Feminista Cearense. Maria da Conceição Souza especialista na pesquisa bibliográfica, é chamada por Valdelice Girão de papisa da biblioteconomia no Ceará. Zélia Camurça, professora da Faculdade de Educação da UFC, doutora na Pensylvania, destaca-se na área da educação e da etimologia. A socióloga Rejane Vasconcelos Accioly, coordenadora do curso de pós-graduação em Sociologia da

UFC, com diversas publicações no campo da Sociologia e da Política, uma das mais recentes aquisições. E por final, temos a minha querida historiadora, professora da UFC, Valdelice Girão, uma das mais dedicadas à Casa do Barão, com vasta obra, destacando-se o livro sobre as charqueadas, referência obrigatória para pesquisadores brasileiros.

Fico feliz com o espaço que o Instituto abre para as mulheres e para a Geografia, sobretudo por serem poucas as mulheres e os geógrafos a participar do atual quadro.

Na área da Geografia temos o professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Caio Lóssio Botelho, que fez escola e sobressai na academia.

Neste ano o Instituto perdeu o professor de Geografia astronômica da Universidade Estadual do Ceará, Rubens de Azevedo, conhecido por seu empenho em difundir estes estudos no Ceará, tendo sido homenageado com o nome do planetário do Instituto Dragão do Mar. Criador da primeira associação amadora de astronomia do Brasil, a Sociedade Brasileira dos Amigos da Astronomia (SBAA) e fundador do primeiro observatório popular brasileiro. De família de grandes estudiosos, é filho do pintor Otacilio de Azevedo e da poetisa Teresa Almeida de Azevedo e irmão do Nirez, Sócio Efetivo do Instituto, referência obrigatória a todo pesquisador cearense.

Não posso deixar de mencionar o Senador Pompeu (1818-1870), autor do primeiro livro didático de Geografia, *Compêndio elementar de Geografia*, com 519 páginas, publicado em 1859, no Rio de Janeiro, e adotado no Colégio Pedro II. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, aqui representado por Isabel Lustosa, a mais nova sócia efetiva.

Estudou na Faculdade de Direito do Recife e no Seminário de Olinda. Foi professor de História e Geografia, diretor de Instrução Pública do Ceará e o primeiro diretor do Liceu do Ceará, em 1845. Na política, foi líder do Partido Liberal no Ceará, deputado geral a partir de 1845 e indicado senador pela província do Ceará, em 1864. Publicou várias obras sobre História e Geografia. Como principais trabalhos cito os dois tomos dos *Ensaio estatísticos da Província do Ceará* publicados em 1863 e 1864, com 1179 páginas – um tratado da Geografia do Ceará dos meados do século XIX. Deixou muitos descendentes ilustres, a exemplo do terceiro presidente do Instituto do Ceará – Thomaz

Pompeu de Souza Brasil, e do fundador da antropologia cearense – Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho.

Nesta oportunidade quero fazer um agradecimento póstumo ao médico José Borges Sales, que me abriu as portas da biblioteca da Academia de Medicina do Ceará e me iniciou nos caminhos da Geografia médica cearense. Através dele, conheci a obra do Dr. Vinicius Barros Leal, *História da medicina do Ceará*, muito útil nos meus estudos de Geografia médica e histórica do Ceará.

Diante de tão renomados pensadores e de todos os outros não mencionados, só me resta tentar corresponder às expectativas dos meus pares, ávidos pela presença de membro não só acadêmico, mas também interessado na produção do conhecimento na área da ciência geográfica e que viesse somar aos esforços do seu colegiado, participando ativamente das suas atividades e contribuindo para dar visibilidade científica a esta instituição centenária.

Gostaria de agradecer, também, a algumas pessoas, sem as quais eu não estaria vivendo este momento de júbilo.

Agradeço, inicialmente ao José Augusto Bezerra pela coragem de assumir a presidência do Instituto em momento tão delicado e que tem dado continuidade ao trabalho até então desenvolvido por seu antecessor.

Ao efficientíssimo tesoureiro Fernando Câmara, que faz milagres para administrar os poucos recursos desta instituição.

Ao secretário Paulo Ayrton Araújo, que de modo tão gentil, não mediu esforços para me enquadrar nos padrões sofisticados do Instituto e cumprir as formalidades.

Aos professores José Liberal de Castro e Valdelice Girão, os primeiros a me convidar para participar do Instituto do Ceará, e que são desde longas datas, minhas referências bibliográficas. Ao arquiteto Liberal de Castro pela notória contribuição para a recuperação da História e da Geografia de Fortaleza no século XIX.

Aos sócios que me indicaram, Rejane Vasconcelos Accioly, Paulo Ayrton Araújo e Valdelice Girão e ao José Filomeno Moraes, pelo parecer favorável a minha candidatura.

Em nome da Marineide Alves, minha ex-aluna do curso de Geografia da UFC, quero agradecer a todos os funcionários do Instituto que sempre me trataram com muito carinho em todas as atividades desta Casa e muito contribuíram para a beleza desta festa.

Agradeço, também, a D. Dolores, minha mãe, fundadora da Revista *Flor de Lis*, em Cajazeiras, que muito se orgulha, não da riqueza material da família, mas da educação e formação intelectual que ela e o Costa propiciaram aos 13 filhos, 50 netos, 40 bisnetos e 1 trineto.

Agradeço, ainda, ao cientista político Valmir Lopes que, com seu estilo polêmico e instigador, tem tornado nosso casamento animado nestes vinte anos de convivência.

Quero agradecer a minha família, na pessoa do meu irmão mais velho, Lustosa da Costa, o cajazeirense, mais cearense, que pelas pesquisas sobre Sobral tem recuperado não só a história do Ceará, mas o modo de vida da região norte, de meados do século XX. Como ele sempre fala em seus discursos, nossa maior riqueza são os amigos. Ao fazer a minha lista de convidados, vi o quanto eu era rica.

Quero agradecer ao Prof. Paul Claval, da Universidade Paris IV-Sorbonne que, com sua gentileza e perspicácia, me encaminhou na abordagem da Geografia histórica e cultural. Meu orientador ajudou-me a entender o papel das idéias, o impacto das mudanças de mentalidade na geração de formas, na organização do espaço, na configuração territorial, na paisagem geográfica. A compreender como a difusão de teorias, de hábitos, de valores entre a população teve efeitos significativos na ordenação das cidades brasileiras, em especial na cidade de Fortaleza.

Quero agradecer aos meus colegas das universidades cearenses (Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Universidade do Vale do Acaraú e Universidade Regional do Cariri) das várias áreas do conhecimento técnico, científico e cultural, na pessoa do Prof. José Borzacchiello da Silva, atual coordenador da área de Geografia na CAPES, meu amigo há trinta anos, por simbolizar para mim o compromisso com a produção e divulgação do conhecimento geográfico. Sua dedicação à AGB, ao departamento, ao mestrado e ao futuro doutorado em Geografia da UFC, a esta cidade e aos movimentos sociais lhe renderam o título de Cidadão Fortalezense e a medalha Chico Mendes.

Finalmente, quero agradecer aos estudantes, em especial aos dos cursos de Geografia. Espero que aproveitem este espaço para a realização de pesquisas, pois provavelmente no futuro alguns deles estarão neste lugar, que ora ocupo com orgulho e alegria.

Saudação de Pedro Sisnando Leite ao novo sócio efetivo do Instituto do Ceará, professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota

PEDRO SISNANDO LEITE*

Honrou-me o presidente do Instituto do Ceará, escritor José Augusto Bezerra, com o convite para saudar nesta solenidade o novo Sócio Efetivo, professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota.

Esta é para mim uma tarefa agradável, por vários motivos. Dentre os quais destaco a admiração e amizade de longas datas, e a satisfação de tê-lo doravante como confrade vitalício desta tradicional academia. É com satisfação e alegria, portanto, que apresento ao professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, em nome dos membros desta secular Instituição, um abraço de fraternal acolhimento em nossa comunidade. Sinta-se em casa.

Considero de bom alvitre frisar inicialmente, para os ilustres convidados para esta solenidade, que o Instituto do Ceará é uma entidade de interesse público de caráter interdisciplinar. Mas focada principalmente no estudo, difusão e preservação do acervo histórico, geográfico, antropológico e de ciências afins.

Em vista de tais objetivos, podemos concluir que os membros desta instituição têm um vasto campo de atuação conforme as suas experiências, formação acadêmica e vocação científica. As metodologias para lidar com a escritura da história, por exemplo, foram e estão sendo discutidas com fervor por muitas pessoas, inclusive aqui no Instituto do Ceará.

O intercâmbio de conhecimentos da história com a geografia, antropologia e a economia ampliou as possibilidades de interpretação histórica. O conhecido historiador Fernand Braudel, em sua obra *O Medi-*

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

terrâneo, demonstra como pode ser escrita a história com esse enfoque de teorização sobre a realidade e a qualidade literária. Diz ele: “Não precisamos ignorar a poeira dos arquivos, mas não devemos respirá-la com muito ímpeto”.

De sua parte, o historiador Keith Jenkins diz que se a narrativa de acontecimentos não nos remete aos eventos como realmente aconteceram, mas são pontos de vista discursivos do autor, não deve ser considerada história. Para tal, é necessária alguma localização no tempo e no espaço. Ou seja, o trabalho histórico requer um embasamento factual, com elementos múltiplos de natureza social, política, étnica, cultural e econômica. É o tempo medido ao ritmo do cotidiano, do indivíduo e de suas experiências.

É a história social ou a narrativa histórica do que guardamos seletivamente em nossa memória que nos orienta em compreender o presente e moldar o futuro. Como disse o educador Paulo Freire, em depoimento ao Museu da Pessoa: “as memórias de mim mesmo me ajudaram a entender as tramas das quais fiz parte”. São exemplos dessa experiência intelectual as vidas dos saudosos confrades Raimundo Girão, Marcelo Linhares e Manuel Eduardo Pinheiro Campos, todos comprometidos com a atuação no mundo político e na produção literária.

A tese que estou defendendo, portanto, é de que o professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota com sua atual vivência, vai enriquecer a galeria de historiadores do nosso Instituto.

Essa visão abrangente do mundo cultural, por sinal, já constou do denominado Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED) do governo Gonzaga Mota, vigente no período de 1983-87. Neste amplo e bem estruturado programa governamental, as ações destinadas à cultura, no seu sentido antropológico, era encarada como um processo que deveria promover, integralmente, o desenvolvimento político, social e econômico do homem cearense. Essa estratégia visava atuar na produção, distribuição, consumo e preservação dos bens culturais, assim como a formação dos recursos humanos necessários ao planejamento e gestão do sistema cultural cearense.

Afirmava o Plano do então governador Gonzaga Mota, que hoje ingressa como Sócio efetivo do Instituto do Ceará: “Há de se englobarem nesse sistema, com ênfase, os setores menos favorecidos da população, igualmente representativos do sistema cultural do Estado”.

Metas, aliás, que estão sendo preconizadas nos planos atuais para esse segmento.

O próprio Instituto do Ceará foi indiretamente beneficiado por essa política, com recebimento de ajuda financeira para sua manutenção e apoio determinante para a construção deste auditório. Por esses e outros benefícios foi que o então presidente do Instituto, o saudoso Professor Antônio Martins Filho, propôs e concedeu o diploma de Sócio Benemérito ao Governador Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Assim, o homenageado agora acumula a condição de Sócio Benemérito e de Sócio Efetivo.

Na verdade, o economista Gonzaga Mota tornou-se conhecido do povo do Ceará como Governador, razão porque sua carreira política teve prosseguimento com sua eleição para Deputado Federal por três legislaturas, entre 1991-2002. Notabilizou-se nesse período com sua ativa atuação na defesa dos interesses do Ceará e do Nordeste.

Durante essa fase de sua vida política, foi agraciado com dezenas de medalhas, condecorações, títulos de cidadania e outorgas acadêmicas. Inclusive de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Estadual do Ceará e, recentemente, da Universidade Regional do Cariri, que foi organizada e instalada no seu governo.

A minha convivência e relacionamento de amizade com Gonzaga Mota, porém, começou há mais de quarenta anos. Vejamos alguns fatos do itinerário de sua rica experiência de vida e que ao saudá-lo, nesta ocasião, não posso, por espírito de justiça, deixar de relatar.

Não quero parecer dogmático ou exagerado em minhas considerações. Mas depois de relutar no que estou narrando, entretanto, tranquilizei-me com a reflexão de Jean Jacques Rousseau, quando disse em situação semelhante: “Minha função é dizer a verdade; não fazer com que se acredite nela”.

A história da vida intelectual e profissional do professor Gonzaga Mota, é bem ampla. Desde o período de seus estudos iniciais na Faculdade de Economia, da Universidade Federal do Ceará, quando se revelara como detentor de uma inteligência privilegiada, como constatei na condição de seu professor nessa fase de sua formação acadêmica. Segundo a imprensa local, o Ministro da Fazenda de então, professor Mário Henrique Simonsen, comentara para um político cearense que Gonzaga Mota foi um brilhante estudante quando cursou o programa de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas (1968-69).

Quando ainda era aluno da Faculdade de Economia (UFC), acrescente-se, em meados da década de 1960, foi selecionado em concurso nacional para estágio no Departamento de Estudos Econômicos do BNB. Nesta ocasião fui seu orientador, principalmente nas técnicas estatísticas de estudos econômicos. Posteriormente (1971), foi selecionado em concurso público para técnico em desenvolvimento econômico do BNB. No ano anterior, é oportuno lembrar, já havia obtido aprovação para professor do Departamento de Economia Aplicada, da Universidade Federal do Ceará.

A sua ascensão profissional no BNB foi surpreendente, em face da saudável concorrência de seus brilhantes colegas de trabalho. Tornou-se assessor especial da presidência do BNB (1975) e, em seguida, Coordenador de Planejamento Integrado, quando elaborou, com sua equipe, os Planos Estratégico e Tático que foram implementados por esse Banco. A seguir, assumiu a chefia do Departamento de Assessoria do BNB (1978), donde se licenciou para ocupar o cargo de Secretário de Planejamento e Coordenação do Ceará (1979-82).

Dessa forma, o professor Luiz de Gonzaga Fonseca Mota durante toda a sua vida dedicou-se a pesquisa, ensino, viagens de estudo e missões oficiais ao exterior, em trabalho denodado de luta pelos interesses do nosso Estado. Para tratar dessas questões, publicou livros, ensaios, monografias, documentos variados e muitos artigos em jornais e revistas especializadas.

Tudo o que disse, resumidamente, acredito que explique porque subscrevi com muita satisfação a sua candidatura para Sócio Efetivo desse sodalício, juntamente com os consócios Paulo Ayrton Araújo e Francisco Ésio de Souza. O tempo será o juiz do que ocorrerá quanto à contribuição do novo confrade para a cultura e a historiografia do Ceará.

Durante os últimos quarenta anos, ele foi um testemunho e importante protagonista da própria história política, econômica e cultural do nosso Estado. Poucos têm a sua autoridade para, doravante, fazer uma narrativa dos acontecimentos que marcaram a vida de nossa sociedade, nesse meio século, de modo realista e sem retoque ideológico.

Meus parabéns, confrade Gonzaga Mota, e sinceros cumprimentos a sua esposa Miriam Porto Mota e seus filhos Antônio José, Luiz Fernando, Miriam, Luiz Gonzaga e Sabrina. Que Deus o abençoe

e lhe favoreça com uma longa vida em nosso convívio, nesta provecta instituição científica.

Muito obrigado a todos pela simpática atenção.

Fortaleza, 20 de junho de 2008.

Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará

LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA*

Eminente presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), escritor José Augusto Bezerra.

Digníssimas autoridades.
Prezados Consócios e Consócias.

Familiares e amigos do inesquecível Manoel Eduardo Pinheiro Campos, a quem os saúdo na pessoa da ilustre senhora dona Heldine Cortez Campos.

Membros da família Studart aqui presentes, na Casa do Barão, os saúdo nas pessoas de minha querida mãe, Maria Helena Fonseca Mota, e do querido primo, Evandro Studart da Fonseca, ambos sobrinhos - netos de Guilherme, o Barão de Studart.

Minha mulher Mirian – companheira e luz da minha vida – meus filhos e meus netos.

Meus parentes e amigos.
Senhoras e Senhores.

Gostaria de salientar que farei, neste momento de grande emoção, um discurso externando palavras vindas do coração e recordando fatos que mostram uma louvação à “Cearensidade” ou ao “Cearensismo”.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Antes, porém, desejava fazer alguns agradecimentos a ilustres pares que colaboraram e ajudaram a me tornar Sócio efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) em 23 de abril de 2008, uma vez que em 6 de fevereiro de 1987 já havia recebido, por indicação do grande mestre Antonio Martins Filho, o título de Sócio Benemérito.

Inicialmente, destacaria o estímulo dos meus diletos amigos Ézio de Souza, Padre Sadoc Araújo, Cel. Paulo Ayrton Araújo, Caio Lóssio Botelho, José Augusto Bezerra e Fernando Câmara.

Num momento seguinte, tive minha proposta elaborada pelos consócios Cel. Paulo Ayrton Araújo, Pedro Sisnando Leite e Ézio de Souza, bem como analisada e aprovada pelo jurista José Filomeno Moraes Filho. Como já mencionado, fui eleito no dia 23 de abril de 2008, pelo que sinceramente agradeço a todos que fazem parte deste Sodalício.

Senhoras e Senhores,

As palavras do professor Pedro Sisnando Leite, deixaram-me extremamente feliz. Sisnando, como assim o chamo, é uma das maiores autoridades em Economia Agrícola deste País. Sua militância no Banco do Nordeste do Brasil, como chefe da Divisão de Agricultura do ETENE, órgão maior do BNB, e a sua capacidade como professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará traduzem o seu reconhecido valor de homem intelectual e de significativa importância para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste. Além de redigir e publicar vários textos e livros, Sisnando se destacou como eficiente e eficaz Secretário de Agricultura do Estado do Ceará. Agradeço sensibilizado ao amigo e mestre, não só por suas palavras, mas pelo que aprendi com ele, mediante o seu exemplo de dignidade, no Banco e na Faculdade. Meus sinceros agradecimentos.

Dona Heldine, filhos, parentes e amigos de Eduardo Campos, sinto-me honrado em ocupar a cadeira de nosso Manoelito. Ocupar, sim. Jamais, teria a pretensão de substituí-lo. Eduardo Campos era um homem múltiplo: radialista, jornalista, contista, pesquisador, dramaturgo, romancista, escritor, enfim um dos maiores intelectuais do Brasil. Era um homem inteiro, de caráter e sempre de bom humor, ou seja, sempre de bem com a vida.

Nasceu em Guaiúba, então distrito de Pacatuba, em 11 de janeiro de 1923 e, para tristeza de seus familiares e admiradores, faleceu em Fortaleza no dia 19 de setembro de 2007. Fui colega de Manoelito no segundo Governo Virgílio Távora. Ele ocupava com competência e dinamismo a Pasta da Cultura, e sob a minha responsabilidade estava a Secretaria de Planejamento. Seu trabalho à frente da Cultura do Ceará foi exemplar. Lembro-me bem dos elogios que Eduardo Campos recebia do Governador, como também dos seus colegas. Desenvolveu uma série de programas e projetos visando o progresso intelectual do nosso povo. Foi sem dúvida, um grande secretário. Tivemos uma conversa que nunca esquecerei. Certa vez viajávamos num avião, lado a lado, a Brasília. Conversa vai, conversa vem, perguntei-lhe: por que você não se candidata à Academia Brasileira de Letras? Respondeu com aquele sorriso que lhe era peculiar: não tenho força política. Infelizmente, era verdade, mas resaltei sua força intelectual e disse-lhe, *data vênia*, que ele era culturalmente superior à maioria dos que integravam a Casa de Machado de Assis. Deu outra gargalhada. Efetivamente, Eduardo Campos é um ícone e uma referência da cultura brasileira.

Estimados consócios e consócias.

Ressaltei, no início, minha intenção de fazer uma louvação à “Cearensidade” ou ao “Cearensismo”. Disse Euclides da Cunha em *Os Sertões*: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Muitos já disseram e dizem com razão: “o cearense é, antes de tudo, um forte”. O Ceará é o Estado síntese do nordeste brasileiro. Sua gente heróica, batalhadora e obstinada proporcionou e continua oferecendo ao Brasil figuras e celebridades que honram a nossa Pátria.

Lembro-me das aulas do saudoso professor Mozart Soriano Aderaldo, ex-presidente deste Instituto, quando dizia que o Ceará, em muitas áreas de ação, era o Estado da Federação berço das maiores figuras brasileiras. Quarenta anos depois, continuo concordando com o mencionado mestre. Registro, no entanto, que novos nomes estão sendo incorporados à sua relação de quatro décadas atrás.

Se não houver consenso quanto aos nomes que citarei a seguir, tenho a certeza que todos merecem o respeito e a admiração do povo brasileiro.

Eis algumas figuras cearenses ilustres, dentre outras:

Capistrano de Abreu – o maior historiador do Brasil; Barão de Studart – o maior historiógrafo; Dragão do Mar – símbolo da resistência contra a escravidão; Farias Brito – o maior filósofo; Clovis Beviláqua – o maior jurista; José de Alencar – principal representante do romantismo; Alberto Nepomuceno – o maior maestro inspirado na temática popular; Padre Cícero R. Batista – o maior sacerdote; Rachel de Queiroz – a maior escritora; Patativa do Assaré – o maior poeta popular; Chico Anysio – o maior humorista; Edson Queiroz – o empresário de maior visão estratégica; Martins Filho – o maior benemérito do ensino universitário no Brasil; Marechal Casimiro Montenegro Filho – o precursor no Brasil da indústria aeronáutica.

O cearense tem a força definida tão bem por Scott Fitzgerald, isto é: “vitalidade não se demonstra apenas com a persistência, mas também com a capacidade de começar de novo”. Para os cearenses o centro dos sentimentos não está apenas na cabeça, mas principalmente no coração, mediante a solidariedade e o amor ao próximo. Assim disse Eça de Queiroz: “o coração faz o caráter”.

Acredito, por sua vez, que a grande maioria do povo do Ceará segue o Sermão da Sexagésima, do Padre Antonio Vieira, onde lembramo-nos dos Evangelhos de São Lucas (VIII, 11) *Semen est verbun Dei* – A semente é a palavra de Deus – e de São Mateus (XIII, 3) *Ecce exiit qui seminati seminare* – Eis que o semeador saiu a semear.

O cearense, este grande semeador, mediante o estudo e o trabalho sempre buscará alcançar melhores condições de vida para o seu povo.

Finalizando, gostaria de ressaltar que estou ingressando no Instituto do Ceará para pesquisar, estudar, trabalhar e escrever, dentro das minhas possibilidades, ao lado dos prezados consócios e consócias, pelo desenvolvimento cada vez maior da cultura brasileira e cearense, principalmente nas áreas da história, da geografia e da antropologia.

Muito obrigado.